



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA**

AUGUSTO FAGUNDES DA SILVA DOS SANTOS

**É FIADO OU EM DINHEIRO DE CONTADO? O CRÉDITO
NA BAHIA COLONIAL (1777-1808)**

Salvador/BA
2020



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA**

AUGUSTO FAGUNDES DA SILVA DOS SANTOS

**É FIADO OU EM DINHEIRO DE CONTADO? O CRÉDITO
NA BAHIA COLONIAL (1777-1808)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lina Maria Brandão de Aras
Coorientador: Prof. Dr. Angelo Alves Carrara

Salvador/BA
2020

Santos, Augusto Fagundes da Silva.
S237 É fiado ou em dinheiro de contado? O crédito na Bahia colonial,
(1777-1808) / Augusto Fagundes da Silva Santos. – 2020.
295 f. : il.

Orientadora: Prof^{fa}. Dr^a. Lina Maria Brandão de Aras
Coorientador: Prof^oDr^oAngelo Alves Carrara
Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2020.

1. História – Bahia – Período colonial. 2. Comércio – Bahia.
3. Crédito – Bahia – 1777-1808. I. Aras, Lina Maria Brandão de.
II. Carrara, Angelo Alves. III. Universidade Federal da Bahia. Faculdade
de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.

CDD: 981.42

BANCA EXAMINADORA

Lina Maria Brandão de Aras (Orientadora)
Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo – USP
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Angelo Alves Carrara (Coorientador)
Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF

Idelma Aparecida Ferreira Novais
Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo – USP
Associação Brasileira dos Pesquisadores em História Econômica– ABPHE

Eduardo José dos Santos Borges
Doutor em História Social pela Universidade Federal da Bahia – UFBA
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Ana Maria Carvalho dos Santos
Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS



Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



ATA E PARECER SOBRE TRABALHO FINAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

NOME DO ALUNO		MATRÍCULA	NÍVEL DO CURSO
AUGUSTO FAGUNDES DA SILVA DOS SANTOS		215117242	Doutorado
TÍTULO DO TRABALHO			
É FIADO OU EM DINHEIRO DE CONTADO? O CRÉDITO NA BAHIA COLONIAL, (1777-1808)			
EXAMINADORES	ASSINATURA	CPF	
Dr ^a Lina Maria Brandão de Aras (Orientadora- UFBA)		254145425-20	
Dr. Angelo Alves Carrara (Coorientador- UFJF)		498.816.126-91	
Dr ^a Idelma Aparecida Ferreira Novais (ABPHE)		970 11843515	
Dr. Eduardo José dos Santos Borges (UNEB)			
Dr ^a . Ana Maria Carvalho dos Santos (UEFS)		393847305-30	

ATA

Aos vinte e cinco dias mês de maio do ano de 2020, nas dependências da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), foi instalada a sessão pública para julgamento do trabalho final elaborado por **AUGUSTO FAGUNDES DA SILVA DOS SANTOS**, do curso de doutorado do Programa de Pós-graduação em História Social do Brasil. Após a abertura da sessão, a professora Dra. Lina Maria Brandão de Aras, orientadora e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando os demais examinadores. Foi dada a palavra ao autor, que fez sua exposição e, em seguida, ouviu a leitura dos respectivos pareceres dos integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas do examinando. Ao final, a banca, reunida em separado, resolveu pela aprovação do doutorando. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito.

PARECER GERAL

A tese apresenta uma pesquisa aprofundada, o que abre perspectiva para novos estudos sobre a temática trabalhada a luz de um referencial teórico metodológico adequado. As discussões impactam a historiografia sobre o crédito e a presença do dinheiro na sociedade e períodos estudados. Após os ajustes sugeridos pela banca, a tese poderá ser encaminhada para publicação.

SSA, 25/05/2020: Assinatura do aluno:

SSA, 25/05/2020: Assinatura do orientador:

*Eu sou a chuva que lança a areia do Saara
Sobre os automóveis de Roma
Eu sou a sereia que dança
A destemida Iara
Água e folha da Amazônia
Eu sou a sombra da voz da matriarca da Roma Negra
Você não me pega
Você nem chega a me ver
Meu som te cega, careta, quem é você?
Que não sentiu o suingue de Henri Salvador
Que não seguiu o Olodum balançando o Pelô
E que não riu com a risada de Andy Warhol
Que não, que não e nem disse que não*

*Eu sou um preto norte-americano forte
Com um brinco de ouro na orelha
Eu sou a flor da primeira música a mais velha
A mais nova espada e seu corte
Eu sou o cheiro dos livros desesperados
Sou Gitá Gogóia
Seu olho me olha mas não me pode alcançar
Não tenho escolha, careta, vou descartar
Quem não rezou a novena de Dona Canô
Quem não seguiu o mendigo Joãozinho Beija-Flor
Quem não amou a elegância sutil de Bobô
Quem não é Recôncavo e nem pode ser reconvexo*

*Eu sou um preto norte-americano forte
Com um brinco de ouro na orelha
Eu sou a flor da primeira música a mais velha
A mais nova espada e seu corte
Eu sou o cheiro dos livros desesperados
Sou Gitá Gogóia
Seu olho me olha mas não me pode alcançar
Não tenho escolha, careta, vou descartar
Quem não rezou a novena de Dona Canô
Quem não seguiu o mendigo Joãozinho Beija-Flor
Quem não amou a elegância sutil de Bobô
Quem não é Recôncavo e nem pode ser reconvexo*

Caetano Veloso

Dedico esta tese aos mais de 210 milhões de brasileiros e brasileiras que conscientemente ou não, financiaram esta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

É chegado o momento mais fácil desta tese, os agradecimentos. Agradecer é ter gratidão, é reconhecer o valor do outro. E é isto que tentarei fazer aqui. O ofício do historiador é por natureza, muito solitário, mas, isto não quer dizer, que não contamos com a colaboração de muitas pessoas para conseguir concluir o doutorado.

Agradeço aos meus pais, Lucília Fagundes da Silva dos Santos e Pedro José dos Santos (*in memoriam*). De minha mãe, aprendi a qualidade da empatia e o amor pelo conhecimento, ela que sempre quis ser professora, acredito que hoje, ela se realiza um pouco em mim. O principal legado de meu pai se deu a partir de gestos, homem de poucas palavras, mas de muita atitude. Coragem, força, perseverança e resiliência eram suas principais virtudes.

Agradeço a minha esposa Crislane, por estar ao meu lado em todos estes anos, me apoiando e me estimulando a seguir sempre em frente.

À minha querida filha Beatriz, que foi obrigada a entender a minha ausência durante estes cinco anos.

À minha filha Helena, que já amo infinitamente, mesmo ainda no calor do ventre da mamãe.

Agradeço a Lina Maria Brandão de Aras, por ter aceitado assumir a orientação com o bonde andando. Sem perder o seu estilo irreverente característico, orientou com muita intensidade e qualidade. É louvável a grande capacidade que possui na “arte” de orientar. Como o mundo acadêmico seria melhor, se tivéssemos mais “Linas”!

À Angelo Alves Carrara, coorientador desta tese, importante interlocutor. Agradeço pela sua disponibilidade com que sempre atendeu as minhas demandas, contribuindo significativamente para a reflexão do meu objeto de pesquisa.

Agradeço também a Maria José Rapassi Mascarenhas, minha orientadora de mestrado.

À Eduardo José dos Santos Borges, por ter aceitado participar da banca de defesa desta tese, mas, sobretudo, por ter se constituído em um importante interlocutor para pensar a História da Bahia colonial.

À Idelma Aparecida Ferreira Novais, por ter aceitado o convite para participar da banca de defesa desta tese.

À Ana Maria Carvalho dos Santos que aceitou participar da arguição desta banca de defesa de doutorado.

À Urano Andrade, não só agradeço por ter concedido parte das escrituras públicas aqui utilizadas, como também, o parabenizo pelo fantástico trabalho de digitalização realizado para a biblioteca britânica.

Agradeço também, a Rafael Magalhães por ter transcrito alguns livros de notas utilizados nesta tese.

Meu muito obrigado também vai para Nerivaldo Afonso Santos, coube a ele a parte técnica de elaboração dos mapas.

À Elen Alves, por ter se disposto a me ajudar na elaboração dos gráficos.

Agradeço ainda, aos meus colegas da área de História da Universidade Estadual de Feira de Santana, especialmente, à Adriana Dantas Reis, Caio Figueiredo Fernandes Adan e Carlos Francisco da Silva Júnior, estes, compreendendo a dificuldade que vivi ao lecionar e cursar o doutorado simultaneamente fizeram todo o possível para atenuar minhas demandas nesta fase laboriosa.

Não poderia deixar de fora meus queridos colegas da turma de doutorado da UFBA de 2015. Lielva Aguiar, amiga querida, Hallyson Gomes Fonseca, um grande amigo e colega do grupo de pesquisa; Marcial Saavedra Castro, um exemplo de vida; Daniel Carvalho, meu colega desde o mestrado; Edmundo Monte, outro guerreiro, Karine Damasceno, Diogo Carvalho e Mariana Seixas, a vocês meu muito obrigado pelas trocas de aprendizagem.

Por fim, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da UFBA, em nome de seus professores e funcionários, por ter acolhido em 2015 o projeto de pesquisa e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes), por ter a financiado.

RESUMO

Esta tese analisa o mercado creditício da Bahia e o seu nível de liquidez, com ênfase na importância do crédito para a retomada da sua economia de exportação no período compreendido entre 1777 a 1808. Identifica o perfil dos agentes que viabilizaram este financiamento, destacando os principais negociantes da praça comercial da Bahia. Estes indivíduos induziram o estabelecimento de mecanismos políticos capazes de reduzir a concorrência de algumas instituições no mercado creditício da Bahia no final do período colonial. Esta estratégia adotada pela alta elite econômica baiana permitiu investir cada vez mais, e com liberdade, no grosso trato da atividade creditícia local. Este aspecto consistiu em um dos principais fatores endógenos para explicar a retomada da produção açucareira e o alavancamento de demais culturas de exportação da Bahia no período. Esta pesquisa também relativiza uma vinculação tácita corrente na historiografia entre atividade creditícia e escassez monetária, demonstrando que a referida exiguidade de moedas não era uma característica de ordem estrutural, mas sim, conjuntural. Na Bahia do final do período colonial não havia escassez monetária; o que ocorreu foi uma crescente manipulação artificial desta escassez e do crédito, praticada pelos negociantes da praça mercantil da Bahia através do controle da política de fornecimento de crédito, promovendo uma hiperconcentração da moeda e do crédito sob sua posse e controle. Deste modo, o crédito e a moeda circularam de modo diferente nos diversos segmentos sociais. Por fim, analisamos a trajetória econômica de Custódio Ferreira Dias, um dos mais ricos negociantes e mais poderosos credores da Bahia no final do período colonial. Sua trajetória desvela, em boa medida, o comportamento social do grupo dos homens de negócio na Bahia. Investigou-se os seus investimentos, estratégias e atitudes, seus principais locais de atuação e a composição do seu patrimônio, destacando a relevância das dívidas ativas em seu processo de enriquecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Mercado creditício. Circulação Monetária. Bahia. Final do período colonial.

ABSTRACT

This thesis analyzes the credit market in Bahia and its liquidity level, with emphasis on the importance of credit for the resumption of its export economy in the period between 1777 to 1808. It identifies the profile of the agents that made this financing possible, highlighting the main merchants in the commercial square of Bahia. These individuals led to the establishment of political mechanisms capable of reducing competition from some institutions in the credit market in Bahia at the end of the colonial period. This strategy adopted by the high Bahian economic elite allowed it to invest more and more freely in the bulk of local credit activity. This aspect was one of the main endogenous factors to explain the resumption of sugar production and the leverage of other export cultures in Bahia in the period. This research also relativizes a current tacit link in the historiography between credit activity and monetary scarcity, demonstrating that the aforementioned small number of currencies was not a structural characteristic, but a conjunctural one. In Bahia at the end of the colonial period there was no shortage of money; what occurred was an increasing artificial manipulation of this scarcity and credit, practiced by merchants in the mercantile square of Bahia through the control of the credit supply policy, promoting a hyper-concentration of the currency and credit under their possession and control. In this way, credit and currency circulated differently in different social segments. Finally, we analyze the economic trajectory of Custódio Ferreira Dias, one of the richest traders and most powerful creditors in Bahia at the end of the colonial period. Its trajectory reveals, to a large extent, the social behavior of the group of businessmen in Bahia. Their investments, strategies and attitudes, their main areas of activity and the composition of their assets were investigated, highlighting the relevance of active debts in their enrichment process.

KEYWORDS: Credit market. Monetary Circulation. Bahia. End of the colonial period.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Movimentação financeira da Bahia, (1777-1808), contos de réis (%).....	136
Gráfico 2- Movimentação financeira da Bahia, (1777-1808), quantidade de escrituras (%)	137
Gráfico 3- Valor médio transacionado por tipo de escritura, contos de réis (1777-1808).....	138
Gráfico 4- Quantidade de embarcações por tipo, Salvador, 1777-1808.....	151
Gráfico 5- Porcentagem do valor médio das embarcações em relação a média total.....	153
Gráfico 6- Valor médio das propriedades rurais.....	155
Gráfico 7- Volume de concessão de crédito, 1777 a 1808.....	164
Gráfico 8- Quantidade de escrituras (%).....	168
Gráfico 9- Valor médio anual das escrituras de concessão de crédito, (1777-1808).....	172
Gráfico 10- Relação volume de crédito concedido/ economia de exportação (%).....	173
Gráfico 11- Divisão dos escravizados por gênero.....	212
Gráfico 12- Divisão dos escravizados por faixa etária.....	214
Gráfico 13- Diversificação étnica dos escravizados nascidos na África.....	215
Gráfico 14- Diversificação étnica dos escravizados de Custódio Ferreira Dias.....	217
Gráfico 15- Preço médio dos escravizados por origem étnica.....	226
Gráfico 16- Preço médio dos escravizados por faixa etária (mil réis).....	229
Gráfico 17- Valor médio do escravizado por setor de atuação (em mil réis).....	230

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Escrituras públicas de Salvador, (1777-1808).....	133
Tabela 2- Tipologia e valor médio dos bens comercializados em Salvador, 1777-1808.....	139
Tabela 3- Os principais logradouros de Salvador, 1777-1808.....	145
Tabela 4- Empréstimo de dinheiro a juros, (1777-1808).....	175
Tabela 5- Valor médio dos empréstimos de dinheiro a juros por ano.....	179
Tabela 6- Instituições credoras na Bahia, (1777-1808).....	183
Tabela 7- Relação dos Provedores da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1777-1808.....	186
Tabela 8- Bens existentes nos engenhos de Custódio Ferreira Dias.....	209
Tabela 9- Quantidade de escravizados por tipo de atividade rural.....	220
Tabela 10- Quantidade de escravizadas por tipo de atividade doméstica.....	222
Tabela 11- Quantidade de escravizados por tipo de ofício.....	223
Tabela 12- Valor dos escravizados por tipo de função.....	232
Tabela 13- Peças de ouro de Custódio Ferreira Dias.....	235
Tabela 14- Peças de prata de Custódio Ferreira Dias.....	237
Tabela 15- Principais regiões devedoras por número de contratos de crédito.....	240
Tabela 16- Principais regiões devedoras por volume de crédito (contos de réis).....	242

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Valor médio das moradas de casas por tipologia (contos de réis).....	142
Quadro 2- Análise comparativa do perfil dos credores e mutuários da Bahia colonial.....	189
Quadro 3- Divisão dos escravizados por tipo de ocupação.....	220
Quadro 4- Preço médio da mão de obra por sexo.....	226
Quadro 5- Preço médio dos escravizados por faixa etária.....	227
Quadro 6- Valor médio do escravizado por condição de saúde.....	233

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Freguesias da cidade de Salvador no século XVIII.....	122
Mapa 2- Recôncavo da Bahia no século XVIII.....	125
Mapa 3- Os principais logradouros de Salvador, 1777-1808.....	150
Mapa 4- Localização dos engenhos de Custódio Ferreira Dias ao norte do Recôncavo da Bahia.....	203
Mapa 5- Densidade com o número de contratos de crédito concedido por região por Custódio Ferreira Dias (1767-1819).....	247
Mapa 6- Densidade com o volume de crédito concedido por região por Custódio Ferreira Dias (1767-1819).....	256

SIGLAS E ABREVIATURAS

APEB- Arquivo Público do Estado da Bahia

ASCMB- Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia

SCMB- Santa Casa de Misericórdia da Bahia

AHU- Arquivo Histórico Ultramarino

cód. códice

cx. caixa

doc. documento

fl. fólio

mç. maço

v. verso

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	19
2 NOTAS ACERCA DE UM DEBATE: OS MODELOS TEÓRICOS DA ECONOMIA COLONIAL.....	37
2.1 A ESCOLA DO “SENTIDO DA COLONIZAÇÃO”.....	38
2.2 O MODO DE PRODUÇÃO ESCRAVISTA COLONIAL.....	44
2.3 O ANTIGO REGIME NOS TRÓPICOS.....	49
2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO DEBATE: RELACIONANDO A TEORIA AO OBJETO DE PESQUISA.....	54
3 AUTORES COLONIAIS E COLONIALISTAS.....	57
3.1 A ECONOMIA COLONIAL: O CRÉDITO E A QUESTÃO MONETÁRIA NA VISÃO DE CRONISTAS E VIAJANTES.....	57
3.1.1 O crédito na visão de André João Antonil.....	57
3.1.2 O crédito nos escritos de Sebastião da Rocha Pitta.....	64
3.1.3 O crédito na perspectiva de Ambrósio Fernandes Brandão.....	68
3.1.4 O crédito pelo prisma de Thomas Lindley.....	69
3.1.5 O crédito na concepção de Louis François de Tollenare.....	72
3.1.6 O crédito através do olhar de Luis dos Santos Vilhena.....	75
3.1.7 A questão monetária na ótica de Pero de Magalhães Gandavo.....	77
3.2 A HISTORIOGRAFIA DO CRÉDITO NA COLÔNIA.....	78
4 HIERARQUIZAÇÃO SOCIAL E CONJUNTURA ECONÔMICA.....	98
4.1 A SOCIEDADE PORTUGUESA DO PERÍODO MODERNO.....	98
4.2 A SOCIEDADE “BRASÍLICA” COLONIAL.....	100
4.2.1 Estratificação socioeconômica na Bahia colonial.....	103
4.3 A CIDADE DA BAHIA: ORIGEM E DESENVOLVIMENTO.....	119
4.4 A PARTICIPAÇÃO DA BAHIA NO COMÉRCIO COLONIAL.....	126
5 O MERCADO DE CRÉDITO NA BAHIA COLONIAL.....	132
5.1 AS VENDAS FIADAS.....	139
5.1.1 As moradas de casas.....	141
5.1.2 As principais ruas da cidade da Bahia.....	145
5.1.3 As embarcações.....	151
5.1.4 Os bens de raiz rurais.....	154
5.2 O MOVIMENTO CREDITÍCIO NA BAHIA, 1777 A 1808.....	164
5.3 OS EMPRÉSTIMOS DE DINHEIRO A JUROS.....	175
5.4 O PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS CREDORES E MUTUÁRIOS.....	179
5.5 O CRÉDITO INSTITUCIONAL NA BAHIA.....	183
5.6 AS VENDAS À VISTA EM DINHEIRO DE CONTADO.....	195
6 RIQUEZA E CRÉDITO: A TRAJETÓRIA ECONÔMICA DE CUSTÓDIO FERREIRA DIAS.....	199

6.1 O PATRIMÔNIO.....	200
6.1.1 Propriedades urbanas.....	200
6.1.2 As propriedades rurais.....	200
6.1.3 Semoventes.....	209
6.2 OS ESCRAVIZADOS.....	211
6.2.1 Sexo, faixa etária e origem étnica.....	212
6.2.2 Atividades e ofícios.....	219
6.2.3 Os números absolutos.....	225
6.3 UM POUCO DA HISTÓRIA DA CULTURA MATERIAL DAS ELITES DA BAHIA	234
6.3.1 Ouro.....	234
6.3.2 Prata.....	236
6.3.3 Bronze.....	239
6.4 Dívidas Ativas.....	239
6.4.1 Região dos devedores.....	240
6.4.2 Apólices da dívida da Real Fazenda.....	259
6.5. Dinheiro de Contado.....	260
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	262
8 FONTES.....	266
9 REFERÊNCIAS	268
ANEXOS.....	281

1 INTRODUÇÃO

Esta tese tem por objeto de pesquisa a atividade creditícia e o nível de liquidez da Bahia entre os anos de 1777 a 1808. O recorte cronológico inicial da pesquisa se justifica por ser 1777, um ano extremamente relevante para a historiografia econômica, pois marca o fim do governo de D. José I e de seu ministro Sebastião José de Carvalho e Mello, o Marquês de Pombal e muitas das medidas tomadas durante este reinado influenciaram diretamente no funcionamento da atividade creditícia em território colonial.

Destacamos para tanto o Alvará régio de 17 de janeiro de 1757, que reduziu a taxa de juros de 6,25% para 5% ao ano. Tal medida estimulou a economia açucareira, por atenuar o endividamento do setor produtivo, mas foi prejudicial ao setor financeiro colonial, sobretudo ao crédito institucional, realizado principalmente por congregações, confrarias, irmandades e ordens religiosas, que praticavam a oferta de crédito a juros da lei. Este Alvará ilustra uma característica típica do despotismo esclarecido português, que foi a busca pelo aumento da arrecadação do Estado mediante a cobrança de impostos, representando uma preocupação na manutenção estrutural do Império lusitano.

Ao minimizar a taxa de insolvência dos produtores diretos, se reduzia a possibilidade do sequestro por dívidas das unidades produtivas, evitando a suspensão da moagem e a perda da produção açucareira, principal motor da economia colonial e fonte de rendimentos metropolitanos.

O despotismo esclarecido lusitano foi também marcado pelo combate às isenções e privilégios adquiridos pelas instituições religiosas ao longo do período colonial. Estas, a partir de tais mercês, constituíram vultosos patrimônios em terras tropicais. O confisco dos bens e a expulsão dos jesuítas das terras brasílicas em 1759 marcou o auge deste processo de enfrentamento contra os privilégios dos religiosos em prol do aumento da arrecadação de rendimentos mediante impostos da Coroa lusitana. (FALCON, 2001, p. 227-243).

Para além deste fato específico que marcou em 1759 o confisco dos bens e a expulsão dos inicianos do Brasil, é relevante mencionar, que era cada vez mais frequente que as instituições religiosas sofressem com investigações contábeis em suas finanças.¹

Privilegiamos o final do período pombalino, ano de 1777, e não o início da atuação do Marquês de Pombal, no ano de 1750. Em primeiro lugar, porque esta tese, em alguma medida, é a continuação de pesquisa anterior que resultou em dissertação de mestrado. Na época,

¹ A Santa Casa de Misericórdia da Bahia sofreu uma investigação contábil pormenorizada realizada pela Coroa até o ano de 1754.

estudamos o crédito institucional, antes e durante o período pombalino, entre 1701 e 1777. A ideia desta vez foi dar continuidade ao recorte temporal iniciado anteriormente. A existência de um conhecimento prévio sobre algumas questões que serão desenvolvidas ao longo desta tese, a exemplo do funcionamento e da anatomia do crédito na Bahia antes e durante o período do Marquês foi fundamental, restava para este momento, aprofundar o conhecimento sobre o funcionamento creditício na Bahia depois da queda do homem forte do governo de D. José I e da ascensão de D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

Até cerca de 1750, o crédito institucional na Bahia realizado por congregações, irmandades, confrarias e ordens religiosas era muito forte, no entanto, a partir do período pombalino, estas instituições começaram a perder espaço no mercado creditício. Durante o governo de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o crédito na Bahia se consolidou sob posse dos particulares, principalmente, grandes homens de negócio.

A historiografia privilegiou o período pombalino, em detrimento de outros períodos, a exemplo do restante do século XVIII, acabou por enfatizá-lo, atribuindo peso excessivo das transformações setecentistas a um único indivíduo. Isto se constitui em algo extremamente perigoso, podendo dar margem a uma interpretação há muito tempo superada, que é a história dos grandes homens e dos grandes feitos. Não obstante, não estamos negligenciando a relevância histórica do consulado pombalino, apenas entendemos que, neste caso, é interessante adotar a noção de continuidade histórica, ou seja, a ideia de que as transformações ocorridas no setecentos foi um processo de reformas paulatinas e graduais promovidas por políticas adotadas por vários déspotas portugueses ao longo da centúria setecentista.

O limite cronológico final desta tese, 1808, se justifica por se tratar do ano da abertura dos portos brasílicos às nações estrangeiras, com o conseqüente fim do exclusivo metropolitano e a transferência da Corte portuguesa para o Brasil. Estes acontecimentos em conjunto, se desdobraram em várias modificações relevantes para a economia colonial tais como; a criação do Banco do Brasil e o fim da lei proibitiva sobre a criação de fábricas na colônia.

Por questões de ordem metodológica, esta tese privilegiou enquanto circunscrição geográfica de análise, as regiões identificadas na documentação como detentoras de algum tipo de relação de crédito na Bahia colonial. Além de Salvador e o seu termo, esta tese engloba enquanto recorte espacial, o Recôncavo, os sertões de cima e de baixo, além da região Nordeste, litoral norte da cidade da Bahia até Sergipe Del Rey. Estas em conjunto, se constituíram nas regiões onde o crédito mais circulava na Bahia no final do período colonial.

Várias questões nortearam esta pesquisa, no entanto, a que se fez mais fortemente presente foi: Qual a importância do crédito para a retomada da economia de exportação na Bahia entre finais do século XVIII e princípio do século XIX? Não há como haver crescimento econômico/produtivo, sem expansão do crédito, como tal processo pôde então ocorrer em meio à suposta decadência financeira das principais instituições de crédito na Bahia do período? Esta questão nos direcionou para uma hipó(tese): Que a retomada da economia de exportação da Bahia no final do período colonial, foi viabilizada pelo financiamento dos setores urbano-mercantis privados, respectivamente, os grandes negociantes e alguns comerciantes de portas abertas. Esta perspectiva surgiu em trabalho anterior, quando estudávamos o crédito institucional na Bahia setecentista, tendo como objeto de pesquisa, a Misericórdia local, uma das maiores, e talvez, a maior instituição credora do Brasil colonial, pelo menos até meados do setecentos.

A partir da segunda metade da centúria, a Misericórdia da Bahia foi perdendo fôlego como financista, migrando paulatinamente para atividades rentistas, a exemplo do aluguel de imóveis. Este redirecionamento dos investimentos da instituição gerou um vácuo no setor financeiro da Capitania de finais do século XVIII e início do século XIX.

O desdobramento destas discussões sugeriu a seguinte questão: O capital mercantil privado não apenas herdou e preencheu uma lacuna existente deixada pelas instituições creditícias no mercado financeiro colonial baiano, ele, liderado pelos maiores homens de negócio da Bahia colonial, focejou tal conjuntura a partir do estabelecimento de mecanismos políticos capazes de reduzir e, em alguns casos, até eliminar a concorrência de algumas instituições no mercado creditício da Bahia colonial. Esta estratégia adotada pela alta elite econômica da Bahia permitiu investir, cada vez mais, e com ampla liberdade, no grosso trato da “agiotagem” local. Este aspecto é entendido como um grande fator endógeno para explicar a retomada da produção açucareira e o impulsionamento de demais culturas de exportação da Bahia entre finais do século XVIII e início do século XIX.

No entanto, a partir da questão central, surgiram outras indagações: Referimo-nos a queda na participação das instituições socio religiosas no âmbito creditício na Bahia do final do período colonial. O que de tão grave pode ter ocorrido? Este declínio foi realmente generalizado? Porque congregações, irmandades e confrarias reordenariam seus investimentos, exatamente no contexto de retomada da economia colonial? Justamente elas, que sustentaram “em suas costas” o peso da economia açucareira em crise, financiando a produção e o consumo das famílias de senhores e lavradores endividados, experimentando o “gosto amargo do açúcar” entre finais do século XVII e primeiros decênios do século XVIII,

não aproveitariam a época da retomada das exportações como momento compensatório para reaver capitais?

Nesta tese, não concordamos com a noção de que houve declínio do crédito institucional na Bahia a partir de meados do século XVIII, pelo menos, não de forma generalizada. Acreditamos que parte da historiografia tomou como regra, estudos de caso, cuja instituição, mais bem estudada é indubitavelmente a Santa Casa de Misericórdia da Bahia que, de fato, sofria com suas finanças no final da centúria setecentista. No entanto, este caso não pode ser generalizado, pois instituições como as Clarissas do Convento do Desterro e o Convento de Santa Tereza mantiveram boa “saúde” financeira neste mesmo contexto.

Portanto, não há decréscimo generalizado do crédito institucional. E, a partir de meados do século XVIII, o grupo dos mais proeminentes homens de negócio da Bahia, inseridos cada vez mais no tecido social, penetraram nos mais relevantes cargos das principais instituições fornecedoras de crédito da Bahia colonial, obtendo para si o controle de boa parte do meio circulante e do crédito fornecido por estas instituições.

Ao invés de aderir a uma explicação fatalista, em que a declínio financeiro de um segmento, significou a ascensão de outro, é relevante historicizar as estratégias extra-econômicas assumidas pelos principais agentes mercantis da urbe baiana, para alcançar o patamar de hegemonia financeira da Bahia colonial.

Os negociantes, na medida em que “ajudavam” por meio do crédito, a economia açucareira afetada pela conjuntura desfavorável por conta da queda dos preços no mercado externo, e da concorrência estrangeira entre finais do século XVII e primeiras décadas do século XVIII, buscavam simultaneamente, penetrar nos principais cargos de poder e locais de sociabilidade local, conferindo para si enorme prestígio social.

Indubitavelmente, fazer parte de tradicionais instituições religiosas baianas era um caminho pavimentado rumo ao *status*, prestígio, poder e honra na Bahia colonial. Entretanto, este processo não foi rápido para os negociantes, pois estas não costumavam aceitar indivíduos não nobres de sangue entre seus membros. Pelo menos, durante os séculos XVI e XVII. Esta premissa parece ter sido minimamente respeitada em uma delas, a Misericórdia. Quando algum oficial mecânico ou comerciante era admitido na instituição, tratavam-se de indivíduos brancos, cristãos-velhos e de boa reputação social. Não obstante, apesar destes “bons” pré-requisitos, eram aceitos no máximo, enquanto irmãos de menor condição. (RUSSEL-WOOD, 1981, p. 96)

A partir do século XVIII, este quadro começou a mudar, pois os homens de negócio passaram a ocupar paulatinamente, cargos relevantes dentro das principais instituições baianas

coloniais. Aproveitando-se da situação de declínio da economia açucareira, que afetava em cheio os cofres das irmandades, estes indivíduos se dispunham a efetuar para estas, “generosas” doações, angariando capital social (BORDIEAU, 1998, p. 67) para serem convertidos paulatinamente em filiações, e no caso dos já admitidos, objetivando galgar cargos e funções relevantes dentro destas confrarias.

Numa espécie de investimento em capital simbólico, os homens de negócio da Bahia no final do período colonial, pressionaram a nobreza da terra e as instituições de prestígio social, a cederem aos seus interesses, sendo um dos principais, a ocupação de cargos e funções nestas instituições. Gradualmente, os negociantes baianos setecentistas obtiveram êxito na conversão do capital econômico em capital social, “arrobando as trancas, correntes e muros das instituições soteropolitanas”. Pelo fato de que estas instituições, na supracitada conjuntura econômica, não poderiam se dar ao capricho de rejeitar os legados destes indivíduos, permitiram que estes fossem ascendendo socialmente, culminando com a ocupação dos principais cargos e funções destas entidades. (FAGUNDES, 2015, p. 67).

Segundo Isabel Sá (2000, p. 127), a presença de cristãos-novos entre os membros da Santa Casa da Bahia, se não plenamente aceita, parece ter sido, pelo menos tolerada sem maiores complicações.

Para além da busca pelo prestígio social, estes negociantes adentraram nas instituições sociorreligiosas da Bahia colonial, como estratégia de controle da política de fornecimento de crédito das mesmas, arrefecendo o crédito institucional, a fim de promover a concentração do setor creditício da Bahia sob sua posse.

A maneira de lograr êxito neste processo deve ter sido variada. Estes indivíduos utilizavam o poder do cargo para sempre possuir a preferência na aquisição de empréstimos para si e para seus pares, adquirindo, portanto, crédito a juros da lei, reemprestando a juros mais altos, sem envolver seu capital na operação.

Outra maneira de desestímulo ao crédito institucional na Bahia setecentista foi a indução ao redirecionamento da política de investimentos das instituições sociorreligiosas para outros ramos de atividade econômica. A Misericórdia passou por este processo no final do período colonial, reduzindo sua atuação no mercado creditício e ampliando sua participação no âmbito imobiliário. (FAGUNDES, 2015, p. 140).

Por fim, a que se mencionar, a implementação de fortes barreiras sociais impostas pelas novas elites diretivas de algumas instituições baianas a fim de limitar o acesso ao crédito por parte de determinadas categorias socioeconômicas. Senhores de engenho e lavradores de cana, por exemplo, que em outros tempos coloniais, tinham a dianteira quando o assunto era o

acesso ao dinheiro destas instituições, cada vez mais, eram preteridos, logrando menos êxito nos seus pedidos de empréstimo.

Quando a solicitação não era negada, quase sempre, o valor concedido era abaixo do necessário para atender a demanda. Deste modo, restava aos necessitados do crédito, recorrer aos mesmos dirigentes das instituições socio religiosas, não por meio delas, e sim através de seus representantes e de suas casas comerciais. Em outras palavras, restava ao produtor, acudir-se nas “garras” do crédito privado, que obviamente, ofereciam ativos a taxas de juros muito mais elevadas. As taxas de juros praticadas no mercado paralelo possuíam tendência de alta, seja devido a exiguidade monetária em si, mas, sobretudo: a crescente manipulação artificial da escassez monetária e do crédito, praticada pelos negociantes da praça da Bahia no final do período colonial, fomentada pelo controle do mercado creditício institucional local.

Nenhum destes modos de atuação dos homens de negócio à frente de confrarias são excludentes. Assim, pode ter ocorrido mais de uma estratégia envolvendo uma mesma instituição. O fato é que, os grandes negociantes da praça comercial da Bahia, controlando a posse da moeda, passaram a regular de forma mais efetiva, também o crédito, financiando de maneira crescente a produção e a circulação de mercadorias, e mesmo sem controlar diretamente a produção, obtinham cada vez mais, ágios por operação na Bahia do final do período colonial. Esta é uma característica de atuação da elite econômica baiana no final do século XVIII. Como exemplo, temos o caso do negociante Custódio Ferreira Dias, que enriqueceu principalmente por este mecanismo, personagem central da última seção.

Outra questão que esta tese corrobora é a de que a grande concentração de riqueza constatada no período foi possibilitada dentre outros motivos pela concentração do crédito em poucos cofres. Em outras palavras, a concentração do crédito foi um pilar fundamental para o alto grau de concentração de riqueza. (MASCARENHAS, 1998, p. 196).

O crédito de um modo geral, sobretudo o de vulto, esteve disponível para uma pequena minoria da sociedade baiana. Um indivíduo que reunia condições para “tomar” crédito, se revelava enquanto alguém com alguma posição social. Deste modo, o que então dizer dos indivíduos que possuíam este ativo para conceder? Tratava-se da elite econômica da Bahia colonial, que na virada do século, passou a ser também, uma elite com forte poder político e detentora de significativo prestígio social.

O alto grau de concentração de riqueza e a relação entre esta e o crédito, pode ser ilustrado, como veremos ao longo da tese, por ser o setor credor, muito mais condensado do que o setor devedor, não obstante, isto não implica em um setor mutuário amplo. Apesar de mais pulverizado em relação a quem fornecia crédito, o setor mutuário possuía também alto

grau de concentração. O que estamos afirmando, é que o crédito, sobretudo, o de maior vulto, fornecido para o financiamento da produção, aspecto privilegiado nesta tese, esteve à disposição de uma minoria social da Bahia de finais do século XVIII e início do século XIX.

Para pensar teoricamente o contexto no qual o presente objeto de pesquisa está inserido, nos valem os trabalhos de Caio Prado Jr., Celso Furtado e Fernando Novais. A escolha desta perspectiva teórica se deu a partir da análise empírica dos dados extraídos da massa documental, onde pudemos constatar que a maior parte do crédito transacionado na Bahia do final do período colonial, esteve intimamente relacionada à economia de exportação.

O crescimento da demanda das atividades exógenas à *plantation* se dava em meio ao crescimento do setor agroexportador, demonstrando que os demais setores quando recorriam ao crédito, o faziam, em última instância, impulsionado pelo setor exportador, para alimentar/abastecer as atividades vinculadas ao mercado externo. Assim, nos momentos de expansão da economia de exportação, a necessidade do crédito se generalizava, crescendo em termos relativos de forma similar, entre a atividade principal e as demais atividades localizadas fora da *plantation*.

De acordo com Fernando Novais (NOVAIS, 1979, p. 96), é neste momento que é viabilizada uma maior possibilidade de autonomia do mercado interno, ocorrendo o inverso em períodos de conjuntura externa desfavorável. Este movimento ficou patente após a análise serial dos dados tabulados, onde pudemos observar que quando se ampliava o crédito vinculado à economia de exportação, expandia-se também em proporções semelhantes, o crédito para financiamento da economia de subsistência e o crédito para consumo.

Outra questão fundamental para a adoção da perspectiva teórica supracitada é também resultado de constatação empírica. Maria José Rapassi Mascarenhas (1998) demonstrou através dos inventários *post-mortem* que havia uma exorbitante concentração de capital sob posse de poucos indivíduos. A partir dos dados da autora, percebe-se que apenas 2% dos inventariados, controlavam mais de 40% da riqueza dos soteropolitanos.

Os dados acima permitem inferir que esta massiva concentração de capital nas mãos de poucos sujeitos, não funcionou como estímulo, mas pelo contrário, como entrave ao dinamismo e à expansão do mercado interno da Bahia colonial.

A tendência de crescimento de um mercado interno, passa necessariamente pela ampliação da demanda/consumo, algo que certamente acontece mediante uma maior pulverização da riqueza, elemento muito distante da realidade econômica da Bahia de finais do período colonial, onde o alarmante nível de concentração de riqueza funcionou como estorvo à ampliação de um mercado interno vigoroso e autônomo em relação à economia

metropolitana. Corrobora esta assertiva o fato de que os grandes negociantes da Bahia no período mantiveram sólidas relações comerciais com os homens de negócio reinóis. (PEDREIRA, 1995).

Subsidiar também este ponto de vista os estudos desenvolvidos em torno do conceito de segunda escravidão, que demonstram uma ampliação do tráfico de africanos escravizados para as Américas a partir das duas últimas décadas do setecentos.² Obviamente, a manutenção, e neste caso, mais ainda, o fortalecimento da instituição escravista, no plano estrutural, apenas pode ser pensado, como um grande fator limitador para o desenvolvimento do mercado interno e da autonomia colonial.

Cerca de 60% do volume financeiro transacionado a crédito na Bahia entre os anos de 1777 e 1808 presentes nas escrituras, envolveram relações diretas com os agentes vinculados à economia de exportação. Referimo-nos principalmente aos: grandes credores, traficantes de escravizados, sócios de embarcações, senhores de engenho e fazendeiros de cana.

Do ponto de vista teórico-conceitual, concernente especificamente ao objeto de pesquisa em si, ou seja, o estudo do crédito, esta tese compartilha das noções de moeda do economista francês Jerome Blanc.³ Este autor revisa criticamente os conceitos de moeda mais convencionais que se baseiam em um princípio de exclusividade monetária nacional, entendendo que para uma definição mais ampla e aprofundada, deve-se analisar a moeda de forma empírica, partindo das práticas monetárias dos sujeitos, ou seja, de como as pessoas fazem a sua utilização e não apenas do ponto de vista teórico, de como o Estado a define. Para

² MARQUESE, R.; SALLES, Ricardo (Org.) *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016; MARQUESE, R. B.. *Capitalismo e escravidão e a historiografia sobre a escravidão negra nas Américas*. In: Eric Wililams. (Org.). *Capitalismo & Escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 9-23; MARQUESE, R.; TOMICH, Dale . *O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX*. In: Mariana Muaze; Ricardo Salles. (Org.). *O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão*. 1 ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015, v. 1, p. 21-56; Marquese, Rafael de Bivar. *Capitalismo & escravidão e a historiografia sobre a escravidão nas Américas*. *Estudos Avançados (USP. Impresso)*, v. 26, p. 341-354, 2012; Marquese, Rafael de Bivar. *Capitalismo, Escravidão e a Economia Cafeeira do Brasil no longo século XIX*. *Saeculum (UFPB)*, v. 29, p. 289-321, 2013.

³ Especialista em teoria monetária e história da moeda. Preocupa-se principalmente com a pluralidade de suas formas e usos e com temas relacionados à economia solidária. Defendeu sua tese de doutoramento em ciências econômicas em 1998 intitulada: *Les monnaies parallèles. Approches historiques et théoriques*. É autor de diversos trabalhos, dentre os quais destaca-se: *Les monnaies parallèles. Unité et diversité du fait monétaire*. Paris: L'Harmattan, 2000; *Les monnaies parallèles : évaluation du phénomène et enjeux théoriques*. *Revue d'économie financière, Association d'économie financière* 1998, p.81-102; *Une économie sans argent: les systèmes d'échange local (SEL) (Seuil, 1999, dirigé par J.-M. Servet) et dirigé Monnaies sociales: Exclusion et liens financiers, rapport 2005-2006, (Economica, 2006); Une théorie pour l'économie sociale et solidaire ?*. *Revue Internationale de l'Economie Sociale, Institut de l'économie sociale*, 2014, p.118-125; *Les monnaies sociales en tant que dispositifs innovants : une évaluation. Innovations : cahiers d'économie de l'innovation*, 2012, p.67-84; Jérôme Blanc. *La variété des monnaies citoyennes et leur place dans l'économie sociale et solidaire*. *Economie et Management*, 2013, p.45-50.

Blanc, qualquer instrumento pode ter natureza monetária, ou seja, ser empregado como meio de pagamento, medida e reserva de valor.

Partindo deste pressuposto e em meio ao crescente processo de dolarização mundial a partir dos anos de 1980, Blanc desenvolveu um estudo de base empírica sobre a rápida proliferação de moedas paralelas⁴ no mundo entre 1988 e 1996. Embora a moeda estrangeira seja o exemplo mais comum de moeda paralela, tendo o dólar estadunidense representado no período, de 44% a 57%, o marco alemão cerca de 10% e o franco francês cerca de 8% das moedas não nacionais no período supracitado, segundo Blanc, é um equívoco resumir as moedas paralelas apenas a moedas estrangeiras.

Os instrumentos monetários derivados de organizações comerciais ou administrativas, por exemplo, cresceram vertiginosamente nas últimas décadas. Inseridos nesta tipologia de moeda paralela, destaca-se os tickets-alimentação, os vale-transportes e os programas de fidelização de clientes pelas empresas. Na amostragem de Blanc, estas significaram 7% do universo total transacionado no planeta.

Outro tipo de *paramoeda* que cresceu ainda mais nos últimos anos, são aquelas inspiradas em princípios sociais e ou ambientais, sem motivação comercial, mas pelo contrário, muitas vezes trazendo no bojo de sua criação, ideologias de reparação social, estas são também definidas como moedas sociais, ou ainda, como moedas locais, pois geralmente circulam numa circunscrição geográfica bem definida e são aceitas apenas por membros de uma mesma comunidade. Elas representaram segundo o autor, 10% de todas as moedas paralelas que circularam em todo o mundo entre os anos de 1988 e 1996. Consoante Blanc, neste período, registrou-se a criação de quatrocentos e sessenta e cinco moedas paralelas em cento e trinta e seis países.

É perfeitamente inteligível a noção ampliada de moeda de Jerome Blanc para a economia capitalista contemporânea, com o objeto de estudo desta tese, inserida no contexto de economia colonial, pois trata-se de uma economia que adotou diversos mecanismos simultâneos para a troca e a circulação de mercadorias.

Na Bahia colonial, além da moeda metálica, foram amplamente utilizadas, a “moeda de conta” (moeda escritural), ou seja, créditos passados em favor do vendedor ou

⁴ Segundo definição do próprio autor, moedas paralelas são instrumentos monetários utilizados concomitantemente à moeda nacional. São geralmente reconhecidas pela autoridade monetária nacional. Não se destinam a substituir a moeda nacional, portanto não concorrem entre si, são na verdade complementares. Tem como característica um circuito monetário restrito, acessível apenas aos seus membros.

emprestador⁵, “as moedas da terra”, em outras palavras, os pagamentos em espécie⁶, neste quesito o açúcar sempre foi o maior referencial em se tratando da Bahia colonial, mas obviamente, diversos outros produtos foram aceitos como moeda de troca, nomeadamente aqueles que gozavam de altos preços no mercado externo, a exemplo do tabaco e do algodão no contexto de segunda metade do setecentos. E ainda a oitava do ouro em pó,⁷ que apesar de circular predominantemente na maior região produtora, neste caso nas Minas Gerais, beneficiou as demais regiões abastecedoras, dentre elas a Bahia durante boa parte do século XVIII. Há ainda que se mencionar o zimbo, concha de molusco encontrada principalmente na região de Caravelas, no sul da Bahia, amplamente valorizada e aceita como moeda na África Central no período colonial. (ALENCASTRO, 2000, p. 256-257).

Metodologicamente, esta tese foi desenvolvida através da serialização e da quantificação de dados extraídos da documentação, principalmente, escrituras públicas e o inventário *post-mortem* de Custódio Ferreira Dias. Trata-se, portanto, de um trabalho em história econômica de natureza serial e quantitativa apoiado metodologicamente em uma historiografia de tradição francesa iniciada na década de 1930 com o trabalho de Camille - Ernest Labrousse sobre os movimentos de preços na França do século XVIII. (LABROUSSE, 1932).

A pesquisa e suas fontes

Compreendemos o crédito para a Bahia do final do período colonial, como uma relação econômica e social, em que as relações pessoais não se constituíram enquanto um motivo basilar, mas apenas, um dos vários aspectos condicionantes para a concretização da atividade creditícia. Portanto, o objeto primordial desta tese não é a análise da constituição de relações sociais em torno do crédito, mas efetivamente o crédito em si, ou seja, o crédito numa perspectiva econômica inserido na sociedade colonial.

Com o crédito, tudo se comprava e tudo se pagava. A “moeda de conta” que na sua origem, foi aceita mediante uma relação pessoal de confiança entre credor e devedor, com o passar do tempo e diante das circunstâncias da economia colonial, adquiriu maior complexidade, funcionando como meio de pagamento entre desconhecidos.

⁵ Nestes casos se cobrava um ágio pela operação. No final do período colonial o usual era 5% anuais de “avanço”.

⁶ Neste tipo de operação, também se cobrava um ágio. O comprador por não receber o pagamento em dinheiro de contado, adquiria o produto a um preço diferenciado abaixo do valor de mercado.

⁷ A oitava do ouro em pó, descontados o imposto do Quinto, valia em boa parte do século XVIII cerca de 1\$200 réis.

O credor ou detentor da letra, na condição de devedor de outrem, poderia “transpassar seu crédito” a fim de quitar seu débito, passando o risco para um terceiro, que não necessariamente o conhecia suficientemente para possuir uma relação de confiança com o devedor original. A nosso ver essa situação retrata uma característica típica da economia soteropolitana colonial, que ao se tornar uma urbe cada vez mais complexa, desenvolveu tendências à impessoalidade.

A constatação a partir da documentação utilizada de um movimento frenético de moeda escritural, que trocavam de mãos com bastante rapidez, corrobora a noção de crédito adotada nesta tese.

No que tange ao aspecto metodológico, esta tese apesar de não negligenciar as variadas formas de utilização do crédito, pelos diferentes grupos sociais da Bahia do final do período colonial, destaca o crédito para financiamento, ou seja, aquele de maior volume, destinado a subsidiar o setor agroexportador e o comércio transatlântico.

Tal opção metodológica se justifica pela própria natureza das fontes (escrituras e inventário). Consideramos esta tipologia de fonte “mais útil” para o estudo do crédito de maior vulto, do que para o estudo do micro-crédito ou do crédito informal, pois boa parte do crédito fornecido nas economias coloniais, por inúmeros motivos, não eram registrados em cartório.

As escrituras públicas

As escrituras públicas são documentos valiosos para a pesquisa histórica. Toda a vida civil local, no período colonial, estava registrada nos cartórios. Consiste, portanto numa “radiografia” de uma determinada sociedade. Nos dois cartórios existentes em Salvador no final do período colonial, é possível encontrar uma gama variada de assuntos presentes nas escrituras. As tipologias mais comuns foram respectivamente: Escritura de venda; escritura de quitação; de procuração; escritura de dívida e obrigação com e sem hipoteca; de liberdade; escritura de contrato de sociedade; de distrate ou distrato; escritura de cessão e transpasse; escritura de aluguel; escritura de aforamento; de arrendamento; escritura de doação; escritura de fiança; e de filiação e legitimação.

As escrituras de venda foram as mais frequentes. Como traz a própria nomenclatura, refere-se ao registro da venda de algum bem.

As escrituras de quitação serviam para desonerar um devedor, provando que ele estava desobrigado de determinada dívida.

A grande quantidade de **escrituras de procuração** pode ser explicada por dois motivos principais. O primeiro, o fato de a Bahia colonial ser constituída, na sua maioria, por indivíduos iletrados, fazendo com que as procurações a terceiros (advogados/procuradores) fosse um recurso recorrentemente utilizado pela sociedade baiana para a resolução de problemas, desde os mais simples até os mais complexos. A segunda causa principal era a forte presença de capital dos homens de negócio metropolitanos em solo baiano, necessitando dar poder de atuação aos seus representantes, administradores ou caixeiros-correspondentes, através das procurações.⁸

A **escritura de dívida com ou sem hipoteca** também foi muito comum nos tabelionatos da Salvador colonial. Os credores, a fim de diminuir as chances de prejuízos futuros, iam até os cartórios para registrar suas transações.

As escrituras de dívida com hipoteca eram mais assíduas nos livros de notas. A não exigência de hipoteca, em alguns casos, se deve ao que tudo indica, à proximidade entre credor e devedor ou no caso de dívidas de menor monta. As escrituras de dívida que envolvia grandes valores financeiros, quase que na sua totalidade, possuía hipotecas de bens do devedor como garantia.

As escrituras de liberdade também foram consideráveis na Bahia do final do período colonial. As grandes cidades coloniais, a exemplo de Salvador, com sua intensa dinâmica econômica, eram ambientes propícios para os escravizados angariarem pecúlio para a aquisição de sua liberdade. (REIS; SILVA, 1989; MATTOSO, 1978).

As escrituras de contrato de sociedade eram cada vez mais presentes no avançar do setecentos. Os investimentos de vulto eram quase sempre realizados em regime de parceria (sociedade) entre dois ou mais indivíduos. As viagens transatlânticas, por seu alto risco, e as construções de embarcações de grande porte, por envolverem altas cifras, raramente eram bancadas por apenas um indivíduo. Não obstante, não se deve pensar, que as sociedades comerciais eram restritas apenas aos grossos cabedais, pois elas ocorriam com relativa frequência, entre negócios de menor cifra, como no *comércio a retalho*. Era comum, por exemplo, grandes negociantes abastecerem vendas ou lojas em dificuldades financeiras e se tornarem conseqüentemente sócios do negócio.⁹

As escrituras de distrato de sociedade ocorriam normalmente quando havia divergências entre os sócios. Nestes casos, as partes envolvidas dirigiam-se até o tabelião para registrar o distrato, ou seja, o fim do contrato de sociedade. Estas escrituras costumavam

⁸ Para um estudo mais aprofundado de uma rede de negócios com dimensões continentais no contexto do Império português: Cf. GODINHO, 1953; PEDREIRA, 1995; COSTA, 2002.

⁹ APEB. Seção: Judiciário; Livros de Notas de Salvador, 1777-1808.

originar imediatamente outra escritura, geralmente de dívida e obrigação, comprometendo-se uma das partes, a comprar/indenizar a outra parte da sociedade.¹⁰

A escritura de cessão e transpasse foi recorrente na economia colonial da Bahia. (SANTOS, 2010, p. 71-89). Havia uma forte circulação de documentos com valor cartorário entre credores e devedores. Como uma espécie de moeda escritural, estes papéis substituíam, mesmo que precariamente, a moeda metálica. Em outras palavras: com o crédito, tudo se comprava e tudo se pagava. Negociantes e ou prestamistas aproveitavam-se destas características da baiana colonial e compravam créditos (títulos) cobrando um ágio por esta operação.

As escrituras de aluguel, como sua própria nomenclatura evidencia, referem-se a um contrato entre locador e locatário, no qual este último passava a ter o direito de posse sobre uma determinada propriedade, em troca de um pagamento periódico. Usualmente, estas escrituras versavam sobre casas de morada.

As escrituras de arrendamento diferentemente das escrituras de aluguel, que se referiam geralmente a casas de morada, eram feitas, via de regra, sobre uma propriedade que possuía potencial para oferecer alguma renda ao locatário. No âmbito urbano, tratava-se, muitas vezes, de casas de morada com comércios acoplados (lojas, vendas, tabernas, etc., ou mesmo, prédios com benfeitorias para comércio, ou seja, algum tipo de instalação que facilitaria a abertura de um negócio já no âmbito rural, geralmente consistiam em terras para cultivo de alguma cultura.

As escrituras de aforamento dizem respeito ao pagamento de um foro chamado *laudêmio*, onde o enfiteuta, ou seja, aquele que tem o domínio útil do imóvel paga(va) um valor periódico anual denominado foro ao senhorio direto. Este tipo de situação era comum no caso de construções de particulares em terrenos de propriedade do Estado ou de instituições religiosas. Geralmente, os foreiros da Bahia colonial eram proprietários das casas e das benfeitorias nelas realizadas, mas não do terreno, isto gerava uma taxa denominada foro que, quando registrada em cartório, originava as escrituras de aforamento. Por uma complexa soma de fatores (precária fiscalização dos imóveis, disputas de heranças, presença de terrenos baldios e doações sem a devida comprovação), dentre outros motivos, os aforamentos foram recorrentes na Bahia colonial.

Os particulares construíam imóveis em terras foreiras, possibilitando a abertura de uma via de arrecadação estatal e religiosa, sobretudo, a segunda, pois as instituições

¹⁰ APEB. Seção: Judiciário. Livros de Notas de Salvador, 1777-1808.

religiosas, a exemplo das Santas Casas de Misericórdia, recebiam muitas doações em bens de raiz possibilitando beneficiar-se com o recebimento de foros. (FAGUNDES, 2015, p. 103).

As escrituras de doação foram frequentes na Bahia colonial, dentre vários motivos, pode-se mencionar algumas características sociorreligiosas existentes naquela sociedade. Muitos indivíduos ao buscar a remissão dos pecados e a salvação da alma, outros por não deixarem herdeiros, seja pela alta taxa de mortalidade infantil ou de baixa reprodução natural ou, ainda, pelas “dificuldades” dos homens de mor qualidade em arranjar bons casamentos numa sociedade que buscava imitar os valores fidalgos metropolitanos, acabavam ao final da vida, doando seu patrimônio total ou parcial às instituições religiosas. (RUSSEL-WOOD, 1981, p. 116)

As escrituras de fiança comumente envolviam as pessoas menos abastadas da sociedade, dentre eles, os escravizados. Seus senhores costumavam pagar a fiança, pois esta possuía um valor mais baixo do que o valor de mercado do cativo. Entre os livres, o pagamento da fiança poderia assegurar ganhos econômicos, seja pelos juros cobrados em relação ao valor da fiança, seja por melhores oportunidades de negócio futuro com ou através do ex-recluso, ou ainda aumento de produtividade do afiançado em decorrência de um suposto fortalecimento de vínculos parentais entre o fiador e o afiançado. (MAUSS, 1974; POLANYI, 2000; GODELIER, 2001).

A forte presença de **escrituras de filiação e legitimação** também podem ser justificadas pelos valores cristãos presentes na Bahia colonial. Os indivíduos na busca da remissão dos pecados e pela salvação da alma, por vezes, reconheciam a paternidade através de testamentos e dos livros de notas.

Das quatorze tipologias de escrituras públicas que consideramos mais comuns presentes nos tabelionatos de Salvador do final do período colonial, utilizamos seis para o estudo do crédito e da liquidez monetária na Bahia colonial, nomeadamente: Escritura de dívida e obrigação; de quitação; de venda; de cessão e transpasse de distrato de sociedade e de contrato de sociedade. Através destas, foi possível mapear o crédito e a liquidez monetária na Bahia entre os anos de 1777 e 1808.

Inventário *post-mortem*

Um inventário *post-mortem* é composto basicamente por duas partes principais. Na primeira parte consta o levantamento e a avaliação de todos os bens do inventariado; móveis, utensílios, jóias, semoventes, bens de raiz, dinheiro de contado, bem como, as dívidas ativas

(vendas a prazo, dinheiro emprestado e ou serviços prestados), e as dívidas passivas, desde despesas ordinárias, até despesas médicas, gastos com o funeral e com as custas do próprio processo de inventário e, o monte-mor.

Já a segunda parte, trata-se do auto de partilha, onde é apresentado o quinhão de cada herdeiro, ou seja, a relação de bens deixados pelo inventariado que cabe ao cônjuge e a cada um dos seus herdeiros. Entre estas partes, podem aparecer: certidões do contraste do avaliador do ouro e da prata, além de declarações e petições diversas.

Problemas com as fontes

Trabalhar com fontes primárias do período colonial não é tarefa das mais fáceis. Exige muita paciência do historiador, sobretudo, por conta do estado de conservação dos documentos. Tanto nos livros de notas, quanto no caso do inventário de Custódio Ferreira Dias, os problemas são relativamente os mesmos. Há casos em que faltam folhas ou estas estão fora de ordem. Casos em que as folhas estão rasgadas. Trechos total ou parcialmente apagados pelo desbotamento da tinta. Existem também muitos buracos, seja pela ação oxidante da tinta ou pela ação de insetos. Há páginas úmidas que provocam a junção de várias folhas impossibilitando seu manuseio. Existem casos em que o excesso de tinta na pena ou a ponta mais grossa do que o desejado dificulta a leitura pela perda do traçado convencional da palavra.

Há casos que pelo excesso de tinta, há uma penetração da mesma no outro lado do papel, dificultando e, por vezes, até impossibilitando, a leitura do conteúdo da página seguinte.

As abreviaturas também dificultaram significativamente o trabalho paleográfico. As mudanças de *scriptor* entre uma documentação e outra, também foi um fator agravante no trabalho de transcrição, pois o paleógrafo ao longo do tempo se adapta às características de escrita de cada *escriptor*, sendo a sua substituição, um momento de nova fase de adaptação para quem transcreve.

Etapas do Trabalho com as fontes

Após a definição do objeto de pesquisa, o trabalho passou a ser a definição da tipologia documental a ser utilizada. A escolha recaiu sobre o uso de escrituras públicas e o inventário *post-mortem* de Custódio Ferreira Dias.

Definido o escopo documental, o trabalho se concentrou no levantamento das fontes disponíveis, onde foi feito uma catalogação sistemática e completa da massa documental. Tratou-se de trinta e dois livros de notas e um inventário *post-mortem*, todos disponíveis no Arquivo Público do Estado da Bahia.

Em seguida, digitalizou-se a documentação e após isto, iniciou o trabalho paleográfico de transcrição e levantamento dos dados existentes na documentação.

Diante de todos os dados levantados e ou transcritos, a preocupação foi definir o melhor método a ser utilizado, no qual adotamos o serial e o quantitativo.

Passamos em seguida, à montagem de um grande banco de dados, a partir da extração e da sistematização das principais informações de ordem quantitativa e qualitativa presentes na documentação.

Por fim, passamos a produzir os gráficos, tabelas e quadros utilizados na tese.

Possibilidades de pesquisa para a história econômica

As possibilidades de pesquisa para a história econômica, tendo como fonte documental os livros de notas e inventários *post-mortem*, são inúmeras. É possível pesquisar: o mercado imobiliário; a trajetória dos homens de negócio e suas redes de atuação e colaboração; o grau de endividamento dos diferentes grupos sociais; as características dos negócios mercantis; o preço dos aluguéis; o volume de doações às instituições; o preço médio de diversos bens, mercadorias e serviços, dentre eles os escravizados; o nível de liquidez da economia e o mercado creditício, dentre outras. Estas duas últimas possibilidades foram aquelas que se tornaram privilegiadas nesta pesquisa. Portanto, nesta tese, buscamos por meio das escrituras, e do inventário, analisar o mercado de crédito e o grau de liquidez monetária existente na economia baiana entre os anos de 1777 e 1808.

Estrutura da tese

A tese está dividida em cinco capítulos, além de introdução e considerações finais. No primeiro capítulo intitulado **Notas acerca de um debate: Os modelos teóricos da economia**

colonial: apresentamos os principais modelos explicativos desenvolvidos para pensar a estrutura e o funcionamento da economia colonial.

Dividimos o referido capítulo, em três seções, considerando as semelhanças teóricas entre os autores selecionados. Na primeira seção, analisamos em conjunto as obras de Caio Prado Jr., Celso Furtado e Fernando Novais. Uma premissa básica da interpretação destes três autores reside no entendimento de que a economia colonial era parte integrante de uma estrutura muito maior (o mercado europeu). Deste modo, as características estruturais básicas do funcionamento da referida economia (monocultura, grande propriedade, mão de obra escrava), foram forjadas para atender ao mercado externo.

Na segunda seção, analisamos as semelhanças entre o pensamento de Ciro Flamarion Cardoso e Jacob Gorender. Em linhas gerais, ambos os autores buscaram estudar a economia colonial a partir de suas estruturas internas para além da relação metrópole-colônia.

Na terceira seção, apresentamos uma terceira geração de historiadores que constituiu o debate teórico sobre as características da economia colonial. Selecionamos os trabalhos individuais e em conjunto de João Fragoso e Manolo Florentino. Segundo estes autores, parte do excedente da economia de exportação, retido na economia colonial, possibilitava o desenvolvimento de atividades vinculadas ao mercado interno, possibilitando a este desenvolver uma dinâmica própria, com relativo grau de autonomia em relação às flutuações da economia internacional.

Na quarta e última seção, discutimos os principais modelos teóricos sobre a economia colonial, tomando partido e justificando a perspectiva teórica adotada, relacionando-a com os resultados empíricos obtidos do presente objeto de pesquisa.

Sem negligenciar a existência de um mercado interno, com flutuações próprias dentro da economia baiana colonial frente ao mercado externo, demonstraremos que o principal destino do crédito eram as atividades ligadas ao mercado externo, pois cerca de 60% do volume de crédito transacionado envolveram relações diretas com a economia de exportação.

O crescimento da demanda das atividades exógenas à *plantation* se dava em meio ao crescimento do setor agroexportador, demonstrando que os demais setores quando recorriam ao crédito, o faziam impulsionados pelo setor exportador, a fim de abastecer principalmente as atividades vinculadas ao mercado externo. Assim, nos momentos de expansão da economia de exportação, a necessidade do crédito se generalizava, crescendo em termos relativos de forma similar entre a atividade principal e as demais atividades localizadas fora da *plantation*. Consoante a Fernando Novais, é neste momento que é viabilizada uma maior possibilidade de autonomia do mercado interno, ocorrendo o inverso em períodos de conjuntura externa

desfavorável. Este movimento ficou patente após a análise serial dos dados tabulados, onde pudemos observar que quando se ampliava o crédito vinculado à economia de exportação, expandia também em proporções semelhantes, o crédito para financiamento da economia de subsistência e o crédito para consumo.

O segundo capítulo **Autores coloniais e colonialistas** foi dividido em duas partes principais. Na primeira, apresentamos os autores da época colonial que se debruçaram sobre a temática do crédito e da questão monetária na colônia. Na segunda parte, foi feito um balanço historiográfico apresentando os principais estudos sobre o crédito no Brasil colonial.

No terceiro capítulo intitulado **Hierarquização Social e Conjuntura Econômica**, apresentamos as principais características sociais e econômicas da Bahia entre finais do século XVIII e início do século XIX; expomos a origem e o desenvolvimento da cidade da Bahia; suas freguesias urbanas e rurais, a estratificação social e econômica; a elite econômica baiana e a participação da Bahia no comércio colonial.

O tema central do quarto capítulo é: **O mercado de crédito na Bahia colonial**. Nele, analisamos o mercado de crédito privado, o mercado de crédito institucional e a presença de dinheiro na economia da Bahia colonial.

O objetivo central do quinto e último capítulo intitulado: **Riqueza e crédito: A trajetória econômica de Custódio Ferreira Dias** foi reconstituir a trajetória econômica de um dos maiores credores da Bahia no período compreendido entre 1777 e 1808, trata-se de Custódio Ferreira Dias. Analisamos os seus principais locais de atuação, os tipos de investimento, a composição do seu patrimônio, destacando a relevância de suas dívidas ativas em seu processo de enriquecimento.

2 NOTAS ACERCA DE UM DEBATE: OS MODELOS TEÓRICOS DA ECONOMIA COLONIAL

Nosso objeto de pesquisa está diretamente vinculado ao funcionamento da economia colonial, por isso consideramos pertinente sistematizar os principais modelos teóricos existentes sobre a referida economia. Evidentemente, não abarcaremos todos os autores que trataram destas questões, por isso selecionamos aqueles que, através da história econômica, melhor contribuíram para o debate, respectivamente: Caio Prado Júnior (1987), Celso Furtado (1975), Fernando Antonio Novais (1989), Jacob Gorender (1992), Ciro Flamarion Santana Cardoso (1979;1981;1985;1987) e João Luís Ribeiro Fragoso e Manolo Garcia Florentino (2001).

2.1 A ESCOLA DO “SENTIDO DA COLONIZAÇÃO”

Caio Prado Jr. perscrutando compreender os problemas brasileiros de sua época, a exemplo do retardo econômico, defasagem tecnológica e desigualdade social, esquadrinhou as respostas na formação histórica do capitalismo. Durante as décadas de trinta e quarenta do século XX, no processo de maturação de suas idéias, o autor escreveu “Evolução Política do Brasil”, em 1933, e na década seguinte, em 1942, publicou “Formação do Brasil Contemporâneo”. Em ambos os trabalhos se observa a noção de uma economia colonial vinculada ao capitalismo em formação, ou seja, a colônia não seria um organismo autônomo estabelecido a partir de suas relações endógenas, mas, ao contrário, era parte integrante de uma engrenagem mais ampla (o comércio europeu).

A seguir, destaca-se um fragmento do texto em que Prado Jr. demonstrou esta perspectiva analítica:

...todos os grandes acontecimentos desta era a que se convencionou com razão chamar de “descobrimientos”, articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu. Tudo que se passa são incidentes da imensa empresa comercial a que se dedicam os países da

Europa a partir do séc. XV e que lhes alargará o horizonte pelo oceano afora. Não tem outro caráter a exploração da costa africana e o descobrimento e a colonização das ilhas pelos portugueses, o roteiro das Índias, o descobrimento da América, a exploração e ocupação de seus vários setores. (PRADO JÚNIOR, 1977, p. 22).

A organização da empresa colonial possuía um sentido: “o sentido da colonização”. Esta é a categoria analítica fundamental que permeou o pensamento pradiano, por isto, o fenômeno da colonização do Brasil não foi tratado como algo circunstancial, mas ao contrário, a concepção de “Sentido” propõe uma intencionalidade que, na perspectiva da metrópole, seria induzir a colônia a produzir e ofertar o máximo possível de gêneros tropicais à economia europeia. Em uma das passagens mais citadas de obra, Caio Prado afirma:

Todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo “sentido”. Este se percebe não nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo. (PRADO JÚNIOR, 1977, p. 19).

A partir da introdução da noção-chave, o autor expõe as características essenciais que fundamentavam a vida material da colônia: a grande propriedade monocultora, a utilização de mão de obra escravizada em larga escala, amplamente direcionada para o mercado externo.

Caio Prado tratando estes elementos como substanciais, deixou outras questões, como a pequena e a média propriedade, a economia de subsistência e o mercado interno, como temas secundários.

Além das atividades fundamentais...poderíamos acrescentar outras, como a pecuária, certas produções agrícolas, em suma aquelas atividades que não tem por objetivo o comércio externo...não podemos colocá-las no mesmo plano, pois pertencem a outra categoria, e categoria de segunda ordem. Trata-se de atividades de subsidiárias destinadas a amparar e tornar possível a realização das primeiras. Não tem uma vida própria, autônoma, mas acompanham aquelas, a que se agregam como simples dependências. (PRADO JÚNIOR, 1977, p. 124).

Considerando as dificuldades inerentes à época em que produziu a maioria de seus escritos, julgamos infundadas a maior parte das críticas dirigidas à Caio Prado Jr., a exemplo da imputação de ter sido teleológico, pois escrevendo na primeira metade do século XX e partindo de um “momento preciso, já muito adiantado” (PRADO JR. 1977, p. 20) da História do Brasil, que é o final do período colonial, o que o autor encontra em ambos os contextos é um Brasil ocupando posição semelhante no cenário econômico internacional, ou seja, uma economia subsidiária, complementar, fornecedora de matérias-primas e de produtos de primeira necessidade às potências capitalistas. A adoção do conceito de “Sentido” não surge a *priori* como necessidade básica de sua narrativa, mas ao contrário, é resultante das suas

indagações e constatações a partir das observações enquanto sujeito inserido na realidade econômico-social brasileira de seu tempo presente, isto é, o Brasil das primeiras décadas do século XX.

Ademais, a pequena e média propriedade e a existência de um mercado interno não foram recusados pelo autor. Sobre a primeira, considerou que diante da *plantation* escravista, ela não encontrou espaço suficiente para se desenvolver a contento e, acerca do segundo, reputou que era limitado. Lendo minuciosamente a obra de Prado Junior fica patente que essas lacunas não são resultado de negligência¹¹, mas decorrentes do estilo ensaístico adotado que privilegiou uma análise macroestrutural da economia em análise – a dinâmica de funcionamento da economia colonial vinculada ao capital mercantil europeu – o que obrigou o autor a deixar para segundo plano demais questões como, a intensidade do mercado interno.

Criticar um autor que escreveu seus trabalhos nas décadas de 1930 e 1940, um dos pioneiros no esforço de sistematizar uma história econômica do Brasil, intelectual que influenciou uma legião de estudiosos da segunda metade do século XX, apenas pelo fato de ter posto a questão do mercado interno para segundo plano, é iníquo.

Além da opção metodológica e das questões de enfoque e abordagem mencionadas, deve-se considerar a dificuldade de acesso às fontes na época e a ausência de estudos monográficos regionais com forte valor empírico que só se proliferaram em fins da década de 1970 com a expansão dos programas de pós-graduação em História no Brasil. Como em todo o trabalho de vanguarda, as lacunas são inevitáveis e “saudáveis” ao desenvolvimento do conhecimento histórico.

Seguindo a mesma perspectiva teórica de Caio Prado Júnior, o economista Celso Furtado, estimulado pela criação da Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL publicou em 1959 “Formação Econômica do Brasil”. Esta obra obteve tanta repercussão nos meios acadêmicos à época, que a partir do lançamento da primeira edição, paulatinamente, a disciplina Formação Econômica do Brasil passou a integrar as matrizes curriculares dos cursos de graduação em Ciências Econômicas de todo o Brasil e em alguns cursos de graduação em História.

As conclusões do autor em relação à formação econômica do Brasil e a posição do país no mercado internacional são convergentes às ideias pradianas. Para Furtado, a economia colonial era parte integrante de algo mais amplo e extremamente depende dela – a economia

¹¹ Em algumas passagens do livro “Formação do Brasil Contemporâneo”, o autor se refere a existência de um mercado interno, a exemplo da página 125 da 15ª edição publicada em 1977.

mercantil europeia. Estas características da economia colonial, de acordo com Furtado, produziam como consequência um reduzido grau de autonomia.

Sendo uma grande plantação de produtos tropicais, a colônia estava intimamente integrada nas economias européias, das quais dependia. Não constituía, portanto, um sistema autônomo, sendo simples prolongamento de outros maiores. (PRADO JR, 1977, p. 95).

Furtado inovou ao introduzir conceitos puramente econômicos sem, no entanto, “perder de vista” o referido processo histórico. A partir de conceitos como: produção, distribuição e fluxo de renda, o autor analisou a formação econômica do Brasil desde a economia colonial até a gênese da economia industrial.

A principal conclusão do autor acerca da economia colonial é que a causa preponderante para o retardo econômico brasileiro foi a economia escravista agroexportadora. Segundo ele, a produção extensiva possibilitada pelas vastas extensões territoriais com utilização em larga escala de mão de obra escravizada, dificultou o progresso tecnológico, além disso, o direcionamento para o mercado externo associado à escassez de renda monetária limitava o desenvolvimento do mercado interno.

Para Furtado, o tripé pradiano (monocultura para exportação, grande propriedade e mão de obra escrava) promoveu grande concentração de renda tanto entre os grupos sociais, quanto entre as diferentes regiões do Brasil, beneficiando apenas as regiões produtoras de artigos em alta de preços no mercado internacional.

Excetuando os conceitos técnicos das Ciências Econômicas, qual foi a grande contribuição de Celso Furtado ao modelo pradiano? Indubitavelmente, a inovação reside no estudo das flutuações de preços da economia colonial. Partindo da premissa da falta de autonomia da economia colonial e da dependência das flutuações do mercado internacional, Furtado constata que nos períodos de alta de preços dos produtos de exportação no mercado internacional, a *plantation* escravista demandava mais produtos para o seu abastecimento, estimulando assim o mercado interno. Já nos períodos de deflação nos preços dos principais produtos de exportação, ocorria justamente o inverso, ou seja, o dinamismo do mercado interno tendia a se reduzir. A explicação para esta involução se dava pelo fato de que a atividade principal da economia colonial, ao diminuir sua demanda e reduzir a aquisição dos produtos de subsistência fora da *plantation*, passava ela mesma a produzi-los através do deslocamento de parte do contingente de mão de obra escravizada ociosa da lavoura de exportação para a lavoura de produção para subsistência.

Outro importante autor que compõe a “Escola do Sentido da Colonização” é Fernando Antonio Novais que, em 1979 publicou *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial, 1777-1808*. Compreendemos que Novais sofisticou a teoria pradiana. Por meio da introdução do conceito de Antigo Sistema Colonial, ou seja, o sistema resultante da expansão marítimo-comercial das nações europeias nas sociedades do Antigo Regime, o autor demonstrou as vantagens econômicas que as metrópoles possuíam em relação às suas respectivas colônias.

Focalizando especificamente as relações entre Portugal e Brasil dentro desta estrutura, Novais demonstrou como as metrópoles enquadraram as áreas colonizadas através de um dos instrumentos de política econômica mercantilista, o exclusivo metropolitano, que, para o autor, se constituiu como peça-chave dentro da “engrenagem” denominada *Sistema colonial*. Este sistema, através de seus vários instrumentos, incluindo o “pacto colonial” ou “exclusivo metropolitano” desempenhou papel fundamental no processo de acumulação primitiva de capitais no período moderno, etapa necessária ao surgimento do capitalismo industrial na Europa. Vejamos como Novais conceituou o Sistema Colonial:

Numa primeira aproximação, o sistema colonial apresenta-se-nos como o conjunto das relações entre as metrópoles e suas respectivas colônias, num dado período da história da colonização; na Época Moderna, entre o Renascimento e a Revolução Francesa, parece-nos conveniente chamar essas relações...de Antigo Sistema Colonial da era mercantilista. (NOVAIS, 1989, p. 57).

Novais, assim como Caio Prado Júnior e Celso Furtado, compreende que eram as necessidades da economia europeia ocidental que ditavam as “regras do jogo” das relações entre o centro e a periferia na economia-mundo do período moderno. Em outras palavras, eram as demandas das metrópoles que conformavam o papel das suas respectivas colônias, a saber: fornecer produtos agrícolas extremamente valiosos no mercado internacional; fornecer matérias-primas para a produção manufatureira e a *posteriori* maquinofatureira; fornecer metais preciosos amoldáveis (demanda típica da política econômica mercantilista de Antigo Regime), além de assegurar a exclusividade do comércio para as suas respectivas metrópoles. Novais, assim, deslinda sobre a acepção do sentido da colonização:

...ao se transitar do comércio para a colonização, passava-se da comercialização de bens produzidos por sociedades já estabelecidas para a produção de mercadorias e montagem de uma sociedade nova. Engajava-se, assim, a ocupação, povoamento e valorização de novas áreas, e sua integração nas linhas da economia europeia. A exploração ultrapassava dessa forma o âmbito da circulação de mercadorias, para promover a implantação de economias complementares extra-européias...E não obstante tais

diferenças fundamentais, e as dimensões novas que assumia a atividade colonizadora ao transcender a exploração do comércio ultramarino, a colonização guardou na sua essência o sentido de empreendimento comercial donde proveio; a não existência de produtos comercializáveis levou à sua produção, e disso resultou a ação colonizadora. Assim se ajustavam as novas áreas aos quadros das necessidades de crescimento da economia européia. A colonização moderna portanto...tem uma natureza essencialmente comercial: produzir para o mercado externo, fornecer produtos tropicais e metais nobres à economia européia, eis, no fundo, o sentido da colonização. (NOVAIS, 1989, p. 68).

Concluindo a síntese da teoria Novasiana, se faz necessário mencionar a crise do *Antigo Sistema Colonial*, que deve ser investigada dentro do próprio sistema, nas suas contradições internas. Enquanto o sistema colonial atendia as demandas da acumulação primitiva de capitais, não havia contradição, pois as colônias de exploração¹², funcionando como economias complementares das nações europeias, fornecendo-lhes produtos valiosos altamente demandados, e provendo-lhes de matérias-primas necessárias à produção artesanal e ou manufatureira, garantia-lhes a autonomia e a competitividade no mercado internacional.

Entretanto, este processo, ao acelerar a acumulação primitiva de capitais, através da transferência de renda das colônias para as metrópoles, criou as bases para o surto maquinofatureiro que, por sua vez, necessitava da expansão da demanda nas áreas coloniais, o que certamente era incompatível com as características básicas das colônias inseridas no Sistema Colonial das sociedades de Antigo Regime. Eis o que Novais denomina de: “núcleo dinâmico do sistema”, ao funcionar plenamente, cria paralelamente as condições de sua crise e superação. Vejamos a seguir uma passagem que ilustra este prisma:

O universo das relações mercantis é função dos senhores e, digamos, agregados. A massa de produtores diretos (escravos) vive fora das relações mercantis, e isso trava a constituição de um mercado interno. No conjunto, tal configuração do mundo colonial responde ao funcionamento do sistema, enquanto as economias centrais se desenvolvem apenas no nível da acumulação primitiva de capitais, e a produção se expande no nível artesanal, ou mesmo manufatureiro. Quando, porém essa etapa é ultrapassada, e a mecanização da produção com a Revolução Industrial, potenciando a produtividade de uma forma rápida e intensa, leva a um crescimento da produção capitalista num volume e ritmo que passam a exigir no ultramar mais amplas faixas de consumo, consumo não só de camadas superiores da sociedade, mas agora da sociedade como um todo, o que se torna imprescindível é a generalização das relações mercantis. Então o *sistema* se compromete, e entra em *crise*. (NOVAIS, 1989, p. 112).

¹² Conceito básico e necessário para distinguir as colônias que faziam parte do Antigo Sistema Colonial, a exemplo das zonas tropicais e as que não fizeram parte, pelo menos em um primeiro momento, a exemplo das zonas temperadas que de imediato por não satisfazer a contento as demandas do mercado europeu se constituíram enquanto colônias de povoamento.

O fato de a crise do Sistema Colonial ocorrer em meio a um momento de prosperidade econômica para a Metrópole lusitana, não configurou segundo Novais, numa contradição, haja vista que as relações entre Portugal e Brasil eram apenas parte desta estrutura mais ampla, denominada Sistema Colonial, no qual Portugal estava longe de ocupar, àquela altura, posição de protagonismo. Aliás, o próprio Sistema Colonial denominado de estrutura, se constitui enquanto tal, apenas do ponto de vista econômico. Em outras palavras, o Antigo Sistema Colonial é apenas a face econômica das sociedades de Antigo Regime, este sim, era a verdadeira estrutura em crise.

No aspecto econômico, Fernando Novais demonstrou o esforço inspirado em um despotismo esclarecido português a partir do consulado pombalino para defender o território, fortalecer o exclusivo, minimizar o contrabando, estas, além de outras medidas com o intuito de promover o *superávit* da balança comercial portuguesa, o que ocorreu em boa medida durante um determinado momento (1796-1801), mas, também, e primordialmente, fomentar o desenvolvimento industrial português bastante débil.

O arranque das fábricas portuguesas até ocorreu, mas era imprescindível a ocorrência da manutenção das relações de Portugal com a sua principal colônia nos moldes do exclusivo-metropolitano para que o processo obtivesse êxito. Novais concluiu que tal iniciativa foi implementada tardiamente e o pequeno país não suportaria a pressão do desenvolvimento industrial inglês.

Nas palavras do autor: “O desenvolvimento do industrialismo na Inglaterra levava a potência hegemônica a focejar, seja pelo contrabando, pela ameaça ou pela diplomacia a abertura dos mercados coloniais dos países ibéricos.” (NOVAIS, 1989, p. 197). Em outro trecho, o autor afirma: “O contrabando arromba as portas em 1808.” (NOVAIS, 1989, p. 196). Em ambas as citações, o centro dinâmico das relações metrópoles-colônias, concentram-se no exterior, desta vez não em Portugal – por já ocupar uma posição não tão central no sistema, mas na Inglaterra, por motivo inverso. Esta é a visão teórica que conduz a linha mestra da obra de Fernando Novais.

Novais fecha o grupo dos principais autores que se convencionou denominar na historiografia de Escola do “Sentido da Colonização”. Esta corrente teórica foi amplamente aceita e difundida durante boa parte do século XX, entretanto, ao mesmo tempo em que expandia o número de seguidores, sofreu as primeiras críticas. A mais comum delas, era que tais historiadores enfatizavam excessivamente a capacidade de influência do mercado externo na economia colonial.

Segundo a nova vertente alternativa de interpretação, surgida entre fins da década de 1970 e início dos anos 1980, as relações entre Portugal e Brasil resultaram de uma ligação complexa, suficiente para promover a formação de uma estrutura própria na colônia e que não se constituía apenas como reflexos das estruturas europeias. Tal relação (metrópole x colônia), portanto, promoveu uma dinâmica interna própria para a colônia, o que exigiria segundo estes autores, uma análise detida das suas características próprias.

Jacob Gorender, um dos representantes da nova corrente interpretativa acerca da economia colonial, assim expôs a nova perspectiva metodológica:

A desobstrução metodológica impõe a inversão radical do enfoque: as relações de produção da economia colonial precisam ser estudadas de dentro para fora, ao contrário do que tem sido feito, isto é, de fora para dentro (tanto a partir da família patriarcal ou do regime jurídico da terra, quanto a partir do mercado ou do sistema colonial). A inversão do enfoque é que permitirá correlacionar as relações de produção às forças produtivas em presença e elaborar a categoria de modo de produção escravista colonial na sua determinação específica. (GORENDER, 1992, p. 7).

A inversão de enfoque proposta por Gorender é o aspecto central abordado pela vertente teórica do “Modo de produção escravista colonial”, que será analisado na seção a seguir.

2.2 O MODO DE PRODUÇÃO ESCRAVISTA COLONIAL

As especificidades da colônia seria o elemento crucial do novo modelo explicativo, que irá propor a existência de um modo de produção próprio para a colônia, “o escravismo”. Nesta linha interpretativa destacaram-se Jacob Gorender e Ciro Flamarion Santana Cardoso. Embora haja diferenças substanciais entre os autores, sobretudo no que se referem ao escravismo, ambos convergiram em relação às críticas acerca das principais características de interpretação dos autores da “Escola do Sentido da Colonização”. Os autores se distanciam quando o assunto a tratar é o escravismo. Diferentemente de Gorender, Ciro Cardoso através de suas pesquisas empíricas com fontes primárias demonstrou que, na medida em que o escravizado tomava consciência da existência da “brecha camponesa”, melhor ele a explorava, possibilitando-o maior grau de autonomia dentro do sistema escravista. Já nos trabalhos de Gorender, o escravizado sempre ocupou uma posição fixa ou linear, com pouco espaço para autonomia e negociação.

Jacob Gorender, interessado em compreender a expropriação da riqueza, a desigualdade social e o subdesenvolvimento do Brasil, assim como os demais autores já citados, publicou em 1980, o livro “Escravidão Colonial”. Se em Caio Prado Júnior, Celso

Furtado e Fernando Novais o núcleo dinâmico da análise é o capital mercantil, no qual a obtenção do excedente estaria na relação sistêmica entre Portugal e Brasil, para Gorender, esta apropriação ocorreria endogenamente pela exploração do trabalho, nas relações entre senhores e escravizados.

Procurando consistência para a sua hipótese, o autor desenvolve a noção de que na colônia houve um modo de produção *sui generis*, “o modo de produção escravista colonial”. A singularidade de tal modo de produção exigiu a elaboração de um modelo explicativo que envolvesse leis monomodais. Foram cinco leis no total, as retomaremos um pouco mais a frente.

Interessa-nos, agora, chamar a atenção para as principais críticas do autor em relação à “Escola do Sentido da Colonização”. A primeira consiste na ênfase dada à dinâmica do mercado externo para a compreensão da economia colonial. E, a segunda, gira em torno do circulacionismo. Para ele, toda obra que se expresse pelo marxismo deveria buscar compreender a sociedade examinada pela esfera da produção e não da circulação. Segundo Gorender os autores citados acabaram por deixar a esfera da circulação se sobrepor a da produção.

Focalizando agora a linha de interpretação, que se concentrou no mercado e dele fez a chave explicativa da economia colonial, constatamos um resultado invariável desse procedimento metodológico: a sobreposição da esfera da circulação às relações de produção. (GORENDER, 1992, p. 6).

Gorender defendeu que as relações entre Portugal e Brasil promoveram o surgimento de uma economia e sociedade ímpares, que deveria ser analisada em si e não em relação à outra economia/sociedade. O autor propôs a existência de um modo de produção específico para a economia colonial baseado no escravismo. Para defender esta tese, apresentará as leis que segundo ele, regeram o sistema, leis também exclusivas (monomodais), seriam elas:

...lei da renda monetária, lei da inversão inicial da aquisição do trabalhador escravizado, leis da rigidez da mão de obra escravizada, lei da correlação entre economia mercantil e economia natural na plantagem escravista e lei da população escravizada. (GORENDER, 1992, XVIII, IX, X, XI e XII, p. 164-267).

Consideramos haver vulnerabilidade na teoria estabelecida por Gorender, na medida em que a maioria dessas “leis” se mostraram controversas, pois tendem a refutar o próprio pensamento do autor. Segundo Gorender, a economia colonial deveria ser compreendida a partir do estudo dos seus mecanismos próprios de funcionamento e não da premissa da

condição de extrema dependência da economia colonial ao processo de formação do capitalismo europeu.

Vejamos dois exemplos da contradição de Gorender em relação e sua ideia central. Seleccionamos duas leis para ilustrá-la. A lei da renda monetária e a lei da população escrava, respectivamente. Na lei da renda monetária, o autor tratou, basicamente, da transferência do excedente econômico produzido pelo escravizado e apropriado pelo senhor. Nesta passagem do livro, o autor comparou a escravidão antiga, com sua economia natural, com a escravidão moderna, esta última produzia no processo de exploração dos cativos pelos senhores, um excedente econômico em forma de renda monetária, renda esta que é apropriada pelos detentores dos meios de produção coloniais (senhores de terras). Ao considerar os senhores de terras como aqueles que se apropriam do excedente econômico, o autor não conseguiu desvincular o modo de produção escravista colonial do setor exportador, ou seja, sua análise continuou dependente do mercado externo.

Gorender ressaltou as péssimas condições de vida do escravizado na colônia que, por viver em condições insalubres, teria a sua reprodução natural afetada. Se as condições de trabalho contribuíram para a diminuição absoluta da população escravizada, como pôde o sistema ou nas palavras do autor, o escravismo, sobreviver por mais de três séculos? A resposta situa-se no tráfico transatlântico de escravizados, ou seja, no mercado externo. Mais uma vez, o autor acaba vinculando o funcionamento da economia colonial ou modo de produção escravista colonial ao mercado externo. Consequentemente, por não realizar o que ele mesmo propôs, ou seja, analisar a economia colonial de modo *sui generis*, manteve-se refém de sua maior crítica, não conseguindo observar os mecanismos próprios de funcionamento da economia colonial desvinculados da economia europeia.

Ciro Flamarion Santana Cardoso se constituiu como “peça chave” no debate acerca do funcionamento da economia colonial.¹³ Buscou relativizar o modelo explicativo sistêmico e a partir da utilização do conceito “modo de produção”¹⁴, procurou as especificidades da colônia brasileira através de estudos sobre as suas estruturas internas, seus movimentos próprios para além da vinculação com o mercado externo e com a economia de *plantation*. Entendemos que

¹³ Eis algumas de suas obras que foram importantes neste processo: CARDOSO, C.F.S. Escravo Ou Camponês? O Proto-Campesinato Negro Nas Américas. São Paulo: Brasiliense, 1987; O trabalho na América Latina Colonial. São Paulo: Ática, 1985; A Afro-América: a escravidão no Novo Mundo. Rio de Janeiro: Graal, 1981; Agricultura, Escravidão e Capitalismo. Petrópolis: Vozes, 1979.

¹⁴ Pelo menos numa primeira fase de sua trajetória acadêmica, pois com o maturar de suas ideias passou a adotar paulatinamente o conceito de formação econômico-social, presentes nos trabalhos do antropólogo francês Maurice Godelier. Cf. Horizon, trajets marxistes en anthropologie, Paris: François Maspero, 1973 e E. Sereni, cf. La Categoría de “Formación económica y social”. México: Roca, 1973.

a grande contribuição de Ciro Cardoso para o debate acerca da economia colonial gira em torno dos estudos sobre a “brecha camponesa”.¹⁵

Segundo o autor, havia possibilidades dentro do sistema escravista para o desenvolvimento de atividades agrícolas autônomas por parte do escravizado fora da economia de *plantation*. O escravizado gozava, periodicamente, de tempo livre e de acesso estável à terra, além de certo grau de autonomia para a administração de suas atividades agrícolas. Apesar da “brecha” se referir fundamentalmente à economia de subsistência, a autonomia que era conferida ao escravizado permitiria que sua produção fosse vinculada ao mercado.

Para Cardoso, houve, na colônia, duas modalidades de “brecha camponesa”: uma que funcionava como mero complemento da alimentação escrava e que, ao disponibilizar pedaços de terra menor e menos tempo livre para o cultivo da lavoura de subsistência, não se constituiu como principal fonte de alimentos para os cativos. A outra, ao ofertar mais tempo e mais terras aráveis aos escravizados, configurou-se como única fonte de alimentos, desonerando o senhor destes custos de manutenção. Para o autor, não houve um padrão, ou seja, a predominância de uma modalidade sobre a outra, elas coexistiram:

...a brecha camponesa podia ter uma função meramente complementar à distribuição de rações aos escravos, a intervalos regulares, pelos senhores ou seus representantes: neste caso, as parcelas entregues aos cativos limitavam-se a quintais próximos às suas cabanas, e o tempo livre de que dispunham era menor...ou, então, podia colocar-se como alternativa às distribuições de rações, as quais...os escravos recebiam, neste caso, lotes situados fora do núcleo central da *plantation*, além dos quintais adjacentes às suas moradias, e dispunham de mais tempo para cultivar suas parcelas. (CARDOSO, 1987, p. 88).

Ciro Flamarion Cardoso utilizou o conceito “brecha camponesa” para examinar essencialmente o proto-campesinato escravo, não obstante, o referido conceito pode ser ampliado, a exemplo do que fez o antropólogo estadunidense Sidney Mintz, que incluiu, em sua análise para as Antilhas, os camponeses livres proprietários e não proprietários de terra.¹⁶ O alargamento do referido conceito, contribuiu para o desenvolvimento de pesquisas acerca

¹⁵ Ciro Cardoso importou a expressão brecha camponesa do historiador lituano Tadeusz Lepkowski que introduziu este conceito ao analisar as atividades agrícolas de subsistência desenvolvidas no interior das *plantations* haitianas.

¹⁶ MINTZ, S. W. *Caribbean Transformations*. Chicago: Aldine, 1974. p.146-56; *Slavery, Colonialism and Racism*. New York: W.W. Norton, 1996. *Sweetness and Power: The Place of Sugar in Modern History*. New York: Viking-Penguin, 1985; *O poder amargo do Açúcar*. Recife: Editoria Universitária, 2003.

do homem pobre livre e das camadas intermediárias da sociedade colonial,¹⁷ deixando para trás uma visão simplificada da história do Brasil em torno do binômio senhor/escravo.

O estabelecimento do conceito “brecha camponesa”, ao passo em que refutou as ideias da “Escola Sociológica Paulista”¹⁸ acerca do papel do escravizado dentro do sistema escravista, colaborou com o surgimento de pesquisas no campo da História Social e Econômica do Brasil. No que tange à História Social, os trabalhos se concentraram no estudo endógeno da escravidão. Os estudos relacionados à história da escravidão no Brasil foram os que mais cresceram nos últimos trinta anos. São inúmeros os trabalhos monográficos de cunho regional que enriqueceram a produção historiográfica brasileira nesta temática.¹⁹

No plano econômico procurou-se examinar o interior da estrutura, a saber: a economia de subsistência, o mercado interno e o grau de autonomia dessas atividades em relação à economia de exportação. Nesta abordagem da história, destacaram-se os historiadores cariocas João Luiz Ribeiro Fragoso e Manolo Garcia Florentino. Estes autores formarão a última parte desta seção. Antes, devemos concluir a discussão em torno daqueles que propuseram um modo de produção específico para a economia colonial.

Entendemos ser equivocada a tentativa de adaptar o conceito marxista “modos de produção” à colônia brasileira. Independentemente da abordagem que seja adotada, seja ela privilegiando a acumulação endógena ou exógena, seja analisando a partir da esfera da produção ou da circulação. O que é mais importante, neste caso, é evidenciar que a economia

¹⁷SOUZA, L. M. Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII. 1. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983; MATTOS, Hebe. Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo. São Paulo: Brasiliense, 1987; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. Pobres do açúcar: Estrutura Produtiva e Relações de Poder no Nordeste Colonial. In: História Econômica do período colonial. Tamás Szmerecsányi. (org.) 2 ed. revista. São Paulo: Hucitec/ABPHE/Edusp/Imprensa Oficial, 2002.

¹⁸ Preocupados na elaboração de estudos sociológicos de análise macroestrutural, como por exemplo, o desenvolvimento do capitalismo e os efeitos de sua penetração no Brasil, esta corrente que surge em finais da década de 1950, acabou por não enfatizar o papel do escravizado dentro do sistema. Em outras palavras, por se dedicar a estudos sistêmicos da sociedade escravista no Brasil, a “Escola Sociológica Paulista” privilegiou o exame das relações escravistas de produção em detrimento de uma análise mais aprofundada dos agentes históricos, renegando, por exemplo, o papel do escravizado como sujeito ativo do processo histórico. O escravizado aparece apenas como uma mercadoria valiosa e como mão de obra principal, sua participação nestes trabalhos se resumem, portanto ao seu valor de uso e de troca. Dentre os vários estudiosos desta corrente de pensamento, podemos citar Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Otávio Ianni, Emília Viotti da Costa, entre outros.

¹⁹ QUEIRÓS, Suely Robles Reis de. Escravidão negra em São Paulo: um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977; GAMA, Lana Lage. Rebelião negra e abolicionismo. Rio de Janeiro: Achiame, 1980; REIS, João José. Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos malês (1835). 1 ed: São Paulo: Brasiliense, 1986; MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Crime e escravidão. Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987; LARA, Sílvia Hunold. Campos de violência: Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; ALGRANTI, Leila Mezan. O Feitor Ausente. (estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1808-1821. 1 ed. Petrópolis: Vozes, 1988; CHALHOUB, Sidney. Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo, Companhia das Letras, 1990; SLENES, Robert Wayne Andrew. Na Senzala, Uma Flor: Esperanças e Recordações Na Formação da Família Escrava (Brasil Sudeste, Século XIX). Rio de Janeiro - RJ: Nova Fronteira, 1999, dentre outros.

e a sociedade colonial se desenvolveram em um período híbrido, sem características próprias bem definidas, portanto, em um período de transição. E, como em toda transição, haverá rupturas e permanências.

Consoante ao que defende João Manuel Cardoso de Mello (MELLO, 1982) e José Jobson de Andrade Arruda (ARRUDA, 1980), compreendemos que a economia colonial era parte integrante de algo mais amplo, a acumulação primitiva de capitais, etapa necessária e “mola propulsora” para o surgimento do capitalismo industrial na Europa Ocidental, e não um modo de produção específico.

...impossível conceber um Modo de Produção Colonial...Que modo de produção é este que não parece reter em si qualquer especificidade quanto ao tipo e ao nível das forças produtivas e correspondentes relações sociais de produção? Que modo de produção é este que não se reproduz e cuja dinâmica depende...de contradições que lhe são próprias?

Mas, por outro lado, pergunto: é possível conceber o movimento, isto é, a transição do feudalismo para o capitalismo, abstraindo o papel desempenhado pelas economias coloniais? Não: tanto a acumulação de capital e sua concentração nas mãos da burguesia comercial metropolitana quanto a criação de mercados coloniais foram fatores essenciais...à constituição do capitalismo.

O que há portanto, é uma única totalidade... em que o “sentido” e os rumos são determinados pelas contradições que animam as economias metropolitanas. Se a economia colonial e economia metropolitana são faces da mesma moeda, empresa colonial e manufatura (tomada como a estrutura produtiva apanha o “sentido” da marcha rumo ao “capitalismo industrial”) também o são. (MELLO, 1982, p. 42-43).

Tanto o período moderno europeu, quanto o período colonial no Brasil são diferentes “faces da mesma moeda”, ou seja, a fase de acumulação primitiva de capitais. Em termos mais gerais, a longa fase de transição do Feudalismo para o Capitalismo, não se constituiu em si mesma em um modo de produção *sui generis*. O próprio Marx nos ensina isto em diversas passagens de sua obra, que a “estrutura econômica da sociedade capitalista nasceu da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta liberou elementos para a formação daquela.” (MARX, 1996, p. 830) Já em “Contribuição a crítica da economia política”, Marx afirma: “Em grandes traços, podem ser os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno, designados como outras tantas épocas progressivas da formação da sociedade econômica.” (MARX, 2008, p. 48).

2.3 O ANTIGO REGIME NOS TRÓPICOS

Influenciados, dentre outros autores, pelos estudos de *Ciro Flamarion Cardoso*²⁰ e *Maria Yedda Leite Linhares*²¹, *João Fragoso* e *Manolo Florentino* no livro o “Arcaísmo como Projeto”, propuseram um modelo teórico divergente dos modelos já existentes sobre a economia colonial. O referido livro consistiu na síntese das teses de doutoramento de ambos os autores.

Em sua tese, *João Fragoso* procurou compreender as formas de acumulação das elites cariocas coloniais, enquanto *Manolo Florentino* analisou o tráfico de escravizados da costa africana para o porto do Rio de Janeiro.²² Apesar das diferenças, a confluência dos dois trabalhos foi possível, por se tratar de produções com arcabouço teórico-metodológico e escopo documental semelhantes.

Desde publicação anterior, resultado imediato da tese de doutoramento (FRAGOSO, 1992), *João Fragoso* já apresentava, em boa medida, o modelo teórico que o acompanharia até a primeira edição de “O Arcaísmo”. A partir de conceitos como: “acumulação endógena”, “mercado interno” e “capital residente”, o autor constatou que havia “possibilidade de retenção de parte do excedente da agroexportação e das produções ligadas ao mercado interno” e de “uma relativa autonomia do processo de reprodução da economia considerada frente às flutuações do mercado internacional”. (FRAGOSO e FLORENTINO, 2001, p. 28). Portanto, para além da constatação da existência de um mercado interno, o autor propôs que este era agente promotor de uma dinâmica própria para a economia colonial, independente das flutuações do mercado internacional.

Para chegar a tal conclusão, o autor buscou defrontar a economia colonial carioca com a economia internacional entre 1790 a 1850. Como método valeu-se da teoria do economista russo *Nicolai Kondratieff*,²³ dividindo o período supracitado em duas fases: Entre 1792 e 1815 (fase A) de crescimento, e entre 1816 e 1850 (fase B) de depressão, conforme pode-se verificar na citação a seguir:

²⁰ As obras de *Ciro Cardoso* que se relacionam com tal influência já foram supracitadas.

²¹ A principal influência de *Maria Yedda Leite Linhares* sobre *Fragoso* e *Florentino* concentra-se principalmente nos estudos sobre a história da agricultura e do abastecimento no Brasil, tanto os trabalhos desenvolvidos individualmente ou em parceria com *Francisco Carlos Teixeira da Silva*. Cf: [LINHARES, Maria Yedda Leite](#). História do Abastecimento - uma problemática em questão, 1530-1918. Brasília: Biblioteca Nacional de Agricultura, 1979; [LINHARES, Maria Yedda Leite](#) e *SILVA, Francisco Carlos Teixeira da*. História da Agricultura Brasileira - Combates e Controvérsias. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981; [LINHARES, Maria Yedda Leite](#) e *SILVA, Francisco Carlos Teixeira da*. História Política do Abastecimento (1918-1974). Brasília: Biblioteca Nacional de Agricultura, 1979.

²² A partir dos anos de 1990 há uma preocupação cada vez maior dos historiadores econômicos coloniais e do século XIX em estudar o interior da estrutura. Cf: *FARIA, S. S. C.* A Colônia em Movimento, Fortuna e Família no Cotidiano Colonial. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; *BARICKMAM, B. J.* Um Contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1789-1860. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira, 2003.

²³ Este autor buscou estudar através de métodos estatísticos, os movimentos cíclicos da economia.

A primeira fase, em meio a guerras e bloqueios, foi marcada, tanto na Inglaterra como na França, pela concentração urbana, por mudanças nos padrões de vida, nos da produção industrial e agrícola, e pela ampliação do comércio. Para o Brasil, essa fase representou uma melhoria da situação internacional de seus produtos agrícolas, especialmente o açúcar e algodão traduzindo-se em uma tendência de alta de preços. Desse modo, pode-se dizer que, na fase A, o Brasil acompanha o ciclo internacional. Entretanto, o mesmo não pode ser dito para o seguinte (1815 – 1850), que, em termos de conjuntura internacional (leia-se européia), se traduziria na fase B do ciclo. (FRAGOSO e FLORENTINO, 2001, p. 19-20).

Portanto, no primeiro momento, a conjuntura externa de guerras beneficiou a economia colonial, entretanto, essa relação inversamente proporcional entre a colônia e o mercado externo, segundo Fragoso, não ocorreu numa segunda fase. Ou seja, na fase B, apesar de se tratar de um momento de relativo retorno da estabilidade política das nações europeias com a retomada do crescimento produtivo em setores que concorriam com os produtos coloniais, a economia colonial não foi caracterizada por um quadro recessivo. Para exemplificar esta visão, o autor apresentou dados do mercado inter-capitanias:

Passando para o período correspondente à fase B do Kondratieff, continuamos a encontrar exemplos de alta para as produções voltadas para o mercado interno colonial. Entre 1815 e 1822, as receitas do charque gaúcho que entra no porto carioca aumentam em 69,8%. Já as saídas de reses, toucinho e carne salgada de Minas Gerais, pelo Registro do Presídio de Rio Preto, se ampliam em mais de 170%, entre 1818 e 1828. (FRAGOSO e FLORENTINO, 2001, p. 23).

Fragoso e Florentino fizeram uma crítica aos autores clássicos da história econômica colonial que, segundo eles, negligenciaram as flutuações próprias da economia colonial, como se pode observar na citação abaixo:

Havia, portanto, a mais perfeita congruência entre o panorama externo e algumas características da economia fluminense. Se remetermos esse quadro geral à apreciação dos clássicos modelos de explicação da economia colonial, deveremos esperar a mais completa *déblâcle* da estrutura produtiva fluminense, pois, de acordo com tais modelos, esta última não possuiria flutuações próprias. (FRAGOSO e FLORENTINO, 2001, p. 93).

O que explicaria a acumulação endógena e a dinâmica própria e independente da economia colonial frente às flutuações do mercado externo? Partindo da apresentação de dados que demonstrou um Portugal atrasado com a manutenção de suas estruturas agrárias tradicionais (FRAGOSO e FLORENTINO, 2001, p. 41-42), e no plano teórico-metodológico inspirados pela “Revolução historiográfica” a partir da década de 1970,²⁴ nomeadamente pela

²⁴ Refiro-me à história social inglesa, a história cultural francesa e a micro-história italiana que a partir de novos objetos, novas perspectivas e abordagens, novas fontes ou a resignificação de fontes já conhecidas do

micro-história italiana com o seu diálogo interdisciplinar com a antropologia, Fragoso e Florentino buscaram compreender tais movimentos em elementos exógenos à economia. Tais explicações residiriam nos aspectos sociais e culturais de Portugal do período moderno. Segundo os autores, em Portugal:

...prevalciam valores não-capitalistas, para os quais ascender na hierarquia social ...implicava tornar-se membro da aristocracia. Daí a grande propensão dos meios mercantis à aristocratização, e a canalização e esterilização de vultosos recursos adquiridos na esfera mercantil para atividade de cunho senhorial...o “atraso” português em pleno século XVII, não se constituísse em mero anacronismo, fruto de uma putativa incapacidade de acompanhar o destino manifesto capitalista europeu; ao contrário, o arcaísmo era...um verdadeiro projeto social, cuja viabilização dependia...das rendas coloniais...O capital mercantil português deve ser tomado como um dos exemplos mais radicais do modelo de circulação...Com uma diferença fundamental em relação, por exemplo, à estrutura do capital mercantil inglês, holandês e...francês da Época Moderna: a atividade comercial lusitana tinha por fim último a permanência de uma sociedade arcaica, não chegando a assumir os contornos revolucionários que desempenhava em outros países. (FRAGOSO e FLORENTINO, 2001, p. 52-53).

A partir da citação, pode-se observar que o “atraso” português, em relação às principais economias europeias, não significou, segundo os autores, em uma dificuldade ou incompetência lusitana em modernizar a nação ou desenvolvê-la em termos capitalistas, pelo contrário, foi resultado do ideal aristocrático que perpassou a sociedade portuguesa do período moderno, sendo “o arcaísmo um projeto” deliberado de nação. A manutenção deste projeto arcaizante, no entanto, era dependente da economia colonial e esta dependência explicou, segundo Fragoso e Florentino, o certo grau de autonomia da economia colonial, como se pode verificar na citação a seguir:

O capital mercantil metropolitano voltava-se quase que integralmente para a apropriação do resultado final da atividade econômica colonial...Tal situação constitui, em si mesma, a primeira variável que ajudava a modelar a economia colonial. Em face de um projeto colonizador que prescindia de uma burguesia metropolitana forte, era...fácil à economia colonial adquirir certa autonomia...Em outras palavras: a estrutura de produção colonial gerava seus mercados de homens e alimentos, o que, por sua vez, viabilizava a aparição de circuitos internos de acumulação para além das trocas com a Europa. (FRAGOSO e FLORENTINO, 2001, p. 54).

Os trabalhos supracitados de João Fragoso, tanto o produzido individualmente quanto o produzido em co-autoria com Manolo Florentino, indubitavelmente contribuíram para o enriquecimento do debate em torno das teorias acerca do funcionamento da economia colonial. Ao possibilitar um novo olhar sobre a economia colonial, colaboraram com o

historiador, contribuíram significativamente para a produção historiográfica internacional.

surgimento de estudos sobre os circuitos mercantis no interior da colônia.²⁵ Não obstante, a sua teoria de um mercado interno significativo com certo grau de autonomia em relação aos movimentos da economia mundial deve ser utilizada com cautela quando se tratar de estudos sobre os primórdios da colonização ou sobre regiões afastadas das grandes urbes coloniais.

Os resultados que possibilitaram Fragoso e Florentino utilizarem conceitos como: “acumulações endógenas” e “capital residente”, são decorrentes de um objeto de pesquisa que tem como circunscrição geográfica o Rio de Janeiro, entre finais do século XVIII e os quatro primeiros decênios da centúria seguinte. Estamos, portanto, diante de um estudo acerca da “Cabeça do Estado do Brasil” desde 1763 e “Capital” do extenso Império português a partir de 1808 com a transferência da Corte lisboeta para o Rio de Janeiro.

O *locus* estudado por Fragoso, portanto, caracterizou-se por privilegiada posição geográfica, com forte vocação para grande entreposto comercial e mantenedor de um comércio ativo com o Rio do Prata desde o século XVI e com as Minas a partir da década de 1690.

É relevante mencionar ainda que em decorrência da crescente produção açucareira com o adiantar dos tempos coloniais²⁶, o Rio de Janeiro estava cada vez mais integrado com o comércio transoceânico. Nesta realidade, não seria difícil encontrar uma economia dinâmica e complexa com certo grau de autonomia em relação aos grandes centros do capital mercantil europeu.

Salientamos, ainda, que a discussão em torno da relevância do mercado interno para a economia colonial, não é necessariamente uma novidade dos trabalhos dos anos de 1990. Deve-se fazer justiça às preocupações do historiador paulista José Roberto do Amaral Lapa que se debruçou sobre esta temática desde a década de 1970.²⁷ Não obstante, o próprio autor afirma em trabalho posterior resultado de sua comunicação apresentada no primeiro

²⁵ SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. Na encruzilhada do império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650 - c.1750). 1. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003; GIL, T. L. Os Infiéis transgressores: elites e contrabandistas nas fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo (1760-1810). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007; _KELMER MATHIAS, C. L.. As múltiplas faces da escravidão: o espaço econômico do ouro e sua elite pluriocupacional na formação da sociedade mineira setecentista, c. 1711 - c. 1756. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012; PESAVENTO, F. Um pouco antes da Corte: a economia do Rio de Janeiro na segunda metade do setecentos. Jundiaí: Paco Editorial, 2013; Alexandre Vieira Ribeiro. A Cidade de Salvador: estrutura econômica, comércio de escravos, grupo mercantil (c.1750- c.1800). 2009. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

²⁶ Segundo o próprio João Fragoso, em 1585 havia apenas três engenhos na Capitania fluminense. Em 1612 este número havia saltado para quatorze, em 1680 ultrapassava de cento e trinta engenhos. Em 1800 apenas a região de Campos dos Goytacazes possuía trezentos e vinte e quatro engenhos. Para mais informações. Cf., FLORENTINO, Manolo e FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Op. cit., 2001, p. 63-75.

²⁷ Em 1973 José Roberto do Amaral Lapa publicou o livro “Economia Colonial”, cerca de uma década depois produziu o livro “O Antigo Sistema Colonial” e em 1991 escreveu “O Sistema Colonial”. Em todos estes livros o autor dedica-se a entender a questão do mercado interno e seus desdobramentos como, por exemplo: a economia de subsistência e o comércio interregional.

Congresso Brasileiro de História Econômica realizado em 1993 “O comércio interno... é um tema... relativamente novo no conhecimento histórico brasileiro, residindo muitas vezes o seu estudo muito mais em insinuações e hipóteses... ainda reclama pesquisas exaustivas.” (LAPA, 1996, p. 166). Possivelmente as pesquisas de Fragoso e Florentino surgiram em resposta às reivindicações de Amaral Lapa.

2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO DEBATE: RELACIONANDO A TEORIA AO OBJETO DE PESQUISA

Ao fim e ao cabo, considerando os trabalhos supracitados, sobretudo àqueles que marcam modelos explicativos antagônicos sobre a dinâmica de funcionamento da economia colonial, compreendemos que eles trazem consigo muitos elementos de complementaridade. Os autores da Escola do “Sentido da Colonização”, não negaram a existência de um mercado interno, conforme podemos observar a seguir a partir de um fragmento textual de Fernando Novais:

E claro que ao lado dessa produção essencial para o mercado europeu, organizava-se nas colônias todo um setor, dependente do primeiro, da produção que visava a suprir a subsistência interna, daquilo que não podia ser provido na metrópole...Nos períodos em que a procura externa se retraía, isto é, quando baixavam os preços europeus dos produtos coloniais, as unidades produtoras na colônia tendiam a deslocar fatores para a produção de subsistência, pois diminuía sua capacidade de importar, quando, ao contrário, ampliava-se a procura externa, as unidades produtivas coloniais tendiam a mobilizar todos os fatores na produção exportadora; abria-se, então, à economia colonial de subsistência a possibilidade desenvolver-se autonomamente. (NOVAIS, 1989, p. 96).

Em outra passagem, Fernando Novais afirma:

As economias coloniais, em que resulta afinal a expansão ultramarina, acabam por configurar, encaradas globalmente no contexto da economia mundial, setores produtivos especializados enquadrados nas grandes rotas comerciais, e, pois mercados consumidores em expansão. (NOVAIS, 1989, p. 97).

Do modo semelhante, os autores do “Antigo Regime nos Trópicos” não refutaram a capacidade de estímulo do mercado externo frente à economia colonial, como se pode observar a seguir:

O sistema agrário escravista- exportador...passava a ser entendido como resultado do processo de reprodução de uma economia mais complexa do que a apresentada pelos modelos explicativos, presentes na historiografia. Com isso, não queremos dizer que a economia considerada não fosse escravista e exportadora (esses são os laços estruturais mais amplos) e nem que ela estivesse subjugada às conjunturas do mercado internacional. Entretanto, para além desses traços, a economia colonial tinha outras características estruturais. Possuía outras formas de produção (ao lado da escravista) e um mercado interno, espaço no qual se realizariam acumulações endógenas. (FRAGOSO, 1992, p. 26-27).

Assim, as distinções entre esses trabalhos devem ser observadas muito mais em termos de enfoque, abordagem e categorias de análise. Os primeiros estão preocupados com análises macroestruturais, a exemplo do papel do Brasil e de Portugal na formação do capitalismo, a

relação entre as metrópoles e as suas respectivas colônias ou as diferentes formas de colonização nos territórios ultramarinos. Os últimos centraram sua análise na investigação endógena da própria economia colonial, buscando entender o seu funcionamento a partir de estudos regionais. Deste modo, percorrendo percursos metodológicos distintos, chegam a resultados distintos.

Em que a presente discussão teórica ajudou a iluminar o objeto de pesquisa desta tese? Sendo o crédito, indubitavelmente, um dos aspectos econômicos mais relevantes da economia colonial, para estudá-lo empiricamente, se fez necessário examinar os modelos explicativos que analisam a estrutura na qual ele estava inserido. Em outras palavras, seria impossível examinar o crédito na Bahia no final do período colonial, sem conhecer e discutir as teorias sobre o funcionamento desta economia.

A utilização das escrituras públicas e do inventário *post-mortem* de Custódio Ferreira Dias como fontes principais, privilegiando o crédito para financiamento da produção, permitiu inferir através da análise empírica dos dados extraídos da massa documental, que o estudo do crédito na Bahia do final do período colonial, está estreitamente relacionado à economia de exportação. Sem desconsiderar a existência de um mercado interno e de flutuações próprias dentro da economia baiana colonial, principalmente a partir da segunda metade do século XVIII, constatamos que a maior parte do crédito disponibilizado na Salvador colonial de fins do século XVIII e princípio do século XIX, financiou as atividades ligadas ao mercado externo.

O crescimento da demanda das atividades exógenas à *plantation* se dava em meio ao crescimento do setor agroexportador, demonstrando que os demais setores quando recorriam ao crédito, o faziam em última instância, impulsionados pelo setor exportador, para alimentar/abastecer as unidades produtivas vinculadas as atividades do mercado externo. Assim, nos momentos de expansão da economia de exportação, a necessidade do crédito se generalizava, crescendo em termos relativos de forma similar entre a atividade principal e as demais atividades localizadas fora da *plantation*.

De acordo com Fernando Novais, é nesta conjuntura que é viabilizada uma maior possibilidade de autonomia do mercado interno, ocorrendo o inverso em períodos de conjuntura externa desfavorável. (NOVAIS, 1989, p. 96). Este movimento ficou patente após a análise serial dos dados tabulados, onde observamos que quando se ampliava o crédito vinculado à economia de exportação, expandia também em proporções semelhantes, o crédito para financiamento da economia de subsistência e o crédito para consumo (mercado interno).

Ao dividir a concessão de crédito por ano, se constatou que quando os agentes vinculados ao setor exportador demandavam menor volume creditício, ocorria movimento semelhante com a produção de subsistência e com o mercado interno baiano.

Por fim, relevamos uma característica que nos foi surpreendente, e que se constitui como mais um dos elementos básicos a justificar a adoção da perspectiva teórica enveredada nesta tese. Trata-se da exorbitante concentração de crédito sob a posse de poucos indivíduos. Sendo o crédito um dos principais elementos constitutivos da riqueza dos baianos no final do período colonial, compreendê-lo, é tocar em um dos aspectos principais da história da concentração de riqueza e da desigualdade social da Bahia.

Segundo Mascarenhas, na Salvador do final do período colonial, apenas 2% dos indivíduos controlavam mais de 40% da riqueza. (MASCARENHAS, 1998). Esta massiva concentração de capital em poucas mãos, certamente representou um entrave ao dinamismo e à expansão do mercado interno baiano colonial.

A tendência de crescimento de um mercado interno depende de uma maior pulverização da riqueza e do crédito, elemento muito distante da realidade econômica da Bahia de fins do período colonial. O nível de concentração creditício funcionou como estorvo para a ampliação de um mercado interno vigoroso e autônomo em relação à economia metropolitana. Corrobora com esta assertiva o fato de que os grandes negociantes da Bahia no final do período colonial mantinham consistentes relações comerciais como os homens de negócio reinóis. (PEDREIRA, 1995).

3 AUTORES COLONIAIS E COLONIALISTAS

3.1 A ECONOMIA COLONIAL: O CRÉDITO E A QUESTÃO MONETÁRIA NA VISÃO DE CRONISTAS E VIAJANTES

Muitos estrangeiros, colonos ou viajantes, tais como: Antonil (1711), Rocha Pitta (1724), Brandônio (1618), Lindley (1802), Tollenare (1817), Vilhena (1802), Gandavo (1570), escreveram sobre suas experiências no Brasil colonial. Debruçaram-se sobre os mais variados temas, descreveram aspectos da ocupação territorial, dos costumes dos habitantes, da fauna, da flora, da vida social, religiosa, política, administrativa e econômica colonial.

Após leitura destes trabalhos de época sobre o Brasil colonial, selecionamos aqueles cronistas que dedicaram atenção às questões relacionadas à economia colonial, sobretudo aos temas vinculados à atividade creditícia e a questão monetária.

3.1.1O crédito na visão de André João Antonil

Um dos autores que merece destaque quando se trata de uma análise da economia colonial de um modo geral e do crédito, de forma particular, é o padre jesuíta oriundo da Toscana que viveu no Brasil entre finais do século XVII e início do século XVIII, João Antonio Andreoni.

Antonil, pseudônimo adotado pelo autor por ocasião da publicação de sua obra “Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e Minas em 1711”, nasceu em 8 de fevereiro de 1649, em Luca na Toscana, formou-se em Direito pela Universidade de Perúgia, ingressou na Companhia de Jesus na cidade de Roma em 20 de maio de 1667. No seminário, foi professor de Humanidades e de Retórica. Nesta época conheceu o Padre Antonio Vieira, que o convidou para vir em missão para o Brasil, embarcando em janeiro de 1681. A partir de 1683, assumiu vários cargos e funções: foi professor de Retórica no Colégio da Bahia, foi Diretor da Congregação dos estudantes, e mestre dos noviços. Foi secretário de vários provinciais, inclusive do Padre Antonio Vieira, que o mandou como visitador à Pernambuco em 1689. Foi ainda, Reitor do Colégio da Bahia em duas oportunidades, em data anterior a 1705 e no ano de 1709. Nomeado Provincial também em 1709. Morreu em 13 de março de 1716 aos 67 anos de idade no supracitado Colégio. (ANTONIL, 2007, p. 33).

Antonil escreveu “Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e Minas” entre finais do século XVII e início do setecentos, momento de crise da economia açucareira e de ascensão da atividade mineradora. Preocupado com esta conjuntura desfavorável para os jesuítas, grandes produtores de açúcar na época, a obra evidenciou certo grau de engajamento político em favor da Companhia por parte do autor. Para Antonil, não havia dúvidas de que a

desvalorização do açúcar era causada pela mineração e, por conseguinte, era nociva para a Coroa por diminuir sua arrecadação. Antonil sugere como “solução” que Sua Majestade tomasse providências no sentido de preservar sua maior riqueza: a lavra do açúcar.

Segundo o padre, um dos aspectos mais negativos da atividade mineradora era a carestia geral que promovia, atingindo as cidades e os engenhos, dificultando o acesso ao capital operacional, no caso deste último.

E estes preços tão altos e tão correntes nas Minas foram causa de subirem tanto os preços de todas as coisas, como se experimenta nos portos das cidades e vilas do Brasil, e de ficarem desfornechos muitos engenhos de açúcar das peças necessárias.” (ANTONIL, 2007, p. 238).

O jesuíta, desde o primeiro capítulo, intitulado: “Do cabedal que há de ter o senhor de um engenho real”, chamou atenção para a necessidade do senhor de engenho em honrar seus compromissos no prazo estabelecido, sob pena de ficar sem crédito e perder o título de senhor de engenho, pela falência.

...na verdade e pontualidade com os mercadores e outros seus correspondentes na praça, achará confusão e ignomínia no título de senhor de engenho, donde esperava acrescentamento de estimação e de crédito ...pontualidade em dar satisfação a quem deve, do que depende a conservação do seu crédito, que é o melhor cabedal dos que se prezam de honrados. (ANTONIL, 2007, p. 82).

Percebe-se que Antonil enxerga o crédito para além do elemento econômico. Ter crédito era para homens estimados e honrados. Numa sociedade gestada a partir da imitação dos valores fidalgos metropolitanos, possuir uma visão ampliada do crédito que envolvesse além dos aspectos econômicos, outros aspectos como: prestígio, moral e honra não se constituíram em algo extraordinário, pelo contrário, tratava-se de um dos pensamentos predominantes na época. A crise da economia açucareira que Antonil foi testemunha ocular, talvez acentuou a preocupação do autor em enfatizar a necessidade do senhor de engenho em honrar os débitos no prazo correto, evitando a insolvência da(s) sua(s) unidades produtivas.

As próprias características da economia colonial contribuíram para esta visão mais alargada do crédito, intimamente relacionada a outros elementos como: moral, *status*, prestígio e honra. Em outras palavras, a existência de pouco dinheiro de contado em circulação, tornou-o muito valorizado, fazendo do crédito algo fundamental para o funcionamento da economia colonial. Além disto, possuir crédito era um forte elemento de distinção social.

As características supracitadas, em alguma medida, podem explicar como os homens de negócio, muitos deles cristãos-novos, paulatinamente conseguiram romper as rígidas barreiras sociais da colônia, acessando postos antes apenas ocupados pela nobreza da terra. Russel-Wood quando se dedicou a estudar a mobilidade social na Bahia setecentista, afirma que tal fenômeno ocorreu quando o dinheiro passou a comprar os atributos de nobreza.

A sociedade baiana se caracterizava por grande flexibilidade interna. Em nenhum momento essa flexibilidade foi mais evidente do que no século XVIII. As linhas de demarcação social entre as classes se tornaram confusas. O prestígio já não se contava mais em termos de linhagem nobre e de posse de plantações ou de fazendas. A riqueza começava a comprar muito dos atributos da igualdade social. Emergiu gradualmente uma classe mercantil que assumiu responsabilidades anteriormente consideradas como monopólio da aristocracia rural... Esses precursores de um patriciado mercantil buscavam os cargos públicos e a aceitação social... Na Bahia, atingiram esse objetivo em 1740, quando a Coroa reconheceu sua capacidade de servir como conselheiros municipais e os irmãos da Misericórdia elegeram membros da classe dos comerciantes para o cargo de Provedor. Esse novo setor...passou a combinar muitas das funções e valores da nobreza com os da burguesia. (RUSSEL-WOOD, 1981, p. 280).

Seja como for, se possuir crédito já se configurava como sinônimo de *status*, prestígio e honra o que dizer então desses homens, muitos de “sangue impuro”, que para além de poder acessar o crédito, possuíam eles mesmos, o próprio crédito para emprestar?

Os negociantes, maiores detentores do crédito no final do período colonial, foram figuras cada vez mais requisitadas pelos senhores de engenho, promovendo uma dependência crônica destes senhores para com os homens de negócio da Bahia colonial. Sobre esta afirmativa, Stuart Schwartz explicou que:

Os comerciantes ocupavam uma posição particularmente vantajosa e importante no financiamento da economia açucareira. Devido à escassez de moeda metálica, muitas transações eram efetuadas à base de troca ou escambo... Os senhores de engenho, em especial, eram afetados por essa situação, em virtude de sua permanente necessidade de adquirir capital operacional, escravos e equipamentos. Dada a falta de dinheiro, os comerciantes estavam em posição ideal para conceder empréstimos sob outra forma que não a monetária, fornecendo as mercadorias necessárias aos senhores de engenho à base de crédito. Os comerciantes simplesmente mantinham contas abertas para os senhores de engenho e lavradores de cana, suprindo-os com os produtos importados e então ajustando as contas ao término da safra. (SCHWARTZ, 1988, p. 181-182).

Outro autor que evidenciou tal questão foi Antonio Carlos Jucá Sampaio. Segundo ele, a dependência do setor agrícola em relação ao setor mercantil, foi uma característica provocada pelo próprio caráter agrário da economia colonial.

Esse caráter agrário tinha como uma de suas principais consequências um descompasso entre o ciclo agrícola, anual, e as necessidades quase diárias de insumos e alimentos para as unidades produtivas. Tal descompasso era contrabalançado pelo sistema de contas-correntes, em que o comerciante adiantava para o produtor as mercadorias de que necessitava, em geral em troca de sua safra futura. (SAMPAIO, 2003, p. 188).

Era cobrado um ágio pela operação de adiantamento. Ao final do ciclo, o setor agrícola onerava-se diante do setor credor, pagando-lhe os juros por ter provido a unidade produtiva dos artigos de que necessitava (insumos, ferramentas, alimentos, mão de obra e, por vezes, dinheiro de contado), e pela espera durante todo o ano. Esta foi a forma mais comum de crédito a juros da economia baiana colonial. Ela promoveu a dependência crônica dos setores produtivos em relação aos setores mercantis.

O senhor de uma unidade produtiva que recorresse ao crédito pela primeira vez, caso não conseguisse saldar integralmente suas dívidas ao final de uma única safra, certamente estava fadado a fracassar financeiramente, pois veria ano a ano, seu lucro se reduzir e ser dissolvido pela voracidade do setor creditício. São inúmeros os casos de insolvência financeira de senhores de engenho por conta da dificuldade de honrar seus compromissos com os credores. Isso aconteceu, por exemplo, com João Fernandes de Almeida e Sousa que teve seu engenho de açúcar penhorado por causa de muitas dívidas.²⁸

Antonil não se abstém desta discussão. Numa mesma passagem, ele corrobora esta situação de vulnerabilidade dos senhores em relação aos credores, e ainda alerta para o fato de que nem sempre, adquirir terras era um bom negócio. Muitas vezes, as propriedades, encontravam-se obrigadas por vários empréstimos, e, penhoradas por dívidas.

Outros obrigados a vender contra vontade por causa dos credores que os apertam... Porém o comprador corre então outro risco de comprar demandas eternas pelas obrigações e hipotecas a que estão por repetidas vezes sujeitas. Portanto, neste caso, fale o comprador com os letrados, pergunte aos credores que é o que pretendem, e se for necessário, com autoridade do juiz, cite a todos para saber o que na verdade se deve. (ANTONIL, 2007, p. 83).

Diante da escassez de recursos devido à baixa lucratividade da atividade açucareira²⁹ no período em que escreveu (final do século XVII e início do XVIII), Antonil aconselha os senhores de engenho, pedindo que fossem racionais nas suas prioridades. Mais uma vez fica patente, a condição de subalternidade econômica que alguns desses indivíduos atingem em relação ao setor creditício.

²⁸ AHU, avulsos da Capitania da Bahia. Requerimento de João Fernandes de Almeida e Sousa à rainha D. Maria I solicitando a restituição de um engenho de açúcar que foi penhorado para pagamento de suas dívidas. 23 de Julho de 1788, caixa 190, documento 13953.

²⁹ Schwartz aponta que a margem média de lucro líquido de um senhor de engenho girava em torno de 5% a 10%. Cf. SCHWARTZ, S. Op. Cit., p. 204.

Há anos em que, pela muita mortandade dos escravos, cavalos, éguas e bois, ou pelo pouco rendimento da cana, não podem os senhores de engenho chegar a dar a satisfação inteira do que prometeram. Porém não dando sequer alguma parte, não merecem alcançar as esperas que pedem, principalmente quando se sabe que tiveram para desperdiçar e para jogar o que deviam guardar para pagar aos seus credores. (ANTONIL, 2007, p. 109).

Apresentamos uma dependência dos senhores de terras baianos, nomeadamente, senhores de engenho, em relação aos negociantes e ou comerciantes nas relações de crédito. Contudo, é importante ressaltar que, os senhores de engenhos baianos também possuíam suas estratégias para obtenção de lucros através da atividade creditícia frente às demais categorias sociais, a exemplo dos lavradores. Embora fosse mais fácil lucrar sobre os lavradores de cana obrigada que, por não possuir terra própria, se viam forçados a arrendá-las nas mãos de um determinado senhor que, além de garantir o monopólio da moagem da produção daquele lavrador, assegurava ainda, as vantagens advindas das relações comerciais e financeiras constituídas entre ambos ao longo da safra, não se pode desprezar, os mecanismos de subordinação empreendidos pelos senhores de engenho da Bahia colonial em torno do fornecimento de crédito para os lavradores de cana livre. Estes se viam lavradores de “cana obrigada”, mesmo possuindo terras próprias, pelo menos provisoriamente, até que a obrigação fosse totalmente saldada, conforme sugeriu Antonil:

Comparar um senhor de engenho a um lavrador que tem cana livre para moer onde quiser, a obrigação de a moer no seu engenho enquanto lhe não restituir o dinheiro que para isso lhe deu quando comprou a dita obrigação, pratica-se no Brasil muitas vezes, e os letrados o defendem por contrato justo, porque isso não é dar dinheiro emprestado com obrigação de moer, mas é comprar a obrigação de moer no seu engenho para ganhar a metade do açúcar, ficando a porta aberta ao lavrador para se livrar desta obrigação todas as vezes que tornar a entregar ao comprador o dinheiro que recebeu. (ANTONIL, 2007, p. 110).

Em seguida, o padre jesuíta buscando ser mais enfático quanto à relevância de se honrar os compromissos para a preservação das atividades produtivas, parece tomar partido em favor dos credores, dizendo: caso não recebessem os valores acordados nos prazos combinados, teriam razão para aumentar os preços (juros). Não obstante, ao ler toda a obra de Antonil, se percebe que a preocupação central do autor, não foi com o capital credor, mas com a manutenção da atividade produtiva, seja a açucareira ou a fumageira. Seu último objetivo foi o de alertar os senhores de terras para os perigos de uma má administração.

Nos outros anos de rendimento suficiente e com perdas moderadas, ou sem elas, não há razão para faltar aos mercadores ou comissários que nogoceiam por seus amos, aos quais devem dar conta de si. E por isso não é muito para se estranhar se, experimentando faltar-se por tanto tempo à palavra com lucro verdadeiramente cessante e dano emergente, levantam com justa moderação o preço da fazenda que vendem fiada e que Deus sabe quando poderão arrecadar. (ANTONIL, 2007, p. 109).

Comportando-se durante todo o relato como uma espécie de tutor dos senhores de engenho, o autor centra seu esforço, em conscientizar os mesmos da necessidade inerente à atividade agrícola, de frequentemente recorrer ao crédito para manter o engenho em funcionamento. Para ele, o pagamento na data combinada era um grande trunfo para o sucesso de um senhor, pois este vive de seu nome, para manter e ampliar cabedal. Sua solução foi simples e objetiva: “Feita a compra, não falte a seu tempo à palavra que deu; pague e seja pontual nesta parte...”. (ANTONIL, 2007, p. 83).

Possuir crédito para Antonil se constituiu como a única possibilidade de alguém se manter como senhor de engenho no Brasil colonial, destarte, a extrema necessidade de honrar os compromissos no prazo combinado. Esta visão permeia boa parte da obra, principalmente a primeira, na qual o autor trata da atividade açucareira. Vejamos outra passagem em que o padre chamou atenção para a necessidade de se possuir crédito:

O crédito de um senhor de engenho funda-se na sua verdade, isto é, na pontualidade e fidelidade em guardar as promessas. E assim como hão de experimentar fiel os lavradores nos dias que se lhes devem dar para moer e sua cana e na repartição do açúcar que lhes cabe, os oficiais na paga das soldadas, os que dão a lenha para as fornalhas, madeira para a moenda, tijolo e formas para a casa de purgar, tábuas para encaixar, bois e cavalos para a fábrica, assim também se há de acreditar com os mercadores e correspondentes na praça que lhe deram dinheiro para comprar peças, cobre, ferro, aço, enxárcias, breu, velas e outras fazendas fiadas. Porque se ao tempo da frota não pagarem o que devem, não terão com que se aparelharem para a safra vindoura, nem se achará quem queira dar o seu dinheiro ou fazenda nas mãos de quem lha não há de pagar, ou tão tarde e com tanta dificuldade que se arrisque a quebrar.” (ANTONIL, 2007, p. 109).

Mencionando o caixeiro de um engenho, não aquele que operava registros contábeis, mas o indivíduo que encaixotava o açúcar, Antonil demonstrou, como era comum, as ações de execução e as cobranças de dívidas por parte de sujeitos externos aos engenhos, como se pode observar a seguir:

Entrega as caixas quando se hão de embarcar com ordem de quem as recada ou como dono delas, ou porque as alcançou por justiça, como muitas vezes acontece, fazendo os credores penhora no açúcar dos devedores antes que saia do engenho. (ANTONIL, 2007, p. 97).

No capítulo décimo segundo intitulado: “Como se há de haver o senhor de engenho com os mercadores e outros seus correspondentes na praça; e de alguns modos de vender e comprar açúcar, conforme o estilo do Brasil”, o padre jesuíta fez uma crítica ao que era um acontecimento ordinário na colônia. Os credores aproveitavam-se da condição de vulnerabilidade econômica dos tomadores, obtendo altos lucros pelo fornecimento de capital antecipado:

Comprar antecipadamente o açúcar por dois cruzados, que a seu tempo comumente vale doze tostões e mais, tem sua dificuldade, porque o comprador está seguro de ganhar e o vendedor é moralmente certo que há de perder, particularmente quando o que dá o dinheiro antecipado não o havia em empregar em outra coisa antes do tempo de o embarcar para o Reino. (ANTONIL, 2007, p. 95).

E depois comentou como considerava ser o procedimento correto: comprar ou vender o açúcar antecipadamente buscando previsões do valor da safra futura utilizando como referência as safras anteriores, mas tendo sempre como parâmetro o maior valor.

Quem compra e vende antecipadamente pelo preço que valerá o açúcar no tempo da frota, faz contrato justo porque assim o comprador como o vendedor estão igualmente arriscados. E isto se entende pelo maior preço geral que então o açúcar valer, e não pelo preço particular em que algum se acomodar, obrigado da necessidade de vendê-lo. (ANTONIL, 2007, p. 109).

Na passagem anterior, a visão de Antonil sobre o preço justo do açúcar na relação entre compradores e vendedores que, neste caso, era praticamente sinônimo da relação entre credores e devedores, está carregada de elementos morais, projetando uma visão ideal das relações mercantis. Na prática, entretanto, como o autor deixa entrever, o preço de uma mercadoria está intimamente vinculado às relações pessoais e às condições individuais e circunstanciais entre compradores e vendedores.

Por fim, o jesuíta apresentou uma característica básica da economia colonial: a não cobrança de juros compostos sobre os empréstimos.

Comprar a pagamentos é dar logo de contado alguma parte do preço, e depois pagar por quartéis, ou tanto por cada ano, conforme o concerto, até se inteirar de tudo. E poderá pôr-se a pena de tantos cruzados mais se se faltar a algum pagamento. Mas não poderá se pretender que se pague juro dos juros vencidos porque o juro só se paga do principal. (ANTONIL, 2007, p. 110).

Na economia colonial, pelo menos em teoria, o atraso de um devedor ou o pagamento parcelado não gerava a cobrança de juros compostos. O ágio era cobrado na modalidade juros simples, incidindo apenas sobre o valor principal/original, não era correta a cobrança de juros sobre os valores de juros atrasados.

3.1.2 O crédito nos escritos de Sebastião da Rocha Pitta

Nascido em três de maio de 1660, em uma família das mais proeminentes da Bahia colonial, Sebastião da Rocha Pitta se tornou um homem letrado e possuiu vários títulos nobiliárquicos. Foi Fidalgo da Casa de sua Magestade, Cavaleiro professo da Ordem de Cristo, Coronel do Regimento da Ordenança da Cidade da Bahia e Acadêmico Supranumerário da Academia Real da História Portuguesa. (ROCHA PITTA, 1950).

Foi autor de várias obras, dentre as quais destacamos: “História da América Portuguesa desde o anno de 1500 do seu descobrimento até o de 1724”, utilizada como fonte nesta tese; “Breve compendio, e narração do fúnebre espectáculo, qua na insigne Cidade da Bahia cabeça da America Portuguesa se vio na morte delRey D. Pedro 2º de gloriosa memória Senhor Nosso” e “Summario da vida, e morte da Excellentissima Senhora D. Leonor Josefa de Vilhena, e das exéquias, que se celebrarão às suas memorias na Cidade da Bahia.”

Em “História da América Portuguesa”, Sebastião da Rocha Pitta destacou muitos aspectos econômicos da colônia. Mencionou a criação da Casa da Moeda itinerante em 1698 e a definitiva em 1714. Reporta-se também à descoberta das jazidas de metais preciosos em Rio de Contas e em Jacobina, que, segundo ele, beneficiou a Bahia, não por coincidência, este processo ocorreu em meio à retomada da economia açucareira.

A questão monetária e o hábito de se efetuar trocas a crédito, também não foram assuntos negligenciados pelo intelectual baiano. Entendia que a debilidade de moedas representava um “eminente perigo, a que ficava exposta a nossa América, extinguindo-se a moeda, que é a substância dos Impérios, pois sem ela são cadáveres, vindo a faltar o trato, e comércio, que sustentam a monarquia.” (ROCHA PITTA, 1950, p. 288).

Segundo o autor, havia múltiplas causas para a falta de moedas no Brasil colonial. Uma delas era o cerceamento da moeda de prata, ou seja, a retirada de valor intrínseco do metal.

Vários prejuízos, que padecia o Brasil na moeda de prata. Experimentava este Estado, havia muito tempo, vários danos na moeda de prata, sendo o primeiro o cerceamento, que nela continuamente se achava, delito, pelo qual foram punidas algumas pessoas, em que houveram indícios de cúmplices... (ROCHA PITTA, 1950, p. 288).

Outro motivo que para Rocha Pitta era ainda mais grave consistia no interesse de se remeter a prata para a Europa, onde o metal atingiria um preço mais alto.

...porém era mais grave o prejuízo, que se padecia no transporte, e fundição da maior delas, que correndo por seiscentos e quarenta, que são duas patacas no Brasil, tinham de peso setecentos e cinquenta, e se logravam muitos interesses em as levar, ou remeter para o Reino, onde, e entre as nações estrangeiras conseguiam aquele avanço. (ROCHA PITTA, 1950, p. 288).

Rocha Pitta elencou uma terceira causa para a suposta escassez pecuniária na colônia: o hábito de se fabricar baixelas para o uso doméstico. “Outras pessoas as mandavam converter em baixelas para o seu uso, e os ourives as fundiam para as suas obras”. (ROCHA PITTA, 1950, p. 288).

Uma alternativa que o governo geral encontrou para uma possível solução do problema foi ordenar que as moedas maiores devessem circular pelo valor intrínseco. Esta medida, entretanto, gerou outro obstáculo, pois a prática do cerceamento, sobretudo para moedas de menor valor, tornou as transações comerciais lentas e complexas devido à necessidade cada vez maior da utilização de balanças.

...mandando-se, que as ditas moedas maiores corresse pelo valor do peso, de que se seguia muito embaraço, pois havendo em muitas delas pelo cerceamento menos peso dos setecentos e cinqüenta, era preciso para se receberem, trazerem-se balanças, em que se pesassem, gastando-se muito espaço de tempo para se contar pouca quantia de dinheiro. (ROCHA PITTA, 1950, p. 288).

Diante de tal problema, o Senado da Câmara da Bahia solicitou ao Rei a criação de uma Casa da Moeda. Este pedido foi atendido em 1694, quando D. Pedro II autorizou o estabelecimento de tal instituição, sendo esta instalada em caráter provisório para a cunhagem de uma moeda provincial.

El Rey aplicando toda a sua Real atenção ao bem dos seus vassallos, e à conservação deste Estado, lhe concedeu Casa da Moeda, mandando-lhes no ano de mil e seiscentos e noventa e quatro Juiz, ensaiadores, e os mais officiais, de que necessita aquela fabrica, com todos os instrumentos, e materiais precisos para as oficinas, e lavor da moeda e ordenou durasse só o tempo, que fosse necessário para reduzir a nova forma toda a moeda, que havia nas Províncias do Brasil, às quais mandou ordem para que a remetessem à Bahia e que feita esta diligência, se extinguisse a Casa. (ROCHA PITTA, 1950, p. 289).

A citação demonstra que a ordem régia exigia dos súditos das demais praças coloniais que remetessem seus metais à cidade da Bahia para a cunhagem de moeda, entretanto, os moradores de Pernambuco e do Rio de Janeiro, argumentando sobre o grande perigo que correriam ao transitarem sob posse do metal precioso e do alto custo de transporte, solicitaram provisão em seu favor para também possuírem Casa da Moeda, a exemplo da Bahia.

As Províncias do Rio de Janeiro, e de Pernambuco não querendo arriscar o seu ouro, prata, e dinheiro na ida, e volta das viagens da Bahia, não só pelo perigo das tormentas do mar, mas também pelo dos piratas levantados, que infestavam as costas do Brasil, querendo obviar o naufrágio, ou roubo, que podia acontecer, representaram a El Rey, que por escusar aqueles povos algumas ruínas nestes justos receios, que se deviam prevenir, fosse servido conceder-lhes Casa da moeda, para lá se lavrarem. (ROCHA PITTA, 1950, p. 291).

O referido pedido foi atendido, e o Rei D. Pedro II ordenou que quando satisfeita as demandas para lavrar moeda dos moradores da Bahia, se passasse a referida Casa para o Rio de Janeiro e quando suprida tal demanda da praça carioca, se deslocasse tal instituição para Pernambuco, como se pode observar a seguir:

Atendendo sua Magestade ao justo temor do prejuízo, que podiam experimentar aqueles súditos na remessa dos seus cabedais à Bahia, mandou, que fechada nela a Casa passassem as suas fábricas ao Rio de Janeiro, e depois a Pernambuco, ordenando ao Chanceler Superintendente. Mandasse as instruções, e ordens necessárias para se governarem os Ministros, que haviam de ser Juizes Conservadores da Moeda naquelas duas Províncias; o que executou depois de reduzidos a nova moeda provincial o dinheiro antigo, prata, e ouro, que houve para se desfazer na Bahia, e que se fechou a Casa no ano de mil seiscentos e noventa e oito, tendo laborado quatro. (ROCHA PITTA, 1950, p. 291).

A Casa da Moeda, além de provisória, foi também itinerante, pois funcionou na Bahia entre os anos de 1694 e 1698. A partir do ano seguinte, funcionou no Rio de Janeiro. Em 1700 se deslocou para Pernambuco e, em 1703, estava novamente instalada no Rio de Janeiro, até o ano de seu fechamento em território colonial, por volta de 1704, retornando às suas atividades na colônia, aproximadamente dez anos mais tarde, desta vez instalada em caráter permanente, em decorrência principalmente do grande volume de ouro extraído das Minas Gerais. Foi estabelecida uma unidade no Rio de Janeiro e, outra, na Bahia.

Todo o dinheiro velho, prata, e ouro, que pode desfazer-se em Pernambuco, se reduziu à nova moeda, e todas as que se lavraram nas duas referidas províncias, tem a mesma forma, peso, cunho, e valor das da Bahia, pondo-se de uma parte nas do Rio de Janeiro um R, e um P nas de Pernambuco; e concluído no Brasil este lavor, se fecharam nele as Casas da moeda, até que com os novos descobrimentos das Minas de ouro do Sul, se mandaram outra vez abrir no Rio de Janeiro e na Bahia. (ROCHA PITTA, 1950, p. 292).

De fato, a exploração das jazidas de metais preciosos nas Minas Gerais, modificou profundamente a dinâmica da economia colonial. Em um curto período de tempo, houve uma intensa migração de colonos para àquela região, como se pode constatar a partir da citação a seguir:

De todas as províncias o Brasil vão moradores às Minas. O ouro das Minas do Sul foy a pedra iman da gente do Brasil, e com tão vehemente atração, que muita parte dos moradores das suas Capitánias (principalmente da Provincia da Bahia) correrão a buscallo, levando os escravos, que occupavão em lavouras, posto que menos ricas para a ostentação, mais necessárias para a vida, se a ambição dos homens não trocara quasi sempre o mais útil pelo mais vão... (ROCHA PITTA, 1950, p. 322).

Um movimento frenético de tamanha envergadura, momento tão imaginado e aguardado pelo colonizador português, teria seus efeitos colaterais. Dentre eles, a falta e ou a carestia da força de trabalho nas regiões de *plantation*. Em outras palavras, a migração e a

euforia pelo auge da mineração, proporcionaram um aumento da demanda por força de trabalho e por produtos de primeira necessidade, inflacionando ambos e prejudicando áreas diretamente vinculadas às zonas de *plantation* como a Bahia, que sofreu com a elevação súbita do preço da mão de obra escravizada e dos produtos de primeira necessidade, acometendo a economia baiana de um modo geral, sejam os comerciantes e os homens de negócio “baianos”, sejam os lavradores e os senhores de engenho do Recôncavo, mas também, e principalmente, a população de baixo poder econômico, que sofreu ainda mais com a carestia de alimentos. Sebastião Pitta corroborou estas afirmações.

Da ausência de homens... se foy logo experimentando a falta na carestia dos viveres, e mantimentos, por haverem ficado desertas as fazendas, que os produzião, como Hespanha experimentou, e ainda hoje sente com a prata das suas Índias, pois por este interesse abandonando as Patrias, e domicílios os seus naturaes, deixarão despovoada grande porção della, vendo-se ainda hoje muitas Cidades, Villas, e lugares sem o numero de gente, e commercio, que em outro tempo tiverão, e muitas terras quasi ermas, quando de se não lavrarem os campos e de se diminuir o negocio de outras mercadorias, se segue o mayor prejuízo aos direitos, e rendas Reaes dos Principes e Monarchas Damno mayor, que recebem as Províncias do Brasil na falta do assucar. Mas não He este só o damno, que padece o Brasil; outro mayor mal lhe ameaça a ultima ruína, porque comprando as pessoas, que vão para as Minas do Sul, e outras, que dellas vem a este fim, os excessivos preços escravos gentio de Guiné, que se conduzem da Costa de Africa, e carecendo de muitos as fabricas das canas, e dos Engenhos, se foy diminuindo a cultura do assucar de forma, que alguns dos Senhores destas propriedades, não tendo negros com que as beneficiar, nem posses para os comprar pelo grande valor em que estão, as deixarão precisamente, e só as conservão alguns poderosos, que se achão com mayores cabedaes. (ROCHA PITTA, 1950, p. 322-323).

Um dos setores mais afetados da economia baiana foi a produção açucareira, que já vinha sofrendo com uma conjuntura externa desfavorável, havia ainda de encarar a partir daquele momento, “ventos contrários soprados” internamente. Rocha Pitta inclusive, questionou a lucratividade da produção açucareira, que apesar de ser mais opulenta e interessante economicamente para a Coroa, mal dava para honrar as contas de muitos senhores e lavradores.

Outros as continuão na forma que podem, por dar satisfação, ou contemporizar com os seus credores, experimentando nellas mais trabalho, que utilidade, pois para sustentar-se, e pagarem humas dividas, vão contrahindo outras, sem esperança de se verem já mais desempenhados, resultando das sua impossibilidade ser menos o numero das tarefas de canas, que se cultivão nas fazendas, e muito inferior o dos pães de assucar, que se obrão nos Engenhos, sendo esta a mayor manufactura, e interesse do Brasil, com a qual chegara a tão grande nome, e opulência todo o Estado. (ROCHA PITTA, 1950, p. 323).

O autor, não manteve uma posição convicta quanto aos benefícios e malefícios que a descoberta das “jazidas de ouro do sul” trouxe para a Bahia e para a Casa dos Contos. Enquanto Antonil é taxativo em afirmar que o Erário Régio perdia muito mais do que ganhava ao estimular a produção aurífera, Pitta oscilava opiniões, em algumas passagens da obra, parece concordar plenamente com Antonil; em outros momentos, a exemplo de quando menciona a fundação das Vilas de Jacobina e Rio de Contas, 1714 e 1718 respectivamente, vai de encontro a tal assertiva, demonstrando o quanto a mineração era relevante para a Coroa.

Independentemente de ter mantido um ponto de vista definido sobre a importância da produção mineradora colonial para a Coroa portuguesa, os escritos de Rocha Pitta foram extremamente valiosos para o entendimento de algumas características da economia baiana colonial.

3.1.3 O crédito na perspectiva de Ambrósio Fernandes Brandão

Ambrósio Fernandes Brandão foi um português, cristão-novo, proprietário de terras em São Lourenço da Mata, Capitania de Pernambuco, que viveu no Brasil durante cerca de vinte e cinco anos, entre finais do século XVI e início do século XVII, escrevendo sua obra em forma de diálogo no ano de 1618. Trata-se de um valioso documento histórico composto de seis partes sobre a economia, a sociedade, a fauna e a flora brasílica em seu primeiro século de colonização. Nos seis diálogos com Alviano, o autor adota o pseudônimo Brandônio. (BRANDÃO, 1997).

O interlocutor de Brandônio ao longo dos “Diálogos” foi um estrangeiro recém-chegado ao Brasil “sedento” por informações da terra. Brandônio o “abastece” de informações relevantes sobre os aspetos econômicos, sociais e naturais do Brasil colonial. A historiografia brasileira não tem uma posição conclusiva sobre a existência de Alviano. Se foi alguém de fato com quem Ambrósio Fernandes Brandão se relacionou e constituiu uma amizade, ou se foi apenas, um personagem fictício criado pelo autor para compor o seu livro em forma de diálogo.

Brandônio apresentou relevantes informações acerca da economia colonial. Ao queixar-se, por exemplo, da vagarosidade com que se julgavam os processos enviados ao Tribunal da Relação da Bahia, orientava que os moradores de Pernambuco enviassem suas “queixas” diretas para o Reino, onde seriam julgados com maior celeridade e a um custo menor, pela intervenção de amigos e parentes.

Segundo Brandônio, raramente um morador de Pernambuco poderia contar com a intervenção de terceiros na Bahia, por isto seria necessário levar as causas por conta própria e com bastante onerosidade, por ter que dispor de bastante tempo e sobretudo, dinheiro de contado, algo difícil de acumular no Brasil.

Todos os moradores deste Estado, nas Capitâneas onde moram, são liados uns aos outros por parentesco ou amizade, nunca levam seus pleitos tanto ao cabo que lhes seja necessário concorrerem por fim com a apelação deles à Relação da Bahia, porque antes disso se metem amigos e parentes de permeio, que os compõem e concertam, de maneira que põem fim às suas causas...De mais que há nenhum morador em todo este Estado, tão desamparado, que na tenha no Reino algum parente ou amigo, a quem possa mandar seus papéis dirigidos por apelação e mandando juntamente com eles um caixão de açúcar, basta para sua despesa; o que não acontece na Bahia, porque nem todos tem lá parentes ou conhecidos, e em falta dos tais, lhes fica sendo forçoso haverem de seguir pessoalmente suas causas, com muita despesa que fazem na jornada, sendo-lhes necessário levarem para isso dinheiro de contado, que custa muito a ajuntar-se no Brasil, o que não sucede, como tenho dito, nos papéis que se mandam ao Reino, porque basta encomendarem-se a parentes ou amigos e, para sua despesa, um caixão de açúcar. (BRANDÃO, 1997, p. 37).

Apesar de esta ser uma visão de um indivíduo residente nas “Capitâneas do norte”, neste caso Pernambuco, onde não havia Tribunal da Relação, percebe-se nitidamente que, depender de dinheiro de contado, mesmo para os que o possuía, era sempre o último recurso utilizado, por se tratar de algo escasso e, por isso, bastante valorizado.

Sobre a questão das vendas fiadas e do capital usurário, apesar da taxa de juros oficial no Império português ter sido de 6,25% ao ano³⁰, Brandônio afirmou ter encontrado sujeitos que lucravam com a atividade creditícia, oitenta e cinco por cento em menos de um ano, conforme se pode verificar na citação abaixo:

E eu vi na Capitania de Pernambuco a certo mercador fazer um negócio, posto que o modo dele não aprovo, pelo ter por ilícito, o qual foi comprar para pagar de presente uma partida de peças de escravos de Guiné por quantidade de dinheiro, e logo, no mesmo instante, sem lhe entrarem os tais escravos em poder, os tornar a vender a um lavrador, fiados, por certo tempo, que não chegava a ano, com mais de 85 por cento de avanço. (BRANDÃO, 1997, p. 106).

Margens de lucro tão altas como esta de 85% observadas por Brandônio, não devem ter predominado nas relações de crédito do Brasil colonial, entretanto, isto não quer dizer que, a taxa de juros regulamentar da Coroa foi sempre respeitada.

3.1.4 O crédito pelo prisma de Thomas Lindley

³⁰ Até 27 de janeiro de 1757 a taxa oficial de juros no império português era de 6,25% quando D. José I através de Alvará Régio ordenou que a referida taxa fosse reduzida para 5% ao ano.

O negociante inglês Thomas Lindley, preso em Porto Seguro em 14 de julho de 1802, acusado de contrabandear madeira, trazido para a prisão em Salvador, onde ficou por quase um ano, aproveitou-se do tempo ocioso no encarceramento para escrever um diário sobre a economia e a sociedade soteropolitana no final do período colonial. Impregnado de um espírito liberal, se queixava das leis portuguesas que segundo ele era uma das causas principais do atraso econômico lusitano, e que acabava estimulando o contrabando. (LINDLEY, 1969).

São tantas as proibições e tantos os monopólios, que as operações mercantis ficam limitadas, a indústria se debilita, e o contrabando é estimulado, pois os homens de todos os países são demasiado solícitos no empenho em fazer o que é proibido, sem perceber os riscos, no propósito ilusório de obter lucros superiores. (LINDLEY, 1969, p. 172).

A passagem do texto de Lindley sugeriu que o excesso burocrático e tarifário do sistema português, ao invés de contribuir para a arrecadação do Estado, desempenhou sentido inverso, por indiretamente estimular o ilícito, como a sonegação fiscal e o contrabando.

Em seus escritos, o negociante inglês, ofereceu informações relativas ao crédito. Se queixando, por exemplo, das altas tarifas cobradas pela Alfândega, disse que para um negociante obter vantagens financeiras na América, era necessário possuir cartas de crédito, que, aliás, também eram escassas segundo o viajante: “se tiverem a infelicidade de não possuir cartas de crédito, coisa de que poucos dispõem nesta remota parte da América”. (LINDLEY, 1969, p. 103).

Em outra passagem do diário, o autor afirmou que era muito difícil receber pagamentos em dinheiro na Bahia colonial, pois para alcançá-los se fazia necessário perder de 20% a 25% da dívida ativa. “...é extremamente difícil obter o pagamento de faturas em dinheiro, e jamais isso é possível sem conceder-se um desconto de 20% e que muitas vezes chega a ser 25%.” (LINDLEY, 1969, p. 184) Segundo o viajante, um ágio tão alto para se receber em dinheiro de contado era consequência da sua escassez.

Lindley afirmou que a forma de se fazer negócio na Bahia era por escambo ou pelo uso generalizado do crédito. “O escambo é o modo de realizar-se o comércio... Uns concedem crédito aos outros, em larga medida”. (LINDLEY, 1969, p. 173). Discordamos da percepção de Lindley sobre a liquidez monetária na Bahia do início do século XIX. Segundo as fontes, havia uma considerável circulação monetária na Bahia neste período. Acontece que tanto o crédito quanto a moeda circulavam de forma desproporcional entre os diferentes grupos sociais. Se tratando de um contrabandista estrangeiro preso em Salvador, é de se esperar que

ele não possuísse o capital social e político necessário para facilitar seu acesso ao crédito e a moeda.

Lindley entendia que as leis sobre dívida no Brasil eram brandas. Entendemos que o fato do autor possuir a Inglaterra como referência, berço do capitalismo à época, explica em parte, seu ponto de vista. Não obstante, o próprio autor, ao relatar as consequências possíveis da insolvência de algum devedor, demonstrou que os bens eram confiscados e repartidos entre os credores e, caso a soma total dos bens não satisfizesse todas as obrigações, comprometiam-se inclusive os patrimônios futuros.

As leis referentes aos devedores são extremamente brandas. Uma ordenação recente proíbe a prisão por dívidas, a menos que se trate de trapaça ou transação fraudulenta, que é punida com prisão até que seja feita a restituição do produto da fraude ou haja desistência da parte ofendida. Se um indivíduo se encontrar em situação de não poder satisfazer aos credores, entrega-lhe todos os seus bens, que são divididos, ficando ele em liberdade. Mas se deixa de assim proceder e se recusa a pagar o que deve, os credores se apossam de tudo quanto ele possuir, mediante ordem de apreensão, exceto as roupas pessoais, e reivindicam quaisquer bens que ele possa adquirir posteriormente, até liquidar a dívida. (LINDLEY, 1969, p. 169).

Ao que tudo indica o ponto de vista do autor, de que as punições sobre dívida no Brasil colonial eram brandas, calcava-se na impossibilidade de se prender por dívidas.

Sobre a questão pecuniária, Lindley contou alguns casos por ele vividos em tentativas frustradas de receber ordens de pagamento da Real Fazenda. No dia 23 de março de 1801, por exemplo, tentou receber dezesseis libras³¹, mesmo sendo uma quantia relativamente baixa, não obteve êxito, sendo informado que deveria retornar na semana seguinte, pois não havia dinheiro suficiente para a quitação nos cofres da Fazenda Real.

Recebi uma insignificante ordem de pagamento contra o Banco ou tesouro Real, que apresentei para pagamento. Embora fosse apenas de dezesseis libras, aproximadamente, foi postergada para outro dia. Critiquei o fato na ocasião, com certa surpresa, sendo informado de que não haveria, absolutamente, fundos no banco até a semana seguinte. Verifiquei não ser isso, de modo algum, fato excepcional, pois logo que o dinheiro é recebido, é oficialmente designado o dia para a sua saída; o total então é geralmente gasto, muitos credores ficam frequentemente sobrando e tem de aguardar outra oportunidade. (LINDLEY, 1969, p. 118).

Cerca de um mês depois, o negociante inglês, voltou a queixar-se da suposta falta de liquidez dos cofres públicos. Desta vez, se tratava do costume de dar pensão aos prisioneiros estrangeiros.

19 a 21 de abril. Durante este mês, nossa pensão do governo foi suspensa, embora tivesse até agora sido paga regularmente desde a nossa chegada à

³¹ Cerca de 25\$600 réis.

Bahia. O tesouro do porto atribui o fato à não existência de fundos no tesouro, dizendo-me que tenho de ter paciência até o dia primeiro de maio. (LINDLEY, 1969, p. 127).

Embora, não se possa precisar, o atraso nestas pensões aos prisioneiros estrangeiros pode ter sido resultado de boicotes e retaliações dos ocupantes de cargos públicos da Bahia, ao invés, necessariamente da real falta de dinheiro dos órgãos estatais.

3.1.5. O crédito na concepção de Louis François de Tollenare

Outro informante da história econômica colonial foi o negociante francês Louis François de Tollenare. Nascido em Nantes, em 4 de abril de 1780, desde muito jovem se dedicou aos negócios ultramarinos. Residia em França, mas realizava viagens constantes ao Brasil. Na época da Revolução Pernambucana, em 1817, Tollenare estava em Pernambuco, e trouxe em seus escritos semanais³² a experiência de ter sido testemunha ocular de tal evento histórico. (TOLLENARE, 1978).

Tollenare negociou com várias mercadorias, mas se fixou efetivamente na cultura do algodão. Possuía negócios também na Bahia, em seu diário, mencionou uma viagem feita à Bahia logo após o término da Revolução Pernambucana, em julho de 1817. Não à toa, oferece aspectos comparativos relevantes sobre as duas urbes coloniais, Salvador e Recife.

Diferentemente de Antonil, que se preocupou principalmente com a atividade produtiva, sobretudo a açucareira, escrevendo uma espécie de manual de como escapar das “garras” dos credores, Tollenare na condição de negociante, preocupou-se fundamentalmente em analisar sob a ótica dos prestamistas.

“Irrigado” pelo pensamento das luzes e pela ideia de República, entendia ser abusivo e exploratório os tributos que a Coroa portuguesa cobrava dos seus súditos. Mencionando os empréstimos e as taxas cobradas pelo Erário aos particulares.

Cita-se uma multidão de empréstimos e de aumentos de taxas exigidas para executar certos trabalhos especiais; os pagamentos tem sido feitos... e os trabalhos ficaram sem execução. Isto desperta clamores; mas, de que servem as queixas sob um governo absoluto e sem liberdade da imprensa? (TOLLENARE, 1978, p. 97).

O viajante francês, contagiado pelo espírito democrático do iluminismo, criticava a ação da Coroa lusitana que arrecadava os impostos, mas não os devolvia em forma de benefício para a sociedade. Segundo ele, o Estado português agia do mesmo modo em relação

³² O autor intitulou seus escritos de Notas dominicais por reservar os domingos para relatar o que havia vivenciado durante a semana.

aos credores, não se manifestando quanto as suas finanças, nem quanto aos prazos, estimulando, segundo o autor, o sentimento de usurpação e hostilidade nos súditos.

Nada se publica em Portugal sobre o estado das finanças. Daí resulta que tendo o governo feito vários empréstimos, que não pode reembolsar, os credores se supõem roubados pelo soberano, porque não se lhes forneceu contas que justificassem a impossibilidade do pagamento. Pareceu-me que os habitantes consideravam os impostos não como uma contribuição deposta entre as mãos da autoridade para dela fazer aplicação em benefício geral, mas, como um pagamento forçado feito à pessoa do soberano, que dele dispõe como lhe apraz e sem prestar contas, o que estabelece entre os administrados e os administradores uma espécie de hostilidade pouco conveniente. (TOLLENARE, 1978, p. 96).

Essa incerteza quanto aos prazos de pagamento das dívidas da Coroa, ao passo em que gerava um “clima” de instabilidade entre os credores do Estado português, aquecia o mercado privado de crédito, pois “sempre havia financistas atentos a situação de desespero de alguns credores, antecipando o pagamento a um custo de 20 a 30%.” (TOLLENARE, 1978, p. 262).

Tollenare mencionou o funcionamento, a hierarquia e as funções da Real Fazenda, insinuando que os cargos administrativos no Império português, eram utilizados para benefício individual de seus ocupantes e de quem lhes conviesse. Assim, no mercado de crédito acelerava-se o pagamento de uns e retardava-se o pagamento a outros.

Os contratos com o governo também passam por suas mãos (pelas mãos do Provedor da Fazenda Real)...do seu ocupante depende o apressar ou demorar os pagamentos aos fornecedores e credores dos cofres públicos...O tesoureiro guarda os fundos; a junta dá as ordens de pagamentos mas, se o tesoureiro diz ao credor que é preciso esperar, aparece sempre um indivíduo obsequioso que se oferece para descontar o débito a 20 ou 30%. (TOLLENARE, 1978, p. 263).

Muitos devem ter sido os casos em que funcionários régios, mesmo tendo proventos nos cofres, ao saber da necessidade emergencial do credor, atrasavam o pagamento, forçando o mesmo a trespassar seu título a um financista bem informado, com uma perda de 20 % a 30% anuais.

Todas as vezes que Tollenare se referiu a um caso de aquisição de bens, demonstrou o quanto o crédito era importante, e mais do que isso, inerente àquela sociedade. Vejamos o caso do francês Hullin, que comprou um engenho a prazo para ser pago em sete anos:

Um francês de nome M. Hullin, comprou recentemente, a 40 léguas daqui, na margem do rio navegável chamado Rio Real, uma propriedade com meia légua de frente sobre o rio e uma e meia légua de fundo por 12.500 francos pagáveis em sete anos. Há ali uma casa habitável, um engenho de fazer açúcar com quatro tachas; terreno próprio para o plantio da cana necessária, 40 caixas de açúcar; todo o terreno está desbravado. (TOLLENARE, 1978, p. 242).

Acerca dos processos de dívidas no Brasil colonial, o negociante afirmou que quase sempre beneficiava o devedor. Seja pela morosidade da justiça ou pelos altos custos dos processos. O credor mesmo ganhando uma causa, sempre saía “perdendo”.

Para obrigar um homem solvável a pagar uma letra autêntica de 100.000 réis pode-se perfeitamente gastar 25.000 ou 30.000 réis e perder seis meses. Assim deixam-nas protestar sem repugnância, sem se inquietar até que o credor chegue à execução. (TOLLENARE, 1978, p. 262).

Mencionou também, a parcialidade com que os juízes agiam, seja por interesse próprio ou por retribuição de um favor a terceiros.

É lamentável dizê-lo, mas, a justiça é muito venal. Consigno isto aqui porque é a opinião geral...É preciso que os litigantes lisonjeiem os juízes; o sucesso das causas depende das recomendações. O governador ordena ou impede os julgamentos; espreita-se frequentemente a sua opinião para agir de acordo com ela. (TOLLENARE, 1978, p. 262).

Tollenare procurou demonstrar, o quanto o credor era prejudicado no Brasil colonial, mencionando a legislação portuguesa que protegia os senhores de engenho devedores dos seus respectivos credores.

O governo protegeu por tal forma os engenhos que não é permitido penhorar por dívidas as propriedades de um agricultor de cana consagradas à indústria de açúcar. Não se pode penhorar separadamente nem os escravos nem o gado. (TOLLENARE, 1978, p. 128).

Teoricamente, todos aqueles vinculados à principal atividade de exportação da colônia (produção açucareira), estariam protegidos pelos Alvarás de 06 de julho de 1807 e 21 de janeiro de 1809, entretanto, apesar de ter funcionado em linhas gerais, não podemos concordar plenamente com a visão generalizada do autor, pois o que pesava era o cabedal político e social das partes envolvidas. E se o credor fosse também senhor de engenho?³³ A lei favoreceria a quem? Supomos que neste caso, havia uma espécie de “nulidade de forças” que acabava expondo o devedor a uma condição ordinária, ou seja, sem foro, privilégio ou distinção.

Considerando o maior contorno de complexidade que a sociedade baiana adquiriu em meados do século XVIII, a lei de proteção aos senhores de engenho e plantadores de cana funcionou da seguinte maneira: a penhora de bens vinculados a atividade açucareira só ocorria caso as dívidas fossem iguais ou superiores ao valor da propriedade, caso contrário, o bem continuaria sob a posse do devedor. O próprio autor, ao cabo do raciocínio, relativiza a questão: “Parece, entretanto, que se a dívida iguala ou absorve o valor de um engenho, inclusive todos os seus acessórios, o credor pode entrar na posse do mesmo.” (TOLLENARE, 1978, p. 128).

³³ Este fenômeno não é excepcional em se tratando da Bahia setecentista, pois muitos homens de negócio vão adquirir engenhos por gozar de muitos créditos junto aos seus devedores ou simplesmente pelo desejo de realizar uma atividade que mais enobrecia na colônia.

3.1.6 O crédito através do olhar de Luis dos Santos Vilhena

Luís dos Santos Vilhena, natural da Vila de São Tiago de Cassino, em Portugal, foi professor de grego em Salvador entre os anos de 1787 e 1799, quando sua função foi considerada dispensável, sendo aposentado compulsoriamente, recebendo metade dos seus vencimentos.³⁴ Ao se aposentar, dedicou-se mais profundamente aos seus escritos, dentre estes, as cartas sobre a Bahia no século XVIII, publicadas originalmente em 1802. Anteriormente, Vilhena havia servido durante dez anos no regimento de infantaria da Praça de Setubal, quando alegou que por motivos de saúde, não poderia mais exercer o cargo, sendo deslocado para a função de professor de grego na cidade da Bahia. (VILHENA, 1969).

Morreu em 29 de junho de 1814 aos 70 anos de idade. Foi sepultado no Convento de Santa Tereza do Hábito do Carmo, deixando por herdeira sua mulher Dona Maria Antonia. Não há relatos de filhos. (VILHENA, 1969).

A obra se divide em vinte e uma cartas ou quatro tomos. O primeiro e o segundo tomo estão respectivamente no primeiro e segundo volume. O terceiro e o quarto tomos localizam-se no terceiro volume.

Segundo o autor, o que o inspirou a escrever tais cartas “Não foi a avareza de ter a que me instigou a procurar estas notícias, e expô-las neste estilo; mas sim a satisfação do espírito, e desafeição ao ócio.” (VILHENA, 1969, p. 180).

Edison Carneiro na apresentação da obra publicada em 1969, afirma que a grande inspiração de Vilhena, foi a obra de José Antonio Caldas “Notícia Geral de toda esta Capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente anno de 1759”. De fato, os temas e até mesmo, a ordem dos assuntos são semelhantes, entretanto, há algumas diferenças substanciais entre os autores. Uma delas é que Caldas se restringiu à Bahia nos seus escritos, enquanto Vilhena resolveu tratar das demais Capitânicas que compunham a colônia. Outra diferença, esta mais relevante, é que, enquanto o trabalho de José Antonio Caldas foi excessivamente descritivo, Luis dos Santos Vilhena não se omitiu em dar a sua opinião, pois buscava sempre inserir em meio aos dados, o seu ponto de vista. Foi detentor de um apurado senso crítico de realidade, por vezes, era sarcástico em seus comentários. Vilhena tratou dentre vários problemas da colônia - da concentração fundiária, da desigualdade, pobreza, baixa taxa de natalidade, propondo inclusive soluções para estas questões à coroa lusitana.

³⁴ Seu salário integral era de 440\$000 réis por ano. Além de baixos, seus vencimentos eram pagos irregularmente. Em 1797, por exemplo, a Fazenda Real lhe devia pelo menos quatro meses de salário.

O autor elencou informações sobre boa parte da colônia, nos interessou principalmente aquelas que diziam respeito às questões econômicas da Bahia. Sobre estas, o autor trouxe ricos e abundantes relatos. Escreveu “um pouco de tudo” sobre a economia soteropolitana: escreveu sobre a criação e o funcionamento de algumas instituições, como o Celeiro Público, a Casa da moeda, a Mesa de Inspeção e a administração e os rendimentos da Santa Casa de Misericórdia; escreveu também sobre os contratos do azeite e do sal; a qualidade, ou a falta de qualidade dos mantimentos e dos remédios; a topografia e os limites da cidade; o número e as características dos comerciantes “baianos”; o volume de exportação e importação da Bahia; a produção e a quantidade de engenhos de açúcar; os açambarcamentos e a inflação dos produtos de primeira necessidade provocados pelos homens de negócio.

Segundo Vilhena, a praça comercial da Bahia era a mais dinâmica no final do período colonial. Entretanto, isto não diminuía a pobreza e a grande concentração de renda nas mãos de poucos indivíduos. Ele afirmou que a riqueza estava sob posse dos comerciantes e que a maioria dos senhores de engenho vivia de aparência, endividados para com as elites mercantis.

É a Capitania da Bahia a mais rica pelas produções do seu Recôncavo, a pouca distância da cidade, que metidas em giro, fazem aquela a praça mais comerciosa do Brasil; os comerciantes são tantos...Os senhores de engenho nada tem a maioria deles, que a aparência de ricos; pois que a maior parte das safras dos seus engenhos, não chegam para satisfazerem aos comerciantes assistentes. Casas antigas são muito poucas. Todo o mais povo, à exceção dos comerciantes e alguns lavradores aparatosos, como os senhores de engenho, é uma congregação de pobres. (VILHENA, 1969, p. 915).

Vilhena se preocupou com a questão pecuniária. Segundo ele, a moeda metálica existente, “teimava” em ir para o exterior nos pagamentos de importação.

...haverá precisão de cogitar meios de quebrar muitos dos canos por onde a indústria estrangeira conduz para fora a nossa moeda, deixando ao mesmo tempo esgotada a nação e carecendo daquela indústria, sem que lhe reste com que a pague. (VILHENA, 1969, p. 947).

Na citação, Vilhena foi explícito em demonstrar a suposta escassez monetária, e sua principal causa: a fuga de meio circulante para cobrir os “rombos” do déficit do balanço de pagamentos colonial.

3.1.7 A questão monetária na ótica de Pero de Magalhães Gandavo

Há poucas informações sobre Pero de Magalhães Gandavo, o que se sabe remonta aos esforços de pesquisa de João Capistrano de Abreu. Segundo este Gandavo foi um português natural de Braga, descendente de flamengos, que viveu no Brasil por alguns anos na segunda metade do século XVI. (GANDAVO, 2008, p. 19)

Preocupado em atrair povoadores para o Brasil, escreveu “Tratado da Terra do Brasil” por volta de 1570. Neste escrito, o autor faz uma espécie de propaganda para a promoção da imigração para a colônia brasílica.

Minha tenção não foi outra neste sumário senão denunciar em breves palavras a fertilidade e abundância da terra do Brasil, para que esta fama venha à notícia de muitas pessoas que nestes reinos vivem com pobreza, e não duvidem escolhê-la para seu remédio por pobres e desamparados que sejam. (GANDAVO, 2008, p. 29)

O convite do autor foi sedutor. Além de demonstrar as inúmeras riquezas coloniais, com seus excelentes recursos naturais, afirmou ainda, que enriquecer e viver honradamente na colônia era muito mais fácil do que no Reino.

As pessoas que no Brasil querem viver, tanto que se fazem moradores da terra, por pobres que sejam, se cada um alcançar dous pares ou meia dúzia de escravos logo tem remédio para sua sustentação porque uns lhe pescam e caçam, outros lhe fazem mantimentos e fazenda e assim pouco a pouco enriquecem os homens e vivem honradamente na terra com mais descanso que neste Reino, porque os mesmos escravos índios da terra buscam de comer pera si e pera os senhores, e desta maneira não fazem os homens despesa com seus escravos em mantimentos nem com suas pessoas. (GANDAVO, 2008, p. 55).

Com tal objetivo bem definido, Gandavo em seu relato ofereceu mais atenção aos aspectos naturais da colônia: às questões geográficas, os rios, a fauna e a flora, deixando para segundo plano, aspectos da vida política, social e econômica. Não obstante, nem mesmo este autor, apesar de suas prioridades, ignorou a questão monetária na colônia, como se pode observar a seguir:

As fazendas donde se consegue mais proveito são açúcares, algodões e pau do Brasil, com isto fazem pagamentos aos mercadores que deste Reino lhes levam fazenda porque o dinheiro é pouco na terra, e assim vendem e trocam uma mercadoria por outra em seu justo preço. Quantos moradores há na terra têm roças de mantimentos e vendem muitas farinhas de pau uns aos outros, de que também tiram muito proveito. (GANDAVO, 2008, p. 53).

No fragmento de texto, Gandavo evidencia a prática generalizada do escambo no primeiro século de colonização portuguesa no Brasil.

3.2 A HISTORIOGRAFIA DO CRÉDITO NA COLÔNIA

Após a apresentação das visões dos cronistas e viajantes acerca do crédito e da questão monetária no período colonial, chegou o momento de expor os diferentes pontos de vista dos historiadores contemporâneos sobre o tema. De fato, a temática do crédito e a questão monetária sempre fizeram parte das preocupações dos intelectuais, desde a época colonial, como se pôde constatar na subseção anterior.

Atualmente, tal preocupação está a cargo do historiador profissional. Entretanto, a referida temática, apesar de sua reconhecida importância para uma melhor compreensão da formação econômica do Brasil e do seu passado colonial, durante algumas décadas foi preterida pelo historiador brasileiro que influenciado pela “vitória do capitalismo” e por uma suposta “derrocada” da história econômica³⁵, passou a se dedicar a outros temas, perspectivas e abordagens.³⁶

Neste período (três últimas décadas do século XX), as pesquisas sobre a história do crédito no Brasil colonial foram poucas e quando realizadas aparecia como subtema de estudos sobre a economia de exportação, a economia de subsistência, a produção, o comércio, a riqueza, a atuação de homens de negócio no Império português, irmandades religiosas,³⁷ dentre outros. Corrobora com esta afirmação o fato de que nos textos finais das pesquisas, o crédito ocupava papel secundário, no máximo um capítulo das respectivas dissertações e teses, raramente era objeto central de pesquisa. É importante evidenciar, neste começo de

³⁵ Para aprofundar conhecimentos acerca da História Econômica geral e do Brasil. Cf. SAES, Alexandre Macchione; RIBEIRO, Maria Alice Rosa; SAES, Flávio Azevedo Marques de. (Org.). Rumos da História Econômica no Brasil: 25 anos da ABPHE. São Paulo: Alameda, 2017; SZMERECSÁNYI, Tamás. Fundamentos teóricos e metodológicos do estudo da história econômica. Revista história econômica e história de empresas XI. 2008, p. 31-48; BARROS, José D’Assunção. História Econômica: considerações sobre um campo disciplinar. Revista de Economia Política e História Econômica, nº11, 2008; FLORENTINO, Manolo e FRAGOSO, João. História Econômica. In: Domínios da História. Rio de Janeiro: Campus, 1997; FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Para que serve história econômica? Notas sobre a história da exclusão social no Brasil. Estudos históricos, Rio de Janeiro, nº 29, 2002, p. 3- 28.

³⁶ Referimo-nos principalmente à nova história social inglesa, tendo como maior de seus expoentes Edward Palmer Thompson; A nova história cultural francesa, que dentre outros intelectuais pode-se destacar: Roger Chartier, Pierre Bourdieu e Michel de Certeau; e a micro-história italiana, lideradas por autores como: Carlo Ginzburg e Giovanni Levi.

³⁷ SCHWARTZ, Stuart B. O Recôncavo. In: Segredos Internos: Engenhos e Escravos na sociedade Colonial (1550-1835). São Paulo: Companhia das Letras, 1988; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. Na encruzilhada do império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro, (1650-1750). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003; FERLINI, Vera. Terra, Trabalho e Poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1988; FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992; FURTADO, Júnia Ferreira. Homens de Negócio: A Interiorização da Metrópole e do Comércio nas Minas Setecentistas. São Paulo: Hucitec, 1999; RUSSEL-WOOD, A. J. R. Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755. Brasília: UnB, 1981; MASCARENHAS, Maria José Rapassi. Fortunas coloniais - Elite e riqueza em Salvador 1760 – 1808. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999. (Tese de Doutorado); PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social. Universidade Nova Lisboa, Lisboa, 1995, Tese de doutorado; RIBEIRO, Alexandre Vieira. A Cidade de Salvador: estrutura econômica, comércio de escravos, grupo mercantil (c. 1750 - c. 1800). 2009. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

século XXI, que o Brasil ensaiou uma retomada, mesmo que ainda tímida, dos estudos sobre história econômica de um modo geral e da história do crédito em particular. Tal momento pode ser justificado como decorrência da crise do capitalismo a partir da bolha imobiliária estadunidense em 2008, que assim como aconteceu após o Crash da Bolsa de Nova York de 1929, deve ter atraído pesquisadores neste início de século para entender os fenômenos histórico-econômicos.

O primeiro grupo de historiadores que se dedicou com mais afinco a temática do crédito no Brasil colonial, no entanto, não conseguiu pensá-la dissociada do problema da escassez pecuniária. Esta interpretação resultou da cristalização da ideia de carência crônica de moeda metálica, sendo o meio sonante para estes historiadores, um problema estrutural da economia colonial. Estes autores, “mergulhando” na percepção dos autores de época, como Antonil, Vilhena e Lindley e, influenciados por autores que escreveram até meados do século XX (SIMONSEN, 1937; PRADO JR. 1942; AGUIAR, 1957; MAURO, 1960), interpretaram que a ampla necessidade de utilização do crédito foi decorrente da perene exiguidade monetária, fazendo do crédito um elemento vital para o funcionamento da economia colonial.

Maria Bárbara Levy, em estudo publicado em 1979, foi uma das pioneiras na análise da relação entre inópia pecuniária e necessidade por crédito no Brasil colonial. Em uma passagem em que relata as atividades do comércio ambulante, a autora afirmou que:

Os dois problemas fundamentais que esses pequenos comerciantes enfrentaram foram a generalização das compras a crédito e a falta de dinheiro. Um recurso para iludir o problema da falta de moeda durante o período colonial foi o crédito. Ele criou, no Brasil colonial, o comércio fiado, deplorado em inúmeros documentos dos primeiros séculos de nossa história como o maior fator da mina dos mercados internos. (LEVY, 1979, p. 88)

A diagnose da forte presença do crédito na colônia na perspectiva de Levy foi um vetor relevante para a dificuldade de constituição do mercado interno colonial.

Anthony John R. Russel-Wood, em estudo publicado no Brasil em 1981 sobre a Santa Casa de Misericórdia da Bahia no período colonial, descreveu por várias vezes a escassez pecuniária na Bahia colonial. Vejamos: “Devido a grave escassez de moeda na Bahia...os devedores cada vez mais se atrasavam nos pagamentos dos juros, ou passavam a fazer o pagamento em açúcar em lugar de dinheiro.” (RUSSEL-WOOD, 1981, p.76). Mais adiante ele traz informação de mesmo teor: “Havia uma escassez crônica de dinheiro à vista e os empréstimos eram feitos com a duvidosa garantia da colheita açúcar seguinte”. (RUSSEL-WOOD, 1981, p.82).

Também na década de 1980, Stuart Schwartz, em trabalho sobre a economia e a sociedade açucareira colonial, corroborou com Russel-Wood, ao apontar sobre a escassez monetária não apenas na colônia brasileira, como também na metrópole lusitana.

A própria metrópole frequentemente sofria com a carência de moeda metálica e, após o século XVI, dependeu do fornecimento espanhol de prata da América. Quando esse suprimento começou a minguar, ocorreu uma grave escassez monetária. No Brasil a situação foi ainda mais difícil. Embora no século XVI ainda não houvesse na colônia uma casa da moeda, o acesso à prata peruana era conseguido por contrabando com Buenos Aires. Esse fluxo sofreu interrupção na década de 1620 e estancou-se na de 1640. Tal suspensão aliou-se ao declínio do comércio colonial no decênio de 1670, criando uma severa escassez monetária no Brasil. (SCHWARTZ, 1988, p.178).

Inúmeras foram as petições solicitando a desvalorização da moeda ou a cunhagem das mesmas. A Casa da moeda itinerante não resolveu o problema, funcionou na Bahia entre 1694 e 1698 e em seguida se transferiu para o Rio de Janeiro.

O dinheiro de contado foi, via de regra, escasso no Brasil, e muitas transações foram realizadas através de várias formas de crédito. Como os comerciantes cobravam um ágio por essas operações, os senhores de engenho consideravam a falta de moeda uma razão fundamental para seu endividamento e procuravam continuamente modos de alterar as condições que a causavam. (SCHWARTZ, 1988, p.178).

Schwartz afirmou que o fim da União Ibérica promoveu uma espécie de interrupção do afluxo de prata da América espanhola para o Brasil, e se constituiu em um importante motivo para a agudização da escassez monetária na colônia. (SCHWARTZ, 1988, p.178).

Maria José Rapassi Mascarenhas, que estudou a riqueza em Salvador do final do período colonial, através dos inventários *post-mortem*, também constatou a ausência de dinheiro de contado, mas questionou a validade da afirmativa de Schwartz sobre a carência de prata na colônia. A autora pôde encontrar uma gama variada de prataria entesourada em utensílios domésticos nos inventários dos baianos:

A escassez da moeda estaria relacionada apenas com a falta de prata, como explica S. Schwartz? De qualquer modo, como havia carência de prata na colônia, se existia tanta prata transformada em utensílios domésticos e objetos de uso pessoal, como expressam os inventários estudados? Poucas eram as pessoas que não possuíam, pelo menos, uma peça de prata em casa. A prata tinha um valor considerável que estimulava o entesouramento, além disso, continha valor de *status* e prestígio, tão almejados na sociedade daquela época. Seja qual for o motivo, o fato é que, faltava moeda circulando na colônia. (MASCARENHAS, 1999, p. 184).

No entanto, a debilidade da questão monetária na colônia, foi ratificada por Mascarenhas. A autora afirmou que havia ausência de dinheiro de contado em todos os estratos sociais, inclusive entre os mais abonados economicamente.

A escassez pecuniária é notada mesmo em caso de grandes fortunas. Essa escassez tornava o dinheiro muito valorizado. De todo modo, parece-nos que ter “dinheiro de contado” era sinal de grande riqueza. Nas relações de bens dos inventários compulsados, no período compreendido de 1760 a 1808 aparece pouco “dinheiro de contado”. Isto se evidencia quando se observa o “dinheiro de contado” dos inventariados mais ricos. Não constava “dinheiro de contado” na relação de bens de Custódio Dias Ferreira, a maior fortuna inventariada nesse período. Na segunda fortuna, a de J. Pires de Carvalho e Albuquerque encontrou-se cento e trinta mil réis de dinheiro, na quarta fortuna, a de Manuel Pereira de Andrade havia um conto setecentos e trinta mil réis. Com exceção de Sebastião G. da Camera, senhor de engenho com cinco contos quinhentos e um mil réis de dinheiro, nos demais autos de senhores de engenho ou não consta “dinheiro de contado” e se há, não passam de algumas centenas de mil réis. Os valores mais altos desse bem pertenciam sempre aos comerciantes, que geralmente variavam de cinco contos de réis para menos. Isto parece demonstrar a existência de uma ínfima liquidez para os senhores de engenho, e a pouca liquidez presente na economia da colônia concentrava-se nas mãos dos comerciantes. (MASCARENHAS, 1999, p. 185).

Embora haja discordância entre o pensamento de Schwartz e Mascarenhas sobre a presença de prata na colônia, houve consenso quando a questão foi a debilidade monetária na colônia.

Fernando Carlos G. de Cerqueira Lima publicou, em 2005, um artigo tratando da circulação monetária nos dois primeiros séculos de colonização. (LIMA, 2005). Amparado em farta bibliografia, apontou diversos caminhos para o estudo da temática no Brasil. O autor embora reconheça que os interesses metropolitanos que contribuíram para forjar as características da economia colonial dificultassem a ampliação de circulação monetária na colônia, alertou para o fato de que estes motivos isolados não resolvem a questão. Haja a vista que tal problema não era uma especificidade da economia brasileira colonial, mas derivados do próprio bimetalismo mercantilista do período moderno. “A disponibilidade de ouro e prata variou ao longo do tempo, mas foi quase sempre insuficiente para acompanhar o crescimento da demanda. A falta de moeda sonante naquele período não se constituiu, portanto, numa singularidade brasileira”. (LIMA, 2005, p. 173).

Antonio Carlos Jucá Sampaio, analisando o caso fluminense entre meados da centúria seiscentista e meados do setecentos, relacionou o crédito à circulação monetária colonial, segundo o autor:

...a circulação monetária não se confunde com o crédito. E isso não só porque há outras formas de circulação mas também porque o crédito nem sempre envolvia, na sociedade colonial, a transferência de moedas entre indivíduos. Muito frequentemente o crédito circulava na forma de mercadorias que eram concedidas contra um pagamento futuro...esse é de fato um dos elementos chaves para se compreender a forma como se dá a circulação monetária na economia colonial. (SAMPAIO, 2003, p. 2).

Segundo Sampaio, o crédito se manifestava na forma de mercadorias, dentre outros motivos, pela exiguidade fiduciária. Em outra passagem o autor explicita seu posicionamento sobre esta escassez:

Tamanha escassez de moeda metálica acabou por gerar moedas substitutas, produtos de grande circulação que, na falta do dinheiro sonante, ocupavam o seu lugar. O mais importante desses substitutos foi, sem sombra de dúvida, o açúcar. Sua utilização como moeda é uma constante na documentação...os moradores da capitania ainda consideravam necessário pedir ao rei que o açúcar circulasse como dinheiro, novamente por causa da falta de moeda sonante. Também requeriam, e este deve ser o principal motivo de tal requisição, que os credores fossem obrigados a aceitar o pagamento das dívidas em açúcar. (SAMPAIO, 2003, p. 5).

Sampaio chamando atenção para a falta de moedas, que segundo ele foi uma característica da economia colonial, expõe que a referida economia se valia de produtos de alto valor no mercado externo como substitutos monetários, desempenhando a função de meio circulante. A circulação de mercadorias como moedas é um perfeitamente inteligível com a perspectiva teórico-conceitual adotada nesta, bem como a noção de *paramoedas* do economista francês Jérôme Blanc. Consoante Blanc deve-se analisar a moeda partindo das práticas monetárias dos sujeitos, ou seja, de como as pessoas fazem o seu uso e não apenas do ponto de vista teórico, ou de como o Estado a define.

Luis Felipe de Alencastro, analisando o comércio no Atlântico sul entre os séculos XVI e XVII, contribuiu com a questão das para-moedas. Segundo o autor, vários foram os produtos utilizados como moeda de troca para a aquisição de escravizados africanos pelos traficantes luso-brasílicos. Além do açúcar, do fumo, da aguardente e da mandioca, um produto que funcionou como componente monetário nas transações comerciais entre Brasil e África no período colonial foi o zimbo. Uma concha de um molusco encontrada na região de Caravelas, no sul da Bahia, amplamente valorizada e aceita como moeda na África Central. Esta moeda-concha garantia alta lucratividade aos traficantes brasílicos na aquisição de escravizados, pois além de possuir um alto valor no continente africano, não era um produto tributável.

Exportado por Salvador ou pelo Rio de Janeiro, o zimbo baiano saía sem ser tributado – furando o controle metropolitano português. No Brasil se pesca quantidade do mesmo búzio de que se trata [o zimbo] e o levam a Angola a vender, em que fazem muito dinheiro e não pagam no dito Estado nada, nem em Angola, denuncia um funcionário régio em 1612. (ALENCASTRO, 2000, p. 256-257).

Conforme dito anteriormente, quando se busca o crédito como tema periférico ou “menor” inserido em pesquisas que privilegiam outras temáticas da história econômica do Brasil colonial como objeto central de estudo, encontra-se uma maior profusão de trabalhos.

Schwartz, por exemplo, em trabalho já citado se referiu às diversas fontes de crédito existentes na Bahia colonial:

As fontes de crédito na Bahia eram várias. Advogados, clérigos, artesãos e senhores de engenho emprestavam dinheiro, mas, as duas principais fontes de crédito eram, de longe, as instituições e os comerciantes. Antes de 1808 não havia bancos no Brasil e, assim, as instituições religiosas de diversos tipos constituíam-se nos principais emprestadores. As ordens religiosas adotavam essa prática. Em 1660, cerca de um sexto da renda dos beneditinos era derivada de juros sobre empréstimos. Irmandades como a Ordem Terceira de São Francisco, a Ordem Terceira do Carmo e outras também eram credoras. O Convento de Santa Clara do Desterro, das Carmelitas Descalças, era outra fonte de fundos, porém a mais importante dessas instituições emprestadoras na Bahia era a irmandade beneficente da Misericórdia. (SCHWARTZ, 1988, p. 180).

Conforme se pode observar no fragmento de texto supra, além dos particulares (principalmente negociantes), as instituições religiosas se destacavam. Dedicaremos na sessão quatro, uma subseção específica sobre o crédito institucional destacando a atuação daquela que foi, segundo a historiografia especializada,³⁸ a maior instituição credora da Bahia colonial, a Santa Casa de Misericórdia da Bahia. Embora haja uma forte tendência de nossa parte em concordar com esta afirmativa, observamos, entretanto que se faz necessário, estudos comparativos sobre a atuação financeira das demais irmandades da Bahia colonial para o aprofundamento desta questão.

Russel-Wood não refuta a relevância da atuação financeira da Misericórdia e das demais instituições religiosas da Bahia colonial, não obstante, entende que elas “proporcionavam apenas serviços bancários rudimentares, fazendo empréstimos a uma taxa de juros de 6,25%”. (RUSSEL-WOOD, 1981, p. 82). Este autor, ao observar os casos de inadimplência, as perdas de capital e a taxa de juros oficial, que eram respeitadas pelas irmandades, inclusive pela Misericórdia da Bahia, talvez numa atitude anacrônica, acabou por não contextualizar a contento este processo histórico. Neste aspecto discordamos de Russel-Wood, pois considerando os dados disponíveis, (volume de crédito concedido, volume de

³⁸ RUSSEL-WOOD, A. J. R. Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755. Brasília: UnB, 1981; SCHWARTZ, Stuart. Segredos Internos: Engenhos e Escravos na sociedade Colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988; FLORY, Rae Jean Dell. Bahia Society in the Mid. Colonial Period: The Sugar Planters, Tobacco Growers, Merchantes, and Artisans of Salvador and the Recôncavo, 1680-1725. Tese PhD. University of Texas, 1978; LUGAR, Catherine. The merchant community of Salvador, Bahia 1780-1830. PhD. Diss. Stony Brook: State University of New York, 1980; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. Na encruzilhada do império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650 - c.1750). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, et. al.

capital recebido, quantidade de devedores e taxa de inadimplência), que a Santa Casa de Misericórdia da Bahia possuiu, ao longo do século XVIII, uma atuação financeira complexa, com um volume de capital emprestado considerável e uma gama variada de tomadores, pertencentes a diferentes grupos sociais da Bahia. (FAGUNDES, 2015).

Sobre os juros, é importante mencionar que a sua taxa oficial no Império português foi de 6,25% ao ano até 17 de janeiro de 1757, e de 5% ao ano a partir desta data, refletindo uma economia em transição, mas que ainda mantinha valores sócio-religiosos consistentes. Além disto, a existência de taxa oficial de juros, não significou que os prestamistas particulares não praticassem taxas acima da lei.

Por fim, enquanto elemento extra-econômico desta sociedade cabe destacar que muitos indivíduos se aproveitaram da sua prestigiosa condição social e de seu poder político para ingressar enquanto confrades na Misericórdia da Bahia, facilitando assim, a contração de empréstimos para si e para seus pares sem a devida garantia.

Demonstramos em trabalho anterior, que mais de 1/3 dos sessenta e quatro Provedores da Santa Casa de Misericórdia da Bahia no século XVIII figuraram em algum momento na lista de devedores da instituição. Verificamos ainda, a presença de dezenas de tomadores com grau de parentesco próximo dos Provedores. (FAGUNDES, 2015, p. 197-200).

Kátia Mattoso, estudando o mercado de Salvador no século XIX, ressaltou por diversas vezes a ineficiência do sistema creditício do Brasil colonial. Diz ainda, que esta não era uma situação *sui generis* do Brasil, mas do Império português como um todo, pois segundo ela, Portugal diferentemente das outras potências econômicas do período moderno, foi talvez a única que não se preocupou em montar um sistema bancário.

Já tivemos a oportunidade de aludir em outras partes deste trabalho o quanto a inexistência de um crédito organizado tinha sido prejudicial às classes produtoras de gêneros de exportação durante o período colonial. É que Portugal foi, das nações exploradoras-colonizadoras, a única que não se preocupou em estabelecer um sistema bancário como haviam feito seus principais concorrentes, a Inglaterra e a Holanda. Na sua colônia brasileira quem exercia o papel de banco eram as grandes casas comerciais às quais era ligada a sorte dos produtores agrícolas. (MATTOSO, 1978, p. 266).

Contemporânea de Kátia Mattoso, Mária Bárbara Levy em trabalho já citado, afirmou que a atividade creditícia era demasiadamente concentrada, tendo os negociantes e as irmandades religiosas como principal grupo do setor. Para ilustrar tal assertiva, vejamos a citação a seguir:

...constata-se a persistência da escassez monetária, nos diversos espaços coloniais ensejando a generalização das compras a crédito. As contas correntes eram instrumentos arcaicos e atrofiados desse crédito, cujos

agentes vinham a ser, principalmente, mercadores e confrarias religiosas. (LEVY, 1978, p. 27-28).

Rae Jean Dell Flory tratando da economia e da sociedade de Salvador e Recôncavo entre finais do século XVII e início do setecentos, ofereceu informações acerca do financiamento da produção açucareira. É especificamente no terceiro capítulo da tese intitulado *The bahian sugar plantation: financing and patterns of ownership*, que a autora estadunidense privilegiou o estudo do crédito para o setor açucareiro baiano. Através da análise de trezentos contratos de empréstimo situados entre os anos de 1680 a 1715, Flory pôde montar o seguinte quadro: senhores de engenho e lavradores de cana representaram 41% dos tomadores e receberam 52% do crédito concedido. Já os comerciantes e os comerciantes-senhores de engenho compuseram 21% dos tomadores e 22% do capital emprestado. (FLORY, 1978, p. 68-69).

Detalhando um pouco mais a amostragem de Flory, tem-se o seguinte panorama: foram concedidos entre 1698 e 1715 aproximadamente 242:000\$000 réis. As instituições foram as maiores credoras representando 45,3% do capital emprestado, seguida dos comerciantes com 24,8% do crédito concedido. Na terceira colocação os profissionais, que significaram 12,5% do capital disponibilizado. Na quarta posição têm-se os senhores de engenho, com participação de 7,3% do universo total de dinheiro cedido. Os artesãos foram responsáveis pela concessão de 2,4%. Os lavradores de cana e de fumo representaram 1,9%, e os comerciantes-senhores de engenho 1,4%. (FLORY, 1978, p. 73-75). Já os mutuários eram respectivamente: senhores de engenho (35%), lavradores de cana e de fumo (26,6%), comerciantes (17,4%), artesãos (6,1%), profissionais (5,2%), comerciantes-senhores de engenho (5%) e instituições (1,1%). (FLORY, 1978, p. 73-75).

A amostragem de Flory é de extrema relevância, pois, trouxe elementos até então inéditos sobre a composição do capital e do crédito na Bahia colonial, permite perceber, mesmo que de forma parcial, a evolução do crédito em Salvador entre os recortes cronológicos de seu trabalho, final do século XVII e início do XVIII, com o crédito estudado nesta tese quase um século depois.

De sua amostra depreendem-se muitos elementos. Pode-se observar, por exemplo, que o setor credor era mais condensado do que o setor devedor, denotando alto grau de concentração creditícia e monetária, como mostraremos ao longo desta tese. Não obstante, o setor mutuário apesar de um pouco mais pulverizado, endogenamente também apresentava alto grau de concentração concernente ao privilégio de acesso ao crédito/capital. Isto corrobora, ainda mais, com a assertiva de uma sociedade com vultosa concentração creditícia

e monetária. Consideremos apenas as instituições e os homens de negócios, segundo Rae Flory, juntos estes chegaram a controlar mais de 70% do crédito fornecido entre os anos de 1698 e 1715.

Chama atenção, a dependência econômica dos setores agrários para com os setores urbanos, ressaltada por cronistas de época e confirmada pela autora já para o final do século XVII. Esta subordinação só se agravou ao longo da centúria setecentista, como veremos na próxima sessão. Dois anos depois da tese de Rae Flory, outra historiadora estadunidense, seguindo linha interpretativa semelhante pesquisou sobre o mercado de Salvador. Catherine Lugar, no entanto, diferentemente de sua compatriota, privilegiou um grupo específico de indivíduos, os grandes negociantes que atuavam no mercado de Salvador no final do período colonial. Sem negligenciar os comerciantes de menor cabedal e suas relações no “comércio a retalho”, Lugar concentrou mais esforços em perceber o capital mercantil de vulto de dimensões intercontinentais, envolvendo os negociantes de Salvador e suas relações comerciais com os homens de negócios metropolitanos.

Catherine Lugar no capítulo três intitulado: “*Mercantile organization in the Salvador Trade*” dedicou algumas páginas ao financiamento da produção e do comércio colonial. Segundo a autora, os negociantes sempre foram uma importante fonte de crédito na colônia. Os comerciantes menores também foram fundamentais para o funcionamento da economia colonial, pois tanto vendiam a crédito no mercado local, quanto compravam a crédito, alienando seus bens no comércio transatlântico. (LUGAR, 1980).

Utilizando fontes cartoriais, a autora ressaltou a atuação das instituições religiosas no mercado de crédito soteropolitano colonial. Catherine Lugar apresentou entre as credoras: as Carmelitas Descalças, as Ursulinas da Soledade e das Mercês, a Ordem de Nossa Senhora da Conceição da Lapa. Não obstante, segundo ela, as mais proeminentes no mercado creditício de Salvador no final do período colonial foram os Beneditinos, a Ordem Terceira de São Francisco, a Ordem Terceira do Carmo e o Convento de Santa Clara do Desterro. Acima destas, estava a Santa Casa de Misericórdia que, segundo Lugar, se constituiu na mais imponente instituição no sistema de crédito da Bahia colonial. (LUGAR, 1980).

Assim como alguns historiadores já mencionados, a autora também identificou a dependência financeira vivida pelos produtores em detrimento dos mercadores. Segundo ela, diante do declínio financeiro de algumas instituições religiosas no final do século XVIII, a importância dos grandes negociantes no mercado de crédito baiano se tornou ainda maior.

Sheila de Castro Faria, apesar de não ter elencado o crédito como objeto central de pesquisa, destacou a participação das dívidas ativas na composição das fortunas das famílias

fluminenses da região de Campos dos Goytacazes no final do período colonial. Formados na sua maioria por indivíduos pertencentes ao setor urbano-mercantil, tais como usurários e homens de negócio, a autora demonstrou através dos inventários *post mortem*, a relevância do crédito privado para o financiamento da produção da principal atividade econômica de exportação da região, neste caso, a produção e o beneficiamento da cana-de-açúcar. (FARIA, 1998, p. 124-125)

Maria José Rapassi Mascarenhas, objetivando estudar a riqueza em Salvador no final do período colonial, assim como Sheila Faria, também utilizou os inventários *post-mortem* como fonte principal. No capítulo quatro da tese, a autora deu atenção especial à temática do crédito na colônia. Segundo ela, a demanda por crédito era generalizada, desde indivíduos com poucos pertences até senhores de grandes fortunas.

Dirigiam-se ao crédito desde o senhor de engenho com montemor de duzentos contos para investir nos meios de produção, ou na manifestação de seus bens ou ainda em objetos suntuários, até o pequeno barbeiro com montemor de cento e quarenta mil réis, para comprar um tecido de cetim e ter uma roupa para aparentar honra. (MASCARENHAS, 1999, p. 186).

Antonio Carlos Jucá Sampaio, utilizando como documentação principal, as escrituras públicas oriundas dos officios de notas existentes no Rio de Janeiro entre 1650 e 1750, destacou o mercado de crédito naquela sociedade no quarto capítulo do livro oriundo de sua tese de doutorado. Consoante Jucá, a principal fonte de crédito na economia fluminense até 1720 foi o Juízo dos órfãos, a partir desta década, a liderança do setor foi assumida pelos homens de negócio. (SAMPAIO, 2003, p. 194).

Chama atenção para o caso da economia fluminense, a fraca participação das instituições no setor creditício, pelo menos até 1750. Excetuando-se o Juízo dos Órfãos, que obteve proeminência ao longo do seiscentos e primeiras duas décadas do século XVIII, as demais instituições tiveram relevância bem reduzida no ramo. Este é o caso da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, que diferentemente de sua congênere baiana, experimentou:

Situação bem diversa, na qual não encontramos qualquer presença da Misericórdia durante as três primeiras décadas do nosso estudo. Somente a partir do século XVIII sua participação ganha maior peso, ainda que na década de 1730 ela não apareça sequer uma vez nas escrituras. Mesmo se compararmos os dados de Flory com os de que dispomos para a última década do século XVII e a segunda do XVIII, veremos que a Santa Casa carioca ainda estava longe de desempenhar o mesmo papel de sua congênere baiana. Nesse período a instituição respondeu por tão somente 3:350\$000, ou 3,37% do valor total emprestado. (SAMPAIO, 2003, p. 194).

Alexandre Vieira Ribeiro também se insere na lista dos autores que apesar de não ter o crédito como objeto de central de pesquisa, também o abordou. Utilizando as escrituras

públicas como principal tipologia documental, Ribeiro, estudando a segunda metade do século XVIII, buscou analisar o comércio soteropolitano, privilegiando o tráfico de escravizados, os diferentes padrões de investimento, e as diversas formas de transmissão de propriedades.

No terceiro capítulo, Ribeiro dedicou-se a questão do crédito. De acordo com o autor:

De maneira geral, o percentual de escrituras de empréstimos girava em torno de 30% do total de escrituras encontrado na cidade. Contudo, a representatividade do volume de empréstimo frente ao total transacionado na cidade era maior. Algo em torno de 40% do fluxo de dinheiro de Salvador estava atrelado ao crédito. (RIBEIRO, 2009, p. 286).

Após ter apresentado trabalhos acerca da temática do crédito, inseridos em objetos de pesquisa mais amplos sobre a história econômica do Brasil colonial, convém destacar a partir deste momento, uma historiografia que se debruça especificamente sobre o estudo do crédito nas economias do período moderno.

Começando por uma historiografia europeia, sublinhamos os trabalhos de Jean Laurent Rosenthal e de Maria Manuela Rocha. Destacamos ambos os autores por que diferentemente da historiografia brasileira sobre o crédito no período colonial, que privilegiou principalmente o financiamento da produção, estes, analisaram as relações de crédito de forma mais ampliada. Consideraram, por exemplo, o crédito fornecido para as necessidades cotidianas da sociedade em geral.

O exemplo mais bem representativo desta perspectiva é o trabalho da historiadora portuguesa Maria Manuela Rocha, que estudando o crédito privado na cidade de Lisboa entre os anos de 1770 e 1830, ampliou a noção de crédito, concentrando-se principalmente no pequeno crédito, ou seja, nas práticas de crédito cotidianas, informais e de menor monta, utilizadas para satisfazer as necessidades de consumo da população de um modo geral. (ROCHA, 1996). Rocha, buscando compreender o significado dado pelos contemporâneos ao conceito de crédito, concluiu que a presença da confiança era um elemento basilar para o estabelecimento das relações de crédito em sociedades pré-capitalistas. (ROCHA, 1996, p. 17).

De modo semelhante, Jean Laurent Rosenthal, pesquisando as mudanças econômicas e o mercado creditício no sudeste francês entre os anos de 1630 e 1788, também considerou a confiança como elemento para nortear o estudo do crédito naquelas sociedades. Entretanto, a preocupação do autor francês, é nomeadamente, quanto ao nível da circulação das informações em uma dada sociedade. Em outras palavras, sem uma boa circularidade das informações, não se geraria a confiança necessária para o estabelecimento das relações de crédito. Assim, um regular sistema de transmissão de informações é o que asseguraria o bom

funcionamento da atividade creditícia, oferecendo ao prestamista a confiança mínima necessária que o encorajasse a correr o risco de investir, fornecendo crédito a outrem. (ROSENTHAL, 1993).

Nesta economia em que a confiança, mas principalmente, a transmissão das informações se constituiu enquanto algo fundamental, o autor destaca a presença do intermediário do crédito. Indivíduos que, por possuírem informações privilegiadas sobre a condição financeira dos sujeitos inseridos na sociedade examinada, lucravam pela possibilidade de maior precisão na tomada de decisões quanto aos agentes do crédito, pois sabiam exatamente a quem recorrer e para quem ofertar o crédito.

Segundo Rosenthal, uma categoria que lucrou significativamente “vendendo” estas informações ou intermediando as relações entre credor e mutuário foram os tabeliães. (ROSENTHAL, 1993, p. 129-157). Na Bahia do final do período colonial, não encontramos qualquer indício da atuação de tabeliães como intermediários do crédito. Não obstante, é inegável que se tratava de uma categoria privilegiada no que tange ao acesso das informações financeiras dos indivíduos, dentre eles, os mais abonados economicamente. É possível supor que alguns tabeliães tenham tirado proveito de sua função, para obtenção de ágios financeiros como os observados por Rosenthal.

Entendemos os trabalhos dos autores estrangeiros já mencionados, como extremamente valiosos e enriquecedores para a historiografia do crédito de um modo geral. Não obstante, a noção de crédito adotada para os limites desta tese, não atribui papel fulcral aos elementos extra-econômicos. Mesmo considerando que o nosso objeto de pesquisa insere-se numa sociedade não regida por relações impessoais típicas de uma economia de mercado. No entanto, os aspectos exógenos à economia, tais como: relações de confiança, de amizade, as relações pessoais e parentais, apesar de existentes dentro dos marcos cronológicos deste estudo, não ocuparam posição central nesta tese. Em suma, este estudo compreende o crédito na Bahia do final do período colonial, como uma relação econômica e social, em que as relações pessoais não se constituíram enquanto um motivo basilar, mas apenas, um dos vários aspectos condicionantes para a concretização do crédito.

A constatação a partir da documentação utilizada, de um movimento de moeda escritural, que trocavam de mãos com bastante rapidez na Bahia em fins do período colonial, corrobora a noção de crédito adotada nesta tese. Com o crédito, tudo se comprava e tudo se pagava. A “moeda de conta”, que na sua origem, foi aceita mediante uma relação pessoal de confiança entre credor e devedor, com o passar do tempo e diante das circunstâncias da economia colonial, adquiriu maior complexidade e funcionou como meio circulante e de

pagamento entre desconhecidos. O credor ou detentor da letra, na condição de devedor de outrem, poderia “transpassar seu crédito” a fim de quitar seu débito, passando o risco para um terceiro, que não necessariamente o conhecia suficientemente para possuir uma relação de confiança com o devedor original.

Esta tese apesar de não negligenciar as variadas formas de utilização do crédito pelos diferentes grupos sociais da Bahia do final do período colonial, dessemelhante de Maria Manuela Rocha, que através dos inventários *post-mortem* privilegiou o micro-crédito ou o crédito para consumo, destaca o crédito para financiamento, ou seja, aquele de maior volume, destinado a subsidiar o setor agroexportador e o comércio transatlântico.

Tal opção se justifica pela questão central que esta tese se esforçou em responder. “A importância do crédito para a retomada da economia de exportação na Bahia do final do período colonial.” Para “resolver” o referido problema, utilizamos como fonte os livros de notas existentes no Arquivo Público do Estado da Bahia para os anos de 1777 a 1808.

Além da abordagem teórica, entendemos que a própria natureza das fontes (escrituras e inventário), são mais úteis para o estudo do crédito de maior vulto, do que para o estudo do micro-crédito ou do crédito informal. Apesar de não ser impossível de ser realizado, como nos prova a própria Maria Manuela Rocha, o estudo do micro-crédito ou das relações informais de crédito, utilizando como fonte, os inventários *post-mortem* e as escrituras públicas, necessita de algumas ponderações.

Começamos pelo inventário *post-mortem*. Neste tipo de fonte, era comum que uma ou algumas dívidas ativas, principalmente as de baixo valor, ficassem de fora do processo de inventário. Isto poderia ocorrer por variados motivos, seja por esquecimento ou desconhecimento do (a) inventariante em relação aos supostos haveres do inventariado, seja por desaparecimento de alguma folha ou mesmo livro contábil do inventariado e, sobretudo, por crédito concedido “debaixo da palavra”, ou seja, sem nenhum tipo de registro escrito, extremamente comum no caso do Brasil colonial. O crédito confiado de maneira verbal geralmente era de baixo valor, já quando significava cifras mais expressivas, o credor costumava se resguardar através do reconhecimento em cartório.

Nos três casos anteriormente mencionados, a dívida ativa apenas apareceria nos autos do processo, caso o mutuário procurasse espontaneamente o (a) inventariante/procurador/família do credor para reconhecimento de dívida. Embora isto não fosse impossível de acontecer numa sociedade cujos elementos extraeconômicos, sobretudo os que envolviam aspectos culturais e religiosos, tais como: a palavra, a confiança, a honra e os preceitos cristãos, não é absurdo deduzir, que a grande maioria destas ausências,

significaram perdas de patrimônio nos quinhões dos herdeiros, seja pela má fé do devedor, pela sua morte ou, ainda, por este residir em lugares distantes do local de abertura do inventário.

Ainda mais “espinhoso” do que os inventários *post-mortem* é o percurso para o estudo do microcrédito/crédito informal no caso das escrituras públicas. Isto porque, muitas vezes, era inviável para o credor, despender recursos financeiros com uma dívida ativa que poderia ser mais baixa do que o próprio custo operacional, (tabelião, selos e procurador) ou, ainda, despender tempo, deixando de atuar em sua principal atividade econômica, para registrar em cartório uma dívida pouco significativa e ou contra um devedor insolvente.

Diferentemente do micro-crédito, que esteve ao alcance de grande parte da sociedade baiana colonial, seja através da presença do componente monetário, mediante a concessão de um pouco de “dinheiro de contado” para aquisição de algum bem, ou sem a existência do componente monetário, através das vendas fiadas para consumo, ou da prestação de serviço por parte de um artífice mecânico. O tabelião não estava a “disposição” de toda a população. O registro em cartório não era barato e só era utilizado por aqueles que possuíam ativos. O registro cartorário ocorria geralmente quando envolvia transações vultosas ou quando a confiança era “quebrada” e o devedor não honrava o pagamento no prazo ou na forma estipulada. (ALMICO, 2015). Em ambos os casos, o credor estava preocupado em reaver seus ativos ou preservar os seus bens, resguardando-se mediante uma escritura pública lavrada em um livro de notas feita por um tabelião.

Não obstante, a historiografia brasileira sobre o crédito no período colonial que utiliza elementos extra-econômicos como fundamentais para explicar as relações de crédito na colônia, vem ganhando bastante difusão nos últimos anos. Influenciada pela história cultural de um modo geral, e pela Antropologia Econômica de modo particular, estes trabalhos estão em expansão no Brasil. Exemplo desta perspectiva de análise é o trabalho de Cláudia Coimbra do Espírito Santo. Para esta autora, a sociedade mineira setecentista desenvolveu uma “moeda especial”, a saber, a palavra empenhada, que se tornou um importante instrumento monetário diante do suposto quadro de exiguidade pecuniária.

Segundo Cláudia Espírito Santo, tal prática econômica só foi possível por uma questão de origem moral, diretamente relacionada à mentalidade e aos valores religiosos originários da metrópole.

...os moradores de Vila Rica empenhavam sua palavra, escrita ou falada, como moeda para as transações comerciais cotidianas...Sua aceitação como instrumento monetário estava respaldada nas crenças e valores da sociedade mineira setecentista, que concebia o empenho da palavra como forma de

circulação monetária para a obtenção de crédito, na medida em que era uma promessa de pagamento fundamentada na confiança depositada no emitente. Portanto, em Minas Gerais é possível acompanhar o surgimento de uma “moeda” especial, aquela feita pela “palavra”. Em outros termos, empenho da palavra através do juramento de alma era uma forma de se conseguir crédito. (ESPIRITO SANTO, 2004, p.3).

A dissertação de mestrado de Raphael Freitas Santos sobre as práticas creditícias na Comarca do Rio das Velhas no século XVIII, também traz elementos extra-econômicos para o centro das interpretações. A noção chave a nortear seu trabalho é o conceito de confiança. Segundo o autor:

A abrangência do alcance das práticas creditícias na comarca do Rio das Velhas durante o século XVIII se deve ao fato de que o lastro principal de uma dívida não passava, na maioria das vezes, por bens materiais, mas pela confiança. Em outras palavras, o que garantia o acesso ao crédito não era uma variável de ordem econômica, mas de ordem social. (SANTOS, 2005, p. 149).

Em perspectiva teórica semelhante, em que a confiança ocupa papel central de análise, insere-se a tese de doutorado de Thiago Luís Gil. O autor, utilizando como fontes principais os inventários *post-mortem* e os registros de notas, discutiu as relações de crédito desenvolvidas entre os agentes econômicos envolvidos na rota comercial entre Viamão e Sorocaba, entre os anos de 1780 e 1810. Diferentemente de nós, que buscamos estudar o crédito na Bahia do final do período colonial numa perspectiva basicamente econômica, Gil examinou as relações pessoais estabelecidas em torno do crédito. (GIL, 2009).

Ainda dentro da mesma perspectiva analítica, em que entende as questões extra-econômicas, tais como: relações sociais, confiança e nível da circulação das informações como centrais para o estudo do crédito no período colonial, insere-se o trabalho de Fábio Pesavento. Segundo ele:

...o sistema de crédito daquele tempo difere do presente por inúmeros aspectos. Entre eles a falta de liquidez, a limitação informacional dos agentes envolvidos, o caráter informal das relações sociais, a atuação do jugo político sobre o econômico, a influência do aspecto cultural-religioso no campo econômico... Outra questão importante era a confiança no que foi acordado entre as partes. Naquela sociedade, a palavra empenhada era aceita por todos como forma de pagamento e de cobrança de dívidas. Sua utilização estava imbuída de uma conotação moral, o empenho da palavra tornou-se um princípio fundamental para o sistema de crédito. A moralidade aplicada a ação econômica, em boa medida, era uma extensão advinda da influência da religiosidade e tradição cristã no cotidiano, legitimada, em parte, no direito canônico. (PESAVENTO, 2009, p. 176).

Gil e Pesavento chegaram inclusive a fundir os resultados empíricos de suas teses, fazendo um esforço teórico para pensar o impacto do nível de informação no funcionamento da economia colonial. Influenciados pela Nova Economia Institucional de Douglas North e pela Antropologia Econômica, os autores lançaram mão de conceitos como: circulação das informações, redes de sociabilidade, reciprocidade e herança imaterial, para demonstrar que elementos extra-econômicos como o nível de acesso às informações eram decisivos para viabilizar questões de ordem econômica, como por exemplo, adquirir crédito para a diversidade dos negócios. (GIL E PESAVENTO, 2014, p. 13-33).

Dentro deste balanço historiográfico sobre o crédito, se faz necessário mencionar o livro organizado por Angelo Alves Carrara, que tratou do crédito e do comércio em Minas Gerais no século XVIII. (CARRARA, 2010). Destacamos o capítulo de Alexandra Maria Pereira, onde a autora descreve a intensa dinâmica mercantil da loja do rico negociante Jorge Pinto de Azevedo em Vila Rica na primeira metade do setecentos. A loja vendeu entre fevereiro de 1737 e agosto de 1738, exorbitantes 27:000\$000 réis aproximadamente. Deste total, nada mais, nada menos, do que 88% se trataram de vendas realizadas a crédito. (PEREIRA, 2010, p. 34-35).

Nesta coletânea, outro trabalho que apresentou resultados empíricos sobre a importância do crédito para a sociedade mineira setecentista é o capítulo de Raphael Freitas Santos. O autor, utilizando o cruzamento entre inventários, testamentos e escrituras públicas para a Vila de Sabará, entre 1713 e 1773, constatou que 80% das transações foram realizadas a prazo. (SANTOS, 2010, p. 79).

A mais recente coletânea específica sobre o crédito no Brasil é a reunião de trabalhos acadêmicos de historiadores econômicos latino-americanos organizada por Carlos Gabriel Guimarães e Luiz Fernando Saraiva. (GUIMARÃES E SARAIVA, 2018).

O principal mérito do livro residiu indubitavelmente, na apresentação de uma diversidade significativa de atores, instrumentos financeiros e situações de intermediação. Destaca-se ainda, a preocupação em estudar as relações creditícias em regiões afastadas dos grandes centros privilegiados pela historiografia brasileira. Desta forma, além de Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, o livro traz também, trabalhos sobre o crédito em Campos dos Goytacazes entre fins do século XVIII e século XIX, e sobre a Vila de Curitiba no final do período colonial.

Os organizadores dividiram o livro de forma cronológica em três partes: O Crédito no setecentos; O Crédito no oitocentos e o Crédito na República Brasileira. A parte do trabalho que mais nos interessa é aquela que se insere dentro dos limites cronológicos desta tese. Esta

parte do livro composta de dois artigos é formada por autores já mencionados neste capítulo, Fábio Pesavento e Tiago Gil. Apesar das diferenças teóricas entre esta tese e estes autores, principalmente no que tange ao peso que dão à influência dos aspectos extraeconômicos para o exame do crédito na economia colonial setecentista, isto não impede de reconhecer a qualidade que ambos os autores tiveram no trato com as fontes e a importância destes trabalhos para a historiografia do crédito colonial.

É salutar inclusive, analisar a trajetória metodológica dos autores na construção de seus objetos e, sobretudo, comparar alguns de seus resultados empíricos, com os dados obtidos para esta tese, já que se trata de trabalhos com recortes cronológicos semelhantes.

Fábio Pesavento, utilizando as escrituras públicas de dinheiro a razão de juros, e as de dívida e obrigação, analisou o mercado de crédito carioca, entre os anos de 1750 e 1789. (PESAVENTO, 2018, p.18-55). O autor, amparado teoricamente nas noções de confiança já mencionadas, apresentou as características gerais do mercado de crédito carioca na segunda metade do século XVIII. Para Pesavento, a presença da informalidade nas diversas transações econômicas eram uma constante, onde muitos empréstimos eram realizados “debaixo da palavra”. A confiança era, portanto algo muito presente nas relações financeiras/ comerciais do período colonial.

Pesavento alertou para o fato de que a sociedade colonial não era regida por uma economia de mercado impessoal e auto-regulável típica do sistema capitalista. Naquela sociedade, era necessário, portanto, acreditar/crer/confiar, para que o empréstimo ou a venda fiada fosse efetivada. Segundo o autor, a grande quantidade de *escrituras de dívida e obrigação* dentro do universo total, revela tal característica. Esta tipologia de escritura era lavrada, geralmente quando havia a “quebra” da confiança entre as partes. Ou seja, quando um devedor não cumpria o acordo verbal/informal, o credor acionava os meios formais/legais para reaver seus ativos.

Consoante Pesavento, para além da confiança, havia outras características que fomentavam a informalidade nas relações financeiras coloniais. Uma delas, o interesse dos prestamistas em sempre obterem o maior ágio possível por operação. Este para além da confiança, talvez fosse o principal indutor da informalidade nas relações de crédito. Tal desejo exigia dos financistas a necessidade de correrem riscos sozinhos, sem o “amparo da lei”, já que para cobrar juros superiores ao legal, não podiam registrar o contrato em cartório.³⁹

³⁹ Conforme as Ordenações Filipinas, era vedado a cobrança de juros com valores acima da lei sob pena de degredo para Angola por seis anos, além da perda do ofício (Ordenações Filipinas, aditamentos, livro IV, p. 1044-1045).

Algo semelhante entre os dados apresentados por Pesavento e esta pesquisa, foi o prazo médio para pagamento da dívida. Segundo o autor, o prazo médio para tais pagamentos no Rio de Janeiro foi de um ano. Na Bahia, esta média foi um pouco superior, (um ano e dois meses), mas cabe registrar que, a maioria das escrituras, se referia ao prazo de um ano, portanto este foi o prazo mais comum, além de recomendado por lei como prazo mínimo.⁴⁰

A cobrança dos juros anualmente estava intimamente relacionada ao próprio ritmo de funcionamento da economia colonial. Dito de outra maneira, quase todo o ritmo da economia girava em torno da safra dos principais produtos de exportação.⁴¹

As motivações que levaram os indivíduos a se endividar, também foram parecidas no Rio de Janeiro e na Bahia de fins do período colonial. Uma boa parte utilizava como justificativa para contrair empréstimos “o aumento dos negócios”. Portanto, os tomadores de ativos, contraíam dívidas para adquirir ou para pagar (mercadorias, insumos, ferramentas, terras, escravos, etc.), já adquiridos. Além disto, tanto na Bahia quanto no Rio de Janeiro, foi usual a prática de hipotecar um mesmo bem como garantia para várias dívidas.

Ainda no livro organizado por Guimarães e Saraiva, em artigo que fechou o bloco sobre o crédito no século XVIII, Tiago Gil tendo como objeto de pesquisa o Cofre do Juízo dos Órfãos na Vila de Curitiba no período colonial, fez uma interessante análise sobre o crédito institucional. (GIL, 2018, p. 56-79). Sabe-se através da historiografia especializada,⁴² que o Juízo dos Órfãos, instituição criada com a finalidade de guardar e gerir os recursos dos órfãos no Império português teve uma importante função financeira, abastecendo com “dinheiro de contado” as economias locais dos lugares nos quais estavam inseridos.

Gil identificou que na década de 1800, o Cofre dos Órfãos, se tornou bastante relevante, assumindo a posição de segundo maior credor na Vila de Curitiba, respondendo por 43% de todas as dívidas ativas e 18% do valor total dos empréstimos registrados nos livros de notas. (GIL, 2018, p. 62). Apesar da existência de algumas pesquisas sobre a atuação do Juízo dos órfãos, e do reconhecimento de parte da historiografia sobre sua importância no mercado creditício colonial, entendemos que o estudo sobre os Cofres dos Juízos dos Órfãos existentes

⁴⁰ Ordenações Filipinas, aditamentos, livro IV, p. 1044-1045.

⁴¹ Estamos nos referindo principalmente ao açúcar, o fumo e o café.

⁴² SAMPAIO, Antonio Jucá. Na Encruzilhada do império...; FLORY, Rae, op. cit.; LUGAR, Catherine, op. cit.; SANTOS, Leandro Dias dos; SANTOS, Zildemar Alves; DIAS, Marcelo Henrique. Mecanismo de acesso ao crédito na Vila de Ilhéus na primeira metade do século XIX: o caso Joaquim José da Costa Seabra. Heera. Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada, v.7, n.12, 2012. SANTOS, Raphael. Trânsito material e práticas creditícias na América Portuguesa – Comarca do Rio das Velhas, Minas Gerais, século XVIII. In: Jornada Setecentista, 5., 2006, Curitiba, Anais, 2003; CASTRO, Bruno Martins. Negócios negreiros e mercado de crédito em São João Del Rei (1802-1806). In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 16, Diamantina: UFMG, 2014; fragoso, João. À espera das frotas: micro-história tapuia e a nobreza principal da terra (Rio de Janeiro, c.1600-c.1750). Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. (Tese apresentada ao concurso para professor titular).

na colônia brasílica, é uma temática fértil, ainda insuficientemente explorada e, portanto, com longo caminho historiográfico a ser percorrido. Assim como fez Gil, é necessário o surgimento de trabalhos específicos sobre esta instituição. Para a Bahia, pelo menos, esta carência é gritante.

De modo semelhante, inserimos o trabalho de Anna Amélia Vieira Nascimento. A autora preocupada em responder sobre a influência do patriarcado na dominação sofrida pelas mulheres na Bahia colonial e do século XIX, enveredou metodologicamente por uma história institucional, utilizando dentre outras fontes, a documentação do acervo do Convento do Desterro da Bahia. Ao manusear o acervo documental das Clarissas, a autora se deparou diante da segunda maior credora institucional da Bahia de fins do século XVII (NASCIMENTO, 1994).

Apesar do cerne de seu trabalho se situar em torno da posição social da mulher na Bahia colonial e oitocentista, a autora não negligenciou os dados econômicos, dedicando parte do sexto capítulo do livro “Patriarcado e Religião” às operações de crédito desempenhadas pelas instituições religiosas baianas, destacando a atuação creditícia das enclausuradas Clarissas do Desterro da Bahia.

Por fim, mencionamos o mais recente trabalho sobre o crédito no período colonial, no qual é questionada a validade da perspectiva da escassez monetária como elemento estrutural do Brasil colonial. (CARRARA, 2020). Os resultados empíricos obtidos através da documentação examinada nesta tese demonstram a presença de considerável liquidez na Bahia colonial, permitindo compartilhar com as ideias do autor.

Ao fechar este balanço historiográfico, consideramos que, a rigor, não há trabalhos específicos sobre o crédito na Bahia colonial. Mesmo, o nosso trabalho de pesquisa anterior, que resultou de dissertação de mestrado, não foi totalmente voltado à temática do crédito. Primeiramente, porque esteve restrito a apenas uma instituição (a Santa Casa de Misericórdia da Bahia), e em segundo lugar, porque se preocupou-se com outras questões como as doações e o patrimônio da irmandade. (FAGUNDES, 2015).

Portanto, as pesquisas até aqui existentes sobre a História da Bahia, não se debruçaram especificamente sobre a temática do crédito, privilegiando outros objetos da história econômica da Bahia colonial, tais como: a produção e seus agentes envolvidos; o comércio e a atuação dos agentes mercantis; o tráfico de escravizados e os traficantes; a riqueza e os seus detentores, dentre outros. Estes autores ao se depararem com a temática do crédito consideraram importante abordá-la, na medida em que era o crédito um elemento indispensável para o financiamento das diversas esferas da economia baiana colonial.

Os mais relevantes trabalhos que tangenciaram em maior ou menor grau a questão do crédito na Bahia colonial foram: as pesquisas já mencionadas de Rae Flory (1978), Catherine Lugar (1980), Kátia Mattoso (1978), Stuart Schwartz (1988); Anna Amélia Nascimento (1994); Maria José Rapassi Mascarenhas, (1999), e Alexandre Ribeiro (2009). No entanto, a maioria destes trabalhos relevam a temática do crédito em decorrência do pressuposto clássico da escassez monetária na colônia.

A exiguidade monetária foi tomada pela maior parte destes autores, como uma característica estrutural do Brasil colonial, simplificando a história do crédito na Bahia a uma única abordagem. Como expôs nem sempre o diagnóstico da escassez monetária na colônia estará correto. (PUNTONI, 2013; CARRARA, 2020).

É necessário pensar a questão monetária na colônia de forma mais complexa, considerando, por exemplo, que as moedas existentes circulavam com intensidades diferentes nas diversas regiões da colônia de acordo com suas características econômicas. De forma semelhante, considerar que este dinheiro circulava de modo distinto entre os diferentes grupos sociais.

Além disto, a baixa monetização de monetização da colônia pode não estar relacionada à escassez fiduciária, mas causada por queda de preços dos principais produtos de exportação, promovendo um menor fluxo de meio sonante, em detrimento do que era remetido para a metrópole para pagamentos das importações. A Bahia no período de retomada da economia de exportação no final do período colonial vivia um movimento inverso, ou seja, de valorização nos preços dos seus principais produtos no mercado mundial, garantindo maior liquidez na economia baiana do período, o que se pôde constatar pela considerável circulação de dinheiro registrado nas 1.530 escrituras examinadas registradas nos cartórios de Salvador.

Após este levantamento bibliográfico, inserimos a presente pesquisa numa historiografia econômica colonial, por entender que ela complementa pesquisas anteriores e contribui para “iluminar” pesquisas futuras acerca do estudo do crédito no período colonial. Utilizando do cruzamento de fontes e de abundante massa documental (5.890 escrituras públicas e o inventário *post-mortem* de Custódio Ferreira Dias entre os anos de 1777 e 1808), esta tese teve como principal preocupação o estudo do crédito e da liquidez monetária na Bahia no contexto de retomada da economia de exportação no final do período colonial.

4 HIERARQUIZAÇÃO SOCIAL E CONJUNTURA ECONÔMICA

4.1 A SOCIEDADE PORTUGUESA DO PERÍODO MODERNO

Para uma melhor compreensão das hierarquias sociais estabelecidas na Bahia colonial, se faz necessário apresentar, mesmo que sumariamente, a sociedade portuguesa do período moderno. O que se tinha em Portugal era uma sociedade altamente estratificada, em que a posição social do indivíduo se revelava nos títulos, nos privilégios, nas formas de tratamento, no vestuário e na origem étnica e religiosa.

As distinções supramencionadas estavam calcadas sobre uma base jurídica, significando que os indivíduos que infringissem alguma regra de comportamento, estariam passíveis de serem julgados conforme a sua posição social. Dito de outro modo, delitos iguais seriam julgados de forma distinta de acordo com a qualidade social do infrator. Vejamos alguns exemplos:

O fidalgo, quando é preso, é-o no castelo, com menagem, ao passo que o comum vai para a cadeia da cidade...Assim, quando alguém profere blasfêmias contras os santos, se é fidalgo, cavaleiro ou escudeiro paga pena pecuniária e é degradado um ano para África (três, em caso de reincidência);, sendo peão, além da pena pecuniária, recebe 30 açoites ao pé do pelourinho, com barão e pregão e se reincidir é degradado para as galés. (GODINHO, 1971, p. 75).

Em linhas gerais, o Portugal moderno possuía três ordens ou estamentos definidos e legitimados juridicamente: a nobreza, o clero e o povo. A condição de nobre assentava-se na propriedade fundiária. A nobreza era grande possuidora de bens de raiz. Segundo Vitorino Magalhães Godinho, no século XVII o braço nobre e clerical, em conjunto, representavam cerca de 95% do solo ibérico. (GODINHO, 1971, p. 90). Mas não era apenas esta a única fonte de receitas da nobreza, pois os fidalgos possuíam uma gama variada de rendimentos. Consoante Godinho, a nobreza participava:

...largamente dos réditos públicos, tendo em boa parte um ao seu serviço um Estado profundamente mercantilizado: são os “casamentos”, as tenças e outras mercês, e principalmente os assentamentos, ligados a certas categorias ou funções, ou ainda, as atividades mais ou menos licitas aferentes a determinados cargos... (GODINHO, 1971, p. 90).

A nobreza acessava também parte das rendas das ordens religiosas e militares pelo sistema de comendas e garantia a concentração fundiária em suas mãos por meio do sistema de morgadio.⁴³

O clero, apesar de está intimamente vinculado à nobreza, ao menos, quando se trata dos mais altos estratos sociais, possuía características bem diversas dos outros dois Estados. Além dos privilégios e imunidades, que assegurava sua constituição enquanto uma ordem não tributária, não sofrendo deduções em seus bens e rendimentos, possuía uma organização

⁴³ São bens ou propriedades inalienáveis e indivisíveis vinculadas a uma família, transmitida em linha masculina através da primogenitura.

própria, com sua hierarquia interna bem definida, possuía foro privativo, com suas leis próprias lastreadas no direito canônico. Além disso, tinha o poder de subordinar a sociedade, por uma prerrogativa que era exclusivamente sua, o “monopólio da fé”. Tal exclusividade assegurava ao clero, a “décima de Deus”.

Outra característica que consolidou materialmente o braço clerical português foi o crescimento considerável das heranças em favor da Igreja e das ordens religiosas para a realização de obras pias e sufrágios. Tal dinâmica se fortaleceu ainda mais, a partir de 1567 quando se disseminou a prática de distribuir em obras pias as terças dos defuntos que morriam sem deixar testamento. (GODINHO, 1971, p. 88).

De acordo com Vitorino Magalhães Godinho, as oblações pias, a princípio, eram ofertas graciosas dada ao eclesiástico pela administração dos sacramentos, mas posteriormente, se tornaram generalizadas e transformadas em emolumentos praticamente obrigatórios. (GODINHO, 1971, p. 87).

O povo constituiu-se indubitavelmente, no estamento mais heterogêneo, formado desde senhores de terra, negociantes e oficiais mecânicos até ociosos e vadios. As Ordenações Manuelinas consideravam como povo, aqueles indivíduos que estavam fora da condição de eclesiástico ou nobre, eram eles: os que viviam com senhor ou amo; os que ganhavam a vida trabalhando em seu ofício; e os que negociavam, seja negócio próprio ou alheio.⁴⁴

Optou-se nesta breve seção, em pensar a sociedade portuguesa a partir do raciocínio das Ordens ou Estados, norteando-se pelo conjunto de jurisdições e privilégios existentes no período moderno lusitano. Entretanto, temos consciência de que, tal metodologia tende a uma homogeneização e alguma simplificação, dificultando um conhecimento mais aprofundando no interior de cada Estado ou Ordem⁴⁵, principalmente o estamento que não possuía privilégios e distinções, o Terceiro Estado. Entretanto, por não ser objetivo deste trabalho enveredar por uma discussão teórica em torno das relações sociais do Estado português, entendemos como satisfatórios as análises empreendidas, por apenas desejar uma apresentação compêndica das relações sociais metropolitanas, a fim de buscar compreender a gestação das hierarquias sociais do Brasil colonial.

4.2 A SOCIEDADE “BRASÍLICA” COLONIAL

⁴⁴ Ordenações Manuelinas, livro V, título 72.

⁴⁵ Para um maior aprofundamento acerca do funcionamento endógeno de uma suposta nobreza colonial. Cf. STUMPF, Roberta G. Cavaleiros do ouro e outras trajetórias nobilitantes: As solicitações de Hábitos das Ordens Militares nas Minas setecentistas. Tese de Doutorado em História. Universidade de Brasília, 2009.

A presença da escravidão como base material, inviabilizou a constituição de uma sociedade estamental na colônia brasileira. Mais do que isto, a distância, o tempo e os perigos da viagem marítima entre Portugal e o Brasil afastaram muitos nobres de sangue do processo colonizador da América portuguesa.

A mão de obra escravizada nativa e, posteriormente, africana, consolidada pelo tráfico transatlântico, aliada a um volume extraordinário de terras disponíveis, possibilitaram a ascensão social de muitos não nobres egressos da metrópole, à condição de nobreza da terra. Em outras palavras, a tentativa de transposição de uma sociedade estamental aos moldes metropolitanos para o Brasil colônia, não se esboçou bem sucedida. No máximo, o que se firmou, foi uma sociedade altamente estratificada e complexa, formada por vários segmentos sociais, para além do modelo clássico de uma sociedade tri-partida.

No Brasil colonial, os principais da terra, buscavam em tudo imitar os valores fidalgos metropolitanos. Sobre este aspecto os cronistas e viajantes teceram muitos comentários. Vilhena, por exemplo, em tom irônico criticou os que perscrutavam genealogia nobre sem razão, e apresentou não apenas uma característica colonial de busca pela fidalguia, como também, o quanto era complexo e diverso o tecido social do Brasil colônia.

O certo é que se encontram bastantes sujeitos, que não terão dúvida em tecer a sua genealogia mais comprida que as dos hebreus, e disputar nobreza com os grandes de todo o mundo, quando a que tem pode bem ser lhes provenha das desenvolturas de seus pais, ou avós, descoberta com umas armas, que por vinte e tantos mil réis mandam vir da Corte...Outros há que tendo seus pais vindo não há muitos anos para o Brasil, para serem caixeiros, quando tivessem capacidade para o ser, porque a fortuna lhes foi propícia, e juntaram grandes cabedais...Outros porém há que se preocuparam da mania de ser nobres, antes que tivessem com que ostentar essa quimérica nobreza, e se chegaram a ter alguma coisa de seu, tanto se carregam dos apelidos de muitas das famílias ilustres da Corte, e tanto se ampavonam com esta imaginação, que tem para si que um Duque é nada a sua vista. Há outros que entusiasmados sem fundamento, de que são alguma coisa neste mundo, vivendo em sua casa envolvidos na sórdida miséria, quando saem fora se empavezam de tal forma, que até lhes custa reverenciar a Deus. (VILHENA, 1969, p. 52)

Não menos irônico foi o viajante inglês Thomas Lindley, quando discorreu sobre as cadeiras de arruar e seus usuários no Brasil colonial.

As cadeirinhas são...profusamente ornamentadas na coberta, com labores e dourados, tem pesadas cortinas de seda ou estofado, estampado com vários padrões de folheado a ouro e prata. A riqueza dessas cadeirinhas e a vistosa libré dos seus carregadores são pontos nos quais a nobreza brasileira se esforça por brilhar, chegando por vezes, no assunto, ao mais extremos ridículo. (LINDLEY, 1969, p. 178).

Sem dúvidas, o ambiente público estimulava a ostentação e o luxo e estes são em muito reveladores do esforço empreendido pela nobreza local em se afidalgar conforme os costumes metropolitanos. Mas afinal, quem era a nobreza da terra? E, como se configurou a hierarquia social colonial, após o intenso e complexo processo colonizador?

Hierarquizar sociedades não é uma tarefa fácil, principalmente quando se trata de uma das regiões mais importantes economicamente do Império português no período moderno. A cidade da Bahia, tanto por sua intensa dinâmica econômica, quanto por seu movimento social, era uma das urbes mais cosmopolitas do Ocidente moderno. Apesar da engenhosidade de tal tarefa, vários historiadores buscaram hierarquizar a sociedade colonial.

Luís dos Santos Vilhena, em trabalho de época datado do início do século XIX, considerou que havia na Bahia um “corpo de magistratura e finanças; corporação eclesiástica, corporação militar, corpo de comerciantes; povo nobre, mecânico e escravos.” (VILHENA, 1969, p. 55-56). Apesar de dividir a sociedade em apenas oito grupos, entendemos o trabalho de Vilhena como excelente ponto de partida para analisar a estratificação social na Bahia do final do período colonial.

István Jancsó tendo Vilhena como referência, observou que o autor colonial relativizou a sua própria estrutura simplificada de sociedade colonial. Segundo Jancsó, dentro de uma categoria havia vários segmentos. Sobre o corpo civil, por exemplo, ele afirmou que:

Num primeiro grupo, situam-se os altos funcionários da Administração Civil: Governador, Chanceler, Ouvidor Geral do Crime, Ouvidor Geral do Cível, Agravistas, Tesoureiro Geral... Num segundo grupo situavam-se Juiz da Coroa da Fazenda, Guarda-mor e Distribuidor do Tribunal da Relação, Escrivão dos Agravos e Apelações, Tabelião Geral do Cível... Num terceiro grupo situam-se os funcionários da administração real subalternos. (JANCSÓ, 1996, p. 77).

Acerca do corpo de comerciantes, Jancsó apresentou que:

...temos, num primeiro grupo, os grandes comerciantes, aqueles que comerciavam com seus próprios cabedais, ainda aqueles que comerciavam somente com seu nome e com cabedais pertencentes a terceiros...por não possuir capital suficiente para serem incluídos entre os grandes comerciantes. (JANCSÓ, 1996, p. 77-78).

Já sobre a nobreza da terra, explanou que uma de suas principais características era “viver nobremente à suas próprias expensas e não exercer nenhum ofício infamante”. (JANCSÓ, 1996, p. 85).

Em relação à corporação militar e ao corpo eclesiástico, Jancsó compreendeu que estes grupos “apresentavam variações consideráveis de condição econômica e prestígio de foro

especial de justiça.” (JANCSÓ, 1996, p. 79-80). Na base desta sociedade situavam-se os escravizados que representavam “cerca de 30% da população da Capitania e 18% da população urbana de Salvador.” (JANCSÓ, 1996, p. 86).

Outro autor que procurou compreender a estrutura social da Bahia colonial foi Russell-Wood. Para ele a referida sociedade possuía uma forma piramidal, onde:

No vértice estava um pequeno grupo composto pela nobreza de sangue, muitos dos quais descendiam dos primeiros colonizadores., formando uma parte da aristocracia rural de proprietários de fazendas. Abaixo desses estavam os altos funcionários da Coroa, os dignatários eclesiásticos e os principais cidadãos da Bahia, que gozavam de certos privilégios financeiros ou jurídicos. Os artesãos importantes e os membros das corporações de ofícios formavam a camada seguinte da sociedade. Em seguida vinham os brancos pobres e as pessoas de ascendência mista e na base da pirâmide estava uma grande quantidade de escravos. (RUSSEL-WOOD, 1981, p. 279).

Stuart Schwartz dedicou um capítulo de “Segredos internos” para examinar a sociedade colonial brasileira. Abaixo se verá uma passagem que nos parece refletir o pensamento do autor sobre esta sociedade:

Essa sociedade herdou concepções clássicas e medievais de organização e hierarquia, mas acrescentou-lhes sistemas de graduação que se originaram da diferenciação das ocupações, raça, cor e condição social, diferenciação esta resultante da realidade vivida na América. Foi uma sociedade de múltiplas hierarquias de honra e apreço, de várias categorias de mão de obra, de complexas divisões de cor e de diversas formas de mobilidade e mudança. (SCHWARTZ, 1988, p. 209).

As análises de Russel-Wood e de Stuart Schwartz demonstraram uma preocupação com as variadas e complexas formas de organização social existentes simultaneamente na Bahia do período colonial.

Eduardo José Santos Borges buscou analisar a composição da sociedade da Bahia colonial no século XVIII. Segundo ele, “desde a sua gênese, a sociedade que se estruturou na colônia viu na metrópole sua grande referência em termos sociais. (BORGES, 2017, p. 72). Apesar desta referência, “a sociedade colonial esteve distante de tornar-se um ambiente natural de reprodução da lógica de uma sociedade estamental aos moldes da metropolitana típica do Antigo Regime.” (BORGES, 2017, p. 73).

4.2.1 Estratificação socioeconômica na Bahia colonial

Ancorados na bibliografia específica, procuraremos sublinhar a estrutura social da Bahia colonial, ressaltando o aspecto econômico, não apenas por esta tese se inserir nesta

perspectiva de análise, mas principalmente, por considerar que a riqueza material se tornou decisiva na configuração das hierarquias sociais da Bahia do final do período colonial.

Apesar de considerar a relevância dos autores já citados para esta análise, entendemos que os dois mais pertinentes estudos que procuraram, sob o prisma econômico, montar hierarquicamente a sociedade soteropolitana colonial e imperial foram os trabalhos de Kátia Queirós Mattoso e de Maria José Rapassi Mascarenhas. As autoras conseguiram hierarquizar os grupos sociais de Salvador entre finais do século XVIII e início do século XIX, a partir de critérios econômicos, sem negligenciar aspectos importantes como o prestígio social e o poder político.

Kátia Mattoso dividiu a Salvador do início do século XIX em quatro grandes grupos. O primeiro compreendendo todos aqueles cujos rendimentos líquidos ultrapassavam a barreira do um conto de réis. O segundo grupo era composto por aqueles que auferiram rendimentos anuais entre 500\$000 réis e 1:000\$000 réis. O terceiro grupo era formado por aqueles cuja renda anual não atingia 500\$000 réis, e o quarto e último grupo era formado por escravizados, mendigos e vagabundos.

Sobre a elite econômica soteropolitana a autora afirma que era composta por:

...altos funcionários graduados da administração real (governador geral, chanceler e desembargadores do Tribunal da Relação, ouvidor geral do crime, ouvidor geral do cível, tesoureiro geral da Real Junta de Arrecadação da Real Fazenda, juizes de alçada, deputado da Real Junta de Arrecadação da Real Fazenda, secretário de Estado e Governo, intendente geral do ouro, intendente da Marinha e provedor da Alfândega), oficiais das patentes mais elevadas (Coronéis, tenentes-coronéis, sargentos-mores), o alto clero secular (arcebispo e membros do alto clero), os grandes negociantes e, por fim, os grandes proprietários de terras, senhores de engenho ou pecuaristas. Era a chamada “elite” da sociedade baiana, gente havida de honrarias, orgulhosa da “nobreza” de suas origens, sempre demandando títulos. (MATTOSO, 1992, p. 596-597).

Como pode-se observar na citação, Kátia Mattoso apesar de estratificar a sociedade soteropolitana colonial e do século XIX através de critérios econômicos, não perde de vista os elementos de ordem social, tais como: *status*, prestígio e honra, adquiridos e representados através de cargos e funções desempenhadas ou na aquisição de títulos.

Como dito anteriormente, Maria José Rapassi Mascarenhas também hierarquizou a sociedade soteropolitana colonial a partir de critérios econômicos. A autora dividiu os grupos sociais a partir dos seus níveis de riqueza, categorizando a sociedade examinada em dez grupos, apresentaremos alguns.

No primeiro grupo, localizavam-se os indivíduos cuja soma total de bens situava-se entre 300:000\$000 a 100:000\$000 réis. Tratava-se de grandes senhores de engenho,

negociantes atuando no comércio transoceânico de mercadorias e no tráfico transatlântico de escravizados, atuavam também a retalho, com suas lojas abertas e armazéns, e eram ainda criadores de gado, prestamistas e possuíam altos cargos na burocracia do Estado, além de títulos militares.

No segundo grupo, situavam-se os indivíduos com monte-mor na faixa dos 90:000\$000 aos 50:000\$000 réis. Nesta faixa de riqueza foi encontrado pela autora, assim como no primeiro grupo, senhores de engenho, fazendeiros de gado e negociantes atuando no comércio ultramarino. As distinções entre este e o primeiro grupo ficaram por conta da presença de manufaturas de cera e cerâmica, alambiques e de um rentismo⁴⁶ mais explícito.

No terceiro grupo, as fortunas variaram entre 40:000\$000 réis e 30:000\$000 réis. Segundo Mascarenhas, constituíram esta categoria: senhores de engenho, comerciantes a retalho, fazendeiros de cana, e o beneficiamento do couro e do algodão. Não são mais encontrados neste grupo os fazendeiros de gado.

Os senhores de engenho foram registrados por Mascarenhas até a faixa dos 13:000\$000 réis. Deste montante para baixo, eram escassas as propriedades rurais ocupadas com a atividade açucareira. Os senhores de terra, por seu turno, por se tratar de uma categoria bem mais ampla do que a dos senhores de engenho, foram encontrados até a faixa de riqueza dos 2:000\$000 réis.

Entre os 2:000\$000 réis até os 700\$000 réis de monte-mor, a autora não localizou mais o termo “senhor de terra” ou similar, surgindo na documentação, apenas a categoria donos de roças. Segundo a historiadora, a maioria destas terras eram foreiras.⁴⁷

Por fim, destacamos o último grupo, composto por riqueza abaixo de 1:000\$000 réis. Mascarenhas apontou que era formado, em sua maioria, por artesãos ou oficiais mecânicos. Embora estes indivíduos fossem encontrados em faixas superiores de riqueza, a sua concentração na última faixa, se deu, em geral, pela ausência de propriedades valiosas, a exemplo dos bens de raiz. Estes indivíduos concentravam suas posses de maior valor em artigos de ouro e prata.

O trabalho de Mascarenhas, através da metodologia do compartimentamento das faixas de fortuna, logrou êxito ao hierarquizar socioeconomicamente a Salvador colonial. A autora demonstrou empiricamente a complexidade socioeconômica da urbe baiana. Algo que a historiografia sobre a Bahia demonstrou dificuldades em expressá-la, seja simplificando

⁴⁶ Referimo-nos principalmente aos aluguéis de lojas, casas urbanas e escravizados de ganho.

⁴⁷ Terras que pertencem a outrem, nestes casos o indivíduo detinha apenas a posse, mas não a propriedade, sendo obrigado a pagar um valor periódico pela utilização da mesma.

demasiadamente os grupos sociais, os analisando de forma muito homogênea ou, ainda, subdividindo-os de modo estanque.

Mascarenhas definiu a elite econômica soteropolitana como aqueles indivíduos que pertenciam as duas primeiras faixas de riqueza, ou seja, sujeitos que possuíam riqueza a partir dos 50:000\$000 réis, conforme podemos observar na citação a seguir:

Entende-se a elite como o topo da hierarquia socioeconômica da Bahia constituída pelo primeiro e parte do segundo grupo. Isto é, formada por um conjunto de indivíduos que exerciam simultaneamente várias atividades econômicas e financeiras, destacando pela sua incomparável riqueza, mas também pela diversidade de interesses, visando por um lado o lucro e por outro o *status*, prestígio, distinção social e honra. Além disso caracterizava-se também pelo estilo de vida, possuir escravos, cavalos ajaezados e ostentação pública. (MASCARENHAS, 1999, p. 250).

Para uma melhor compreensão das elites econômicas em Salvador, é necessário entender que houve, a partir de meados do século XVIII, uma consistente “metamorfose” na riqueza dos “baianos”, em que o ápice deste processo se deu pela confusa e complexa substituição no topo da pirâmide hierárquica, perdendo espaço os grupos dos setores ligados à terra, para a ascensão dos grupos de indivíduos vinculados ao comércio de grosso trato.

As relações de crédito e o seu mercado na Salvador setecentista são cruciais para compreender este processo de ascensão socioeconômica dos homens de negócio, como veremos adiante. Que houve na Bahia setecentista um crescente endividamento dos senhores de engenho e dos lavradores de cana em relação aos comerciantes e aos homens de negócio, isto a historiografia especializada sobre a Bahia, formada principalmente por brasilianistas (FLORY, 1978; LUGAR, 1980, RUSSEL-WOOD, 1981; e, SCHWARTZ, 1988). já demonstrou, entretanto, há uma explicação fatalista, em que o declínio financeiro de um grupo (produtores), significou a ascensão econômica de outro grupo (mercadores) e vice-versa. Outra lacuna que percebemos nestes estudos, é uma visão homogeneizada das categorias socioeconômicas existentes na Bahia colonial.

Tanto a visão mecanicista da ascensão econômica dos homens de negócio *versus* decadência econômica dos senhores de engenho, quanto a visão excessivamente uniforme dos diferentes grupos sociais, dificulta a tentativa de estratificação socioeconômica da Bahia no final do período colonial.

Começaremos nossa análise pelas categorias socioeconômicas existentes na Bahia do final do período colonial. Dividir a economia e a sociedade colonial em dois grandes setores: urbano-mercantis e agroexportadores, além de não resolver a questão, pelo contrário, a dificulta, sobretudo pelo alto grau de complexidade que a economia e a sociedade colonial vai

adquirindo ao longo do setecentos, atingindo o auge deste processo, justamente no recorte cronológico a que esta tese se propõe a estudar, o final do período colonial.

Para se obter uma interpretação satisfatória dos diferentes estratos econômico-sociais que compuseram a Bahia colonial, deve-se olhar para os agentes envolvidos de forma mais pormenorizada. Apesar deste cuidado metodológico, em hipótese alguma, a essência estrutural da relação desigual supramencionada modifica-se, como se pôde observar nos números de Flory utilizados na sessão anterior, e ratificado por nós para o final do setecentos.

Para compreender os diferentes grupos e a complexa teia de relações econômicas e sociais constituída entre eles na Salvador colonial, é necessário se distanciar de uma visão uniforme das categorias sócio-profissionais como as apresentadas pela autora. Assim, termos como “comerciantes, artesãos e profissionais”, são demasiadamente genéricos para explicar uma economia tão complexa como a da Salvador colonial. (FLORY, 1978, p. 73).

Deste modo, para se chegar a um diagnóstico mais preciso sobre: a circulação e a concentração monetária, a demanda e o acesso ao crédito e os níveis e padrões de endividamento das diversas categorias socioeconômicas existentes nesta sociedade, é imprescindível um desdobramento teórico mais aprofundado dos diferentes grupos socioeconômicos.

Dentro dos setores urbanos é preciso distinguir a figura do homem de negócios, da figura do comerciante. Ambos os conceitos são totalmente distintos, enquanto o primeiro se refere a homens de grossos cabedais que atuavam na atividade mercantil de longa distância, o segundo se refere a um grupo mais diversificado, composto, em sua maioria, por vendedores a retalho, sejam proprietários de lojas, vendas, tabernas e, caixeiros-viajantes e vendedores ambulantes.

Ainda dentro do setor urbano, temos os artesãos citados por Flory (1978). Consideramos o referido termo muito vago em se tratando da sociedade colonial. Ora, dentro da categoria oficiais mecânicos, a condição socioeconômica do indivíduo poderia variar por diversos aspectos: tipo de atividade desempenhada; qualidade do serviço realizado; boa ou má reputação social; tempo de experiência na função; se era mestre-artesão ou um oficial mecânico intermediário.

Como podemos observar alguns mestres de ofício, conseguiram acumular pecúlio considerável ao longo da vida, sendo alguns destes, mais abonados economicamente do que certos comerciantes intermediários e até senhores de engenho.⁴⁸

⁴⁸ APEB, Salvador, ano: 1801, nº classificação: 04/1760/2230/01. Este é o caso do cirieiro José Duarte dos Santos com monte-mor avaliado em 16:743\$906 réis. Inventário de José Duarte Santos.

No âmbito rural, do mesmo modo, é preciso fazer distinções. Os lavradores de cana, por exemplo, constituíram-se como uma das categorias mais heterogêneas da sociedade colonial. Vera Ferlini apontou que:

Os lavradores de cana apresentavam diferentes origens sociais e econômicas, desde colonos humildes, possuidores de dois escravos até grandes plantadores, com 30 ou mais escravos. A distância entre os lavradores mais ricos e os mais pobres girava em torno de 9 a 20 vezes. (FERLINI, 2002, p. 2-3).

A heterogeneidade do referido grupo pode ser justificada dentre outros motivos por uma questão jurídica vinculada a terra, pois havia os lavradores de cana livre e os lavradores de cana obrigada. Sendo os primeiros, aqueles que detinham a propriedade da terra, enquanto os lavradores de cana obrigada, por não serem proprietários da terra que cultivavam, mas dependentes da propriedade fundiária de outrem, além de pagar o arrendamento pelo seu uso, ainda eram obrigados a moer a cana no engenho do proprietário da terra arrendada. Esse tipo de lavrador obrigado, por possuir baixo poder de negociação diante de sua condição material, auferia menores lucros do que os lavradores de cana livre.

Menos dissimilar do que a categoria dos lavradores de cana, os senhores de engenho da Bahia colonial, no entanto, não é um perfil fácil de montar. Inúmeras variáveis são fundamentais para determinar o nível socioeconômico de um senhor, vejamos algumas: A localização do engenho, se próximo ou não dos rios para escoamento da produção; o tipo de solo, se de massapé (próprio para o cultivo da cana-de-açúcar), ou salão (menos rico em minerais); se eram engenhos reais (movidos pela força d'água), ou trapiches (movidos por tração animal). Estes fatores em conjunto, são úteis para demonstrar o nível econômico de um senhor de engenho. Ferlini relatou que a diferença entre os senhores de engenho mais ricos e os menos abonados chegavam a atingir 4,5 vezes no período colonial. (FERLINI, 2002, p. 2-3). Portanto, havia também, uma diversidade significativa dentro de uma mesma categoria socioeconômica.

Feita algumas ponderações sobre os riscos que se corre ao simplificar as diversas categorias socioeconômicas da Bahia colonial, chegara o momento de tratar do complexo processo de ascensão econômica dos mercadores na Salvador colonial. Sobre este assunto, de antemão é inescusável dizer que os setores agrários, pela própria natureza de seu empreendimento, eram potencialmente reféns do ritmo das safras e da necessidade cotidiana de aquisição de capital operacional para o funcionamento das suas respectivas atividades. Em contraposição, os setores urbanos, sobretudo, os negociantes, desfrutavam de posição privilegiada nesta conjuntura, oferecendo por vezes, dinheiro de contado acima das taxas de

juros previstas na lei ou, simplesmente, forneciam crédito sob a forma não monetária, disponibilizando mercadorias regularmente para o desempenho da atividade agrícola, lucrando duplamente, seja pela própria atividade mercantil e, ainda, pelos juros oriundos do prazo aguardado até o final da safra.

José da Silva Lisboa, em carta escrita no final do século XVIII⁴⁹, demonstrou a situação de insolvência de muitos senhores de engenho e o oportunismo financeiro de muitos negociantes que emprestavam dinheiro a altas taxas de juros ou supriam os engenhos de produtos e de escravizados com excelentes ágios. Esta situação promovia com alguma frequência, a venda de engenhos insolventes em praça pública, possibilitando a ascensão social de homens que aspiravam se tornar senhores, mesmo sem possuir capitais suficientes para tamanho empreendimento.

Com cerca de 10% do valor da propriedade, já era possível se tornar um senhor de engenho, obviamente que isso só era exequível mediante a busca por financiamento privado. Tal financiamento não era necessariamente um problema, pois sempre havia homens de negócios a procura de lucros, dispostos a financiar a produção.

Lisboa comentou que a vaidade, constituía-se no grande motor pela busca de ascensão social dos “falsos senhores de engenho.” Independentemente da motivação, o fato é que tal processo promoveu o endividamento do setor produtivo em detrimento do setor urbano-mercantil, tornando os grandes negociantes, os proprietários dos engenhos. Vejamos a carta de José da Silva Lisboa:

Continuamente iam à praça engenhos de 50 ou mais mil cruzados, que pagando-se 6.000 cruzados a vista, com dois anos de fogo morto, erige-se senhor, quem menos o poderia ser. E logo aparecia um negociante, que lhe financiava os créditos, tanto em dinheiro como em fazendas e escravos, e o suprimento do engenho, transformando-se em sócio, que erigia ser reembolsado com os rendimentos, recebendo a juros o seu dinheiro, e o açúcar com dois tostões de menos do que corria na praça. Outros negociantes eram ainda mais usurários. Estava, pois, configurada a agiotagem e a vaidade dos que desejavam ser senhores de engenho sem capitais. Dai os atrasos nos pagamentos dos juros da quantia primeira, ou do principal que os transformava em senhores, e da dívida esquecida longos anos. Surgiam novos processos de cobrança, novas execuções, novos falsos senhores.⁵⁰

Ao considerarmos as diferentes consequências que tal relação financeira implicava, teremos elementos como: dependência, subordinação, submissão, fidelização forçada e

⁴⁹ AHU, avulsos da Capitania da Bahia. Carta de José da Silva Lisboa para Domingos Vandelli. 18 de outubro de 1781, caixa, doc. 10.907.

⁵⁰ AHU, avulsos da Capitania da Bahia. Carta de José da Silva Lisboa para Domingos Vandelli. 18 de outubro de 1781, caixa, doc. 10.907.

desigualdade, enquanto uma constante, sempre beneficiando o setor mercantil, em detrimento do setor produtivo. Em outras palavras, tal relação econômica desproporcional foi, paulatinamente, colocando o setor agrário numa posição financeira de inferioridade crônica ao longo do período colonial.

Diferentemente dos primórdios da colonização portuguesa na América, em que os colonos se beneficiando da condição de fragilidade econômica da metrópole, terão ampla liberdade de atuação comercial e isenções fiscais para a montagem da empresa açucareira, permitindo, por exemplo, o acúmulo tanto da esfera da produção quanto da circulação “sobre suas mãos”, a segunda etapa deste processo, impulsionada pelo temor do insucesso do projeto colonizador, se deu pelo aumento da centralização política, maior garantia e segurança ao investimento do capital mercantil privado, o que conseqüentemente promoveu a expansão da atividade açucareira e uma maior complexidade da economia colonial.

Em outras palavras, passada a fase de gênese da colonização portuguesa no Brasil, com a estrutura da economia colonial devidamente estabelecida sobre bases mais bem sedimentadas, a fim de atender aos interesses metropolitanos, foi inevitável a crescente especialização dos diferentes setores da economia colonial, separando gradualmente a esfera produtiva da esfera mercantil.

É neste contexto que os negociantes, sobretudo os de maiores cabedais, passaram a controlar, mesmo de fora da produção, os resultados dela. Do outro lado, o produtor direto, dependente crônico da oferta de mercadorias, insumos, equipamentos, ferramentas e escravizados, ficava em situação de crescente desvantagem em relação aos seus fornecedores, os novos detentores do capital mercantil.

Os homens de negócio, apesar de lucrarem pela circulação, possuíam mecanismos eficientes de controle sobre as especiarias dos dois lados do Atlântico, mantendo sempre altas as suas taxas de lucro, captando para si, um fluxo de renda constante em detrimento do setor produtivo. Tal relação após dois séculos de colonização estava fortemente arraigada, possibilitando aos setores urbano-mercantis ditar “as regras do jogo” da economia colonial.

Segundo Sampaio, a debilidade de moeda metálica, causada dentre outros motivos, pela própria natureza do pensamento mercantilista, por si só, já estimulava a prática do entesouramento, agravou pela dificuldade de acessar a prata hispano-americana após o fim da União Ibérica no ano de 1640, (SAMPAIO, 2003, p. 140-143) foram circunstâncias que parecem ter sido bem geridas pelos homens de negócio, que se aproveitando da dependência do setor agrário, passaram a exigir de modo crescente, o pagamento em moeda metálica. Quando o produtor não reunia meios de fazer este pagamento em metálico, acontecimento

extremamente comum, os detentores do capital mercantil impunham sanções financeiras, mediante o aumento da taxa de juros.

O controle dos fluxos monetários pelos negociantes constituiu-se em elemento fundamental desta relação de dependência, pois o meio circulante, àquela altura, estava sob o controle de um grupo específico da economia colonial, podendo estes dissimular a ausência de numerário na Bahia do final do período colonial.

O dinheiro de contado que sempre foi muito valioso nesta sociedade, sob controle dos grupos mercantis, se tornou ainda mais valorizado, permitindo aos negociantes auferirem lucros e juros cada vez mais elásticos. É nesta conjuntura, por exemplo, que apesar dos vários esforços da Coroa em proteger o patrimônio dos aristocratas da terra, que muitos senhores de engenho foram à bancarrota, tendo suas propriedades (terras e engenhos), arrematadas pelos negociantes devido a hipotecas e penhoras. Foi neste mesmo contexto que muitos homens de negócio passaram a atuar também como senhores de terras e de engenho. (FRAGOSO, 1992); FLORENTINO, 2001)

Maria Bárbara Levy explica tal processo a partir do crescimento do ritmo da produção colonial, vejamos:

À medida que a produção entra em ritmo crescente, verifica-se especialização entre a produção e o comércio, determinando a perda do controle do processo global por parte dos produtores. Através de agentes de agentes intermediários, a burguesia mercantil domina a produção, captando para a circulação um fluxo constante de renda. Na exportação do açúcar, no fornecimento de mão de obra escrava, no equipamento e abastecimento dos engenhos, no custeio das safras e nos fretes, evidenciam-se as diferentes formas de subordinação dos produtores ao capital comercial e usurário. (LEVY, 1979, p. 27)

Catherine Lugar também observou a dependência financeira que os negociantes sujeitaram os senhores e lavradores. A autora afirmou que em 1798 havia uma proporção entre doze e vinte senhores de engenho mutuários para cada grande homem de negócios da Bahia. (LUGAR, 1980, p. 157-162).

Do mesmo modo, alguns destes autores concordaram com o declínio financeiro de algumas instituições religiosas, que deixando um “vácuo” no mercado de crédito baiano, possibilitaram uma maior proeminência e controle deste mercado por parte dos negociantes no final do período colonial. Concordamos com ambas as constatações, inclusive em trabalho anterior, pudemos confirmar a decadência financeira de uma destas instituições no mercado de crédito baiano em finais da centúria setecentista. (FAGUNDES, 2015, p. 162). Não obstante, entendemos que a relação entre declínio financeiro de indivíduos do setor produtivo

e das instituições religiosas, simultaneamente à consolidação financeira e o maior controle do setor creditício por parte dos homens de negócio, requer um exame mais minucioso.

Como dito anteriormente, ao invés de aderir a uma explicação fatalista, em que o declínio financeiro de um grupo, significou a ascensão de outro grupo, é relevante historicizar as estratégias extra-econômicas assumidas pelos agentes mercantis da urbe baiana para alcançar o patamar de liderança financeira da Bahia colonial.

Para lograr êxito nesta empreitada, é preciso incluir um terceiro elemento que é tratado como coincidente, mas que foi decisivo para o processo. Referimo-nos a queda da participação das instituições religiosas no âmbito do crédito na Bahia do final do período colonial. O que de tão grave aconteceu? Este declínio foi de fato generalizado? Porque as confrarias e irmandades reordenariam suas estratégias de investimento, justamente no momento de recrudescimento da economia colonial? Logo elas, que suportaram “nas costas o peso” da economia açucareira durante um longo período, financiando a produção e o consumo das famílias de senhores e lavradores endividados, experimentando o “gosto amargo do açúcar” entre fins do século XVII e primeiras décadas do setecentos, não aproveitariam a época da retomada das exportações e do “renascimento agrícola”, para lucrar?

Para discutir tantas e complexas questões não se pode responder mediante o uso de um simples e único argumento. Pelo contrário, necessitaremos conjugar um emaranhado de fatores. Primeiramente, é necessário lembrar uma lacuna existente na historiografia baiana acerca de pesquisas que tratem de uma história econômica institucional. Dentro desta perspectiva de análise, estudos, por exemplo, que analisem comparativamente a atuação financeira das instituições religiosas ajudariam a responder mais precisamente a questão.⁵¹

Em segundo lugar, entendemos enquanto hipótese, que é possível que a historiografia supracitada tenha tomado casos particulares de grandes instituições credoras coloniais, como regra. O caso mais emblemático é o da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, que foi apontada, pelo menos até meados do século XVIII, como a maior prestamista entre as instituições baianas, e que entrou em um grande declínio financeiro no final da centúria. A decadência financeira da Misericórdia a partir da segunda metade do setecentos, aconteceu de fato, como poderemos verificar a seguir:

...a maioria dos dirigentes da Santa Casa não tiveram pudor em gastar o dinheiro dos doadores, isso explica o declínio financeiro da instituição em pleno período de crescimento das doações. Até 1750, quando havia um bom

⁵¹ Exceção feita à Anna Amélia Nascimento, que apesar de se concentrar no estudo das Clarrisas do Convento do Desterro, em alguns momentos do seu trabalho, exercita através das escrituras públicas, o método comparativo em torno da atividade creditícia das instituições religiosas de Salvador.

volume de capital investido na atividade creditícia, a instituição conseguiu manter-se financeiramente equilibrada, mas, após as constantes queixas de setores da sociedade baiana de irregularidades financeiras, que culminou na investigação contábil externa do juiz da Coroa José de Affonseca Lemos em 1754, a credibilidade da irmandade “despencou” e, junto com ela, caiu também o índice de doações. Estas, sendo cada vez menores, principalmente após 1770, mal davam para honrar os compromissos, e o principal setor de investimentos, que era atividade creditícia, ficou renegada ao segundo plano e, por conseqüência, a crise se prolongou até o final do século. (FAGUNDES, 2015, p. 85).

Entretanto, o fato de a maior instituição credora da Bahia colonial ter declinado financeiramente, não significa em hipótese alguma, que as demais, necessariamente também tiveram o mesmo destino. Instituições como o Convento das Clarissas e o de Santa Tereza, tiveram bom desempenho creditício no contexto de final do século XVIII e início do século XIX. O Juízo dos Órfãos é outro exemplo de instituição que cresceu em importância no setor creditício no final do período colonial.⁵² A afirmação, portanto, de uma decadência generalizada do crédito institucional na Bahia do final do período colonial não é correta. Tal peroração depende do surgimento de novos estudos monográficos sobre a história financeira das instituições baianas coloniais.⁵³

Uma das principais causas do declínio financeiro da Misericórdia da Bahia foi o mau uso do seu capital por parte dos seus dirigentes, aliadas a suspeitas de corrupção. Russel-Wood afirmou que “durante o século XVIII, os Provedores consideravam a Misericórdia mais como uma vaca a ser ordenhada para seu proveito pessoal do que como uma instituição de caridade merecedora de seus favores.” (RUSSEL-WOOD, 1981, p. 91).

É razoável suspeitar de várias questões partindo do diagnóstico acima referido. O uso das instituições religiosas para benefício individual não deve ter sido uma especificidade da Santa Casa de Misericórdia da Bahia no século XVIII, em maior ou menor grau, estes abusos sempre ocorreram em outros momentos e com outras instituições. Deste modo, o caso da Santa Casa da Bahia, mais conhecida na historiografia, não pode ser generalizado. É possível, portanto, que no período colonial, assim como algumas instituições estivessem “mal das pernas”, outras gozassem de boa saúde financeira.

É também, relevante considerar a natureza *sui generis* de cada instituição. Apesar da grande maioria das instituições baianas atuarem no ramo creditício, elas trazem consigo suas peculiaridades o que, certamente influenciava tanto na origem quanto no volume de recursos financeiros recebidos.

⁵² APEB. Livros de Notas, 1777-1808.

⁵³ O cofre dos órfãos é uma instituição não religiosa que precisa ser mais bem estudada.

A Santa Casa de Misericórdia e as Ordens Terceiras, por exemplo, por serem formadas por devotos não professos, ou seja, leigos, eram evidentemente, mais abertas à sociedade. Esta maior abertura significava, em geral, mais confrades admitidos, o que poderia expressar maior obtenção de recursos financeiros. Por outro lado, na Bahia colonial, instituições religiosas seculares, diferentemente, dos conventos, por exemplo, não previam em seus compromissos, valores ou, pelo menos, valores fixos a serem pagos para admissão de novos confrades. Instituições como a Misericórdia da Bahia, sobreviviam financeiramente, fundamentalmente através de doações. Por ser um recurso facultativo, as doações de particulares eram extremamente sensíveis às oscilações conjunturais da economia baiana colonial. Deste modo, quando a economia açucareira atravessava uma boa fase, estas irmandades estavam propensas a receberem mais doações e com cifras mais generosas, inversamente, quando a economia colonial não ia bem, os ventos sopravam contrários aos interesses financeiros de instituições como a Santa Casa de Misericórdia da Bahia e as Ordens Terceiras.

De modo distinto, as Congregações e Ordens Primeiras, além das doações privadas, eram mais bem assistidas pela Coroa. Algumas destas instituições, a exemplo da Companhia de Jesus, por terem tido papel decisivo no processo de colonização, gozava de prestígio junto aos monarcas portugueses, pelos menos nos dois primeiros séculos de colonização, recebendo subsídios e privilégios régios para aquisição de propriedades e realização de trabalhos seculares. A racionalização da máquina pública e a busca por aumentar as receitas do Estado português no período pombalino, foram de encontro aos interesses de instituições religiosas a exemplo dos jesuítas que foram expulsos do território português em 1759.

Os primeiros jesuítas desembarcados no Brasil recebiam apoio direto da Coroa através de subvenções em suprimentos e em dinheiro. Tratava-se de uma pensão régia para necessidades básicas, como alimentos e vestimentas. Outra forma de apoio direto da metrópole aos jesuítas no além-mar foram as dotações para erguer os principais colégios da Companhia no Brasil, nomeadamente, os de Salvador, Rio de Janeiro e Olinda. (LEITE, 1950, p. 107-108).

Além do apoio direto da Coroa, as ajudas indiretas foram também muito importantes para o enriquecimento dos jesuítas no Brasil. O auxílio indireto poderia ocorrer por meio de pareceres favoráveis junto às demandas jurídicas dos inacianos, ou através de concessões de privilégios e aprovações de leis benéficas aos interesses da Ordem, a exemplo da isenção do imposto do dízimo. A isenção do imposto do dízimo foi elemento de muitas discórdias entre os jesuítas, os produtores leigos e os contratadores. O fato é que, enquanto os produtores particulares e os arrematadores de contrato se queixavam da perda de receita causada por tal

medida régia, para os jesuítas, tal isenção, significou redução dos custos, conseqüentemente, aumento das taxas de lucro e crescimento da competitividade do açúcar inaciano frente ao açúcar leigo.

Recebiam, ainda, esmolas pela participação nos vários serviços religiosos cotidianos necessários numa sociedade católica. O fato é que, diante de fontes variadas de renda, as Congregações e algumas Ordens Primeiras, acumularam um vultoso capital capaz de promover a diversificação dos seus investimentos, atuando economicamente em vários setores simultaneamente. Dauril Alden corroborou com a imponência econômica jesuítica no Brasil e suas diversas fontes de rendimento. Segundo ele:

...os jesuítas se destacaram no império ultramarino português por um amplo conjunto de atividades, tanto no plano propriamente religioso quanto no político, diplomático, científico e econômico, os quais ensejaram o acúmulo de um número significativo de terras, fazendas, engenhos e propriedades urbanas, que fizeram da ordem religiosa a mais rica do Brasil em 1759. Seu incrível patrimônio na América portuguesa provinha basicamente de três fontes complementares: subsídios e privilégios reais, doações de particulares e administração direta de terras, rendas e propriedades. (ALDEN, 1970, p. 41-42).

Os religiosos de São Bento e os padres da Companhia de Jesus, para ficarmos nestes dois exemplos, eram reconhecidos socialmente pela alta capacidade de gerir bens de raiz. Os beneditinos possuíam uma grande quantidade de casas urbanas na Salvador colonial. Já os jesuítas que habitavam a Bahia colonial, além de casas, detinham extensos bens patrimoniais, localizados em diversas regiões da Bahia, a exemplo de terras, fazendas de canas, engenhos e muitos escravizados. (LEITE, 1993, p. 177).

Fabricio Lyrio, analisando o sequestro e a venda dos bens por conta da ocasião da expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759 apontou que:

O colégio de Salvador possuía bens na cidade, no Recôncavo, em Ilhéus, Porto Seguro e Sergipe, e ainda no Piauí. Incluía terras na vila de Cachoeira e fazendas no distrito de Belém, onde ficava o Seminário. Incluía 184 casas localizadas em Salvador, 58 sítios de arrendamento na cidade e seus subúrbios, cinco outros sítios de uso da própria ordem, um suntuoso sobrado onde eram ministrados os exercícios espirituais e o cais dito “dos padres”, uma das propriedades mais valiosas, estimada em 36 contos de réis. Possuía ainda cinco engenhos: Sergipe do Conde, Petinga e Sant’Ana, Pitanga e Cotegipe. Os bens dos jesuítas vendidos em leilão deveriam render 303.792.155 réis, somando-se os já vendidos a dinheiro e a pagamentos, bem como os que restavam vender. (LYRIO, 2008, p. 178-179).

Apesar da boa vocação na administração dos bens de raiz e no trato com a atividade produtiva, os jesuítas também realizavam atividades de empréstimos a juros. (ALDEN, 1970, p. 33-34).

Os Conventos tinham finalidades mais bem específicas: Admitir mulheres para uma vida enclausurada, fora dos pecados vividos no mundo exterior. Eram geralmente: moças pobres, donzelas, órfãs e viúvas, mais raramente, divorciadas. (NASCIMENTO, 1994, p. 20-21). A Santa Casa de Misericórdia da Bahia, por exemplo, seguindo o seu compromisso de 1618, construiu um recolhimento em 1716, exclusivamente com a finalidade de admitir moças pobres donzelas, desde que fossem – brancas, cristãs velhas, e órfãs ao menos de pai. (FAGUNDES, 2014, p. 494-501).

Depois de educadas dentro da fé cristã para se tornarem boas esposas e mães de família, e após arranjam um pretendente para se tornar cabeça do casal, essas donzelas recebiam da confraria um dote de 100\$000 réis para se casar. Diferentemente da SCMBA, alguns conventos se especializaram em receber principalmente, mulheres da alta sociedade, este é o caso do Convento de Santa Clara do Desterro, fundado em 1677, o convento das Clarissas se tornou a primeira casa monástica feminina do Brasil. O pioneirismo e a tradição contribuíram para que o Desterro se especializasse em admitir filhas e, principalmente, viúvas das famílias mais proeminentes da Bahia colonial.

Havia também, casos de moças, filhas de famílias abastadas, que eram induzidas por seus pais a optarem por viver em um convento ao invés de se casarem. As motivações para tal acontecimento devem ter tido origens diversas. Mas, especificamente no que tange ao aspecto econômico, ressaltar o interesse financeiro de alguns patriarcas, que certamente se sentiram atraídos pela possibilidade de economizar algumas cifras de réis, pelo menor custo que um dote de admissão em um convento oferecia em relação a um dote para o arranjo de sua filha em um casamento com um filho de família de igual ou *mor* qualidade.

Os dotes recebidos pelas Clarissas chegaram a custar vinte vezes mais do que o valor doado pela Santa Casa às egressas do seu Recolhimento. O montante financeiro do Desterro oriundo dos dotes das enclausuradas era em parte investido na oferta de dinheiro a juros. O dote de admissão no século XVII, girava em torno de 600\$000 réis, em começos do século XVIII, se convencionou o valor de 1:000\$000 réis. A partir de meados do setecentos, as clarissas recebiam a importância de 1:600\$000 réis, e no final do período colonial, quem desejasse ingressar no Desterro com véu preto, necessitava desembolsar a quantia de 2:000\$000 réis. (NASCIMENTO, 1994, p. 307)

Uma instituição não religiosa, mas que também atuava no mercado creditício era o Juízo dos Órfãos e ausentes, que possuía como desígnio principal, gerir a herança dos menores de idade. Os bens dos menores, após inventariados, eram postos a venda através de leilão em praça pública e o dinheiro de contado recebido era depositado no Cofre dos órfãos

até que os beneficiários atingissem a maioridade.⁵⁴ Enquanto a emancipação do menor não ocorria, o Juízo poderia oferecer o numerário depositado, emprestando a juros da lei.

A prática de oferecer o dinheiro dos órfãos no mercado parece ter sido estimulada pela Coroa, já que cumpria um papel econômico importante de aumentar a liquidez da economia baiana colonial. Apesar de tal incentivo, o dinheiro dos órfãos, precisava ser bem administrado, o que explica o rigor para a concessão dos empréstimos. Tal rigor pode ser ilustrado no fato de que o Juízo dos Órfãos e Ausentes de Salvador, apenas concedia crédito por meio da formalização de uma escritura pública e ainda exigia como garantia, fiadores e bens a serem hipotecados.

No início do século XIX, o Cofre dos Órfãos havia se tornado a principal instituição creditícia da Bahia, representando 25,2% de toda a cifra institucional disponibilizada a juros entre 1777 e 1808. Mais do que o seu crescimento no mercado creditício institucional baiano, tão relevante foi o declínio das instituições religiosas no mercado de crédito local.⁵⁵

Outra ponderação não menos importante, é a de que parte dos estudos se valeu de amostras de escrituras públicas para o estudo do crédito. (FLORY, 1978; LUGAR, 1980; NASCIMENTO, 1994; RIBEIRO, 2009). Como já tratado na introdução, os registros de notas isoladamente podem distorcer resultados. Isto porque boa parte do crédito fornecido nas economias coloniais, por inúmeros motivos, não eram registrados em cartório.

Anna Amélia Nascimento afirmou que não era apenas os particulares que emprestavam a juros acima a lei. Segundo ela, as mães Clarissas também praticavam a usura. Para a autora, esta foi uma das explicações para o baixo índice de escrituras registradas em nome das Clarissas na Bahia colonial. Sobre este assunto a autora disse:

...poucas religiosas tiveram seus registros individuais de empréstimos a juros registrados nos livros dos tabeliães... Esse procedimento de empréstimos particulares das mães, registrados nos livros de notas, era bastante incomum e mesmo raro, porque habitualmente não emprestavam a juro legal. (NASCIMENTO, 1994, p. 267).

Deixando as supostas exceções de lado, salientamos que, para o estudo do crédito privado, o ideal é o cruzamento das fontes notariais com os livros contábeis dos comerciantes, e quando isso não for possível, o uso de testamentos e inventários *post mortem*, constitui-se em uma possibilidade bastante fértil. Já para o estudo do crédito institucional, compreendemos que o melhor a ser feito, é cruzar as fontes cartoriais com os registros contábeis das instituições.

⁵⁴ No período colonial, considerava-se de maioridade, apenas indivíduos com idade igual ou superior aos 25 anos. Tal limite etário, só foi alterado no Brasil império, com resolução datada de 31 de outubro de 1831, quando a idade de 21 anos foi definida como idade-limite do pátrio poder.

⁵⁵ APEB, Livros de Notas, anos de 1777 a 1808.

Em geral, as Congregações e Ordens religiosas, diferentemente de muitos comerciantes, possuíam grandes preocupações com sua escrituração contábil, este é o caso, nomeadamente: dos jesuítas, beneditinos e da própria Misericórdia. Esta última, não apenas pelo cuidado dos seus antepassados na “arte” de contabilizar, mas também por adotar na contemporaneidade, uma política de acesso livre ao seu acervo já há algumas décadas, goza de maiores informações sobre a sua história econômica colonial. Enquanto outras instituições baianas são praticamente desconhecidas neste campo.

Contudo, não queremos invalidar as interpretações presentes na historiografia, que, aliás, são amplamente reconhecidas. Sem elas, não seria possível tecer os comentários elaborados para esta subseção. Não obstante, entendemos que a conjuntura de declínio financeiro das instituições e dos senhores e lavradores e a consolidação dos homens de negócio e dos comerciantes no mercado de crédito baiano a partir da segunda metade do século XVIII, precisa ser mais bem problematizada, e nisso acreditamos poder oferecer nossa parcela de contribuição. Para isso, precisamos retomar a discussão em torno das estratégias extra-econômicas adotadas pelos agentes mercantis da urbe baiana ao longo do século XVIII.

Os grandes negociantes, ao passo em que socorriam por meio do crédito os senhores de engenho afetados pela conjuntura econômica desfavorável por conta da queda dos preços no exterior e da concorrência estrangeira entre finais do século XVII e primeiros decênios do século XVIII, buscavam simultaneamente, penetrar nos principais cargos de poder e locais de sociabilidade, conferindo para si enorme prestígio social.

Indubitavelmente, fazer parte de tradicionais irmandades religiosas a exemplo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia era um percurso seguro rumo ao *status*, prestígio, poder e honra na Bahia colonial, entretanto, este processo não foi rápido para os negociantes. A SCMBA não costumava aceitar indivíduos não nobres entre seus membros. Pelo menos, entre os séculos XVI e XVII, esta premissa parece ter sido minimamente respeitada. Quando oficiais mecânicos ou comerciantes eram admitidos na instituição, certamente tratava-se de indivíduos brancos, cristãos-velhos e considerados de boa reputação. Apesar destes “bons” pré-requisitos, eles eram admitidos no máximo como irmãos de menor condição. Tal situação pode ser constada na sociedade portuguesa no período estudado. Não obstante, a partir do século XVIII, os homens de negócio começaram a ocupar cargos relevantes dentro das principais instituições baianas coloniais.

Aproveitando-se da situação de crise da economia açucareira, que afetava em cheio os cofres das irmandades, estes indivíduos se dispunham a fazer “gordas” doações para algumas destas instituições, em troca da filiação ou no caso dos já afiliados, objetivando galgar cargos

e funções importantes. Como as instituições na supracitada conjuntura econômica, não poderiam se dar ao luxo de rejeitar os legados destes indivíduos, por se tratar de uma época de crise da economia baiana colonial, paulatinamente, os homens de negócio, foram ascendendo socialmente e ocupando os principais cargos e funções destas entidades.

Muito antes do fim da distinção entre cristãos-velhos e cristãos-novos no Império português, já havia homens de negócio sendo admitidos como irmão de maior condição e até mesmo, ocupando a função de Provedor, cargo máximo da SCMBA. Eles chegaram a estes cargos de prestígio e poder de forma muito consistente. Um bom exemplo, são de dois homens de negócio que se tornaram Provedores ainda na primeira metade do setecentos. Este foi o caso de André Marques, eleito Provedor por duas vezes em uma década, nos anos de 1739 e 1749, e Domingos Lucas de Aguiar, que em um curto tempo de sete anos, chegou ao posto mais alto da SCMBA em três oportunidades, respectivamente, nos anos de 1742, 1746 e 1747. (FAGUNDES, 2015, p. 48-49).

Para além da busca pelo prestígio social, estes negociantes adentraram nas instituições religiosas da Bahia colonial, como estratégia de controle da política de fornecimento de crédito das mesmas, arrefecendo o crédito institucional, e fortalecendo o crédito privado liderado por eles.

A maneira de lograr êxito neste processo deve ter sido variada. Estes indivíduos utilizavam o poder do cargo para ter sempre a preferência na aquisição de empréstimos para si e para seus pares, adquirindo, portanto, crédito a juros da lei e reemprestando a juros mais altos, sem envolver na operação nem um réis sequer do seu patrimônio particular.

Outra forma de desestimular o crédito institucional na Bahia setecentista foi a indução ao redirecionamento da política de investimentos das instituições religiosas para outros ramos de atividade econômica. A SCMB viveu este processo no final do período colonial, reduzindo sua atuação no mercado de crédito e ampliando sua participação no âmbito do aluguel de imóveis. (FAGUNDES, 2015, p. 99-101).

Por fim, há que se mencionar, a implementação de barreiras sociais impostas pela nova elite diretora de algumas instituições religiosas baianas para limitar o acesso ao crédito por parte de determinadas categorias socioeconômicas. Senhores de engenho e lavradores de cana que em outros tempos coloniais, tinham a prioridade no acesso ao dinheiro destas instituições, cada vez mais, eram preteridos, logrando menos êxito nos seus pedidos de empréstimo. Quando a solicitação não era negada, quase sempre, o valor concedido era abaixo do necessário para as demandas do pleiteante. Deste modo, restava a estes

demandatários, recorrerem aos mesmos dirigentes destas instituições religiosas, mas não por meio delas, e sim através de seus representantes e de suas casas comerciais.

Em outras palavras, restava ao produtor, acudir-se no setor de crédito privado, que obviamente, ofereciam ativos a taxas de juros cada vez mais altas. As taxas de juros praticadas no mercado paralelo possuíam tendência de alta, seja devido a uma hipótese que defendemos: a crescente manipulação artificial da escassez, praticada pelos negociantes da praça da Bahia no final do período colonial fomentada pelo controle do mercado de crédito institucional local.

Nenhum desses modos de atuação dos homens de negócio à frente de congregações e confrarias são excludentes. Assim, pode ter ocorrido mais de uma estratégia envolvendo uma mesma instituição. O fato é que, os grandes negociantes da Praça da Bahia, controlando a moeda, passaram a regular de forma mais efetiva também o crédito, financiando de maneira crescente a produção e a circulação de mercadorias, e mesmo sem controlar diretamente a produção, obtinham cada vez mais, ágios por operação na Bahia do final do período colonial.

4.3 A CIDADE DA BAHIA: ORIGEM E DESENVOLVIMENTO

A 13 graus de latitude sul e 38 graus de longitude oeste, um grande braço de mar entra pela linha costeira tropical, formando uma baía a que os portugueses desde o início da colonização “batizaram” de baía de Todos os Santos. Na entrada norte da baía os colonizadores edificaram a Cidade de São Salvador, capital da colônia desde a sua fundação em 1549. Trata-se de uma faixa de terra rodeada de grandezas naturais e protegida pela referida baía, esta foi a área escolhida estrategicamente pelos colonizadores portugueses para erigir a sede política e administrativa, e que em pouco tempo, se tornaria também a principal capital econômica da colônia brasileira.

Gabriel Soares de Sousa ao demonstrar a satisfação do rei em ter colonizado um lugar geograficamente privilegiado, atestou as virtudes naturais da cidade de Salvador e da Baía de Todos os Santos.

El-rei D. João III de Portugal, que está em glória, estava tão afeiçoado ao Estado do Brasil, especialmente à Bahia de Todos os Santos, que, se vivera mais alguns anos, edificaria nele um dos mais notáveis reinos do mundo, e engrandecera a cidade do Salvador de feição que se pudera contar entre as mais notáveis de seus reinos, para o que ela estava mui capaz, e agora o está ainda mais em poder e aparelho para isso, porque é senhora desta baía, que é a maior e mais formosa que se sabe pelo mundo, assim em grandeza como em fertilidade e riqueza. Porque esta baía é grande e de bons ares, mui delgados e sadios, de muito frescas e delgadas águas, e mui

abastada de mantimentos naturais da terra, de muita caça, e muitos e mui saborosos pescados e frutas... (SOUZA, 1971, p. 141).

A imensa baía que cercava a cidade possibilitava a entrada de maneira fácil e segura de diversos tipos e tamanhos de embarcações oriundas tanto de sua imediata hinterlândia quanto do oceano atlântico. Esta característica natural excepcional de possuir um excelente ancoradouro precipitou precocemente o desenvolvimento mercantil da Cidade da Bahia. O viajante inglês Thomas Lindley afirmou no começo do século XIX que:

Da barra ao forte de Santo Antonio, nos confins da grande península, até a ponta de Monte Serrate, e a praia de Itapagipe, fica o ancoradouro, bem abrigado de todos os ventos e em lugar desimpedido, havendo espaço para que se possam reunir sem confusão todas as esquadras do mundo. (LINDLEY, 1969, p. 160).

Ao longo da centúria setecentista, as regiões comerciais da cidade testemunharam um intenso movimento de mercadorias, carroças com seus respectivos animais, moças da aristocracia transportadas em cadeiras de arruar carregadas por ombros de escravizados e negociantes de diversos tipos e cabedais sempre na espreita, em busca de novas possibilidades de ganho financeiro, concretizadas no recebimento de uma dívida, no aguardo da chegada de novas mercadorias ou, ainda, na expectativa de incluir em seu registro contábil mais uma dívida ativa.

A dinâmica comercial supracitada refere-se, sobretudo a parte da cidade localizada ao nível do mar. A geografia da soterópolis pode ser descrita sumariamente subdividindo-a em duas partes: a cidade alta e a cidade baixa, como chamam os soteropolitanos. Eram nestas freguesias localizadas ao nível do mar onde “pulsavam as principais artérias” comerciais da Salvador setecentista. Em paróquias como Nossa Senhora da Conceição da Praia e Pilar, que devido ao seu ativo comércio, encontrava-se uma gama variadíssima de mercadorias, desde produtos da terra, tais como: açúcar, fumo, aguardente, farinha de mandioca, além de diversos tipos de grãos (milho, feijão, arroz, etc.), à produtos importados, sejam europeus (mais comuns), como também especiarias originárias da Ásia.

Louis François Tollenare ao explicitar as diferenças substanciais entre a cidade baixa e a cidade alta, demonstrou a fisionomia comercial da parte baixa da cidade.

Esta cidade baixa é o centro dos negócios; observa-se ali uma grande atividade: transportes contínuos de mercadorias, lojas muito frequentadas; gritos de negros que vão e vêm num espaço tão estreito que ainda mais aumenta o tumulto... Quando não se tem mais o que tratar nesta parte da cidade, procura-se deixá-la com prazer tanto mais vivo quanto ela é obscura e muito pouco asseada. Foge-se para a cidade alta, ou antes, para fora da

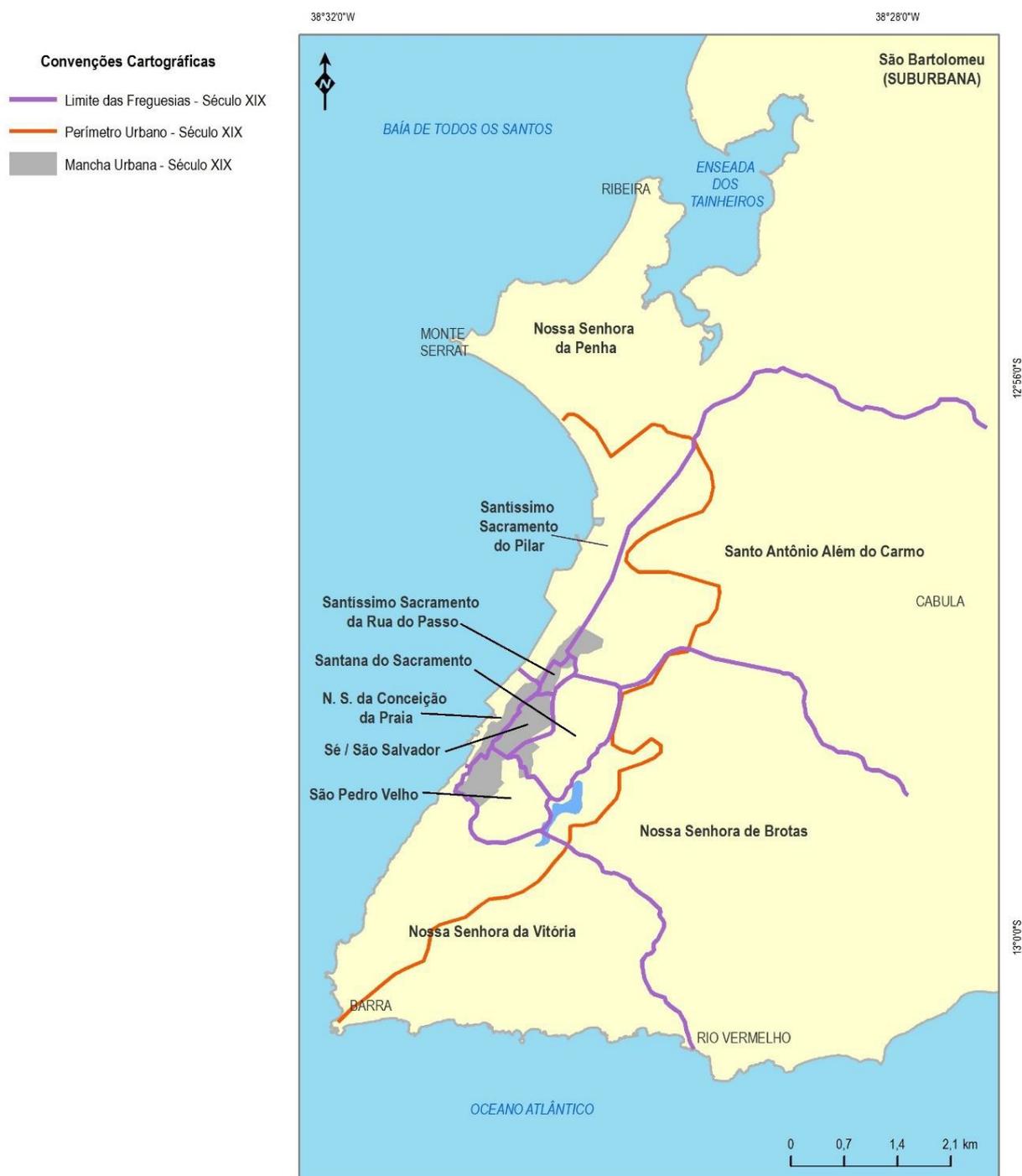
cidade, porque quase todos os negociantes só tem à beira-mar os seus escritórios e vivem no campo com as suas famílias. (TOLLENARE, 1978, p. 211-212).

O viajante francês ao comparar as residências de Salvador e Recife também nos dá informações específicas sobre a cidade alta, onde segundo ele “encontravam-se ruas largas, calçadas bem alinhadas; as casas são decentes e despidas das tristes grades mourescas que se observam com tanta frequência em Pernambuco.” (TOLLENARE, 1978, p. 212). De fato, na parte mais alta da Salvador colonial, estavam localizados os bairros residenciais, onde longe da agitação, do barulho e da sujeira proporcionada pelo comércio, a aristocracia local e os negociantes bem sucedidos construíam suas casas assobradas e arejadas em freguesias como: São Salvador da Sé (fundada em 1549), Nossa Senhora da Vitória (fundada em 1561), Santo Antônio além do Carmo (fundada em 1642) e São Pedro (fundada em 1679).

Salvador entre finais do setecentos e início do século XIX, possuía dez freguesias urbanas, além das supracitadas na sessão anterior, havia ainda: Nossa Senhora da Conceição da Praia (fundada em 1623), Santíssimo Sacramento e Sant’Ana (fundada em 1679), Nossa Senhora do Pilar (fundada em 1718), Santíssimo Sacramento da Rua do Passo (fundada em 1718), Nossa Senhora de Brotas (fundada em 1718), e Nossa Senhora da Penha de França de Itapagipe (fundada em 1759). (VILHENA, 1969, p. 460-461). Isto significa que houve um forte crescimento urbano de Salvador ao longo da centúria setecentista.

Mapa 1

FREGUESIAS DA CIDADE DE SALVADOR NO SÉCULO XVIII



Fonte: MARTINS, Luciana Conceição de Almeida. História Pública do Quilombo Cabula: Representações de resistência em museu virtual 3 D aplicada a mobilização do turismo de base comunitária. Salvador, Universidade Federal da Bahia/Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, 2017 (Tese de Doutorado), p. 32.

Além das freguesias ditas urbanas, Salvador era formada também por uma quantidade considerável de freguesias em seu termo. Estas mantinham uma íntima relação comercial e

administrativa com o centro da urbe. Os moradores de freguesias suburbanas se relacionavam cotidianamente com a cidade da Bahia, seja porque a capital constituía-se no principal destino de suas mercadorias, seja porque com alguma frequência, era necessário ir à Salvador para resolver assuntos de natureza variada. Moradores de Santo Amaro do Ipitanga, de Sant’Ana do Catu ou de Nossa Senhora da Encarnação do Passé, para ficarmos nestes três exemplos, se deslocavam para Salvador a fim de entregar mercadorias nas vendas e lojas, para receber pagamentos, ou para prover suas famílias e suas propriedades com artigos manufaturados, tais como: artigos em couro (selas, botas, chicotes, chapéus), artigos em algodão (roupas, toalhas, lençóis), artigos de porcelanas, (pratos, copos e xícaras), em ferro (enxadas, foices, facas), dentre outros produtos.

Quando a motivação não era comercial, a ida a Salvador poderia ocorrer, como adiantamos acima, por motivos diversos, como por exemplo, a busca de um tabelião para lavrar uma escritura de compra ou venda, ou para escrever ou validar um testamento, ou ainda por motivos sócio-religiosos: festas, missas, enterros, reuniões de irmandades e confrarias, etc.

Além das já citadas freguesias de Santo Amaro do Ipitanga (fundada em 1578),⁵⁶ de Sant’Ana do Catu (fundada em 1787) e de Nossa Senhora da Encarnação do Passé (século XVI), eram também consideradas como freguesias suburbanas:⁵⁷ São Bartolomeu de Pirajá, Nossa Senhora do Ó de Paripe, São Miguel de Cotegipe, Nossa Senhora da Piedade de Matuim⁵⁸, São Pedro de Açú da Torre (fundada em 1758), Senhor do Bonfim da Mata (fundada em 1716),⁵⁹ Nossa Senhora de Sant’Ana da Ilha de Maré, Nossa Senhora do Divino Espírito Santo da Vila de Abrantes, (fundada em 1758).⁶⁰

Salvador possuía uma intensa relação econômica com sua hinterlândia, dependendo de mercadorias produzidas no sertão, no agreste e, principalmente, no Recôncavo para realizar sua principal atividade, o comércio. Este traço de “personalidade” da capital, cidade com vocação mercantil, foi relatado por vários cronistas e viajantes da época colonial. Thomas

⁵⁶ Corresponde em termos geográficos aproximadamente ao atual município de Candeias.

⁵⁷ É importante informar que nesta lista não consta necessariamente de todas as freguesias existentes no termo de Salvador entre finais do século XVIII e início do século XIX, mas somente aquelas que serviram de circunscrição geográfica de atuação dos indivíduos identificados na documentação utilizada na tese. Além disso, não há consenso entre os historiadores sobre os limítrofes de Salvador e seu termo e de seu termo e o Recôncavo, assim enquanto para Kátia Mattoso freguesias como S. Bartolomeu de Pirajá constituía-se enquanto termo de Salvador, para Cândido da Costa e Silva esta freguesia já fazia parte do Recôncavo. Já Vilhena considera freguesias localizadas na Ilha de Itaparica como Bom Jesus da Vera Cruz como subúrbio de Salvador diferentemente de Costa e Silva que entende se tratar ainda do Recôncavo.

⁵⁸ Corresponde em termos geográficos aproximadamente ao atual município de Candeias.

⁵⁹ Corresponde aproximadamente ao atual município de Mata de São João.

⁶⁰ Corresponde geograficamente ao atual povoado de Abrantes.

Lindley, por exemplo, afirmou que Salvador era “rodeada de terras exuberantemente ricas em produtos naturais, quer para as utilidades do homem quer para o supérfluo, e situada quase ao centro do globo habitável, sente-se que foi feita pela natureza para tornar-se o empório do universo.” (LINDLEY, 1969, p. 160).

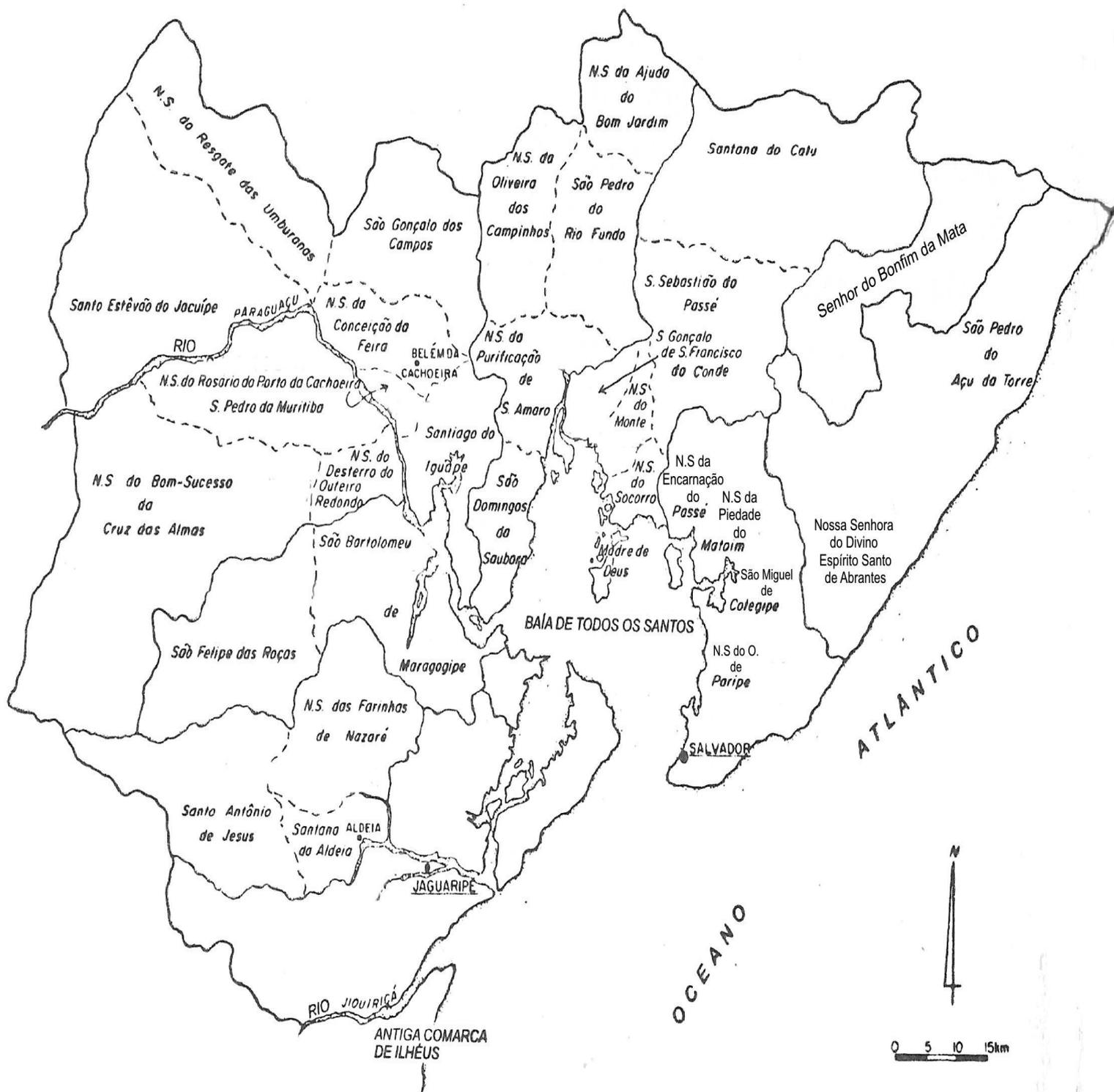
Apesar do tom exagerado do viajante inglês, referências como esta, ilustram o quanto era pujante o comércio de Salvador, tanto em termos locais e regionais, quanto intercontinentais. De fato, Salvador se consolidou durante o período colonial, como um dos portos mais importantes do ocidente e o mais relevante do atlântico sul, dividindo este protagonismo com o Rio de Janeiro com o desenrolar da centúria setecentista, quando o porto carioca se consolidou economicamente, favorecido dentre outros motivos, pelo comércio mais efetivo com as regiões mineradoras como o Prata e as Gerais. (FLORENTINO E FRAGOSO, 2001, p. 74-79).

A vocação mercantil que beneficiou a Coroa portuguesa e os homens de negócio e os comerciantes, por outro lado, tornou Salvador uma cidade dependente do abastecimento de regiões produtoras e, por conseguinte, vulnerável às oscilações econômicas conjunturais.

Para além das freguesias rurais de seu termo, a principal região abastecedora da capital da colônia foi o Recôncavo baiano. Os seus solos de massapé “caíram como uma luva” para a produção açucareira. Já as suas demais regiões, produziam, além do fumo, (outro importante produto de exportação), cultivavam produtos de subsistência como: farinha de mandioca, milho, feijão, arroz, etc. O Recôncavo firmou-se, portanto, como a principal região abastecedora, conferindo sentido à existência mercantil da capital. Além disso, o porto de Cachoeira, principal Vila do Recôncavo baiano, funcionava como importante entreposto comercial regional, levando através de seus principais rios, a exemplo do Paraguaçu, Sergi do Conde e Jaguaripe, as mercadorias do agreste e dos sertões para o litoral.⁶¹

⁶¹ Para um aprofundamento de questões acerca da economia nos sertões baianos ver: NEVES, Erivaldo F. & MIGUEL, Antonieta (orgs.). Caminhos do sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia. Salvador, Arcádia, 2007; NEVES, E. F. Escravidão, pecuária e policultura: Alto Sertão da Bahia, século XIX. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012; NEVES, E. F. Estrutura Fundiária e Dinâmica Mercantil: Alto Sertão da Bahia, Séculos XVIII e XIX. Salvador e Feira de Santana: Edufba e UEFS, 2005; NEVES, E. F. Sertões da Bahia: Formação Social, Desenvolvimento Econômico, Evolução Política e Diversidade Cultural. Salvador: Arcádia, 2011; NEVES, E. F. Uma Comunidade Sertaneja: da Sesmaria ao Minifúndio (um Estudo de História Regional e Local) Salvador e Feira de Santana: EDUFBA e UEFS Editora, 2008; PIRES, M. F. N. Fios da vida: Tráfico Interprovincial e Alforrias nos Sertões de Sima, 1860-1920. São Paulo: Annablume, 2009; SANTOS, P. H. D. Léngua tirana: sociedade e economia no alto sertão da Bahia. Caetitê, 1890-1930. 2014. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014. (Tese de Doutorado).

Mapa 2
RECÔNCAVO DA BAHIA NO SÉCULO XVIII



Fonte: BARICKMAM, B. J. Um Contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1789-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 40, com adaptações.

A demanda produtiva da capital, sobretudo por produtos de subsistência, tendeu a aumentar no final do período colonial, quando houve uma crescente concentração populacional em Salvador. Segundo Kátia Mattoso, em 1808 cerca de 60% da população da Comarca vivia na capital. (MATTOSO, 1992, p. 86). Fica explícito, portanto, que Salvador manteve uma relação visceral com seu interior durante todo o período colonial. Mattoso tem razão ao afirmar que é impossível compreender a história de Salvador dissociando-a de sua hinterlândia.

A capital não pode ser dissociada da baía, da qual é ciosa, guardiã, mas também não pode ser de sua hinterlândia, esse Recôncavo celeiro de açúcar e de farinha. O gado pode vir de longe, já que se locomove, Mais que qualquer outra cidade, a da Bahia está ligada à sua imediata hinterlândia agrícola, pois é o seu mercado e seu elo com o mundo exterior. Não há uma só família da cidade que não tenha laços com uma família do interior; não há tempestade na baía que não faça subir as águas dos rios do Recôncavo; não há má colheita lá que não cause pobreza aqui. (MATTOSO, 1992, p. 51).

Quando se busca analisar as diversas relações de crédito em uma dada economia/sociedade, privilegia-se justamente as várias formas de financiamento da circulação, do consumo e da produção. Esta última está intimamente relacionada ao Recôncavo, na medida em que esta região se constituiu no período colonial e no século XIX, na principal região produtora e fornecedora de mercadorias diversas para Salvador. Portanto, estudar o crédito na Bahia colonial é em grande medida, estudar a produção e escoamento da produção do Recôncavo.

4.4 A PARTICIPAÇÃO DA BAHIA NO COMÉRCIO COLONIAL

Compreender o precoce desenvolvimento mercantil de Salvador, com uma intensa dinâmica na circulação de mercadorias, e o aumento gradativo na demanda por produtos de subsistência devido à crescente densidade demográfica, certamente passa pelo entendimento acerca do peso da participação da Bahia no comércio colonial.

Desde a invasão holandesa no primeiro quartel do século XVII, a produção açucareira baiana não havia recuperado o seu fôlego inicial. No final da centúria seiscentista, a produção açucareira, passou a enfrentar um novo problema: a concorrência das colônias francesas e britânicas das Antilhas, “roubando-lhe” uma fatia importante do mercado mundial de açúcar.

A conjuntura desfavorável perdurou até meados do século XVIII, quando uma série de acontecimentos permitiu a retomada da produção e dos preços dos produtos baianos no mercado externo. A Revolução Industrial, por exemplo, provocou aumento da demanda dos produtos baianos de exportação, principalmente do algodão. Do mesmo modo, a guerra de

Independência dos Estados Unidos contribuiu para a redução da produção algodoeira na América do Norte, expandindo conseqüentemente, a demanda pelo algodão brasileiro. Outro fator exógeno relevante, que contribuiu decisivamente para a retomada da agricultura brasileira e baiana, foi o “clima” de instabilidade que tomou conta da maior região produtora de açúcar e de café mundial à época. Estamos nos referindo à colônia francesa de São Domingos.

Os fatores exógenos aliados a outros fatores de ordem endógena, como, por exemplo, a política despota esclarecida do período pombalino,⁶² que buscou diminuir a dependência econômica portuguesa em relação à Inglaterra, implementando uma série de reformas a fim de promover a retomada da economia lusa.

As reformas econômicas pombalinas foram impulsionadas dentre outros motivos, pela crise da mineração a partir de 1750 e pela necessidade de maiores receitas por conta da participação de Portugal na Guerra dos Sete Anos em 1762. Tal período fragilizou as finanças do Estado português duplamente, seja pela diminuição da arrecadação régia, proveniente da cobrança do quinto do ouro, seja pelo aumento súbito dos gastos, decorrentes da entrada de Portugal na referida guerra.

Segundo Angelo Alves Carrara, a criação do Erário Régio em dezembro de 1761 foi fundamental para a canalização de receitas para a metrópole no contexto da guerra supramencionada:

A concentração das receitas em Lisboa foi fundamental para a rápida mobilização dos recursos durante a campanha. Efetivamente, na despesa total de 3.029.556.518 realizada em 1762, as rubricas relacionadas diretamente ao esforço de guerra chegaram a 1.568.007.614 réis (isto é, 51,75 %), dos quais 957.116.554 réis exclusivamente com munições (isto é, 31,59 %). (CARRARA, 2016, p. 103).

No Brasil, o reformismo ilustrado pombalino concernente ao aspecto econômico, atuou principalmente em torno de fomentar a produção e o comércio de produtos tropicais tradicionais, a exemplo do açúcar e do fumo, e estimular a diversificação agrícola a partir do cultivo de novos produtos.

As anatomias das reformas econômicas pombalinas sempre tiveram como caráter essencial, o fomento ao mercantilismo e ao fiscalismo. Exemplos práticos destes ideais são as instituições e decretos criados desde o primeiro ano do governo de D. José. Em 1751, por

⁶² A utilização do termo “período pombalino” tem apenas uma finalidade descritiva de alusão a uma época (1750 a 1777). Em hipótese alguma tem a intenção de atribuir todas as características e transformações de um período às ações de um único indivíduo. Defendemos neste caso a ideia de continuidade histórica, assim como Nuno Gonçalo Monteiro, que busca demonstrar que as reformas encetadas pelos déspotas esclarecidos na segunda metade do século XVIII já haviam sendo gestadas por reformadores ainda no século XVII. (MONTEIRO, 2008) Por conseguinte, discordamos das ideias de José Subtil que enxerga no sistema político implantado pelo pombalismo como uma ruptura com o passado. (SUBTIL, 2007)

exemplo, foi criada a Casa de Inspeção do Açúcar e do Tabaco, com a finalidade de controlar a qualidade e o peso dos produtos exportados. Em 1755, foi instituída a Junta do Comércio, órgão mais complexo que, para além de aferir pesos, medidas e a qualidade dos produtos, possuía como objetivo central, a organização, o controle e o estímulo do comércio colonial, pois controlava a saída das frotas, combatia os descaminhos e contrabandos, e fiscalizava a construção de navios. (FALCON & RODRIGUES, 2015)

Em 22 de dezembro de 1761, se instituiu através de Alvará, a criação do Erário Régio, que se tornaria o ponto central de arrecadação e de pagamento da Coroa. O objetivo central da instituição era criar um sistema capaz de combater a dispersão dos rendimentos e dos possíveis abusos dos oficiais do fisco, mediante a centralização das receitas e despesas do Estado, ou seja, a busca de um instrumento de controle eficaz das finanças públicas. (TOMAZ, 1988, p. 355-360).

Para incrementar os objetivos do monopólio comercial, não se pode deixar de mencionar, a criação das Companhias de Comércio: em 1755 foi instituída a Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão; e, em 1759, a Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba. Embora instauradas sob a justificativa de abandono e atraso da região norte, no caso da primeira, e de dificuldades econômicas no caso da segunda, sabe-se que o grande objetivo era o monopólio comercial em benefício dos agentes metropolitanos. (FALCON, 2000, p. 149-166).

Outra alteração importante dentro do bojo das reformas pombalinas foi o alvará régio de 17 de janeiro de 1757, reduzindo a taxa de juros de 6,25% para 5% ao ano. Tal medida estimulou a economia açucareira, por atenuar o endividamento do setor produtivo, mas prejudicou o setor financeiro colonial, principalmente as Ordens religiosas que praticavam a oferta de crédito a taxas legais.

Schwartz defendeu que o principal motivo para a redução da referida taxa foi a pressão exitosa exercida pelos senhores de engenho frente à Coroa portuguesa. (SCHWARTZ, 1988, p. 179). Tal medida, além de demonstrar uma força política dos senhores de engenho, representou uma característica típica da época do despotismo esclarecido português, ou seja, aumentar a arrecadação do Estado mediante a cobrança de impostos. Em outras palavras, significou uma preocupação na sua manutenção estrutural, pois ao atenuar a insolvência dos produtores diretos, se reduzia a possibilidade do sequestro das suas unidades produtivas (terras canavieiras e engenhos de açúcar), por parte dos financistas, evitando a suspensão da moagem e a perda da produção açucareira, principal motor da economia colonial e fonte de rendimentos metropolitanos.

Por um lado, a referida redução da taxa oficial de juros procurava manter importantes divisas como as arrecadações em torno da economia açucareira; por outro, tal medida demonstrou uma preocupação em racionalizar a máquina pública, a fim de aumentar os rendimentos da Coroa. Neste quesito, é irrefutável que o Primeiro Ministro de D. José I, identificou como uma das principais causas da perda de divisas metropolitanas, as isenções e privilégios adquiridos pelas instituições religiosas ao longo do período colonial. Estas Ordens, a partir de tais mercês, constituíram vultosos patrimônios em terras tropicais.

O Marquês de Pombal foi um perseguidor implacável dos descumprimentos e dos privilégios das instituições religiosas. A redução da taxa oficial de juros, a nosso ver, marca apenas o primeiro ataque mais significativo aos interesses destas instituições que iria culminar com a perseguição, confisco dos bens e expulsão dos jesuítas das terras brasílicas em 1759.

Outra medida do pombalismo contra o poder econômico das instituições religiosas foi um maior rigor e fiscalização em relação aos registros contábeis destas entidades, com o intuito de que os recursos emprestados a juros fossem redirecionados obrigatoriamente aos empreendimentos de interesse direto da Coroa portuguesa, como exemplo, à Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. A Santa Casa de Misericórdia da Bahia também “sentiu na pele” a intromissão do pombalismo em suas finanças, a partir do decreto régio de 17 de fevereiro de 1754, quando foi autorizado, o envio de funcionários régios de Lisboa para Salvador, que em conjunto com a Real Fazenda, fariam uma investigação contábil pormenorizada nas finanças da irmandade.

A medida supracitada evidencia uma nítida política de estímulo à produção metropolitana. Além do cuidado com a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, criada em 1756. Esta Companhia ainda gozou de alvarás que garantissem o Exclusivo Metropolitano a exemplo do Alvará de 6 de agosto de 1776 ordenando que o Rio de Janeiro e demais províncias do sul ficassem abertos ao comércio exclusivo de vinhos, aguardentes e vinagres da referida Companhia. Outro setor produtivo metropolitano privilegiado pelo pombalismo, foram as Fábricas de Seda portuguesas, que passaram a ser protegidas pelo Estado lusitano a partir da criação do Estatuto da Fábrica das Sedas em 1757.

Há controvérsias sobre o efetivo peso da política pombalina, mas o fato é que tais medidas, combinadas com as guerras e revoluções sumariamente descritas, contribuíram para a retomada da produção agrícola colonial em geral e da Bahia em particular, em benefício da metrópole lusitana. Até meados do século XVIII, a conjuntura era de depressão econômica. No final do período colonial, o que houve na Bahia foi um crescimento da economia de exportação. Apesar da transferência da Capital da colônia para o Rio de Janeiro, Salvador

manteve sua importância econômica tanto em termos coloniais quanto em termos de Império português.

A Bahia se constituiu enquanto a segunda economia mais importante no final do período colonial, representando 27,1% de todas as importações e de 26,4% de todas as exportações coloniais entre os anos de 1796 e 1811. (ARRUDA, 1980, p. 136). Entre 1796 e 1799, o comércio da Bahia foi deficitário, no entanto, a partir de 1800, se tornou superavitário até 1808, exceção feita ao ano de 1804.

As exportações baianas eram essencialmente de matérias-primas e de alimentos, e dependiam fundamentalmente, do açúcar e do algodão. Em 1796, matérias-primas e alimentos somados, atingiram 68,7% das exportações baianas. (ARRUDA, 1980, p. 190). A categoria “vários gêneros”, onde não é possível destacar o tipo de produto, teve durante o final do período colonial, uma posição relevante, atingindo 26,4% das exportações baianas em 1797. Isto demonstra o grau de diversificação da pauta de exportações baiana, resultado da complexidade desta economia no final do período colonial.

José Jobson Arruda afirmou que o Rio de Janeiro exportava neste período sessenta e sete produtos diferentes. A Bahia possuía uma diversificação bem próxima deste universo. A variedade que representava a pauta de exportações baiana entre 1796 e 1811 era de sessenta produtos distintos. (ARRUDA, 1980, p. 207). Os principais produtos baianos de exportação no final do período colonial foram respectivamente: Açúcar branco; Tabaco; Açúcar Mascavado; Algodão; Couros Secos; Meios de Sola; Couros Salgados; Aguardente; Vaquetas e Ipecacuanha. (ARRUDA, 1980, p. 208).

As importações baianas também foram intensas e os principais produtos importados eram originários das fábricas portuguesas. Em 1800, segundo Jobson Arruda, tais produtos metropolitanos atingiram 39,1% das importações coloniais. Na medida em que diminuiu a importação de produtos portugueses, expandiu a importação de alimentos, que era de 11,8% em 1797, atingindo 27% em 1807. Sobre este aspecto, o autor interpretou que mesmo com a queda dos manufaturados têxteis, a importação de lanifícios e linifícios se mantiveram estáveis, o que denota o crescimento do comércio ilegal (contrabando), sobretudo ao considerar os contornos mais complexos que a sociedade baiana no período colonial tardio ia adquirindo, demandando cada vez mais, produtos de luxo.

A Bahia manteve um intenso comércio com a Ásia no período. Em 1796, as importações realizadas pela Bahia oriundas desta região significaram 16,5% do total. Um ano depois, tal relação comercial atingiu 27,3% das importações baianas. (ARRUDA, 1980, p. 190). Com o Rio da Prata, a Bahia também mantinha um comércio significativo, além

obviamente, de um intenso comércio intra-colonial, abastecendo outras Capitânicas, com produtos diversos e com mão de obra de origem africana.

A importação de ouro e prata se manteve constante no período e decorriam dos *superávits* das exportações em relação às importações, que eventualmente obrigavam os homens de negócio metropolitanos a remeterem moeda metálica para efetuar os pagamentos das mercadorias compradas.

Como já demonstrado anteriormente, a Bahia ocupava posição de destaque no comércio atlântico, e se tornou ainda mais imprescindível para as pretensões econômicas da Coroa entre finais do século XVIII e início do século XIX. Tal processo ocorrera após várias décadas de estagnação da economia açucareira baiana, processo iniciado desde o final do século XVII. A recuperação da economia açucareira, aliada à expansão produtiva de outros produtos, antes irrelevantes na pauta de exportações baianas, possibilitaram em conjunto, um crescimento populacional e a ampliação já mencionada da concentração demográfica em Salvador no início do século XIX, constituindo-se em uma nova fase da economia baiana colonial.

Como se verificou, o final do período colonial foi marcado pela retomada da economia de exportação, causada seja pelas Reformas Pombalinas (criação do Erário Régio; Casa de Inspeção do Açúcar e do Tabaco; Junta do Comércio; montagem das Companhias de comércio; fim da distinção entre cristãos-velhos e cristãos-novos no Império português; supressão da escravatura na Metrópole e redução da taxa oficial de juros, etc.), ou pelos acontecimentos europeus - Guerra de Independência dos Estados Unidos; Revolução Industrial; Revolução nas Antilhas e Revolução Francesa, seguida da implementação do expansionismo napoleônico. Seja como for, fatores internos ou externos, deliberados ou não intencionais, o fato é que, há um arranque no desenvolvimento econômico em Portugal neste período, possibilitado pelo crescimento das exportações, promovendo inclusive, balança comercial favorável.

O crescimento da produção e da circulação de mercadorias entre a Bahia e Portugal impunha evidentemente a atividade creditícia. Esta situação se tornou ainda mais patente, considerando que as mais relevantes fontes de crédito da Bahia no período, encontravam-se em arrefecimento.⁶³

⁶³ Estamos nos referindo às instituições religiosas baianas. Assunto que será abordado com mais acuidade mais adiante.

5 O MERCADO DE CRÉDITO NA BAHIA COLONIAL

É a vista ou em “dinheiro de contado?”⁶⁴ A frase que intitula esta tese inicia com uma pergunta. Nesta seção, buscaremos responder a esta pergunta central e a demais questões a ela relacionada. Destarte, nesta seção iremos abordar o mercado de crédito na Bahia entre os anos de 1777 e 1808, observando como o setor creditício reagiu e estimulou a economia nesta conjuntura favorável de crescimento do setor exportador. O que se pretende evidenciar é o papel do setor creditício na retomada da economia de exportação da Bahia no final do período colonial.

Para além do problema central, as fontes permitiram desenvolver outros aspectos não menos relevantes, tais como: os valores dos bens imobiliários urbanos em Salvador; os valores dos bens rurais, não apenas em Salvador, mas também, em outras partes da Capitania; os valores dos diversos tipos de embarcações. Os níveis de preço dos diversos bens encontrados; aspectos urbanos da soterópolis, a exemplo de suas ruas, largos e praças; e o nível de liquidez da economia da Bahia no final do período colonial.

Para a elaboração desta seção, utilizamos os livros de notas disponíveis no Arquivo Público do Estado da Bahia entre os anos de 1777 e 1808. A ideia foi preencher ao máximo o estudo serial do período, com o mínimo de lacunas possíveis. Para alcançar tal objetivo, analisamos 5.580 escrituras entre os 32 livros de notas disponíveis. Foram 180 escrituras examinadas por ano, a escolha deste número não foi aleatória, mas metodologicamente necessária para se obter de forma equânime o estudo de todos os meses do recorte temporal proposto. Desta forma, analisamos 15 escrituras por mês, durante todos os meses, entre os anos de 1777 a 1808, exceto para os períodos em que a documentação estava inacessível ou é inexistente. Abaixo é possível visualizar as escrituras que foram utilizadas como fontes nesta seção.

⁶⁴ Esta terminologia é encontrada nas escrituras dos cartórios de Salvador.

Tabela 1
Escrituras Públicas. Salvador (1777- 1808)

Número	Período	Tabelião
Livro de notas 117 A	02/01/1777 a 23/06/1777	Manoel Antonio Campelo
Livro de notas 118	26/06/1777 a 30/10/1778	Bernardino de Sena Araújo
Livro de notas 119	17/11/1777 a 16/08/1779	Vicente José de Avilar
Livro de notas 120	07/07/1778 a 02/01/1780	Manoel Antonio Campelo
Livro de notas 120 A	12/02/1779 a 22/02/1780	Bernardino de Sena Araújo
Livro de notas 122	20/08/1779 a 26/12/1780	Vicente José de Avilar
Livro de notas 123	14/01/1782 a 20/12/1783	Bernardino de Sena Araújo
Livro de notas 124	05/12/1783 a 07/01/1784	Manoel Antonio Campelo
Livro de notas 125	23/01/1784 a 05/11/1785	Bernardino de Sena Araújo
Livro de notas 126	11/05/1785 a 15/12/1785	Manoel Antonio Campelo
Livro de notas 126 A	13/11/1785 a 26/12/1785	João Damázio José
Livro de notas 130	07/04/1791 a 02/06/1792	João Damázio José
Livro de notas 132	20/03/1792 a 19/12/1793	Bernardino de Sena Araújo
Livro de notas 140	08/09/1799 a 13/11/1800	Joaquim José de Almeida
Livro de notas 141	10/09/1799 a 24/12/1800	Joaquim Tavares da Silva
Livro de notas 143	15/11/1800 a 23/05/1801	Joaquim José de Almeida
Livro de notas 144	27/11/1800 a 13/04/1802	Joaquim Tavares da Silva
Livro de notas 145	14/04/1802 a 25/01/1803	Joaquim Tavares da Silva
Livro de notas 146	25/01/1803 a 12/01/1804	Joaquim Tavares da Silva
Livro de notas 147	01/10/1801 a 19/11/1803	Valentim Rodrigues Ferreira
Livro de notas 148	19/11/1803 a 23/08/1804	Joaquim Tavares da Silva
Livro de notas 149	27/07/1804 a 18/10/1804	Luiz da Silva Campelo
Livro de notas 150	20/11/1803 a 22/11/1804	Valentim Rodrigues Ferreira
Livro de notas 151	28/08/1804 a 02/09/1805	Manuel Ribeiro Carvalho
Livro de notas 152	06/11/1804 a 20/05/1805	José Alvares Quintas
Livro de notas 153	09/03/1805 a 02/11/1805	Joaquim Tavares da Silva
Livro de notas 154	09/08/1805 a 09/10/1806	Valentim Rodrigues Ferreira
Livro de notas 155	05/11/1805 a 15/12/1805	Joaquim Tavares da Silva
Livro de notas 156	16/12/1806 a 19/06/1807	Joaquim Tavares da Silva
Livro de notas 157	25/06/1807 a 11/07/1808	Joaquim Tavares da Silva
Livro de notas 158	11/07/1807 a 10/09/1808	José Alvares Quintas
Livro de notas 160	27/03/1808 a 22/12/1808	Francisco Alvares Albergaria

Fonte: APEB. Seção: Judiciário; Livros de Notas do 1º e 2º ofício de Salvador, anos de 1777 a 1808.

Dentro dos trinta e um anos de documentos compulsados, o ano de 1781, não pôde ser pesquisado pelo alto grau de deterioração das escrituras. Além deste, houve dois hiatos documentais de extensões semelhantes, um de vinte e seis de abril de 1786 a sete de abril de 1791 e, o outro, entre dezanove de dezembro de 1793 a oito de setembro de 1799, ambos causados pela indisponibilidade de alguns livros de notas no Arquivo Público do Estado da Bahia, entretanto, por se tratar de um período razoavelmente longo e, sobretudo, por se tratar de uma amostragem bastante densa, com quase seis mil escrituras, entendemos que foi possível mapear satisfatoriamente o crédito na Bahia no final do período colonial.

Após o exame prévio das milhares de escrituras mencionadas, selecionamos apenas aquelas capazes de fornecer informações específicas sobre o mercado de crédito e o nível de liquidez monetária da Bahia no final do período colonial. Sobre o primeiro aspecto, foram duas basicamente os tipos de escrituras selecionadas: as que continham vendas a prazo e, as que se caracterizaram pelo empréstimo de dinheiro a juros. Sobre o segundo aspecto, ou seja, o nível de liquidez da economia baiana nos valem de todas as escrituras que possuíram pagamentos a vista. A soma do quantitativo destas duas modalidades cartorárias fez o numerário de 1.530 escrituras, ou seja, 27,4% do universo total pesquisado.

Considerando a amostra destas 1.530 escrituras, temos que a movimentação financeira da Bahia entre os anos de 1777 a 1808 foi de **2.329:997\$892 réis**. A apresentação desta cifra, em hipótese alguma, visa induzir o leitor a tomá-la como verdade em relação a real movimentação financeira da Bahia no período, pois além de ser uma amostragem, já alertamos na introdução e no início desta seção, para o fato de que muitos documentos já não estão mais disponíveis ao historiador pelo seu alto grau de deterioração. Faz-se necessário considerar, ainda, que muitas transações financeiras não eram registradas em cartório.

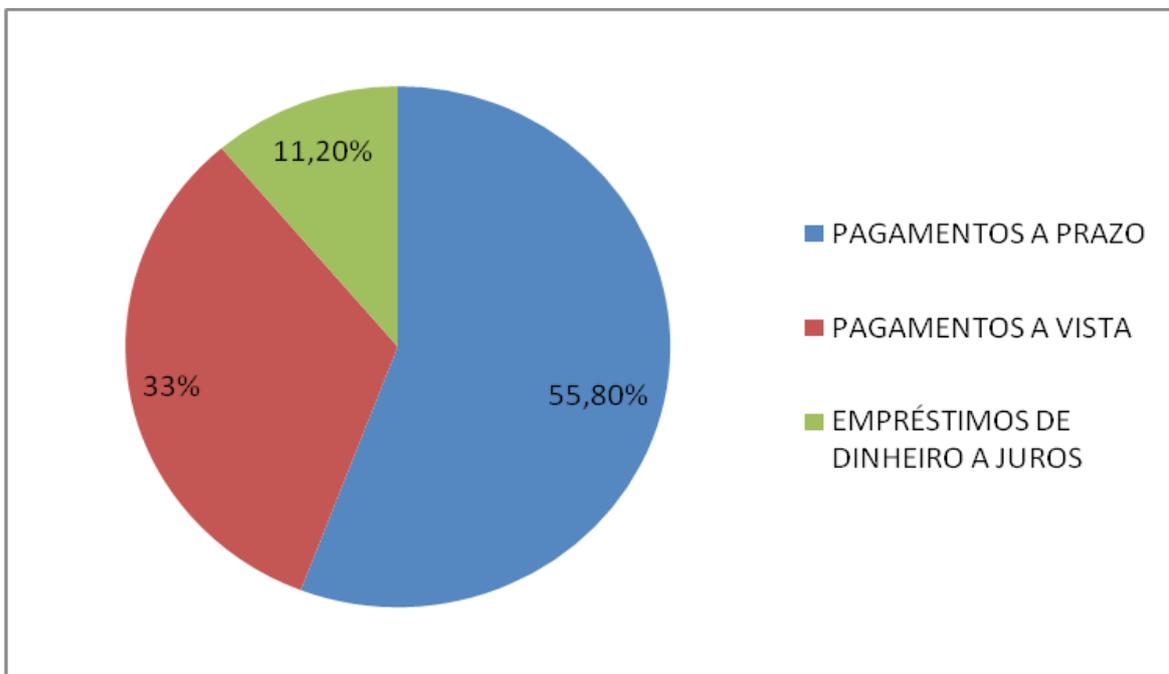
Apesar, das ressalvas, este numerário é uma importante baliza referencial para a história econômica da Bahia, e é a partir dele que discutiremos a atividade creditícia e o nível de liquidez da Bahia no final do período colonial.

Do valor de 2.329:997\$892 réis mencionados como o da movimentação financeira na Bahia entre 1777 e 1808, **67%** ou **1.560:435\$023 réis** foram oriundos de relações que envolveram alguma modalidade de crédito e, **33%** ou **769:562\$869 réis** foram transacionados em moeda corrente, ou seja, a vista em dinheiro.

Dos 1.560:435\$023 réis que foram transacionados a crédito, apenas **16,6%** ou **259:457\$255 réis** se referiram a empréstimos de dinheiro a juros, demonstrando que outras modalidades de crédito que não envolviam o componente monetário, se sobressaíram. A prova disto é que, mesmo com a participação discreta dos empréstimos de dinheiro a juros, o

crédito ainda assim, foi soberano em relação aos pagamentos a vista. Os pagamentos a prazo perfizeram um montante de 1.300:977\$768 réis. Diante destes números absolutos, temos a seguinte disposição gráfica sobre as atividades econômicas que caracterizaram a movimentação financeira da Bahia no final do período colonial:

Gráfico 1
Movimentação financeira da Bahia, (1777-1808), Contos de réis (%)

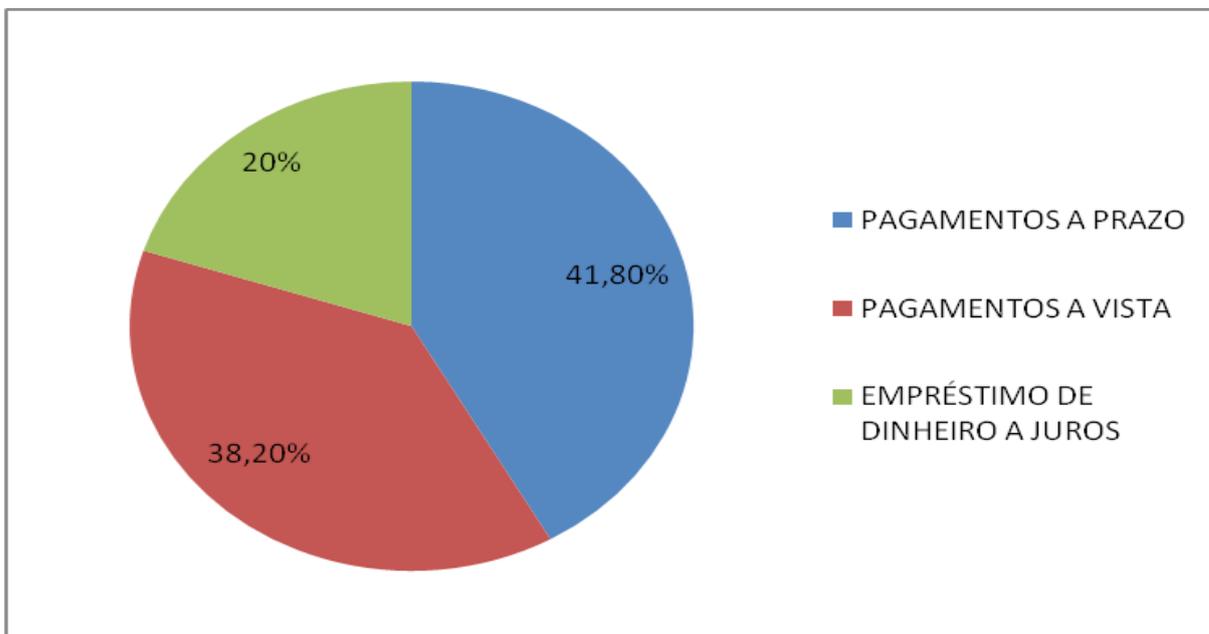


Fonte: APEB. Seção: Judiciário; Livros de Notas do 1º e 2º ofício de Salvador, anos de 1777 a 1808.

A partir do Gráfico nº 1, pode-se demonstrar que a maior parte do valor transacionado na Bahia entre 1777 e 1808, foram de vendas fiadas, estas representaram mais da metade das cifras registradas nas escrituras do período. Foram exatos 55,8% do montante total que se referiram a pagamentos a crédito. Em segundo lugar, vieram os pagamentos a vista, perfazendo 33% do universo financeiro, e em terceiro e último lugar, ficaram os empréstimos de dinheiro a juros, com 11,2% do total transacionado na Bahia.

Quando mudamos o critério para observar a economia da Bahia no final do período colonial, saindo das cifras e indo para a quantidade de escrituras, a sequência se mantém igual. Na primeira posição, as escrituras de vendas a prazo, na segunda colocação, os pagamentos a vista e, na última posição, os empréstimos de dinheiro a juros. No entanto, o peso de cada um em relação ao universo quantitativo da documentação cartorária se modificou, como veremos no Gráfico nº 2:

Gráfico 2
Movimentação financeira da Bahia, (1777-1808), quantidade de escrituras (%)



Fonte: APEB. Seção: Judiciário; Livros de Notas do 1º e 2º ofício de Salvador, anos de 1777 a 1808.

Comparando-se o Gráfico nº 1 com o Gráfico nº 2, para relacionar o peso econômico de cada tipo de escritura e a suas quantidades, observa-se que os pagamentos a prazo tiveram participação menor. Saindo de 55,8% quando o critério foi o peso econômico, para 41,8%, quando o critério foi o número de escrituras, isto representa uma queda de 25%. Estes dados permitem inferir que o valor médio das vendas a prazo foi mais significativo do que o das outras modalidades de escritura. Por outro lado, quando o critério foi quantidade, tanto o número de vendas a vista, quanto o número de empréstimos de dinheiro a juros, cresceram. Significando que ambos tiveram valor médio mais baixo.

Quando os bens transacionados eram de valores menores, os moradores da Capitania, seja por não dispor de crédito, ou por não necessitar dele, optaram em pagar a vista em dinheiro. Em 38,2% dos casos, a opção foi pelo pagamento a vista.

As cifras movimentadas com os pagamentos em moeda, não tiveram tanta disparidade em relação a sua quantidade, aumentando apenas 15%, saindo de 33% em termos de participação monetária, para 38,2%, quando relativo a sua quantidade.

A disparidade maior, portanto, ficou por conta dos empréstimos, que representando apenas 11,2% do universo de dinheiro identificado no período, cresceu exponencialmente, em torno de 78,6%, chegando a 20% em relação ao volume quantitativo de escrituras. O valor médio dos empréstimos de dinheiro a juros, foi, portanto, o menor entre os três tipos de transações, demonstrando que nesta economia e sociedade, o dinheiro era uma mercadoria

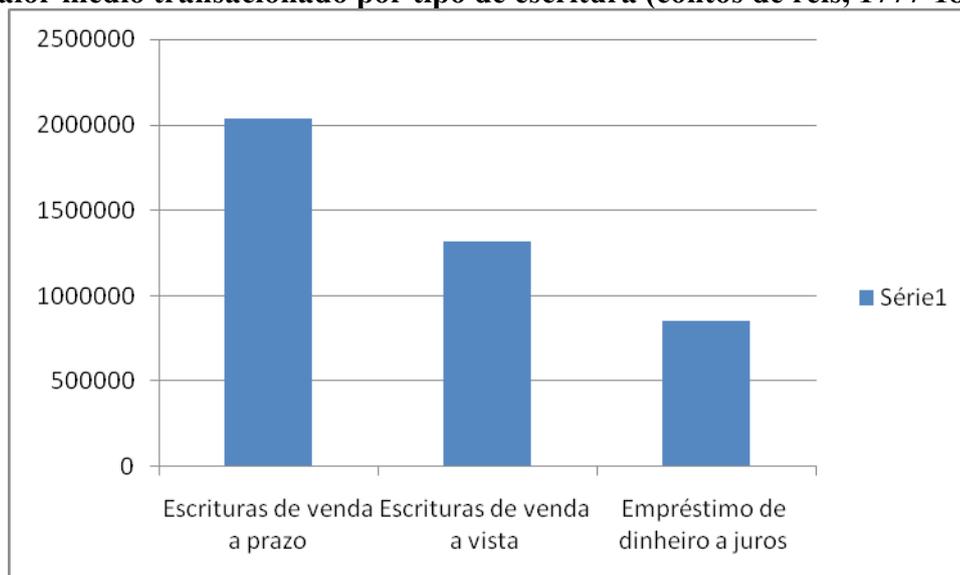
muito valorizada, e que a sociedade baiana colonial de um modo geral, possuía receios em colocar seu capital-dinheiro a risco, privilegiando a concessão de crédito em espécie, ao invés de aventurar sua moeda metálica entesourada.

Tal comportamento social, levou o mercado creditício da Bahia no período colonial para as mãos de um grupo muito restrito de agentes, concentrando-o principalmente na figura dos homens de negócio e das instituições. Veremos, ao longo desta seção, no entanto, que o mercado creditício da Bahia no final do século XVIII e começo do século XIX, sofreu uma relevante modificação, com a ascensão dos negociantes e o quase que simultâneo declínio das instituições religiosas neste setor.

Algumas instituições religiosas, apesar de não estarem em dificuldades financeiras, tiveram sua política de investimentos modificada. Este redirecionamento financeiro que algumas entidades religiosas da Bahia sofreram, em grande medida, foi induzido pelos grandes homens de negócio da praça da Bahia, através do controle político que exerciam ocupando cargos importantes nestas congregações. Em outras palavras, acessar o crédito na Bahia do final do período colonial, sobretudo, o crédito na forma de dinheiro, ficou ainda mais difícil, por conta do controle da oferta de crédito exercida pelos homens de negócio da Capitania.

A seguir, o Gráfico nº 3 traz o valor médio movimentado nos três principais tipos de escritura utilizadas nesta tese.

Gráfico 3
Valor médio transacionado por tipo de escritura (contos de réis, 1777-1808)



Fonte: APEB. Seção: Judiciário; Livros de Notas do 1º e 2º ofício de Salvador, anos de 1777 a 1808.

O Gráfico nº 3 corrobora a nossa constatação de que o valor médio das escrituras de vendas a prazo foi superior em relação às escrituras de vendas a vista e, principalmente, em relação ao valor médio dos empréstimos de dinheiro a juros.

Segundo a documentação analisada, as escrituras de vendas fiadas tiveram um valor médio de 2:032\$777 réis, valor 35,3% superior ao das escrituras de vendas a vista, que tiveram valor médio de 1:315\$492 réis. Já o valor médio dos empréstimos de dinheiro a juros não chegou a um conto de réis, montando em exatos 850\$679 réis, 58,1% a menos do que as escrituras de venda a prazo e 35,3% menor do que as vendas a vista.

Com um quadro geral da documentação e dos valores e quantidades por elas movimentados, vamos adentrar nos temas desta seção, isto é, demonstrar a fisionomia do crédito, o nível de liquidez e a importância do setor creditício para o financiamento da economia de exportação da Bahia no final do período colonial.

5.1 AS VENDAS FIADAS

As vendas a prazo foram superiores aos pagamentos a vista, representando 55,8% do volume financeiro transacionado na Bahia entre os anos de 1777 e 1808. Afinal o que era transacionado comercialmente nestas escrituras? Identificamos cinquenta e seis tipos de bens diferentes, desde moradas de casas de variados tipos, embarcações diversas, comércios a retalho, trapiches e armazéns, engenhos de açúcar, fazendas de cana e alambiques, dízimas do gado vacum e cavalariças, boticas, armação de pescaria, fábrica de produzir cal, curtume e mercadorias de variados tipos, tais como: tecidos de xita, rolos de tabaco e pipas de azeite.

Abaixo, traremos a Tabela nº 2 contendo os tipos e o valor médio de cada bem que foi transacionado comercialmente nos cartórios de Salvador entre os anos de 1777 e 1808.

Tabela 2
Tipologia e valor médio dos bens comercializados em Salvador, 1777-1808

TIPO DE BEM	VALOR MÉDIO (réis)
Morada de casas térreas	379\$405
Morada de casas de pedra e cal	331\$840
Morada de casas de taipa	112\$278
Morada de casas terreas assobradadas	915\$312
Morada de casas de um sobrado	1:419\$397
Morada de casas de dois sobrados	1:879\$108
Morada de casas de três sobrados	3:105\$000
Moradas de casas de quatro sobrados	4:600\$000
Morada de casas nobres	8:283\$330

TIPO DE BEM	VALOR MÉDIO (réis)
Porção/pedaço de terras	92\$777
Sítio de terras	265\$145
Roça de terras	804\$453
Légua de terras	164\$665
Fazenda de terras	1:907\$925
Sorte de terras	646\$581
Sorte de terras do massapê	5:600\$000
Terras com casas de vivenda e senzala	2:000\$000
Roça de mandioca	2:000\$000
Fazendas de plantar fumo	4:000\$000
Coqueiral	25\$600
Fazendas de cana	1:931\$111
Alambique	2:800\$000
Engenho de açúcar	24:356\$963
Trapiche	32:000\$000
Armação de pescaria e acessórios	6:271\$440
Armazém de enrolamento	6:000\$000
Armazém de molhados	583\$427
Lojas de fazendas secas	5:531\$239
Lojas de ferragens	2:554\$621
Lojas com armazém	1:149\$732
Escravizados	111\$522
Cabeças de gado vacum	11\$081
Cabeças de gado cavalari	15\$583
Todas as mercadorias de uma loja	2:863\$118
Curtume	1:600\$000
Fábrica de fazer cal	2:047\$000
Banca de quinquilharia	548\$346
Botica	664\$851
Taberna	200\$000
Fazenda de lenhas	6:000\$000
Xitas	2:196\$279
254 rolos grandes de tabaco	1:331\$860
64 pipas de azeite	649\$443
Dízimas do gado vacum e cavalari de	15:000\$000

TIPO DE BEM	VALOR MÉDIO (réis)
Sergipe	
Dízimas do gado vacum e cavalari do Sertão	10:800\$000
Dízimas do gado vacum e cavalari do Itapicuru de cima	22:500\$000
Navio	19:094\$375
Bergantim	6:155\$200
Sumaca	2:967\$188
Galera	9:070\$000
Curveta	1:600\$000
Brigue	3:357\$500
Lancha	464\$166
Barco	549\$900
Barçaça	2:000\$000
1 balança de ferro e cobre	26\$000
TOTAL	233:534\$761

Fonte: APEB. Seção: Judiciário; Livros de Notas do 1º e 2º ofício de Salvador, anos de 1777 a 1808.

Escrever sob a perspectiva da história econômica exige a compreensão do valor das principais mercadorias da época. Sem dúvidas, **as moradas de casas, as terras e as embarcações** constituíram-se em um tripé fundamental de referenciais de valor da economia baiana colonial, por isso vamos esmiuçar os preços e a quantidade destes bens.

Das cinquenta e seis tipologias diversas de bens vendidos em Salvador, predominaram no espaço urbano, as moradas de casas e as embarcações e, no espaço rural, as propriedades de terras.

5.1.1. As moradas de casas

Identificamos nove tipologias distintas para designar os bens de raiz urbanos em Salvador: morada de casas de taipa, térreas, de pedra e cal, térreas assobradadas, morada de casas de um sobrado, de dois sobrados, de três sobrados, de quatro sobrados, e as ditas nobres. O quadro nº 1 traz o valor médio de cada uma destas propriedades.

Quadro 1

Valor médio das moradas de casas por tipologia (contos de réis)

Casas térreas assobradadas	915\$312
Casas de pedra e cal	331\$840
Casas térreas	268\$071
Casas de taipa	141\$916
Casas com um sobrado	1:419\$397
Casas com dois sobrados	1:879\$108
Casas com três sobrados	3:105\$000
Casas com quatro sobrados	4:600\$000
Casas nobres	8:283\$330

Fonte: APEB. Seção: Judiciário; Livros de Notas do 1º e 2º ofício de Salvador, anos de 1777 a 1808.

Como se pode observar através do Quadro nº 1 havia vários tipos de habitações em Salvador no final do período colonial. A diversidade de habitações, indica a heterogeneidade econômica desta sociedade. Em outras palavras, o tipo de habitação refletia a condição social dos indivíduos que nelas (sobre)viviam. Desta forma, analisar a estrutura habitacional de Salvador no final do período colonial, constitui-se como um *locus* privilegiado perceptível de como esta sociedade era marcada pela concentração de riqueza e pela desigualdade social.

A concentração de riqueza é patente, quando percebemos que a quantidade de residências aumentava, na medida em que, diminuía o seu valor médio. Inversamente, a quantidade de habitações se reduzia, na medida em que, o seu valor médio aumentava. As casas de taipa e as casas térreas, por exemplo, foram encontradas às centenas, já quando se chega ao topo hierárquico das habitações na Salvador colonial, percebe-se haver apenas uma dúzia de casas consideradas nobres.

A discrepância é tamanha, que quando recortamos metodologicamente apenas as casas de taipa, habitação mais comum e menos valiosa da urbe baiana colonial, e comparamos com a mais rara e mais valiosa tipo de habitação, as denominadas casas nobres, temos que a diferença de valor médio entre a primeira, que foi de 141\$916 réis e, a segunda que foi de 8:283\$330 réis, chega a exorbitantes 5.737%. Este número indica que com o valor médio de uma casa nobre, era possível comprar cinquenta e oito moradas de casas de taipa.

As moradas de casas feitas de taipa cobertas com telhas foi o tipo de edificação mais simples que encontramos na documentação. Elas variaram entre 16\$000 réis e 360\$000 réis. Além do tamanho, da localização e do estado de conservação, esta variação de valor esteve relacionada a presença de tijolos na composição.

As casas, acima dos 300\$000 réis eram híbridas em sua construção, além da taipa, haviam partes em que eram utilizados tijolos, valorizando um pouco mais esta modalidade de habitação. No entanto, a grande maioria, possuíam apenas taipa na sua composição, o que colocou o valor médio deste tipo de propriedade na Salvador no final do período colonial em apenas 112\$278 réis.

Assim como as moradas de casas de taipa, registramos 281 escrituras com a designação “morada de casas térreas”, sendo esta também, um tipo de habitação extremamente comum na Salvador colonial.

Diferentemente das casas de taipa, as moradas de casas térreas ou baixas, como se descreviam nas escrituras, eram construídas, na maioria das vezes, com adobes, o que justifica seu valor médio bem mais elevado. Estas propriedades valiam em média 268\$071 réis, cerca de 89% a mais do que as casas de taipa, indicando que os donos destas propriedades eram de condição socioeconômica superior em relação aos proprietários do grupo anterior.

Haviam algumas destas habitações que a exemplo das casas de taipa, eram híbridas em sua composição, por vezes, além dos adobes, possuíam também tijolos e, mais raramente, pedra e cal. Quando isto acontecia, o preço das propriedades atingia valores mais altos. Por conta de sua construção ser realizada com materiais de variados tipos, os preços desta modalidade de casas também variaram consideravelmente. É possível encontrar este tipo de propriedades de casa desde os 100\$000 réis, certamente feita apenas de adobes, até 1:200\$000 réis, indicando certamente que neste casos, havia a presença de outros materiais de construção de origem superior na sua construção. O fato é que, muito raramente estes tipos de casa ultrapassaram a barreira dos 1:000\$000 réis.

A morada de casas térreas mais valiosa que encontramos no valor mencionado de 1:200\$000 réis foi comprada em vinte e sete de maio de 1808 por Antônio Jozé da Silva, nas mãos de Bento Manoel da Matta. Esta propriedade além de ser de pedra e cal, era também, muito bem localizada na Rua do Gravatá, talvez isto justifique seu preço relativamente alto. O comprador a adquiriu a prazo para pagar em duas parcelas iguais e anuais de 600\$000 réis.⁶⁵

As moradas de casas de pedra e cal, apesar de também serem propriedades térreas, eram mais valiosas do que as moradas de casas de taipa e as denominadas térreas. O motivo principal para o seu valor mais alto, era o tipo de material de construção empregado. Estas edificações foram encontradas em número bem inferior ao dois tipos de habitação já apresentados. Seu valor médio foi de 331\$840 réis, 133% maior do que o valor médio das casas de taipa e, quase 24% a mais do que o valor médio das casas térreas.

⁶⁵ APEB. Seção: Judiciário; Livro de notas nº 160, 27/05/1808, fl. 1 e 1 v.

As propriedades de casas térreas assobradadas eram edificações de pedra e cal, ou mistas, de pedra e cal com adobes. Elas possuíam pavimentação parcial em seu primeiro andar, o que lhe rendeu um valor médio muito superior ao das moradas de casas térreas de pedra e cal. Seu valor médio foi de 915\$312 réis, quase o triplo do valor das moradas de casas de pedra e cal baixas.

As edificações de andar, raramente tiveram valor inferior a 1:000\$000 réis. Seu preço médio foi de 1:419\$397 réis. Podemos afirmar que quem vivia em casas de dois pavimentos, ou seja, de um sobrado, fazia parte de uma camada socioeconômica intermediária, formada por: mestres-artesãos, membros do baixo clero, militares de baixo escalão, alguns tipos de indivíduos que vendiam seu serviço, dito “liberais”, tais como: barbeiros, advogados, sangradores, além de pequenos comerciantes. Estes últimos, tinham a prática de morar na parte de cima da residência e instalar seus pequenos comércios na parte de baixo da edificação.

As casas de dois sobrados foram bem mais escassas do que as de apenas um sobrado. Em quase 100% dos casos, possuíam instalações para atividades comerciais na parte térrea, seja para o próprio negócio da família ou para aluguel. Seu valor médio foi de 1:879\$108 réis, 32,5% a mais do que as casas de apenas um sobrado.

As moradas de casas de três sobrados, eram mais amplas e espaçosas. Certamente possuíam melhor acabamento. Com o valor médio das casas de três sobrados, já seria possível comprar algumas casas consideradas nobres. Seu valor médio de 3:105\$000, foi muito superior as edificações de dois pavimentos.

As propriedades de casas de quatro sobrados foram raras. Identificamos apenas dezenove propriedades com estas características. Apenas as casas “nobres” tiveram menos ocorrências, com doze unidades. A média de valor das casas com quatro sobrados foi de 4:6000\$000 réis.

Registramos doze propriedades de casas com a designação “nobre”. Seus preços variaram entre 2:400\$000 réis até os 16:000\$000 réis. E seu valor médio perfeitamente fez a cifra de 8:283\$330 réis.

O que elas possuíam de tão especial? Eram construções de pedra e cal, amplas, espaçosas, bem localizadas, raramente térreas, quase sempre com pelo menos dois andares.

As poucas casas consideradas nobres que encontramos na documentação sendo avaliadas na cifra dos dois ou três contos de réis ou eram térreas, ou estavam em condições ruins de conservação, o que exigiu do comprador, dispêndios com obras de reforma. Todas as

demais moradas de casas nobres identificadas, eram casas de sobrado e seu valor nunca foi inferior aos seis contos de réis.

A morada de casas nobres mais valiosa que identificamos, foi avaliada em 16:000\$000 réis. Trata-se de uma propriedade localizada no Cais Novo com três andares e com seu térreo com lojas para aluguel. A referida propriedade era de Dona Ana Maria de São Jozé, viúva de Caetano de Pacheco Rezende, ela vendeu o imóvel por conta de um débito a um de seus credores, Antônio Cerqueira Carvalho, no valor de 3:211\$000 réis. Além de quitar esta dívida com o credor, a vendedora se desobrigou de outra dívida no valor de 2:600\$000 réis que devia ao casal do falecido Domingos Álvares, pago pelo comprador. Além deste valor, o comprador para se tornar legítimo proprietário da referida morada de casas, desembolsou a vista em dinheiro de contado a quantia de 4:600\$000 réis, totalizando 10:411\$000 réis. O saldo devedor restante de 5:589\$000 réis ficou a prazo para se correr os juros da lei.⁶⁶

5.1.2 As principais ruas da cidade da Bahia

As escrituras públicas trazem informações valiosas sobre as localizações das habitações existentes em Salvador. Compreendemos como extremamente úteis estes dados que permitem contribuir com a História Urbana de Salvador. (VASCONCELOS, 2016; NASCIMENTO, 2007; RUY, 1949)

Identificamos cento e vinte pontos, entre ruas, becos, largos e praças na cidade da Bahia no final do século XVIII e princípio do século XIX. A seguir, traremos a Tabela nº 3 com estas informações.

Tabela 3

Os principais logradouros de Salvador, (1777-1808)
Engenho Velho de Brotas
Rio Vermelho
Rua do João Pereira
Rua dos Marchantes
Rua Direita do Colégio
Rua do Ximenes
Ru Direita do Gravata
Rua Direita da Lapa
Ribeira
Rua Direita do Palácio

⁶⁶ APEB. Seção: Judiciário; Livros de Notas nº 160, 08/11/1808, fl. 120 e 121 v.

Os principais logradouros de Salvador, (1777-1808)
Mercês
Nossa Senhora das Brotas
Rua do Caquende
Rua do Jenipapeiro
Rua do Rosário de Itapagipe
Rua da Preguiça
Nazaré
Fonte Nova
Nossa Senhora da Graça
Rua dos Religiosos do Carmo
Água de Meninos
Rua Direita de Santo Antônio da Mouraria
Rua da Fonte do Pereira
Estrada de Brotas
Itapagipe
Ladeira da Misericórdia
Baluarte
Rua da Palma
Rua do Fogo
Ladeira da Palma
Beco do Rosário
Caminho das Boiadas
Campo do Barril
Porto dos Tainheiros em Itapagipe
Rua dos Currais velhos de São Bento
Oitinga
Cidade Baixa
Guindaste dos Padres
Rua das Portas de São Bento
Rua de São Raimundo
Rua Direita da Saúde
Soledade
Largo da Piedade
Rua do Forte de São Bento

Os principais logradouros de Salvador, (1777-1808)
Rua do Cais Novo
Rua Direita dos Perdões
Rua do quartel do Regimento de linha
Pirajá
Rua dos Currais Velhos
Rua do Saboeiro
Rua de São Pedro Velho
Rua da Faísca
Estrada da vitória
Rua do Carro
Rua do Passo
Alto da Ladeira da preguiça
Rua do Sodré
Rua Boa Vista
Rua das Flores
Baixa dos Sapateiros
Cruzeiro de São Francisco
Cotegipe
Rua dos Quinze Mistérios
Rua do Palácio
Rua da Poeira
Rua do Convento de São Francisco
Ladeira das Portas do Carmo
Ladeira da Saúde
Rua do Maciel
Travessa da Rua do Maciel
Largo de São Francisco
Rua Direita da Matriz de São Pedro
Taboão
Rua debaixo de São Bento
Rua Direita do Forte de São Francisco
Ladeira da Quitandinha de São Miguel
Praça do Pelourinho
Rua da Igreja Nossa Senhora da Barroquinha

Os principais logradouros de Salvador, (1777-1808)
Desterro
Rua da Ópera
Rua do Convento das Ursulinas das Mercês
Rua do Forte de Santo Antônio da Barra
Rua do Tingui
Rua Direita de Santo Antônio Além do Carmo
Rua de João de Freitas
Forte de São Pedro
Rua do Gravata
Rua Boa Vista de Jerusalém
Rua do Cabeça
Campo Santo
Cabula
Rua do Bamgla
Beco do Limoeiro
Estradas das Boiadas
Itapoan
Rua dos Coqueiros
Cruz do Cosme
Rua do Matatu
Rua do Castanheda
Mares
Praça do Bonfim
Itacaranha
Paripe
Pirajá
Rua do Hospício
Rua de Santa Tereza
Rua do Areal de Cima
Rua do Areal de Baixo
Rua da Misericórdia
Largo da Vitória
Rua do Pilar
Rua da Cruz do Azulejo

Os principais logradouros de Salvador, (1777-1808)
Rua Direita da Fonte dos padres
Ladeira do Alvo
Rua das Laranjeiras
Rua dos Ossos
Rua do Fogo
Rua do Fortinho de Santo Alberto
Rua das Tripas
Rua das Pedras

Fonte: APEB. Seção: Judiciário; Livros de Notas do 1º e 2º ofício de Salvador, anos de 1777 a 1808.

Apresentado os logradouros, é conveniente expor um mapa com a suas respectivas localizações. O Mapa nº 3, foi montando a partir da mesma documentação, as escrituras públicas existentes nos dois tabelionatos de Salvador entre 1777 e 1808. De posse dos conteúdos necessários extraído das fontes, buscou-se as coordenadas no software google Earth. Após esta etapa, as coordenadas das respectivas ruas foram importadas para outro software de informações geográficas, onde toda a informação obtida foi manuseada para atender o que as fontes históricas indicavam.

Mapa 3- Os principais logradouros de Salvador, 1777-1808



Fonte: APEB. Seção: Judiciário; Livros de Notas do 1º e 2º ofício de Salvador, anos de 1777 a 1808.

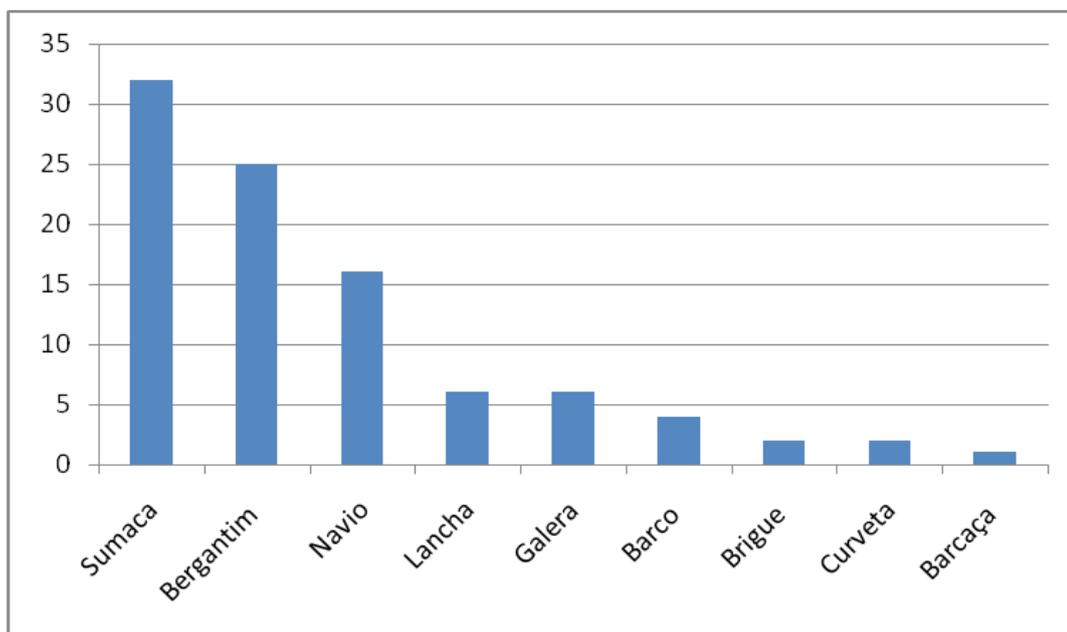
Nota-se a partir do Mapa nº 3, que a cidade de cerca de cinquenta mil habitantes (MATTOSO, 1992, p. 72.) possuía uma grande concentração de imóveis e, por conseguinte, de moradores na parte baixa da cidade ao nível do mar. A concentração nestes locais, principalmente nas freguesias comerciais era tamanha, que foi preciso utilizar como recurso técnico a lente de ampliação para permitir uma melhor visualização desta parte do mapa.

5.1.3 As embarcações

Identificamos a presença de nove tipos de embarcações, produzidas para servir a diferentes finalidades, desde o comércio de cabotagem, ao comércio de longa distância e, ao tráfico de escravizados.

O quantitativo total de embarcações transacionadas comercialmente registradas nos cartórios de Salvador entre os anos de 1777 e 1808 foi de noventa e quatro. O gráfico nº 4 que se segue abaixo, expõe a quantidade de cada uma destas embarcações:

Gráfico 4
Quantidade de embarcações por tipo, Salvador, 1777-1808



Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB); Seção: Judiciário; Livros de Notas do 1º e 2º ofício de Salvador, anos de 1777 a 1808.

Como se pode observar através do Gráfico nº 4, as sumacas foram mais presentes no porto de Salvador, pelo menos, foram as embarcações mais comercializadas na Praça da Bahia no período. Foram trinta e duas sumacas diferentes registradas nos tabelionatos, o que representa 34% do total de embarcações.

Uma das explicações para a sua forte presença no Porto da Bahia tem relação com as suas características, pois eram embarcações simples, de apenas uma vela, construída sem muito acabamento, mas que possuía boa capacidade de carga, suportando em média sessenta toneladas, chegando algumas a receber até cem toneladas, o que fazia dela uma embarcação comum, mas fundamental ao comércio de curta distância, ligando Salvador à Ilha de Itaparica ou o Recôncavo à Salvador.

Na segunda colocação vieram os bergantins. Este tipo de embarcação fez o quantitativo de vinte e cinco, significando 26,6% do total. A exemplo das sumacas, os bergantins não foram nada raros no porto de Salvador. Outra característica comum em relação às sumacas, eram a sua capacidade de carga e eram embarcações usadas principalmente em rotas pequenas, não obstante, uma das principais diferenças entre este tipo de embarcação e as sumacas, reside no fato de que os bergantins possuía acabamento superior.

Os navios foram o terceiro tipo de embarcação mais negociado na Praça da Bahia. Por ser uma embarcação de grande porte, utilizada geralmente nas viagens transoceânicas, era um poderoso ativo constitutivo do patrimônio dos homens de negócios e traficantes de escravizados, por isto, sua presença foi considerável entre as escrituras de compra e venda. Foram identificados nesta documentação, dezesseis navios diferentes, ou 17% do total. Por ser um bem muito valioso, era comum um mesmo navio possuir mais de um proprietário.

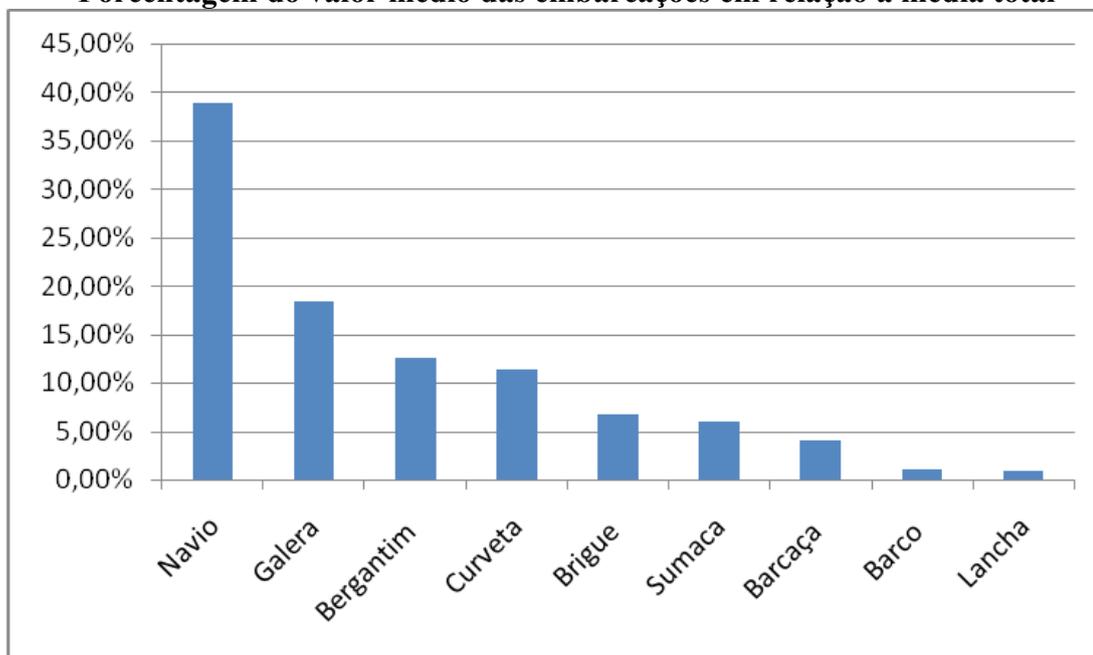
As galeras e as lanchas empataram na quarta posição, com seis vendas cada uma, ou 6,4% cada uma. Já os barcos, atingiram o quinto lugar entre os tipos de embarcações mais comercializadas. Foram identificadas quatro transações com este tipo de bem, o que representou 4,2% do total.

Dividiram a sexta colocação as curvetas e os brigues, foram apenas duas vendas para cada um, ou, 2,1% do total. A baixa presença destes dois tipos de embarcação, pode ter relação com a conjuntura de relativa estabilidade política do Império português no final do período colonial, o que reduziu a demanda por construções de embarcações com características militares, a exemplo das curvetas e dos brigues.

Apesar de sua utilização também possuir fins comerciais, eram projetadas sobretudo, com finalidades bélicas. Talvez a conjuntura de relativa paz do Império lusitano em relação às outras potências européias anterior ao ano de 1807, justifique a existência de uma maior quantidade de embarcações civis, a exemplo dos bergantins e sumacas em detrimento de embarcações militares, a exemplo dos brigues e das curvetas. Por fim, na sétima e última posição, identificamos uma barçaça.

Quando mudamos o critério na hierarquização das embarcações, passando a considerar o valor médio ao invés da quantidade de vendas, o cenário se modifica significativamente, como se pode verificar no Gráfico nº 5.

Gráfico 5
Porcentagem do valor médio das embarcações em relação a média total



Fonte: APEB. Seção: Judiciário; Livros de Notas do 1º e 2º ofício de Salvador, anos de 1777 a 1808.

Verifica-se a partir do Gráfico nº 5 que os navios tiveram valor médio bem superior ao das demais embarcações. Seu valor médio de 19:094\$375 réis representou 38,8% da soma total dos valores médios de cada embarcação. Este valor, foi quase o dobro da segunda embarcação mais valiosa, as galeras, que tiveram valor médio de 9:070\$000 réis, o que representou 18,4% da soma das médias.

As galeras possuíam alto valor, sendo mais valiosa inclusive do que os bergantins e as curvetas, porque tinham ótima capacidade de carga, segundo Cândido Domingues (2011), apesar de estreitas, eram embarcações compridas com dois e três mastros redondos com mastaréis em cada um.

A terceira embarcação mais valiosa, foram aquelas que ficaram no segundo lugar em quantidade, os bergantins. Como vimos na Tabela nº 2, eles foram vendidos em média a um valor de 6:155\$200 réis, sendo que esta cifra representou 12,6% da soma das médias.

A quarta embarcação mais valiosa foram as curvetas, com preço médio semelhante aos bergantins, no valor de 5:600\$000 réis. Este montante significou 11,4% da soma das médias totais.

Em quinto lugar, com peso bem mais tímido em relação a média total, vieram os brigues, como se pode verificar na Tabela nº 2, seu valor médio foi de 3:357\$500 réis. No Gráfico nº 5, se observa que estes representaram 6,8% da média total.

Com valores médios semelhantes aos brigues, as sumacas ficaram na sexta posição, representando 6% do total, tendo como preço médio a cifra de 2:967\$188 réis.

A única barçaça enontrada nos registros de compra e venda foi avaliada em 2:000\$000 réis, 4% da soma das médias totais, o que lhe rendeu a sétima colocação.

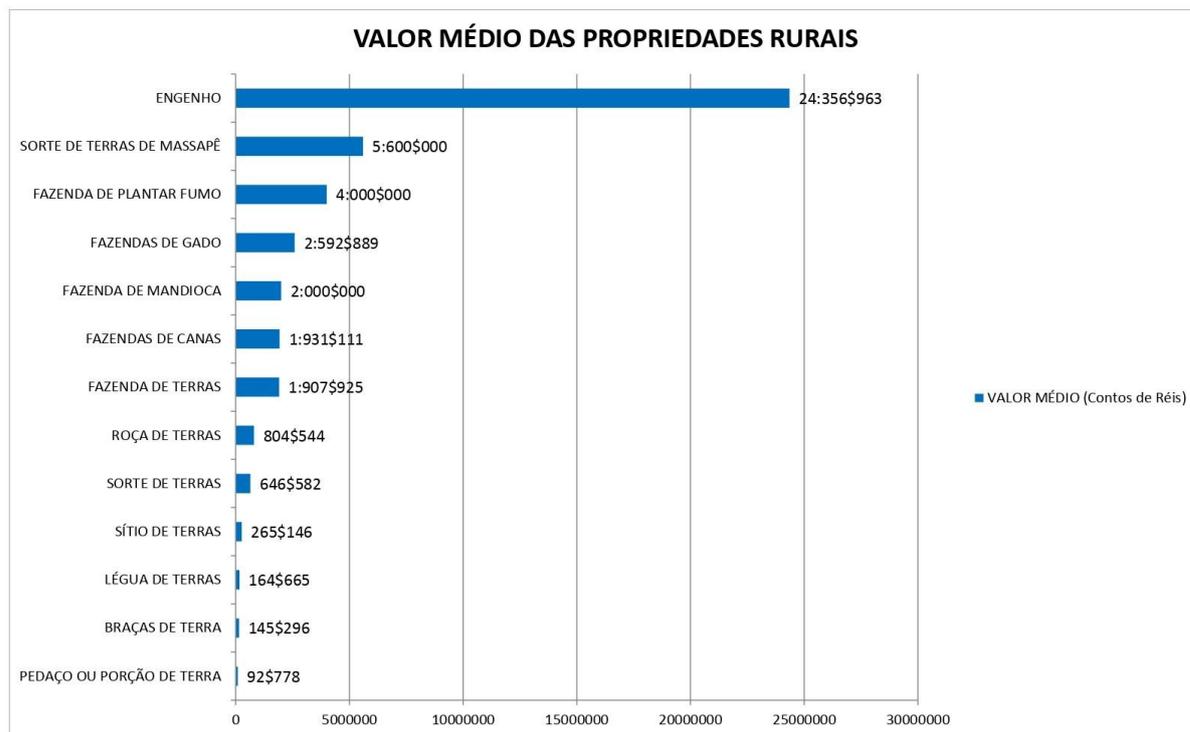
Os barcos e as lanchas por serem embarcações de pequeno porte, destinados exclusivamente às viagens de curta distância ou a atividade pesqueira, tiveram pesos parecidos e modestos no conjunto das médias das embacações. Eles ficaram respectivamente em penúltimo e último lugar. O primeiro com participação de 1,1% e valor médio de 549\$000 réis, e o segundo com 0,9% em relação a soma total das médias e, valor médio de 464\$166 réis.

5.1.4 Bens de raiz rurais

Foram doze os tipos de bens de raiz localizados no espaço rural, foram eles: Engenho de açúcar, fazenda de canas, fazenda de terras, fazenda de fumo, fazenda de gado, fazenda de mandioca, roça de terras, sorte de terras, sítio de terras, légua de terras, braças de terras e pedaço/porção de terra.

As nomenclaturas usadas para a definição das propriedades rurais, por vezes são demasiadamente vagas o que requer um esforço analítico das fontes quanto as suas características e tamanhos. Assim, encontra-se termos como pedaço, porção, sorte ou roça de terras que, não facilita muito o trabalho do historiador. Por outro lado, termos adjetivados tais como: fazendas de cana, de gado ou de mandioca, ou delimitações já existentes, tais como braça ou légua, facilitaram a pesquisa.

Gráfico 6



Fonte: APEB. Seção: Judiciário; Livros de Notas do 1º e 2º ofício de Salvador, anos de 1777 a 1808.

O Gráfico nº 6 representa perfeitamente a estrutura agrária da Bahia colonial, cuja as terras mais valorizadas eram as do massapê, por ser responsável pelo cultivo da cana, matéria-prima do açúcar, principal produto baiano de exportação. Seguida das terras de tipo salão, muito presente no sul do Recôncavo da Bahia, onde se cultivava o fumo, segundo principal produto da pauta de exportações baiana. E em terceiro lugar, as terras mais áridas denominadas areia ou areal, utilizadas principalmente, para as atividades de subsistência e a criação de gado.

Os engenhos de açúcar era o tipo de propriedade rural mais valiosa existente na sociedade colonial. Identificamos dezessete engenhos sendo transacionados comercialmente nos cartórios de Salvador.⁶⁷ Afinal, quanto era necessário para se tornar um senhor de engenho na Bahia colonial? Seus valores variaram entre 3:460\$000 réis a 69:151\$060 réis, e o seu valor médio montou em 24:356\$963 réis.

Além de um bom montante de capital inicial, algo que se mostrou fundamental para aquisição ou montagem de um engenho, foi o crédito. A relação entre o crédito e a produção açucareira foi muito estreita. Esta relação foi fundamental para a retomada da economia de exportação da Bahia no final do período colonial.

⁶⁷ APEB. Seção: Judiciário; Livros de Notas do 1º e 2º ofício de Salvador, anos de 1777 a 1808.

O crédito estava presente no financiamento da montagem do engenho e do seu funcionamento. Por outro lado, o engenho estava presente na vida financeira dos credores como garantia hipotecária. Esta estreita relação ocasionou com que muitos indivíduos se tornassem senhores de engenho com pouco capital, utilizando como principal recurso, a utilização do crédito. É o caso do comerciante Manoel Pereira de Macedo Aragão que em doze de agosto de 1805 adquiriu o engenho Cotegipe de propriedade de Manoel Marques da Rocha Queiroz por 26:000\$000 réis. Deste montante, apenas 3:200\$000 réis, ou 12,3% foi pago a vista em dinheiro de contado. Os demais 22:800\$000 réis foram acertados da seguinte forma: 4:000\$000 réis que desobrigou o vendedor de uma dívida que o mesmo possuía junto ao Convento da Soledade, mais cinquenta arrobas de açúcar branco por ano que se obrigou a pagar à Irmandade do Santíssimo Sacramento da Sé, por conta de uma dívida, além de três moradas de casas de sobrado na cidade baixa, avaliadas juntas em 1:000\$000 réis. O restante da dívida ficou parcelado em pagamentos anuais de 1:600\$000 réis.⁶⁸

Ainda mais sintomático desta questão, é o caso da venda que fez Pedro Ferrão Gomes Castelo Branco de seu engenho no termo da Vila de São Francisco do Conde à João de Argolo e Queiroz, em quatorze de outubro de 1805. Dos 82:000\$000 réis que foi avaliado o engenho, apenas 4:000\$000 réis, ou seja, menos de 5% da propriedade foram pagos em dinheiro. O montante de 32:000\$000 réis foram pagos em bens de raiz, especificamente, tratou-se de quatro propriedades na praia, cidade baixa de Salvador. O valor de 22:527\$321 foi de transpassos de dívidas, ou seja, os compradores desonerando o vendedor de muitas dívidas que possuía com vários credores. O restante ficou como venda fiada, sendo 16:000\$000 réis para se pagar em cinco parcelas anuais e, 7:200\$000 réis para ser contratado como empréstimo correndo os juros da lei.⁶⁹

As escrituras acima demonstram que com um percentual baixo de dinheiro em relação ao valor do engenho, era possível se tornar um senhor. Demonstrando que nesta economia e sociedade, possuir crédito é tão relevante quanto possuir dinheiro “vivo”. Isto não está diretamente relacionado a escassez monetária, mas ao alto valor envolvido na transação. Seja na Bahia colonial, ou na sociedade contemporânea, quando o bem comprado/vendido envolve(ia) altas cifras, quase sempre é/era necessário se recorrer ao crédito. Não obstante, é necessário salientar que no caso do primeiro exemplo, o comprador pagou ao vendedor a vista em dinheiro, a quantia de 3:200\$000 réis, enquanto no segundo caso, foram pagos em moeda corrente 4:000\$000 réis. Possuir esta quantia em dinheiro de contado na sociedade baiana no

⁶⁸ APEB. Seção: Judiciário; Livro de notas 140, fls. 204 v. a 207. 12/08/1805.

⁶⁹ APEB. Seção: Judiciário; Livro de notas 154, fls. 51 v. a 53. 14/10/1805.

final do período colonial, era privilégio de um grupo muito reduzido de pessoas. Em outras palavras, não era para qualquer pessoa, possuir este montante em dinheiro nesta sociedade.

A mesma relação creditícia, possibilitou com que vários agentes mercantis se tornassem proprietários de unidades açucareiras, por conta do endividamento dos senhores de engenho. É plausível a afirmação de Rae Flory de que os engenhos mudavam de donos com muita frequência. (FLORY, 1978, p.83-84). Mas, diferentemente da economia por ela analisada, cuja o açúcar estava em baixa no mercado externo, o período nesta tese examinado ocorre o inverso, o açúcar era um produto em alta de preços, o que aumentava o interesse pela aquisição destas unidades, mas diminuía o desejo de vendê-las, ou seja, mais demanda do que venda de engenhos. Isto pode ser corroborado empiricamente pelo relativamente baixo índice de transações comerciais envolvendo este tipo de propriedade, foram apenas dezessete engenhos comercializados entre 1777 e 1808.⁷⁰

Certamente, muitas destas vendas, ocorreram a contra-gosto do vendedor, por causa de insolvência e endividamento. Estimamos que neste período mais de 60% dos casos de transações comerciais envolvendo engenhos de açúcar, foi causada pela falência dos senhores. Consideramos, superendividamento, quando o senhor de engenho já havia empenhado a safra corrente, a futura, e suas dívidas ultrapassavam 70% do valor de sua propriedade.

O termo sorte de terras foi muito usual nas escrituras públicas de Salvador no período estudado. Eram propriedades geralmente de pequeno ou no máximo, de médio porte. O Gráfico nº 6 ilustra que as propriedades rurais denominadas “sortes” ocuparam a modesta nona posição dentre os treze tipos, valendo em média 646\$582 réis.

O que de fato proporcionava a variação de valor neste tipo de propriedade era as características do solo. Então, uma sorte de terras, ou seja, uma propriedade média, pelo fato de estar no solo propício ao cultivo da cana-de-açúcar, valia muito mais do que sortes de terra, localizadas em outros tipos de solos. (MASCARENHAS, 1998, p. 113).

O termo “fazenda” era utilizado geralmente para designar propriedades rurais de maior porte. Não obstante, no caso das fazendas de fumo, eram unidades infinitamente menores do que as fazendas de gado, por exemplo. O seu grande valor, terceira colocação entre as propriedades rurais, não se referia ao tamanho da unidade produtiva, mas, a sua capacidade de produzir uma relevante mercadoria para a economia baiana de exportação. (NARDI, 1996; BARICKMAN, 2003; ALBUQUERQUE, 2015).

⁷⁰ APEB. Seção: Judiciário; Livros de Notas do 1º e 2º ofício de Salvador, anos de 1777 a 1808.

As fazendas de gado, embora fossem muito maiores do que as fazendas de fumo, possuíam valor médio inferior, sobretudo por conta do tipo de solo. Se tratava geralmente de solos áridos, localizados mais distantes do litoral. Estas terras de aluvião, predominavam a agricultura de subsistência e a pecuária extensiva.

A documentação contribuiu para a seguinte questão: as fazendas de gado eram vendidas tanto “vazias”, ou seja, apenas as terras, sem reses, ou, com gados inclusos, o que elevava muito o valor médio da venda. Isso fez o preço oscilar demasiadamente.

Embora seu valor médio fosse de 2:592\$889 réis, é possível encontrar “fazendas de gado” a partir dos 300\$000 réis. A Casa da Ponte ou Morgado Guedes de Brito, por exemplo, umas das maiores latifundiárias do Brasil colonial, era detentora de fazendas de criar gados de tamanhos variados, espalhadas pelos sertões. Três delas foram vendidas pelo 6º Conde da Ponte, João de Saldanha da Gama Melo Torres Guedes de Brito, em sete de maio de 1804, justamente pelo valor de 300\$000 réis cada. Estas propriedades ficavam localizadas no sertão de Água Fria e foram vendidas à Miguel Pinto da Silva, lavrador daquela localidade, sendo o pagamento realizado da seguinte forma: 300\$000 réis a vista em dinheiro de contado e, os 600\$000 réis restantes, pagos em quatro parcelas anuais, a contar a partir de sete de maio de 1805, mais os juros da lei.⁷¹

Além desta venda, houve muitas outras escrituras tendo os Guedes de Brito enquanto vendedores. A queda da mineração aurífera próxima dos rios Paramirim e Rio de Contas levaram ao crescimento demográfico, por meio da migração para áreas com terras devolutas do alto sertão da Bahia, a partir da segunda metade do século XVIII. De acordo com Erivaldo Fagundes Neves:

Esses fluxos migratórios estabeleceram uma população de arrendatários e de proprietários de médias e pequenas negas de chão, com o emprego do trabalho familiar, que formou, na sociedade escravista, um núcleo de produtores autônomos. Também se deslocaram nessas migrações, contingentes desprovidos de recursos para a aquisição do principal meio de produção, a terra, que disponibilizaram a mão de obra como meeiros e diaristas. Esses imigrantes integraram-se no desenvolvimento da pecuária e das policulturas agrícolas e formaram os incipientes mercados locais, conectados por tropeiros e boiadeiros aos circuitos do comércio inter-regionais (NEVES, 2005, p. 205).

A partir do fragmento de texto, fica evidente que a economia alto-sertaneja será a partir da queda da mineração, predominantemente direcionada rumo ao desenvolvimento dos minifúndios e da policultura através de posseiros, rendeiros, meeiros e outros pequenos produtores rurais. Este fator tratado de forma isolada, já causaria uma forte tendência ao

⁷¹ APEB. Seção: Judiciário; Livro de notas nº 150, fls. 84 a 86.

crescimento da demanda por terra. Entretanto, deve-se acrescentar a este, outro elemento, que vai tensionar, ainda mais, as disputas em torno do principal meio de produção no alto sertão da Bahia. Estamos nos referindo à elevação dos preços do algodão no mercado mundial. Este aspecto incrementou a demanda por terra na região, elevando seus preços e fomentando conflitos, entre os grandes e os pequenos proprietários. Este processo resultou no aumento de disputas jurídicas na busca por provar a legitimidade na posse da terra. O próprio Neves, alerta para as querelas judiciais, que segundo ele:

...a ocupação econômica dos sub-vaes da margem direita do Médio São Francisco, com fazendas de gado, desde finais do século XVII, cujos herdeiros e sucessores de debateram, por mais de um século, ao sul, em Rio das Velhas e ao norte, em Jacobina, contra sucessivas ações judiciais de posseiros e mineradores que se negavam a reconhecer seus títulos hereditários de terras que seriam ocupadas por mãos armadas ou sesmarias não exploradas como previa a legislação pertinente. (NEVES, 2005. p. 115).

As várias escrituras de venda indicam que a Casa da Ponte, utilizou a comercialização de suas terras como estratégia para solucionar as dificuldades encontradas em manter o senhorio efetivo destas propriedades no contexto do início do século XIX. A valorização econômica da terra na região do alto sertão da Bahia no final do período colonial, as dificuldades político-jurídicas e, os custos envolvendo vigilância e despesas para-militares, em conjunto, podem ter contribuído para esta tomada de decisão.

Foram onze escrituras que ilustraram a tendência dos Guedes de Brito em se desfazer de suas propriedades fundiárias nos sertões da Bahia. Das onze escrituras identificadas, quase a metade, ocorreram em Rio de Contas. Destas, a mais antiga é datada de dez de junho de 1805, quando João de Saldanha da Gama Guedes de Brito Melo e Torres, vendeu terras no sertão do Rio das Contas à Antonio Caetano Vilas Boas, pela quantia de 820\$000 réis, sendo 120\$000 a vista em dinheiro, e os 700\$000 réis restantes que, deveriam ser pagos a 100\$000 réis ao ano, durante sete anos, com os juros de costume.⁷²

Em cinco de setembro de 1805, o 6º Conde da Ponte efetuou outra venda, desta vez, a vista em dinheiro, de uma porção de terras, em lugar denominado Cruz das Almas, no sertão do Rio de Contas a João dos Santos Balieiro, pelo valor de 60\$000 réis.⁷³ Seis dias depois, o referido fidalgo vendia também no sertão do Rio de Contas, outra porção de terras, desta vez, no valor de 80\$000 réis. O comprador desta propriedade se chamava Estevão Barboza Coelho e, assim, como no exemplo anterior, o Conde também recebeu o pagamento em dinheiro.⁷⁴

⁷² APEB. Seção: Judiciário; Livro de notas nº 153, fls. 121 v. a 123 v.

⁷³ APEB. Seção: Judiciário; Livro de notas nº 154, fls. 17 v. a 18.

⁷⁴ APEB. Seção: Judiciário; Livro de notas nº 154, fls. 24 v. a 25.

Dois meses depois, em onze de novembro, as terras do sertão do Rio de Contas vendidas pelo Conde tiveram como comprador Jozé Antonio de Carvalho. O valor recebido pelo bem fundiário foi de 300\$000 réis, sendo que 100\$000 réis foram em dinheiro de contado, e o restante deveria ser quitado em duas parcelas iguais e anuais de 100\$000 réis cada, mais os juros de 5%.⁷⁵

Especificamente no sertão do Rio de Contas, a última escritura identificada até 1808, tendo como vendedor os Guedes de Brito, ocorreu em dezenove de setembro de 1807, quando estes venderam terras no mesmo valor de 300\$000 réis. Desta vez, tendo como comprador Plácido Jozé de Novais Sampaio. A exemplo de Jozé de Carvalho, este indivíduo, também recorreu ao crédito para consumir a referida aquisição. Foram pagos 75\$000 réis a vista em dinheiro e três parcelas iguais e anuais também de 75\$000 réis cada uma.⁷⁶

Fora do Rio de Contas, em outras regiões sertanejas também ocorria o espólio da Casa da Ponte. Em Jacobina, os Guedes de Brito se desfizeram de uma propriedade de terras em treze de outubro de 1806, adquirida por Francisco Xavier de Araújo por 430\$000 réis. Este comprador também necessitou do crédito para esta transação, pagando 50\$000 réis a vista em dinheiro, e parcelando o valor restante em quatro pagamentos iguais e anuais até 1810, no valor de 95\$000 cada parcela.⁷⁷

Mais próximo da região açucareira, ou nos “sertões de baixo”, localizamos os Guedes de Brito vendendo terras no sertão de Tucano, localizado em Itapicuru de Cima. A venda ocorreu em dezoito de dezembro de 1805 e montou em 450\$000 réis. Esta venda se realizou sem nenhum pagamento a vista. O comprador Antônio da Costa Pinto, não dispôs de dinheiro líquido e, por este motivo, negociou o pagamento fiado. Ficou acertado entre as partes que 50\$000 réis deveriam ser pagos no prazo de dois meses, em fevereiro de 1806 e, os 400\$000 réis restantes, seriam pagos parceladamente em cinco vezes iguais de 80\$000 réis, a contar a primeira prestação em 18 de dezembro de 1807 e, a última, na mesma data, no ano de 1811.⁷⁸

Não tão distante de Tucano, no sertão do Camisão (atual Ipirá), Guedes de Brito vendeu terras em vinte e três de junho de 1804, tendo como comprador Jozé Botelho de Andrade, pela quantia de 220\$000 réis. Mais uma vez, o vendedor concedeu crédito. Andrade pagou 50\$000 réis a vista em dinheiro, e os 170\$000 réis restantes, acordou-se que seriam pagos no prazo de um ano com os juros da lei.⁷⁹

⁷⁵ APEB. Seção: Judiciário; Livro de notas nº 154, fls. 64 a 64 v.

⁷⁶ APEB. Seção: Judiciário; Livro de notas nº 157, fls. 95 a 98.

⁷⁷ APEB. Seção: Judiciário; Livro de notas nº 155, fls. 289 v. a 291 v.

⁷⁸ APEB. Seção: Judiciário; Livro de notas nº 154, fls. 85 v. a 86 v.

⁷⁹ APEB. Seção: Judiciário; livro de notas nº 150, fls. 110 a 111 v.

No ano de 1804 foi o momento em que o Conde da Ponte se desfez de terras em Água Fria. Em pouco mais de três meses, foram vendidas duas propriedades. Uma, em três de fevereiro de 1804, vendida a Antônio Joaquim Gomes de Carvalho, pelo valor de 300\$000 réis e, a outra, em sete de maio de 1804, vendida para Miguel Pinto da Silva, por 900\$000 réis. Ambos os pagamentos, ocorreram com uma entrada à vista, equivalendo a cerca de um terço do valor total. A característica que diferencia estas duas vendas, foram os prazos para pagamento da dívida. Enquanto a terra mais barata foi quitada em dois anos, a propriedade mais valiosa foi quitada após quatro anos da data da compra.⁸⁰

Por fim, identificamos a Casa da Ponte se desfazendo de uma sorte de terras por 300\$000 réis, em trinta e um de agosto de 1808. Por questões de conservação do documento, não foi possível identificar em qual lugar do sertão esta terra se situava. Entretanto, tão relevante quanto esta informação, foi identificar o seu comprador, Jozé Pereira da Mota Brás Ferreira de Castro e a forma de pagamento da escritura, que mais uma vez, o comprador lançou mão do endividamento para efetivação da relação comercial. Neste caso, Guedes de Brito recebeu em mãos 80\$000 réis e definiu o saldo devedor para pagamento de uma parcela de 80\$000 réis após um ano; a segunda parcela de idêntico valor, após dois anos; e, a terceira e última prestação de contas, em três anos, no valor de 60\$000 réis.⁸¹

A documentação escriturária de comercialização fundiária da Casa da Torre no final do período colonial nos sertões da Bahia evidencia a alta incidência de vendas a crédito. Excetuando as vendas de pequenos pedaços avaliados abaixo dos 100\$000 réis, as vendas de terras de maior porte se deram por meio do acesso ao crédito. Isto corrobora a ideia de que as áreas onde as economias foram caracterizadas predominantemente pela economia de subsistência, eram menos monetizadas, (ARRUDA, 1980), justificando, em alguma medida, a necessidade de se transacionar a crédito nestas regiões. No entanto, esta explicação não deve ser perene no tempo e no espaço durante todo o Brasil colonial e, mesmo, dentro do próprio sertão baiano, estudos recentes, indicam que o final do período colonial e, sobretudo, o Brasil da primeira metade do século XIX, foi marcado pela maior dinamização econômica dos sertões baianos (DUQUE, 2014; AGUIAR, 2019), o que deve ter sido acompanhado pela crescente monetização da região.

Sendo a farinha de mandioca o “pão da terra”, fundamental na dieta alimentar da população baiana colonial (BARICKMAN, 2003, p. 89-96), as fazendas que a cultivavam obtiveram a quinta colocação dentre as propriedades rurais mais valiosas, com valor médio de

⁸⁰ APEB. Seção: Judiciário; Livro de notas nº 148, fls. 62 v. a 65 v.; Livro de notas nº 148, fls. 84 a 86.

⁸¹ APEB. Seção: Judiciário; Livro de notas nº 148, fls. 62 v. a 65 v.; Livro de notas nº 160, fls. 78 v. a 80 v.

2:000\$000 réis. Seu valor significativo pode ser justificado dentre outras questões, pela conjuntura positiva de retomada da economia de exportação e pelo crescimento populacional no final do período colonial, o que deve ter exigido o incremento da produção de subsistência no Recôncavo sul para abastecer o seu norte e, sobretudo, o mercado da soterópolis.

As fazendas de cana tiveram valor médio muito semelhante às fazendas de mandioca, 1:931\$111 réis. Embora similar, seu valor médio foi ligeiramente inferior às fazendas de mandioca. A explicação reside no fato de que muitas destas propriedades, se localizavam fora do epicentro das terras mais valiosas do massapê. Muitas fazendas de cana, eram de lavradores que viviam em situações precárias (FERLINI, 1988, p. 234), detentores ou arrendatários de propriedades de pequeno porte, por vezes sequer contavam com pequenas engenhocas para fabricação de aguardente e rapadura

Ademais, é relevante mencionar o que a pesquisa de Bert Barickman revela, de que “ao contrário do que sustentam alguns historiadores, a Bahia no final do século XVIII e na primeira metade do século XIX, possuía uma oferta abundante de terras para aumentar a produção agrícola” (BARICKMAN, 2003, p. 167). Este fato aventado pelo autor, certamente tensionou o valor médio destas propriedades para baixo.

Contudo, o simples fato de cultivar cana, colocava este tipo de propriedade, numa condição econômica de maior valor em relação às suas congêneres. Observando o Gráfico nº 6, percebe-se que as fazendas de cana tiveram valor médio 23\$186 réis superior ao das fazendas de terras, onde se produziam outras culturas.

A terminologia roça, via de regra, se referia a propriedades menores do que as chamadas “fazendas”. O valor médio das roças importou em menos da metade do valor médio das fazendas de terras. Enquanto as fazendas de terras, como vimos no item anterior, valeu em média 1:907\$925 réis, as roças, ficaram abaixo de um contos de réis, seu valor médio exato, foi de 804\$544 réis.

Além do tamanho da propriedade, as roças geralmente não eram de canas, quando as plantas eram canas, as escrituras as nomeavam “fazendas”, portanto, seu valor mais baixo, tem relação, com a localização, ou seja, mais afastadas dos solos de massapê. Em outras palavras, as roças costumavam produzir outras culturas que não a cana-de-açúcar, por isto, seu valor inferior.

Se as roças de terras eram mais baratas do que as fazendas, por outro lado, eram mais valiosas do que as sortes de terras. Estas valeram em média 646\$582 réis. Seu valor mais reduzido, se justifica pelo fato de que, enquanto as propriedades denominadas roças, possuíam culturas em andamento, ou seja, eram propriedades já cultivadas, isto nem sempre ocorria

com as sortes, que podiam ser simplesmente, faixas de terras sem nenhuma benfeitoria ou cultivo. (SANTOS, 2000)

Ainda mais barato do que as sortes, eram os sítios, seu valor mais baixo, tem relação direta com o seu tamanho menor. Eram unidades pequenas, com poucas léguas de extensão, geralmente localizados próximos aos núcleos urbanos. Um sítio de terras valia menos da metade de uma sorte, seu valor médio montou em 265\$146 réis.

Uma légua de terras media cerca de 6.666 metros. Apesar de infinitamente maior do que uma braça de terra, a mediana de valor de uma légua, foi ligeiramente mais valiosa do que uma braça, ficando em 164\$665 réis, apenas 13% a mais, aproximadamente.

Porque uma diferença de valor tão pequena, se as dimensões eram tão diferentes? A questão envolve localização, a medida em braças (2,2 metros) era usualmente utilizada em propriedades pequenas, porém valorizadas por estarem próximas aos solos do massapê, ou próximos dos centros urbanos e dos principais locais de escoamento. O valor médio de uma braça de terra foi de 145\$296 réis.

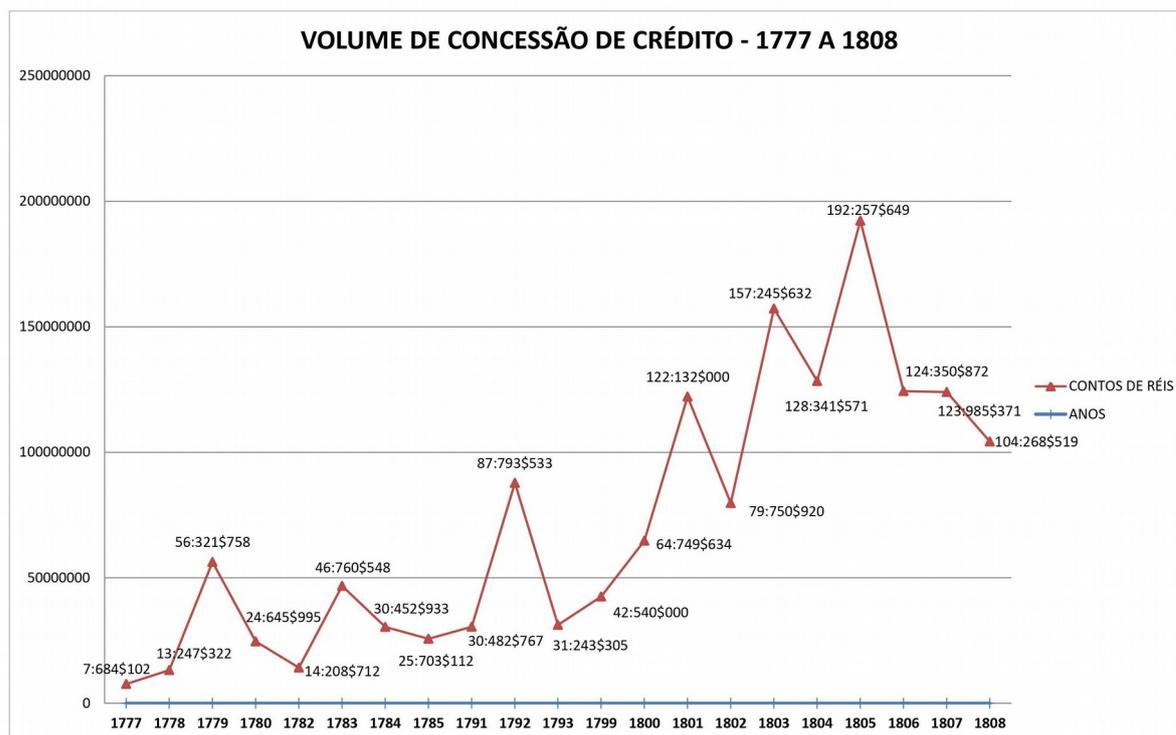
Por outro lado, a medida em léguas costumava ser utilizada, para se referir a propriedades maiores, porém localizadas, via de regra, afastadas dos principais centros de produção e de distribuição. Eram terras arenosas, onde se produzia muito pouco os artigos voltados para a exportação, produzindo fundamentalmente para a subsistência ou a pecurária extensiva. Por isto, seu grande tamanho e seu baixo preço.

Por fim, há de se mencionar os pedaços de terra. Foi a nomenclatura encontrada nas escrituras, onde se registrou o tipo mais barato de propriedade. Seu valor médio foi de apenas 92\$778 réis. Pequenas para serem medidas em léguas, grandes para serem medidas em braças, sem benfeitorias que agregassem valor, com terras inapropriadas para a produção de itens de exportação, estes bens de raiz, eram, na sua grande maioria, propriedades de homens pobres que desenvolviam atividades de subsistência.

5.2 O MOVIMENTO CREDITÍCIO NA BAHIA, 1777 A 1808

Após analisar as vendas a prazo na Bahia colonial, se faz necessário analisar os movimentos do crédito no mesmo período. Denominamos crédito nesta tese todas as vendas a prazo somadas aos empréstimos de dinheiro a juros.

Gráfico 7



Fonte: APEB. Seção: Judiciário; Livros de Notas do 1º e 2º ofício de Salvador, anos de 1777 a 1808.

O Gráfico nº 7 traz o movimento creditício na Bahia entre 1777 e 1808. Entre muitas oscilações de picos e declínios, pode-se perceber que a curva geral foi ascendente até 1805.

O primeiro ano pesquisado, foi justamente, o de menor concessão de crédito, ano de 1777, quando os agentes econômicos “baianos”, pareciam ainda não estarem totalmente confiantes para investir. Mal sabiam eles, que o preço do açúcar iria aumentar subitamente, dentro de muito pouco tempo. A Guerra de Independência da colônia britânica na América do Norte e a conseqüente desorganização das atividades comerciais entre a Inglaterra e as Antilhas, elevou o preço do açúcar no mercado mundial. O resultado foi um aumento considerável das atividades creditícias na Bahia no final da década de 1770.

De 1777 para o ano seguinte, a concessão de crédito quase duplicou, saindo de 7:684\$102 réis para 13:247\$322 réis. No ano de 1779, o fornecimento de crédito se ampliou ainda mais, subindo mais de 300%, atingindo a marca de 56:321\$758 réis. No ano seguinte,

há uma queda considerável na atividade creditícia, mas, mesmo assim, a cifra atingiu quase o dobro de dois anos antes, e mais do que o triplo do ano inicial desta pesquisa. Fechou-se o ano de 1780, com o volume de crédito fornecido na Bahia, na faixa dos vinte e quatro contos de réis.

Por causa do alto nível de degradação das fontes, como já registrado, não dispomos de dados sobre a atividade creditícia para o ano de 1781, entretanto, assim como o ano de 1782, temos fortes razões para conjecturar, que foi um ano de declínio, pois houve neste período, um arrefecimento nos preços do açúcar nas principais praças comerciais da Europa. Segundo nossa amostragem, foram concedidos em 1782, 14:208\$712 réis em créditos. Apesar de ser um valor considerado baixo, este montante, foi superior aos valores concedidos a crédito nos dois primeiros anos desta série.

Em 1783, o mercado de crédito baiano voltou a aquecer, crescendo neste ano, mais de 200% em relação ao ano anterior, atingido o montante de 46:760\$548 réis. Este crescimento, pode ter sido impulsionado pelo setor fumageiro, pois no início dos anos de 1780, talvez mais importante do que o açúcar para o mercado de crédito baiano, deve ter sido o fumo. Segundo Barickman, na década de 1780, as exportações de fumo havia quase duplicado, chegando a uma média anual 615 mil arrobas. Picos posteriores, na década de 1790...confirmaram a recuperação do fumo.” (BARICKMAN, 2003, p. 65).

Nesta “gangorra” que era o mercado de crédito baiano do final do período colonial, os anos de 1784 e 1785, foram marcados por duas quedas consecutivas no volume de crédito concedido, com valores respectivos de 30:452\$933 réis e 25:703\$112 réis. Pelos motivos já apresentados, infelizmente não dispomos de dados para os anos de 1786 a 1790, entretanto, arriscamos afirmar que as oscilações continuaram, mas, os picos não devem ter ultrapassado a cifra mais alta até aqui apresentada, atingida no ano de 1779, no valor superior a cinquenta e seis contos de réis.

O início da década de 1790 foi marcado pela expansão do mercado de crédito. Em 1791, o crescimento foi tímido, saltando da faixa dos vinte e cinco contos, para a faixa dos trinta contos de réis. O ano de 1792, atingiu um novo recorde dentro do recorte temporal desta amostragem, no valor de 87:793\$533 réis. Neste momento, é impossível desprezar as influências exercidas pelos resquícios da guerra na América do Norte e, principalmente, o aumento significativo da demanda externa por algodão, causado pelo advento da Revolução Industrial inglesa. Os negociantes baianos, a exemplo de Custódio Ferreira Dias, estavam atentos a esta nova conjuntura e, fomentaram a cotonicultura na região de Inhambupe. De

fato, o porto de Salvador passou a exportar cada vez mais este produto, advindo desta região a partir da década de 1790. Consoante ao que afirma Barickman:

...as exportações de algodão a partir de Salvador tiveram um aumento extraordinário no final do século XVIII e início do século XIX. Passaram de menos de cem arrobas por ano na década de 1770 para uma média anual de quase quarenta mil arrobas na segunda metade da década de 1790. (BARICKMAN, 2003, p. 59).

Em 1793, a atividade creditícia na Bahia registrada nas escrituras, voltou a cair, atingindo a cifra de 31:243\$305 réis. Para os anos de 1794 a 1798, não se dispõe de dados, pelos motivos já expostos, mas, acreditamos, que houve tendência de alta no volume de crédito fornecido, haja a vista que, açúcar, fumo e algodão, em conjunto, estavam em expansão produtiva na Bahia, com seus preços, com tendência de alta no mercado externo.

Os anos de 1798 e de 1799 foram marcados por um clima de instabilidade política em Salvador. A retomada da economia de exportação contribuiu para a inflação nos preços dos produtos de primeira necessidade na praça da Bahia, a tendência inflacionária no custo da alimentação da população deve ter sido um ingrediente a mais para a referida sedição. A rápida e violenta decisão da Coroa, que em menos de um ano, em novembro de 1799, decidiu pelo enforcamento e o esartejamento em praça pública de alguns revoltados, indica que era um momento de extremo zelo e cuidado pela manutenção do exclusivo metropolitano. (TAVARES, 2001; BORGES, 2015).

Os três anos seguintes, 1799, 1800 e 1801, foram de alargamento do setor creditício na Bahia, os valores concedidos foram respectivamente, de: 42:540\$000, 64:749\$634 e 122:132\$000 réis. O ano de 1801, marcou pela primeira vez, em nossa amostragem, que o volume de crédito fornecido a juros, ultrapassou a barreira dos cem contos de réis. Apenas no ano seguinte, em 1802, ocorreu uma queda, cuja a cifra registrada, ficou abaixo dos cem contos de réis. Já em todos os anos seguintes, até o fim da amostragem, em 1808, a despeito das oscilações, o volume de crédito fornecido na Bahia registrados nas escrituras dos cartórios de Salvador, jamais foi inferior a barreira dos cem contos de réis.

Em 1803, o volume de crédito concedido bateu o novo recorde da série, atingindo, 157:245\$632 réis. Em 1804, houve uma queda suave, com a cifra importando no segundo montante maior emprestado por ano desde 1777, no valor de 128:257\$649 réis. O maior pico de crédito a juros na Bahia no final do período colonial, estava por vir, no ano seguinte. As escrituras demonstram que o volume de crédito fornecido a juros na Bahia em 1805, foi maior do que em qualquer outro ano desta amostragem, seu valor chegou próximo dos 200:000\$000 réis, montando em exatos 192:257\$649 réis.

O bom momento do setor creditício, esteve diretamente relacionado ao aumento da produção e, ao incremento dos preços dos principais produtos baianos de exportação no mercado externo, principalmente o açúcar. Os últimos anos do século XVIII e, primeiros anos do século XIX, foram extremamente positivos para a economia baiana de exportação, isto encorajou produtores a se endividar para investir na ampliação da produção e estimulou credores a conceder mais crédito, a fim de obter maiores rendimentos.

No ano de 1805, exercício de maior atividade creditícia, a Bahia exportou entre açúcar branco e mascavado 908.764 mil arrobas de açúcar. (ARRUDA, 1980, p.361, 376). No ano seguinte, arrefeceu um pouco o financiamento e desacelerou, mesmo que em intensidade menor, a produção. Em 1806, as escrituras de Salvador registraram 124:350\$872 réis de créditos concedidos, enquanto a exportação do açúcar baiano foi de 893.144 mil arrobas. (ARRUDA, 1980, p.361, 376).

O mercado de crédito e a economia de exportação da Bahia se mantiveram aquecidos e estáveis até o exercício de 1807. Neste ano, o volume de crédito concedido, praticamente se manteve igual, 123:985\$371 réis e, a exportação de açúcar no porto de Salvador, teve um leve crescimento de cerca de 6,6%, saltando de 893.144 arrobas em 1806, para 953.377 arrobas em 1807. (ARRUDA, 1980, p. 361, 376).

O período positivo da economia de exportação sofreu uma queda brusca com a invasão das tropas napoleônicas, em Portugal em 1807, dificultando o traslado de mercadorias, entre as praças da Bahia e de Lisboa. Como consequência, percebe-se o declínio dos principais produtos de exportação. Continuando a utilizar o açúcar como referência, tem-se que as exportações deste produto da Bahia para Portugal, após a invasão francesa, despencou de 953.377 arrobas em 1807, para modestas 101.947 arrobas em 1808. Este é o número mais baixo das exportações de açúcar, desde 1796. (ARRUDA, 1980, p. 361, 376).

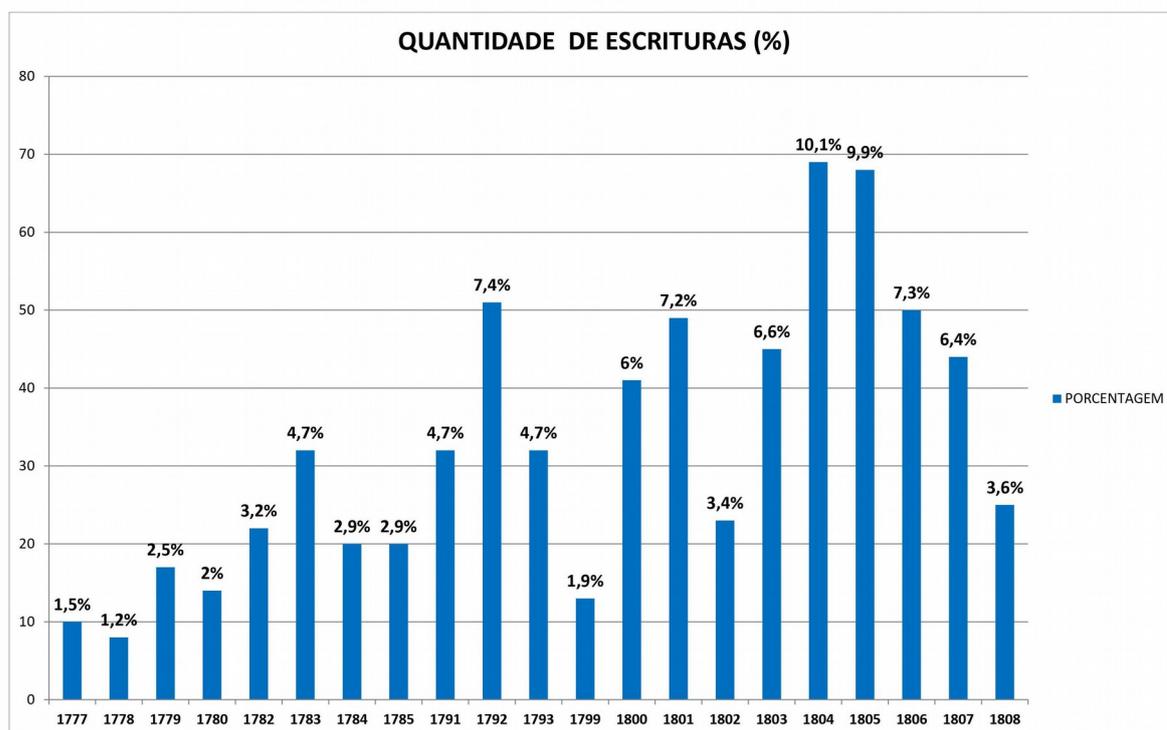
Com o declínio das exportações, caiu também a demanda/oferta de crédito, não na mesma proporção das exportações de açúcar, mas declinou, de 123:985\$371 réis registrados em 1807, a atividade creditícia descreceu para 104:268\$519 réis, queda de aproximadamente 15,3%. O ambiente de insegurança em Portugal, arrefeceu o ímpeto tanto de emprestadores, quanto de tomadores, reduzindo a atividade econômica da Bahia no ano de 1808.

Os desdobramentos da invasão das tropas francesas em Portugal, foram marcados pela transferência da Corte portuguesa para o Brasil, o que aliado à decisão de D. João, em abrir os portos às nações estrangeiras em 1808, permitiu a recuperação das exportações no ano de

1809 e, uma nova curva de crescimento no fornecimento de crédito a juros se estabeleceu, no entanto, esta discussão foge ao escopo desta pesquisa.

O Gráfico nº 8 expõe, em termos percentuais, a quantidade de escrituras de crédito registradas por ano. Quando cruza-se estas informações da quantidade de escrituras de crédito concedido anualmente, com o montante concedido por ano, encontra-se a média anual de valor das escrituras de crédito, bem como, o nível de concentração no acesso a ele.

Gráfico 8



Fonte: APEB.Seção: Judiciário; Livros de Notas do 1º e 2º ofício de Salvador, anos de 1777 a 1808.

O ano de 1777, se configurou no segundo menor ano, em termos de representatividade, foram quatorze escrituras, entre vendas fiadas e empréstimos, 1,5% da quantidade total de escrituras de concessão de crédito a juros. O valor médio de cada escritura, montou em 548\$864 réis. O exercício de 1777, superou apenas o ano de 1778, quando o critério foi relacionado à quantidade de escrituras de crédito registradas nos cartórios de Salvador. Foram apenas onze escrituras identificadas em 1778, representando 1,2% da quantidade total. No entanto, como pode-se observar no Gráfico nº 7, quando o critério foi o valor, as posições se inverteram, passando o ano de 1778 ao penúltimo lugar, demonstrando que neste ano, a concentração do crédito foi maior. Apesar da quantidade

menor de escrituras, a média por documento mais do que dobrou, saltando para 1:204\$302 réis.

O exercício de 1779, significou 2,5% do total de documentos ou vinte e três escrituras. Apesar do número de escrituras ter mais do que duplicado, o valor médio ultrapassou pela primeira vez nesta amostragem a barreira dos dois contos de réis. Foram 2:448\$772 réis de média por documento, resultado do forte crescimento do mercado creditício baiano neste ano.

Em 1780, a quantidade de escrituras voltou a se reduzir. Foram dezenove escrituras identificadas ou 2% do total. Não apenas a quantidade, mas também, o volume se reduziu, para menos da metade neste ano, o que colocou a média de valor por documento em 1:297\$157 réis.

Como se sabe, para o exercício de 1781 não foi possível localizar documentos. Em 1782, a quantidade de escrituras cresceu novamente, para 3,2% ou trinta escrituras, maior número até aqui registrado por ano. Apesar deste crescimento na quantidade, o volume de crédito concedido teve movimento inverso, o que fez a média por escritura cair para 473\$623 réis, média menor inclusive, do que o próprio exercício de 1777. Neste ano, mais pessoas puderam se endividar, resultado da maior pulverização da concessão de crédito na Bahia.

No ano de 1783, as escrituras de crédito atingiram 4,7% do total, o que em termos absolutos, significou quarenta e quatro contratos de crédito. Como o volume em contos de réis aumentou consideravelmente, impulsionado pelo setor fumageiro, a média por contrato voltou a subir, para a casa dos um conto de réis. Foram exatos 1:062\$739 réis de média por documento.

No exercício de 1784, a quantidade se reduziu para 2,9% ou vinte e sete contratos, mas, como o volume fornecido de crédito decaiu um pouco menos, a média anual de valor neste ano, cresceu ligeiramente, alcançando 1:127\$886 réis.

Em 1785, a quantidade de escrituras de manteve estável, em 2,9%, não obstante, o valor médio encontrado por documento, declinou abaixo da barreira dos um conto de réis, resultado da retração do setor. A média de crédito para este ano, foi de 951\$967 réis.

Nesta oscilação, que caracterizou o mercado de crédito na Bahia no final do período colonial, o ano de 1791 foi marcado pelo retorno da quantidade de escrituras ao patamar de 1783, com 4,7% ou quarenta e quatro contratos. Como o setor creditício se ampliou neste ano muito timidamente em relação ao último período analisado, a média de valor por contrato de crédito, foi a terceira menor da série, foram apenas 692\$790 réis por documento.

Em 1792, a quantidade de contratos de crédito bateu novo recorde, atingindo setenta escrituras ou 7,4% do total. Este número, foi o terceiro maior de toda a série. A média por documento também subiu, para 1:254\$193 réis.

Em 1793, como se sabe, foi marcado pela retração do mercado de crédito na Bahia, isto se refletiu na quantidade de documentos a ele relacionados. O patamar foi igual aos anos de 1791 e 1783, 4,7% do total.

No ano de 1799, o índice quantitativo das escrituras de crédito, declinou significativamente, para níveis inferiores aos 2%. Foram dezoito escrituras, número superior apenas, aos dois primeiros anos desta amostra. Como o mercado de crédito estava em expansão, na virada do século XVIII para o século XIX, a média de valor contratual foi a segunda maior até então, alcançando 2:363\$334 réis. Comparado aos anos anteriores, esta foi a segunda maior cifra e a quinta colocada no geral.

Em 1800, o número de escrituras cresceu 216,6%, passando para cinquenta e sete escrituras ou 6% do quantitativo total. Já o valor médio declinou neste ano para 1:135\$968 réis. No ano seguinte, a quantidade de contratos voltou a subir, representando 7,2%. Foram sessenta e oito escrituras contabilizadas, e o valor médio se elevou, atingindo 1:796\$058 réis.

Em 1802, apesar do menor volume creditício, a quantidade de escrituras declinou mais acentuadamente, resultando em uma queda de 52,7%. Foram apenas trinta e duas escrituras ou 3,4% contabilizadas neste ano. Tal movimento, proporcionou a terceira maior média de valor por contrato de crédito, 2:492\$216 réis.

Em 1803, a quantidade de escrituras de crédito cresceu 93,7%, saltando de trinta e duas para sessenta e duas escrituras. O volume creditício cresceu em proporções semelhantes, mantendo a média de valor em cifras similares, foram 2:536\$219 réis por documento.

Os exercícios de 1804 e 1805, podem ser relatados como de franca expansão na quantidade de documentos prestamistas. Eles foram, respectivamente, os dois anos com maior número de registros, noventa e cinco (10,1%) e noventa e três (9,9%) documentos. O que se pode diferenciar dentre estes anos, foi o valor médio de cada escritura. Se em 1804, a média foi de 1:350\$963 réis, no ano seguinte, ela cresceu 53%, chegando a 2:067\$286 réis. Este aumento na mediana de valor nos contratos de crédito, foi impulsionada pelo ano excepcional que viveu o setor financeiro na Bahia em 1805, alcançando quase duzentos contos de réis. Não conseguindo repetir o feito do ano anterior, 1806 foi um ano caracterizado pela queda na quantidade de escrituras, 7,3% ou sessenta e nove vezes em que os tabeliões registraram o fornecimento de crédito na Bahia.

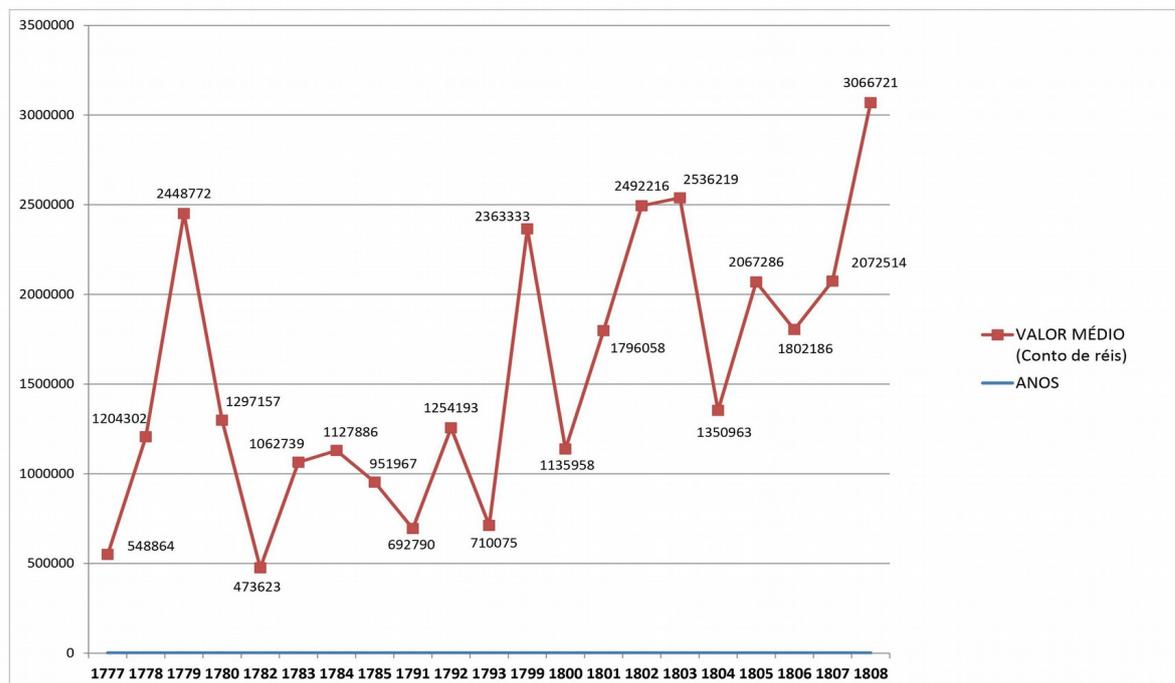
No exercício de 1807, as escrituras reduziram 14%, de 7,3% (69) para 6,4% (60) do total. Como o volume em contos de réis se manteve praticamente no mesmo nível, a consequência, foi uma elevação no valor médio dos créditos para 2:072\$514 réis.

No último ano pesquisado, percebe-se que houve uma queda considerável na quantidade de crédito fornecido. Se o ano de 1807 representou 6,4% da quantidade total, o ano seguinte, significou apenas 3,6%. No entanto, como as cifras que movimentaram o setor, se reduziram em nível bem menor, em apenas 15%, o ano de 1808, foi caracterizado pela maior distorção valor/quantidade. Apenas trinta e quatro contratos se beneficiaram de 104:268\$519 réis, o que gerou uma média contratual de valor, superior aos três contos de réis, a maior da série.

Ao cabo, o que se pode constatar, com os dados seriados da quantidade de escrituras que envolveram o crédito entre 1777 e 1808, em primeiro lugar, é que não há uma desproporção muito interanual muito grande, cuja o ano com maior quantidade, não chegou a ultrapassar sequer a faixa dos 10% do total. Tal equilíbrio entre os anos no período, certamente foi consequência da conjuntura positiva da economia de exportação da Bahia, mantendo o setor financista aquecido.

Em segundo lugar, verifica-se que, a tendência geral foi que a quantidade de contratos de crédito, acompanhassem os seus volumes financeiros, ou seja, quando expandia o setor creditício, mais pessoas se beneficiavam com a ampliação da oferta, ocorrendo o inverso, quando o setor se retraía. Como exemplo, pode-se mencionar a comparação do ano de 1807, com o ano de 1808, onde se verifica que com a queda do volume de ativos fornecidos a crédito, saindo de cerca de 123:000\$000 réis para cerca de 104:000\$000 réis, o comportamento dos agentes que lideravam o setor creditício, foi o de reduzir o acesso ao crédito na Bahia. Ao invés de sessenta beneficiários como em 1807, houveram apenas trinta e quatro deles, no ano seguinte.

Gráfico 9
VALOR MÉDIO ANUAL DAS ESCRITURAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO, (1777-1808)

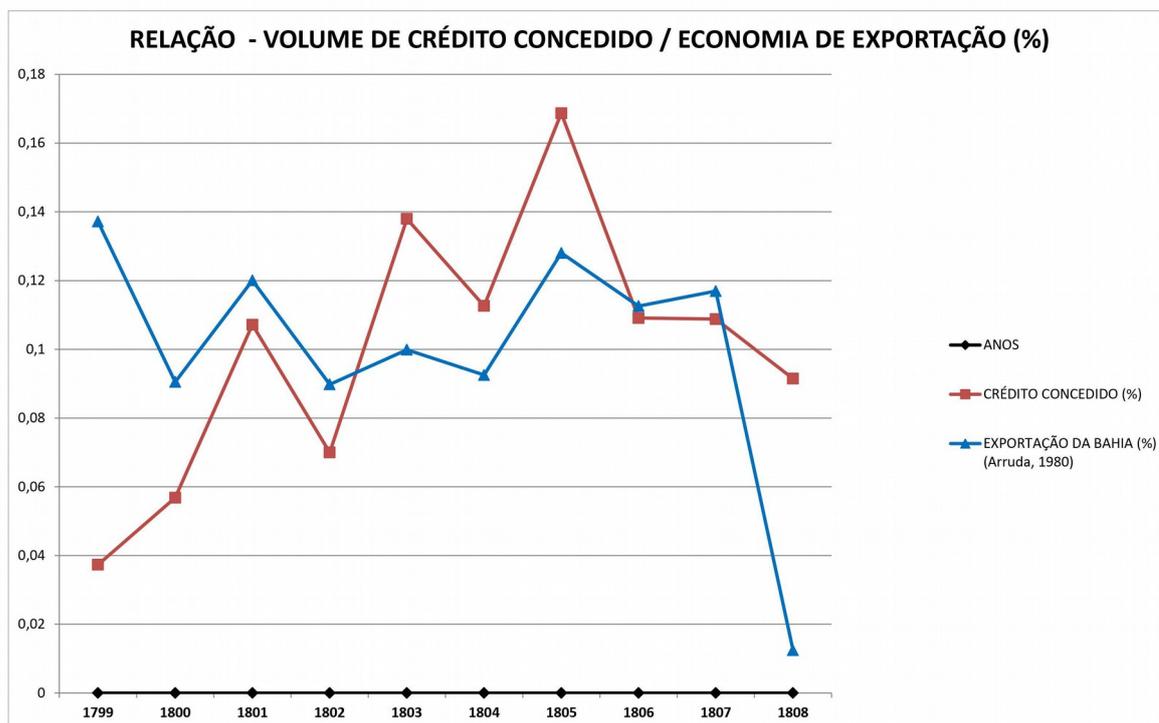


Fonte: APEB. Seção: Judiciário; Livros de Notas do 1º e 2º ofício de Salvador, anos de 1777 a 1808.

Em anos de retração do setor creditício, quem se beneficiava da condição de mutuário, era quase que exclusivamente os setores vinculados diretamente à economia de exportação, ou seja, os principais agentes do setor mercantil e os mais importantes senhores de engenho da Bahia. Nestas conjunturas, as camadas médias e baixas eram preteridas. Tal afirmação está apoiada empiricamente na documentação, que traz a maior média por contrato de crédito para o exercício de 1808, no valor de 3:066\$721 réis. As fontes indicam que nesta faixa de valor, apenas os sujeitos mencionados, possuíam capacidade para este porte de endividamento.

Para demonstrar o quanto a atividade creditícia foi relevante para a retomada da economia de exportação, elaboramos o Gráfico nº 10, onde cruzamos os dados sobre o crédito na Bahia, com os dados da economia baiana de exportação de José Jobson de Arruda (1980).

Gráfico 10



Fonte: APEB. Seção: Judiciário; Livros de Notas do 1º e 2º ofício de Salvador, anos de 1777 a 1808.

O que se verifica a partir do Gráfico nº 10, é que havia uma relação estreita entre a atividade creditícia e a economia de exportação, na qual, quando uma crescia, a outra também acompanhava tal movimento. Excentuando o ano de 1799, que a economia baiana de exportação caiu 34%, enquanto a atividade creditícia, cresceu 36,1 %, os demais anos, foram marcados por uma relação diretamente proporcional.

No ano de 1800 para o ano de 1801, a economia baiana de exportação saltou de 2.640:773\$886 réis, para 3.503:054\$984, aumento de 32,6%. Neste mesmo período, o mercado de crédito também cresceu, mas, em ritmo mais acelerado, saindo de 64:749\$634 réis, para 122:132\$000 réis, crescimento de 88,6%.

Do ano de 1801, para o exercício seguinte, a atividade creditícia declinou, dos mencionados 122:132\$000 réis, para 79:750\$920 réis, queda de 34,7%. Já, os saldos das exportações, também caíram, de 3.503:054\$984 réis, para 2.619:791\$581 réis, declínio de 25,2%.

De 1802 para 1803, houve nova fase de crescimento, tanto no volume de crédito concedido, saltando de 79:750\$920 réis, para 157:245\$632 réis, crescimento de 97,1%, quanto da economia de exportação, saltando de 2.619:791\$581 réis, para 2.914:221\$114 réis, crescimento de 11,2%.

De 1803 para 1804, ambas voltaram a cair. Enquanto a atividade creditícia declinou 18,5%, saindo de 157:245\$632 réis, para 128:341\$571 réis, a economia de exportação, decresceu 7,9%, de 2.914:221\$114 réis, para 2.699:631\$956 réis.

Na comparação dos anos de 1804, com os anos de 1805, percebe-se que ambas crescem exponencialmente. Enquanto a atividade creditícia atingiu a sua maior cifra, 192:257\$649 réis, crescendo 49,8% em relação ao ano anterior, a pauta de exportações, também registrou a vultosa soma de 3.735:851\$599 réis, segundo maior valor desta amostragem, representando um crescimento de 38,4% em relação ao ano anterior.

A comparação entre a atividade creditícia na Bahia e as cifras auferidas pela economia baiana de exportação, demonstram que ambas, sofreram queda em 1806, em relação ao ano anterior. Enquanto o mercado de crédito baiano retraiu em 35,3%, saindo da faixa dos 190:000\$000 réis para a faixa dos 120:000\$000 réis, a economia de exportação encolheu cerca de 13,7%, caindo de 3.735:851\$599 réis para 3.284:684\$868 réis.

O ano de 1807 foi marcado pela estabilidade, enquanto o crédito declinou ínfimos 365\$501 réis, ou 0,29%, as receitas da economia baiana de exportação, cresceram ao modesto número de 3,9%, menor taxa de crescimento registrada entre 1799 e 1808.

E, por fim, na comparação entre os exercícios de 1807 e de 1808, o movimento entre a arrecadação da economia de exportação e o mercado de crédito baiano, também foram semelhantes, ambos os setores tiveram declínio acentuado neste período, por conta dos motivos já expostos, da invasão das tropas francesas em Portugal. O mercado de crédito recuou 15,9%, saindo de 123:985\$371 réis, para 104:268\$519 réis. Já a economia baiana de exportação, sentiu mais duramente o golpe, saindo de 3.412:073\$030 réis em 1807, para 363:158\$270 réis em 1808, ou seja, retraiu exorbitantes 89,4%.

A despeito da variação das taxas de crescimento e declínio, o que se percebe é que o mercado de crédito tendeu a acompanhar os movimentos da economia de exportação baiana. Demonstrando como o crédito foi peça-chave para a retomada da economia de exportação no final do período colonial. O crédito estimulava o crescimento da produção e do comércio, ao passo que, quando estes iam bem, retroalimentavam o próprio setor creditício, numa relação visceralmente próxima. Como foram os produtos de exportação que mais demandavam crédito, tanto em termos de quantidade, quanto em volume de capital, quando este não ia bem, imediatamente, havia uma maior prudência entre os investidores do setor. Acreditamos que esta é a prova empírica da importância do crédito para a retomada da economia baiana de exportação no final do período colonial.

5.3. EMPRÉSTIMOS DE DINHEIRO A JUROS

Considerando apenas os empréstimos de dinheiro a juros, como modalidade de crédito, obteve-se o seguinte quadro:

Tabela 4
Empréstimo de dinheiro a juros, (1777-1808)

ANO	VALOR EMPRESTADO (Contos de réis)
1777	4:500\$300
1778	1:108\$520
1779	2:016\$000
1780	4:913\$348
1782	6:042\$205
1783	6:638\$066
1784	5:499\$000
1785	11:591\$514
1791	5:899\$808
1792	19:765\$820
1793	6:550\$800
1799	400\$000
1800	36:851\$034
1801	15:133\$810
1802	6:815\$586
1803	14:850\$973
1804	21:287\$971
1805	28:279\$984
1806	37:572\$727
1807	14:540\$090
1808	6:873\$459
TOTAL	259:457\$255

Fonte: APEB. Seção: Judiciário; Livros de Notas do 1º e 2º ofício de Salvador, anos de 1777 a 1808.

Os dados da Tabela nº 4 demonstram que o volume de concessão de empréstimos de dinheiro a juros, iniciou a série de forma tímida, nos anos de 1777, 1778 e 1779, com patamares na faixa dos quatro contos, dois contos e até um conto de réis, respectivamente. Em 1780, no entanto, o setor prestamista voltou ao patamar dos quatro contos de réis. Em 1782 e 1783, cresceu para a faixa dos seis contos de réis.

No ano de 1784, verifica-se uma pequena retração, caindo para a faixa dos cinco contos de réis, entretanto, no ano seguinte, atingiu o nível mais alto da série até então, rompendo a barreira dos onze contos de réis. Este crescimento do setor financista na Bahia da primeira metade da década de 1780 pode ser atribuído a expansão do setor fumageiro.

Como é sabido, não se dispõe de dados para os anos de 1786 a 1790, mas acreditamos, que as oscilações se mantiveram, e que os valores emprestados a juros, não devem ter ultrapassado o valor mais alto até aqui registrado, de 11:591\$514 réis, no ano de 1785.

Em 1791, os empréstimos registrados nos cartórios de Salvador ficaram em cerca de cinco contos de réis. Em 1792, os valores emprestados cresceram exponencialmente, quebrando em muito o recorde dos onze contos de réis, alcançado no exercício de 1785, atingindo quase vinte contos de réis. Ao que tudo indica este aumento súbito da demanda por dinheiro de contado, tem relação com a Revolução dos escravizados em São Domingos, iniciada no ano anterior. Este episódio deve ter aumentado o otimismo dos senhores de engenho baianos, o que desencadeou maior busca por empréstimos para o incremento da produção.

Em 1793, ocorreu um novo declínio, para a casa dos seis contos de réis. Lamentavelmente, não estão disponíveis os dados dos exercícios de 1794 a 1798, mas, arriscamos dizer, que deve ter havido tendência de expansão dos empréstimos de dinheiro a juros, pois a conjuntura era de plena retomada da economia baiana de exportação, tanto a produção dos principais produtos baianos de exportação estavam sendo ampliadas, quanto os seus preços, estavam elevados no comércio exterior.

O ano de 1799 foi surpreendentemente baixo no que tange aos empréstimos de dinheiro a juros. Foram registrados apenas 400\$000 réis fornecidos em moeda metálica neste exercício. É relevante afirmar, que as atividades prestamistas, oscilaram bastante de um exercício para o outro, e que, além disso, tiveram uma trajetória própria, específica, desvinculadas do crédito como um todo. Isto se deve ao fato de que, enquanto nas vendas fiadas, se vendia uma mercadoria qualquer, aqui, a mercadoria vendida, era o próprio dinheiro.

O dinheiro nesta economia e sociedade era algo muito valorizado, esta valorização, não pode ser vista de forma superficial, associada apenas a um fator principal, como no caso dos historiadores que atribuem peso excessivo a sua escassez no Brasil colônia. (FLORY, 1978; SCHWARTZ, 1988; SAMPAIO, 2003). Seu alto valor na sociedade examinada se deveu a um emaranhado de fatores, de ordem não apenas econômica, mas também, social e cultural. (MASCARENHAS, 1998, p. 218).

O dinheiro nesta sociedade foi, por vezes, escasso o que certamente o valorizou economicamente, mas, se faz necessário afirmar que o dinheiro no período colonial tem valor intrínseco, ou seja, além de dinheiro, era também, metal precioso, e como tal, se constituiu dentro das teorias mercantilistas do período moderno, como um artigo que se manifestou na prática, como algo, que social e culturalmente, deveria ser zelado, cuidado, guardado e entesourado. Seu alto valor, não apenas do ponto de vista econômico, mas também do ponto de vista social e cultural, reverberou na prática, muitas vezes, não necessariamente da sua escassez, mas da sua disponibilidade. Ou seja, o dinheiro existia, mas, pelos motivos expostos, nem sempre estava disponível.

Optava-se na sociedade baiana, em ofertar créditos em espécie, o dinheiro se caracterizou muitas vezes, enquanto reserva de valor, utilizado em casos emergenciais ou excepcionais, quando, por exemplo, os lucros compensariam os riscos.

Portanto, quando se tratou de crédito, o último recurso utilizado pelos agentes do crédito na Bahia do final do período colonial, era a moeda metálica. Isto explica o valor dos empréstimos terem sido, infinitamente menor do que atividade creditícia de um modo geral.

Em que pese todas as questões colocadas, acreditamos que o ano de 1799, apesar de ruim para o setor creditício, teve um desempenho um pouco melhor do que os 400\$000 réis demonstrados. O alto grau de degradação das fontes e, o fato de que nos anos anteriores, houve um hiato documental na pesquisa, pelos mesmos motivos de deterioração da documentação, sugere que o valor emprestado foi superior.

No último ano do século XVIII, o setor cresceu vertiginosamente, somando mais de trinta e seis contos de réis. A atividade açucareira certamente alavancou a demanda por empréstimos, não coincidentemente, foi neste ano, que a Coroa encerrou a arrematação dos contratos do dízimo do açúcar, pois percebeu que era mais lucrativo arrecadar diretamente. Sobre este assunto Barickman disserta que:

O sistema funcionara bastante bem durante os muitos anos de estagnação no comércio açucareiro, mas com o açúcar alcançando preços nunca antes imaginados, as autoridades começaram a duvidar de sua eficiência. Vendo os comerciantes disputando aos brados o direito de coletar o dízimo e oferecendo somas enormes pelo contrato, o governador da Bahia e a Junta da Real Fazenda local convenceram-se de que o dízimo geraria receitas maiores se o governo se encarregasse arrecadá-lo diretamente. (BARICKMAN, 2003, p. 72).

O século XIX iniciou com duas quedas consecutivas na atividade prestamista, cerca de quinze contos de réis em 1801, e de seis contos de réis emprestados a juros em 1802. O ano de 1803 foi marcado pelo início da recuperação do setor creditício, que cresceu

ininterruptamente por quatro anos, alcançando seu ápice em 1806, quando o volume de empréstimos, atingiu a marca de 37:572\$727 réis. No ano de 1807, o setor prestamista voltou a cair, registrando-se neste ano, o valor de 14:540\$090 réis. E o ano de 1808, foi caracterizado pela retração considerável do mercado de crédito, resultado da invasão francesa em Portugal. Foram apenas 6:873\$459 réis o volume de dinheiro emprestado a juros, neste último ano da série.

A Tabela nº 4 revela também, que o movimento dos empréstimos de dinheiro a juros, não foi sincrônico com o movimento do crédito de um modo geral. Assim, temos como exemplo, que os anos de maior volume na concessão de empréstimos a juros, foram respectivamente em: 1806, 1800 e 1805, enquanto os três maiores exercícios no fornecimento de crédito de um modo geral ocorreram respectivamente em 1805, 1803 e 1804.

Quando se observa os menores montantes, temos semelhante descompasso. Sendo os três anos de menor volume de dinheiro a juros, os anos de 1799, 1778 e 1779, respectivamente. Quando se compara com o mercado creditício como um todo, no mesmo período, verifica-se que, os três piores anos, em termos de valores, foram respectivamente: 1777, 1778 e 1782. Portanto, das duas comparações com doze anos distintos, apenas em uma delas, houve coincidência, tendo o ano de 1778, como o segundo menor valor de crédito concedido e de empréstimos de dinheiro a juros, os demais anos, não se encontraram, demonstrando que, a atividade prestamista possuía características próprias.

As diferenças entre ambos não pararam por aí. Outro elemento relevante se refere ao valor envolvido em cada transação. Encontra-se empréstimos de dinheiro a juros desde os 40\$000 réis, como foi o caso do sapateiro Garcia Pereira que em vinte e oito de agosto de 1805 tomou a juros esta quantia junto a Manoel Oliveira Barroso para pagar no prazo de oito meses com os juros da lei⁸², até os 8:057\$315 réis, como foi o caso do “Vigário Francisco Ferreira Pacheco que em quatorze de julho de 1807 firmou escritura de débito, obrigação e hipoteca à sua credora Ana Quitéria do Nascimento Castro se obrigando a pagar o referido o valor mais os juros sob pena de perder seus engenho de açúcar com todas as benfeitorias e escravos.”⁸³ A média geral dos empréstimos, no entanto foi de 840\$911 réis. Já a média anual, variou entre 200\$000 réis em 1799, até 1:878\$636 réis em 1806, conforme se pode verificar na Tabela nº 5:

⁸² APEB. Seção: Judiciário; Livro de notas nº 154, fls. 12 e 12 v.

⁸³ APEB. Seção: Judiciário; Livro de notas nº 140, fls. 338 v. a 340 v.

Tabela 5
Valor médio dos empréstimos de dinheiro a juros por ano

ANO	VALOR EMPRESTADO (Contos de réis)
1777	642\$900
1778	369\$506
1779	252\$000
1780	614\$168
1782	464\$785
1783	553\$172
1784	611\$000
1785	827\$936
1791	393\$320
1792	760\$223
1793	727\$866
1799	200\$000
1800	1:675\$047
1801	1:080\$986
1802	1:363\$117
1803	1:237\$581
1804	1:064\$398
1805	856\$969
1806	1:878\$636
1807	1:321\$818
1808	763\$717
VALOR MÉDIO GERAL	840\$911

Fonte: APEB. Seção: Judiciário; Livros de Notas do 1º e 2º ofício de Salvador, anos de 1777 a 1808.

Após analisar a média anual de valor dos empréstimos por ano, se faz necessário traçar o perfil socioeconômico tanto dos credores quanto dos mutuários na Bahia do final do período colonial.

5.4 O PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS CREDORES E MUTUÁRIOS

Para uma história econômico-social, tão importante quanto os números, são o nome, por isto, parte desta seção versará sobre o perfil socioeconômico dos agentes envolvidos nas transações de crédito na Bahia colonial. Estabelecemos dez categorias distintas para o exame dos credores e dos mutuários.

Os maiores prestamistas da Bahia no final do período colonial foram os grandes negociantes⁸⁴, representando 33,2% de todo o dinheiro concedido a juros entre 1777 a 1808. Na segunda colocação, vieram as instituições com 32,5% do numerário disponibilizado no período. Na terceira colocação se estabeleceram os negociantes-senhores de engenho, que foram responsáveis por 11,9% de todo o meio circulante ofertado a juros. Esta figura compósita cresceu enquanto credor, porque o final do período colonial na Bahia foi marcado pela penetração de muitos homens de negócio, na esfera da produção, como foi o caso de Custódio Ferreira Dias, que veremos na próxima seção.

Na quarta posição entre os financistas, vieram os comerciantes, respondendo por 6,9% de toda a cifra fornecida a juros na Bahia no final do período colonial. No quinto lugar entre os prestamistas, se situaram os senhores de engenho que forneceram 5,3% do capital a juros. A sexta posição foi ocupada pelos profissionais, indivíduos que possuíam uma especialização e, trabalhavam por conta própria, ou que ocupavam algum cargo público de médio e baixo escalão, estes forneceram 4,3% do volume de meio sonante ofertado a juros no período.

Já o sétimo lugar, pertenceu aos clérigos. Eles disponibilizaram a juros 2,7% da cifra total. Na oitava colocação, se posicionaram os artesãos, representando 1,9% do conjunto total de moeda emprestada no período.

Na nona colocação entre os credores, estiveram os lavradores de cana, com 0,9% do total de dinheiro concedido a juros. Já a décima posição, pertenceu aos lavradores de outras culturas, principalmente o fumo. Estes concederam empréstimos na proporção de apenas 0,4% do total registrado nas escrituras.

Ao considerarmos em conjunto, o volume de dinheiro concedido a juros pelos homens de negócio, negociantes-senhores de engenho, senhores de engenho, lavradores de cana e lavradores de fumo, temos que 58,7%⁸⁵ do valor de todos os empréstimos fornecido a juros na Bahia entre 1777 e 1808, foram disponibilizados por agentes diretamente vinculados ao setor exportador. O que indica a grande importância dos agentes vinculados ao mercado externo, na dinamização da economia baiana do final do período colonial.

Os maiores mutuários da Bahia entre os anos de 1777 a 1808, foram os senhores de engenho. Eles representaram quase metade (47,6%) de todos os passivos identificados por

⁸⁴ As mulheres apesar de ocupar pouco espaço entre os principais negociantes da praça da Bahia no final do período colonial, quando isto ocorria, geralmente preenchendo o espaço deixado pelo marido após a viuvez, se revelaram enquanto excelentes administradoras. Para um maior aprofundamento sobre este aspecto. (BRANDAO, 2007)

⁸⁵ Os valores apresentados nesta seção, não incluem as cifras emprestadas por Custódio Ferreira Dias, que receberam destaque nesta pesquisa, assunto do último capítulo.

esta pesquisa através das escrituras. A segunda categoria mais endividada foram os lavradores de cana, estes em conjunto, significaram 19,7% do volume devedor no período.

A terceira posição dentre os mutuários, pertenceu aos negociantes-senhores de engenho, a existência deste tipo de figura, era cada vez mais comum na Bahia do final do período colonial. Estes indivíduos, além de comercializar açúcar e demais gêneros, resolveram eles mesmos, a produzir para exportação. Como montar um engenho não era uma tarefa das mais fáceis e rápidas, conforme indica Schwartz. “montar um engenho a partir do zero, poderia levar de sete a oito anos, raramente menos do que quatro anos. (BARICKMAN, 2003, p.77). Estes indivíduos, se valendo da condição de credor de muitos senhores endividados, optaram por se tornarem senhores de engenho, adquirindo unidades já existentes. O caso mais emblemático é o caso de Custódio Ferreira Dias, que possuía quatro engenhos, mas, nenhum foi construído desde o desbravamento da mata fechada, todos foram adquiridos em funcionamento, por meio da compra.

Por um lado, estes novos senhores, poupavam o tempo da montagem, por outro lado, estas aquisições exigiam deles, súbitos e altos investimentos de capitais. Excetuando o caso de Custódio Ferreira Dias por nós examinado, que esteve plenamente solvente até o ano de sua morte em 1801, sendo um dos maiores credores da Bahia colonial, muitos destes indivíduos, no entanto, se endividaram por conta do desejo em se tornar um senhor. As fontes indicam que, esta categoria ocupou a terceira posição entre os mutuários, perfazendo 8,3% do volume de crédito tomado a juros no período.

O quarto grupo entre os mutuários foi constituído pelos lavradores de outras culturas, principalmente o fumo, com 8,1% do volume de dívidas no período. Isto não é surpreendentemente, considerando a relevância do setor fumageiro para a economia baiana de exportação e, a conjuntura positiva de alta de preços do produto no mercado externo, entre fins do século XVIII e princípio do século XIX, fomentando uma maior demanda por crédito, para a expansão da lavoura fumageira.

Os comerciantes se tornaram o quinto grupo entre os mutuários, a soma de suas dívidas, fez 4,1% do conjunto no período analisado. Já os negociantes, estavam em melhores condições financeiras, pois, apesar de sua maior capacidade de endividamento, possuíam volume de dívidas menor, representando 3,5% do volume de débitos.⁸⁶

⁸⁶ Para os limites desta tese, utilizamos a categoria “comerciantes” quando nos referimos àqueles indivíduos que atuavam economicamente no comércio de portas abertas ou a retalho. Já a categoria negociante ou homens de negócio, foi adotada para se referir exclusivamente àqueles que tinham como atividade mais relevante o comércio de grosso trato e o tráfico transatlântico de escravizados.

As instituições, apesar de terem perdido muito espaço enquanto credoras, não se tornaram grandes mutuárias. Ficaram na sétima colocação entre os devedores, com representatividade de 3% do volume de débitos da Bahia no período. Este dado corrobora com a tese de que estas entidades, não se enfraqueceram no mercado de crédito da Bahia no final do período colonial, apenas por uma questão de dificuldades financeiras, mas, principalmente pela nova política de investimentos que caracterizaram suas gestões neste período, saindo do setor creditício e, migrando para o setor imobiliário, como resultado da influência dos grandes homens de negócio na dianteira destas instituições.

Os artesãos vieram logo em seguida, na oitava posição, representando 2,8% do total de crédito adquirido a juros na Bahia. Como sua atuação na oferta foi menor do que a sua demanda por crédito, montando em 1,9%, compreende-se que esta categoria, possuiu demanda reprimida por crédito no período. Para esta constatação, considera-se o aquecimento da economia da Bahia no final do período colonial, que deve ter tido reflexos positivos entre as suas atividades, na oferta de bens e serviços, bem como, a concentração de crédito que marcou o período. Em suma, esta foi uma categoria que não foi beneficiada com o alargamento do crédito na Bahia no final do período colonial.

Na nona colocação, dentre os mutuários, estiveram os clérigos, representando 2,3% do volume tomado a juros. Como visto, além de mutuários, eles tiveram, enquanto credores, 2,7% da fatia do mercado de crédito baiano, demonstrando que, tanto na condição de credores, tanto na condição de mutuários, padres, freis e freiras, tiveram uma forma responsável por uma movimentação financeira interessante, sendo representativas suas atuações no setor creditício da Bahia entre os anos de 1777 a 1808.

Os ditos “profissionais” em décimo lugar, estavam solventes na Bahia do período, sua considerável capacidade de emprestar, em detrimento dos 0,6% de dívidas, revelaram que, se tratava de um grupo bem sucedido economicamente na sociedade baiana entre finais do século XVIII e início do oitocentos.

O que se constata a partir dos dados apresentados sobre o perfil de credores e mutuários na Bahia do final do período colonial, é que o crédito de um modo geral, principalmente, os vultosos, referentes a grandes somas para financiar negócios de maior porte, estiveram disponíveis para uma pequena parcelada sociedade. Um indivíduo que reunia condições para angariar fundos na forma de crédito, já era considerado como alguém com alguma posição social. Se possuir crédito já simbolizava algum nível de prestígio social, o que dizer então, daqueles que possuíam ativos para emprestar? Eram sujeitos considerados a elite econômica da Bahia no final do período colonial, que na passagem do século XVIII para o

século XIX, se constituíram também, numa elite com vigoroso poder político e significativo prestígio social.

O que se verifica ainda, a partir dos dados expostos, é que o setor credor, era mais concentrado do que o setor mutuário. Não obstante, isto não implicou em um setor mutuário amplo, mas apenas, um pouco menos condensando. O crédito, sobretudo o de maior vulto, fornecido principalmente para o financiamento da produção, esteve à disposição de uma minoria social da Bahia entre 1777 a 1808.

5.5 O CRÉDITO INSTITUCIONAL NA BAHIA

O crédito fornecido pelas instituições estava em declínio na Bahia do final do período colonial em relação a períodos anteriores. Excetuando-se o Cofre dos Órfãos, que tiveram expansão no período, liderando o setor dentre as instituições, com um volume emprestado de 21:273\$705 réis, perfazendo 25,2% de todo o crédito institucional disponibilizado a juros na Bahia entre 1777 e 1808. As demais instituições de cunho religioso estavam em declínio no setor creditício. Mas como pode haver retração do crédito numa conjuntura de expansão do setor produtivo e comercial? Em verdade, não houve retração creditícia no período, mas sim, expansão. A retração foi setorial, atingindo predominantemente, as instituições religiosas.

Vejamos a seguir a Tabela nº 6 com todas as instituições credoras em ordem decrescente de valor:

Tabela 6
Instituições credoras na Bahia, (1777-1808)

INSTITUIÇÃO	VALOR (Contos de réis)
Cofre dos Órfãos	21:273\$705
Santa Casa de Misericórdia	18:410\$738
Convento de Santa Clara do Desterro	10:900\$000
Ordem Terceira de São Francisco	10:117\$295
Irmandade de São Pedro dos Clérigos	5:494\$725
Irmandade do Santíssimo Sacramento da Sé	3:250\$000
Convento de Santa Tereza	3:030\$000
Ordem Terceira do Carmo	2:700\$000
Convento das Ursulinas do Santíssimo Coração de Jesus da Soledade	2:400\$000
Irmandade do Santíssimo Sacramento de Santana	2:146\$120
Convento das Ursulinas das Mercês	1:340\$000
Convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa	800\$000

Irmandade de Nossa Senhora do Rosário	768\$459
Mosteiro de São Bento	760\$000
Convento de Nossa Senhora dos Mares	350\$000
Irmandade do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio Além do Carmo	300\$000
Religiosos Carmelitas Calçados	200\$000
Irmandade de Nossa Senhora da Soledade	159\$200
TOTAL	84:400\$242

Fonte: APEB. Seção: Judiciário; Livros de Notas do 1º e 2º ofício de Salvador, anos de 1777 a 1808.

Até meados do século XVIII, a atividade creditícia na Bahia, sobretudo, os empréstimos de dinheiro a juros, era um segmento liderado pelas principais irmandades, congregações, confrarias e ordens religiosas. A partir de meados do século XVIII, com a chegada de Pombal ao poder (LYRIO, 2014), estas instituições, perderam paulatinamente este espaço. Durante o governo de D. Rodrigo de Souza Coutinho, o crédito na Bahia se consolidou sob o controle dos mais proeminentes homens de negócio da Praça da Bahia.

A tabela nº 6 apresenta números diminutos se comparados a períodos anteriores do mercado de crédito da Bahia colonial. A segunda colocada, por exemplo, entre as instituições no mercado de crédito da Bahia no final do período colonial, foi a Santa Casa de Misericórdia com 18:410\$738 réis concedido a juros. Apesar de ainda desfrutar de um algum destaque no âmbito creditício, o declínio da instituição neste setor foi eminente.

A Misericórdia da Bahia, até meados do século XVIII, era uma das maiores instituições credoras do Brasil colonial. Na década de 1740, chegou a emprestar o equivalente a 250:000\$000 réis a juros. Na segunda metade do setecentos, no entanto, a confraria perdeu fôlego financeiro, mas, nunca seu volume de crédito concedido a juros até o final da década de 1770, foi menor do que 37:000\$000 réis. (FAGUNDES, 2015, p. 95-96). O que se vê, portanto, é que os 18:410\$738 réis, nem de longe, representaram a potência financeira que possuía a Misericórdia da Bahia até meados do século XVIII.

Verifica-se, no entanto, que mesmo concedendo em cerca de trinta anos, o equivalente a metade do valor emprestado da pior década da atividade creditícia no século XVIII (FAGUNDES, 2015, p. 96). A tímida cifra de cerca de dezoito contos de réis, fora suficiente para a Irmandade garantir a segunda posição entre os prestamistas institucionais na Bahia do final do período colonial. Este fato indica que estamos diante de um quadro recessivo em parte do setor creditício na Bahia deste período.

Tal constatação não pode ser analisada como resultado de dificuldades financeiras vividas por estas instituições. Este problema, de fato ocorreu, mas foi pontual e não

generalizado, portanto, este argumento, isoladamente, não se sustenta para justificar o declínio das congregações no mercado creditício da Bahia no final do período colonial.

Algumas destas instituições, como a Misericórdia, por exemplo, estavam com sérios problemas financeiros, mas este fator não pode ser estendido para entidades como o Convento de Santa Clara do Desterro e o Convento de Santa Tereza, que gozavam, no mesmo período, de equilíbrio em suas finanças. Ambos os conventos, apesar de não terem tido um desempenho excepcional, mantiveram-se de forma consistente atuando no setor creditício da Bahia até o final do período colonial.

Dentre dezoito entidades, as Clarissas do Desterro e o Convento de Santa Tereza, ocuparam respectivamente, o terceiro e o sétimo lugar entre as maiores credoras institucionais. A saúde financeira destas instituições se evidencia ainda, no fato de não ter sido encontrado por esta pesquisa, nenhuma escritura tendo estas instituições como devedoras. Ana Amélia Nascimento afirmou que “as religiosas do Desterro dedicaram-se, pessoal e particularmente, a diversas transações financeiras e imobiliárias”. Por seu turno, insinua que elas eram ainda mais poderosas financeiramente do que revelam as escrituras, pela prática de emprestar a juros fora da lei. (NASCIMENTO, 1994, p. 267)

O fato de os conventos terem sido geridos e voltados especificamente para o público feminino funcionou como blindagem ao acesso dos negociantes e financistas como membros destas instituições, protegendo estas entidades, das estratégias políticas destes agentes, sobretudo no que tange ao acesso a moeda e ao crédito destas instituições.

A despeito do sucesso financeiro de alguns conventos, como explicar em seu conjunto, o pífio desempenho das congregações no mercado de crédito da Bahia no final do período colonial? O declínio do crédito institucional não foi apenas relacionado às dificuldades financeiras de algumas instituições. O ponto nevrálgico desta resposta reside na política de redirecionamento dos investimentos empreendida por estas instituições, tendo como principal local de destino de seus capitais, a atividade rentista, sobretudo, a imobiliária. A grande questão é compreender, porque foi adotada a política de redirecionamento dos investimentos destas instituições, reduzindo consideravelmente sua atuação no mercado creditício baiano, justamente na conjuntura de retomada da economia baiana colonial.

Estas instituições foram bastante atuantes no setor creditício na época de crise da economia açucareira, entre fins dos seiscentos e princípio do século XVIII. Porque elas não tentaram se aproveitar do contexto de retomada das exportações para reaver seus capitais perdidos na conjuntura de crise da economia açucareira? A resposta a esta questão, reside no

fato de que estas irmandades eram, cada vez mais, controladas politicamente pelos homens de negócio.

Investindo na aquisição de capital social, (BORDIEAU, 1998, p. 67) os negociantes da Praça comercial da Bahia no final do período colonial, pressionaram a sua entrada nas irmandades religiosas, a fim de ocupar cargos e funções importantes nestas instituições. Gradualmente, estes homens de negócio, foram exitosos na conversão do capital econômico, através de doações a estas instituições, em capital social, ascendendo e ocupando os mais importantes cargos destas congregações. (FAGUNDES, 2015, p. 67).

A Tabela nº 7 traz a relação completa dos indivíduos que ocuparam o cargo máximo da Santa Casa de Misericórdia, entre os anos de 1777 a 1808.

Tabela 7
Relação dos Provedores da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1777-1808

ANO	NOME	ATIVIDADE
1777	Diogo Álvares Campo	Senhor de Engenho
1778	José Pires de Carvalho e Albuquerque (1º mandato)	Credor; Secretário de Estado; Senhor de Engenho e criador de gado
1779	Antonio Muniz de Souza Barreto e Aragão	Senhor de Engenho
1780	Manoel do Ó Rodrigues	Negociante
1781	Inocência José da Costa (1º mandato)	Negociante, Contratador, Traficante, Capitão, Tenente-Coronel e Mestre de Campo
1782	Inocência José da Costa (2º mandato)	Negociante, Contratador, Traficante, Capitão, Tenente-Coronel e Mestre de Campo
1783	Inocência José da Costa (3º mandato)	Negociante, Contratador, Traficante, Capitão, Tenente-Coronel e Mestre de Campo
1784	José Rodrigues de Menezes (1º mandato)	Negociante
1785	José Rodrigues de Menezes (2º mandato)	Negociante
1786	José Rodrigues de Menezes (3º mandato)	Negociante
1787	José Rodrigues de Menezes (4º mandato)	Negociante
1788	Francisco Borges dos Santos	Negociante; Traficante
1789	José Pires de Carvalho e Albuquerque (2º mandato)	Credor; Secretário de Estado; Senhor de Engenho e criador de gado
1790	João Vicente Viana	Comerciante (irmão do Negociante Frutuoso Vicente Viana)
1791	Antônio Estanislau Crusiê	Comerciante
1792	Domingos Francisco Vicente Viana	Comerciante (parente do Negociante Frutuoso Vicente Viana)

ANO	NOME	ATIVIDADE
1793	José Almeida da Silva	Comerciante
1794	Lourenço da Silva Magalhães	Comerciante
1795	José Martins Bandeira	Negociante
1796	Teodósio Gonçalves da Silva (1º mandato)	Negociante, Traficante, Mestre de Campo
1797	Teodósio Gonçalves da Silva (2º mandato)	Negociante, Traficante, Mestre de Campo
1798	Teodósio Gonçalves da Silva (3º mandato)	Negociante, Traficante, Mestre de Campo
1799	Francisco Gomes de Sousa	Comerciante
1800	Jacinto Dias Damásio	Negociante
1801	Manoel Anselmo de Almeida Sande (1º mandato)	Clérigo; Comissário do santo Ofício; Professo na Ordem de Cristo
1802	Manoel Anselmo de Almeida Sande (2º mandato)	Clérigo; Comissário do santo Ofício; Professo na Ordem de Cristo
1803	Manoel Anselmo de Almeida Sande (3º mandato)	Clérigo; Comissário do santo Ofício; Professo na Ordem de Cristo
1804	João Francisco da Costa	Comerciante
1805	Simão Álvares da Silva	Negociante
1806	José Teles de Menezes	Senhor de Engenho
1807	Antônio Martins da Costa	Negociante
1808	João Barboza Madureira	Negociante

Fonte: ASCMB. Livro 3º das eleições dos provedores e irmãos da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 07/07/1727 a 15/06/1791. Estante A, nº 35; Livro 4º das eleições dos provedores e irmãos da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 02/07/1791 a 28/03/1860. Estante A, nº 36.

Como se pode verificar através da Tabela nº 7, a provedoria da Misericórdia da Bahia no período compreendido entre 1777 a 1808 foi constituída predominantemente de homens de negócio. Estes indivíduos, além dos negócios de carregação, traficavam escravizados, emprestavam dinheiro a juros, e alguns deles, ainda, arrematavam contratos régios. Custódio Ferreira Dias não ocupou a provedoria da Misericórdia, mas isto não quer dizer que ele não estava por traz desta instituição, pois era membro da irmandade enquanto irmão de maior condição, desde nove de abril de 1775.⁸⁷

Além da busca pelo prestígio social, os homens de negócio, penetraram nas mais relevantes congregações religiosas da Bahia no final do período colonial, como uma estratégia de controle da política de concessão de crédito empreendidas por estas instituições. Tal medida viabilizou o arrefecimento do crédito institucional, promovendo a concentração da atividade creditícia da Bahia sob sua posse e controle.

⁸⁷ ASCMB. Livro 5º, fl. 33 v. de Termos de Irmãos 09/04/1775 a 30/10/1797. Estante A, numeração 5.

A forma como os negociantes baianos obtiveram sucesso nas estratégias foram diversas. Uma delas consistiu em desestimular o crédito institucional na Bahia do final do século XVIII, por meio da indução ao redirecionamento da política de investimentos das instituições sociorreligiosas, para outros ramos de atividade econômica. A Misericórdia passou por este processo no final do período colonial, reduzindo sua atuação no mercado creditício e, ampliando sua participação no âmbito imobiliário. (FAGUNDES, 2015, p. 140). Muitos deles também utilizavam o poder do cargo para obter preferência na aquisição de empréstimos, contraindo créditos a juros da lei, e reemprestando a juros mais elevados.

Há de se mencionar também, a implementação de fortes barreiras sociais impostas pelas novas elites diretoras de algumas instituições a fim de limitar o acesso ao crédito por parte de determinadas categorias socioeconômicas. Artesãos, clérigos e profissionais, por exemplo, que em outros tempos coloniais, tinham mais facilidade de acesso ao crédito destas instituições, representando, segundo Flory 11,3% do volume total disponibilizado a juros na Bahia entre 1698 a 1715. No final do período colonial, possuíam apenas 5,7% do volume de créditos concedidos. Demonstrando que as camadas médias e baixas da Bahia colonial, por não fazer parte do projeto de condensação do crédito, operado pelos homens de negócio da Bahia em nome das instituições, foram os grupos mais prejudicados ao não obterem satisfatoriamente o acesso ao crédito.

Quando o pedido de crédito institucional não era rejeitado, artesãos e pequenos vendedores ambulantes, ou proprietários de tabernas, recebiam um valor quase sempre, insuficiente para atender a suas necessidades. Deste modo, restava a estes, recorrerem aos mesmos dirigentes das instituições sociorreligiosas, não por meio delas, mas, através de seus representantes e de suas casas comerciais.

Em outras palavras, restava ao produtor e ao pequeno comerciante ou prestador de serviços, recorrerem ao setor privado, que ofereciam créditos com taxas de juros muito mais altas. As taxas de juros praticadas no mercado privado da Bahia colonial possuíam tendência de alta pela forte manipulação artificial da escassez monetária, praticada pelos negociantes da Praça da Bahia no final do período colonial, fomentada pelo controle do mercado creditício institucional local.

Nenhum destas formas de atuação dos negociantes como dirigentes de confrarias são excludentes. Devem ter ocorrido várias estratégias numa mesma instituição. Destarte, os grandes homens de negócio da Praça comercial da Bahia, controlando a posse da moeda, regularam de modo mais efetivo, também o crédito, financiando de maneira crescente, a produção e a circulação de mercadorias, e em alguns casos, mesmo sem controlar diretamente

a produção, obtinham cada vez mais, ágios por operação na Bahia entre 1777 a 1808. Esta foi uma das características de atuação das elites econômicas da Bahia no final do período colonial. Como exemplo, tem-se o caso do negociante Custódio Ferreira Dias, que enriqueceu principalmente por este mecanismo do controle de crédito. Ao morrer em 1801, Dias possuía 410 contratos de crédito, com dívidas ativas no valor de mais de 106:000\$000 réis.

Por este indivíduo ser um dos homens mais ricos e um dos maiores credores da Bahia no final do período colonial, compreende-se que a sua trajetória, refletiu, em grande medida, a atuação dos demais homens de negócio da Bahia no mesmo período, por isto a escolha deste personagem como elemento central da última seção.

Para se ter uma ideia da força dos negociantes baianos e do enfraquecimento das congregações religiosas da Bahia no final do período colonial. Basta comparar os 106:868\$304 réis que Custódio Ferreira Dias possuía em dívidas ativas, com os créditos fornecidos pelas instituições, no valor de 84:400\$242 réis. Ora, um único indivíduo, possuía entre vendas fiadas e dinheiro a juros 26,6% mais ativos em créditos, do que dezoito instituições juntas.

Para finalizar a perquirição sobre o crédito institucional na Bahia do final do período colonial, decidiu-se por efetuar uma análise comparativa entre os dados quantitativos obtido por esta pesquisa e os dados disponibilizados por Rae Flory em 1978. Cruzando estes dados, é possível examinar o comportamento do crédito em um período de tempo mais longo, com conjunturas totalmente distintas, pois Flory analisou a atividade creditícia entre 1698 a 1715, época de crise da economia de exportação, já esta tese, se debruçou sobre o exame do crédito na Bahia entre 1777 a 1808, onde o contexto era inverso, de retomada da economia exportadora baiana.

A metodologia comparativa permitiu perceber uma mudança significativa no perfil dos credores e mutuários da Bahia colonial, entre finais do século XVII e princípio do século XVIII e, cem anos depois. Como se pode verificar no Quadro nº 2 a seguir:

Quadro 2

Análise comparativa do perfil dos credores e mutuários da Bahia colonial

	Rae Flory, (1698 a 1715)				Escrituras públicas, (APEB) (1777-1808)			
	CREDORES	%	MUTUÁRIOS	%	CREDORES	%	MUTUÁRIOS	%
1º	Instituições	45,3	Senhores de engenho	35	Comerciantes	33,2	Senhores de engenho	47,6
2º	Comerciantes	24,8	Lavradores	26,6	Instituições	32,5	Lavradores	27,8
3º	Profissionais	12,5	Comerciantes	17,4	Comerciantes-senhores de	18,8	Comerciantes-senhores de	11,6

					engenho		engenho	
4º	Senhores de engenho	7,3	Artesãos	6,1	Profissionais	7	Comerciantes	6,6
5º	Artesãos	2,4	Profissionais	5,2	Senhores de engenho	5,3	Instituições	3
6º	Lavradores	1,9	Comerciantes-senhores de engenho	5	Artesãos	1,9	Artesãos	2,8
7º	Comerciantes-senhores de engenho	1,4	Instituições	1,1	Lavradores	1,3	Profissionais	0,6

Fontes: APEB. Seção: Judiciário; Livros de Notas do 1º e 2º ofício de Salvador, anos de 1777 a 1808; (FLORY, 1978)

O Quadro nº 2 compara os agentes envolvidos nas relações de crédito na Bahia, entre 1698 e 1715, analisados por Rae Flory, e a nossa pesquisa, na Bahia de cerca de uma centúria depois, entre 1777 e 1808, apontando para uma mudança considerável na fisionomia de credores e mutuários.

Mesmo discordando da homogeneidade com que Rae Flory categoriza alguns grupos, e divergindo de algumas de suas definições, as utilizamos por uma questão de ordem metodológica, se preservou as categorias sociais estabelecidas pela autora. Entretanto, é preciso salientar que a categoria comerciante, por exemplo, coloca todos os indivíduos que realizavam algum tipo de comércio, em um mesmo plano, negligenciando o potencial comercial de cada indivíduo.

Como se observou em páginas anteriores, o poder financeiro dos homens de negócio, ilustrado pela capacidade de concessão de crédito, foi muito superior à capacidade financeira dos comerciantes “a retalho”. Na condição de mutuários, os comerciantes de “portas abertas”, se mostraram mais endividados do que os negociantes de grossos cabedais.

A categoria lavrador, também é problemática, por colocar no mesmo grupo, lavradores de cana, de fumo e de demais culturas. O poder financeiro e a capacidade de endividamento destes subgrupos de indivíduos foram distintas. As fontes desta pesquisa indicam que os lavradores de cana, ocuparam a antepenúltima posição entre os credores, com 0,9% do volume de créditos, enquanto os lavradores de outras culturas ficaram na penúltima colocação neste critério, com peso creditício de menos da metade do total ofertado a crédito pelos lavradores de cana. Na condição de mutuários, o desempenho também foi diverso. Enquanto os lavradores de cana ficaram no segundo lugar dentre os mutuários, respondendo por 19,7% dos débitos, os lavradores de fumo e de demais culturas, foi a categoria com o quarto maior volume de dívidas, representando 8,1% do total.

A categoria “profissionais” é ainda mais contestável, pois simplifica uma sociedade complexa como a existente na Cidade da Bahia do setecentos. Ademais, o termo “profissional”, é sempre equivocado, quando aplicado aleatoriamente em economias não

capitalistas. A aplicação deste termo por Rae Flory foi tão genérica, que parece que a autora incluiu nos dados desta categoria, também os clérigos. Este último grupo foi relevante no setor creditício da Bahia no período colonial, portanto, deveria ser tratado a parte. Os clérigos ocuparam a sétima posição entre os credores, com 2,7% do montante emprestado a juros e, a nona posição dos débitos, respondendo por 2,3%.

A despeito das críticas, a tese de Rae Flory é a mais consistente pesquisa empírica sobre o crédito na Bahia entre finais do século XVII e início do século XVIII. Por isto, foi extremamente útil no exame da evolução do mercado de crédito na Bahia do período colonial. A sua pesquisa em comparação a esta permite revelar que enquanto na época de crise da economia açucareira baiana, as instituições eram as grandes credoras, detendo 45,3% do volume crédito a juros oferecidos no período. Esta pesquisa revela que quase um século depois, numa conjuntura positiva da economia açucareira baiana, os maiores credores não eram mais as instituições, e sim os comerciantes, eles saíram da segunda colocação entre os maiores credores com 24,8%, para a primeira posição, representando 33,2% dos empréstimos fornecidos na Bahia.

Já as instituições caíram para o segundo lugar entre os credores, com 32,5%. Da soberania no mercado creditício da Bahia no limiar do século XVIII, representando quase metade do volume de emprestado a juros, chegou ao início do oitocentos, com perda significativa de representatividade no setor.

A participação das instituições no mercado de crédito baiano do final do período colonial se torna ainda menos relevante, se retirarmos o Cofre dos Órfãos da estatística. Tal exercício se justifica pelas peculiaridades desta entidade. Diferentemente das instituições religiosas, o Juízo dos Órfãos era um instituto de caráter jurídico que possuía como principal atribuição, administrar as heranças dos menores de idade. Depois de distribuído o quinhão do inventário, os bens do menor, eram postos a venda no mercado por meio de leilões em hasta pública e, o dinheiro recebido destas vendas, era depositado em um cofre no Juízo dos Órfãos. No entanto, enquanto eles não eram capazes de administrar seu próprio patrimônio, era prerrogativa do Juízo, poder emprestar este numerário cobrando os juros de costume.

Apesar de todas as suas especificidades no que tange as funções e atribuições, o fato é que o Cofre dos Órfãos foi a instituição mais relevante no mercado creditício baiano do final do período colonial. Enquanto, no final do século XVII e início do século XVIII, esta instituição não possuía quase nenhuma relevância no setor, conforme demonstra Flory, no final do século XVIII e princípio do século XIX, ela se tornou a maior credora institucional,

com um volume emprestado de 21:273\$705 réis, perfazendo 25,2% de todo o crédito institucional disponibilizado a juros na Bahia entre 1777 e 1808.

Quando Rae Flory (1978) analisou as instituições, estava se referindo apenas as entidades de caráter religioso, se fizermos o mesmo, isolando, a única entidade de cunho não religioso atuando no setor creditício da Bahia no final do período colonial, percebemos com nitidez, o declínio das instituições religiosas no setor financeiro da Bahia no final do período colonial, caindo dos 32,5% já mencionados para 24,3% de todo o dinheiro emprestado a juros identificado nesta pesquisa.

A terceira posição entre os credores foi ocupada por comerciantes que engendraram a produção, se tornando concomitantemente, além de comerciantes, também senhores de engenho, este perfil híbrido representou 18,8%. Isto denota a ascensão socioeconômica dos negociantes na Bahia do final do período colonial.

A categoria denominada por Flory de “profissionais”, que ocupava a terceira posição entre os credores com 12,5%, declinou para a quarta posição, com 7% do total emprestado.

Na quarta posição entre os credores, segundo Flory estavam os senhores de engenhos, com uma fatia de 7,3% do setor, entre finais do século XVII e início do setecentos. Comparando-se com a presente amostragem, percebe-se que os senhores de engenho declinaram uma posição, caindo da quarta para a quinta colocação no setor prestamista baiana, com uma fatia de apenas 5,3%.

Na pesquisa Flory, ocupou a quinta posição entre os credores da Bahia, os artesãos, representando 2,4% do volume de crédito concedido. Na presente pesquisa, os artesãos ocuparam apenas a penúltima posição, 1,9% do crédito fornecido a juros.

No sexto lugar, Flory apresentou os lavradores como credores, representando 1,9% do volume de empréstimos fornecido na Bahia no período por ela estudado. Já nesta pesquisa, os lavradores perderam espaço, ocupando o último lugar considerando as categorias estabelecidas pela historiadora, com ínfimos 1,3%.

A última posição dentre os credores, segundo a pesquisa de Rae Flory foi ocupada pelos comerciantes-senhores de engenho. Eles representaram no período analisado pela autora, apenas 1,4% do dinheiro emprestado na Bahia. Para a nossa pesquisa, esta categoria, no entanto, cresceu vertiginosamente, saindo do último para o terceiro lugar entre os principais credores, com 18,8% de todo o volume de empréstimos entre 1777 e 1808. Este fato evidencia mais uma vez, a crescente expansão na atuação dos comerciantes na esfera da produção.

A análise comparativa do perfil dos credores em dois períodos distintos da História Econômica da Bahia permite demonstrar que o mercado de crédito passou por significativas transformações. Em nenhuma das sete categorias estabelecidas por Flory, as posições se mantiveram entre finais do século XVIII e princípio do século XIX.

Além da ascensão dos comerciantes, do declínio das instituições religiosas, do decréscimo dos senhores de engenho, e do crescimento exponencial dos comerciantes que se tornaram produtores de açúcar. Salta aos olhos, a perda de importância das camadas médias no mercado de crédito da Bahia no final do período colonial. Categorias definidas por Flory como: “Profissionais e Artesãos”, que ocupavam respectivamente a terceira e a quinta posição com 14,9% da fatia do mercado creditício na Bahia na amostragem da historiadora, caiu para a quarta e a sexta posição no setor com participação de 8,9%. Evidenciando que o período de retomada da economia de exportação na Bahia colonial foi marcado pelo achatamento das camadas médias, causada pela concentração de riqueza em poucas mãos, apontado pela concentração do crédito.

Quanto aos mutuários da Bahia colonial, as mudanças foram menos significativas. Percebe-se que o segmento mais endividado continuou sendo o dos senhores de engenho. Após quase cem anos, o endividamento desta categoria aumentou, saltando de 35% para 47,6% de todo o volume de dívida mapeada nesta pesquisa. Demonstrando que os produtores diretos da produção de açúcar foram os que menos se beneficiaram com a conjuntura positiva da economia colonial baiana.

A segunda categoria mais endividada também estava diretamente vinculada à produção, os lavradores. Entretanto o seu grau de endividamento aumentou entre nossa amostra e a de Flory. Eles deviam 26,6% de todo o capital emprestado entre 1698 e 1715, passando a dever 27,8% entre 1777 a 1808.

Na terceira posição entre os mutuários, identificou-se a primeira mudança. Se na amostragem de Flory, esta posição era ocupada pelos comerciantes, com representatividade de 17,4% do capital devedor, na nossa amostra, o terceiro maior grupo endividado eram os comerciantes-senhores de engenho, com 11,6% do volume de débitos. Esta categoria era bem discreta entre os mutuários no período de 1698 a 1715, com o segundo menor volume de dívidas, representado numericamente por 5% do universo total dos débitos. Este baixo índice de endividamento apresentado pela historiadora estadunidense, não tem relação apenas com o processo de endividamento desta categoria, mas com o crescimento deste grupo em si e, a sua alta capacidade de endividamento no próprio ato de se tornarem além de comerciantes, também, senhores de engenho. Em outras palavras, a quantidade de comerciantes-senhores de

engenho era pequena no final do século XVII, e foi aumentando progressivamente ao longo do século XVIII, atingindo seu ápice no início do século XIX.

Na quarta colocação entre os mutuários, estiveram os comerciantes. Anteriormente, o terceiro grupo com maior nível de endividamento, importando em 17,4% do capital devedor. Cerca de um século depois, este grupo representava apenas 6,6% do universo total das dívidas da Bahia colonial.

Liderando o mercado de crédito na Bahia, estes indivíduos bem sucedidos economicamente no final do período colonial, não possuía razões para serem grandes mutuários. Na sua grande maioria, os comerciantes registrados nas escrituras eram mutuários de outros comerciantes.

As instituições no final do período colonial ampliaram sua participação enquanto devedoras. Na amostra de Flory, era o segmento menos endividado com peso de apenas 1,1% do conjunto total dos débitos. Já em nossa amostragem deviam mais do que os artesãos e os profissionais, 3% do volume total das dívidas entre 1777 e 1808. Embora não fossem instituições muito endividadas, a comparação entre os dois períodos evidencia que o peso do seu endividamento mais do que dobrou. Isto em alguma medida explica, como de instituições credoras que socorreram a economia açucareira nas épocas de crise, elas se tornaram devedoras, por vezes, dependendo de capitais privados.

Os artesãos, mais dependentes do crédito, para a aquisição de insumos e ferramentas, tiveram um peso entre os devedores maior do que os denominados por Flory de profissionais. Eles representaram 2,8% do total de débitos registrados em nossa amostra.

Os profissionais foram aqueles que menos deveram na Bahia do final do período colonial, 0,6% do total de crédito disponibilizado a juros. Entretanto, isto não significa que este era um setor com saúde financeira. Dentro das categorias estabelecidas por Rae Flory, e seguidas por esta pesquisa para efeitos de comparação, os artesãos e os profissionais, eram os grupos que mais se aproximavam das camadas médias urbanas da Bahia colonial. Através do Quadro nº 2, se observa que ambos perderam espaço tanto como credores, quanto como mutuários. A perda de representatividade no setor creditício ao longo século XVIII, nas duas pontas do segmento, indica que estes indivíduos possuíam pouca capacidade de endividamento, seja bens para penhora ou hipoteca e, principalmente menor cabedal social para oportunizar condições favoráveis para acessar o crédito.

Em outras palavras, o acesso ao crédito foi restrito para as camadas intermediárias urbanas da Bahia no final do período colonial. Isto vai ao encontro daquilo que havíamos afirmado anteriormente, de que o período entre 1777 a 1808 foi marcado pela concentração de

riqueza (MASCARENHAS, 1998), revelado nesta pesquisa pela concentração do acesso ao crédito a poucos indivíduos.

5.6 AS VENDAS À VISTA EM DINHEIRO DE CONTADO

Saibão quantos este público instrumento de escritura de venda, paga e quitação ou como em direito nome e lugar haja virem que sendo no ano de nascimento de nosso senhor jesus cristo de mil oitocentos e dois aos vinte e oito dias do mês de abril do dito ano nesta cidade do salvador bahia de Todos os Santos e casas de morada do Reverendo Padre João da Cruz de Moura e Câmara onde eu tabelião fui servir, apareceram presentes partes a esta ortogantes havidos e contratados, a saber: de uma como vendedor Bernardino Gonçalves de Sena e da outra como comprador o dito Reverendo Padre João da Cruz de Moura e Câmara, pessoas que reconheço pelos proprios de que faço menção. E logo pelo vendedor foi dito a mim tabelião em presença das testemunhas a diante nomeadas e assinadas que ele é legitimo senhor e possuidor sem contradição de pessoa alguma de uma morada de casas de sobrado sitas na Rua do Palácio...confrontadas com todas as suas vistas, servidões e logradouros livres e desembargadas de todo e qualquer encargo, disse ele vendedor Bernardino Gonçalves de Sena que vendia como logo vendeu por este público instrumento ao comprador o Reverendo Padre João da Cruz de Mora e Câmara a ele, seus herdeiros e sucesores por preço e quantia de dois contos e quatrocentos mil réis que são seis mil cruzados os quais neste ato recebeu da mão do comprador em dinheiro de contado, moeda corrente, neste estado que dou minha fê, e depois de as receber, contar e guardar, disse que lhe dava como logo lhe deu, pura, geral e irrevogável quitação para mais lhe não pedirem nem repetirem em tempo algum por estar paga e satisfeita e que pela referida quantia havia por muito bem vendida a mencionada morada de casas de sobrado...⁸⁸

O documento é uma escritura de venda, paga e quitação datada de vinte e oito de abril de 1802, na qual o padre João da Cruz de Moura e Câmara, compra nas mãos de Bernardino Gonçalves de Sena, uma boa morada de casas, bem localizadas no centro de Salvador, por 2:400\$000 réis. Apesar de ser uma importância significativa, o referido padre a pagou a vista em dinheiro.

A escritura de forma alguma é uma exceção inserida na economia baiana do final do período colonial. Como se pode observar em páginas anteriores, 33% de todo o valor que circulou nos cartórios de Salvador entre 1777 e 1808 foi de dinheiro líquido, isto equivale a **769:562\$869 réis**. Este número não é nada desprezível, principalmente quando se refere a uma economia que foi caracterizada pela historiografia tradicional como escassa monetariamente e ultra-dependente do crédito. Ora, se considerarmos as vendas a vista, somadas aos empréstimos de dinheiro a juros, que eram capitais em forma de dinheiro injetados diretamente na economia, temos que quase metade, ou exatos **44,2%** da riqueza dos

⁸⁸ APEB. Seção: Judiciário; Livro de notas nº 155, 28/04/1802, fl. 14 v. a 16.

baianos registradas nos cartórios, entre os anos mencionados, circularam em forma de dinheiro.

Esta característica evidencia-se, quando usamos como critério a quantidade de escrituras, ao invés das cifras monetárias. Isso acontece porque, quanto menor o valor do bem envolvido na transação, maiores eram as chances dos compradores efetuarem o pagamento a vista em dinheiro, sem a necessidade de se recorrer ao crédito. Assim, quando analisa-se as escrituras de compra e venda, e compara-se com as modalidades de pagamento, ignorando os valores envolvidos nestas transações, o percentual de pagamentos a vista é ainda maior, demonstrando que a economia baiana do período, possuía um relevante grau de liquidez. Foram 585 escrituras ou 38,2% das escrituras de compra, que utilizaram o dinheiro como forma de pagamento.

Ao somarmos este tipo de escritura de vendas a vista, com os empréstimos de dinheiro a juros, temos que 890 escrituras, ou 58,2% do universo total de escrituras pesquisadas, foram transacionadas em dinheiro, denotando um relativamente alto grau de liquidez da economia baiana do final do período colonial.

Os dados obtidos com esta pesquisa revelaram que a economia baiana entre 1777 e 1808 vivia uma conjuntura de maior liquidez se comparada com outros momentos da economia colonial. Sabe-se que a historiografia deu muita ênfase a questão da escassez pecuniária como uma das características básicas da economia colonial, e como elemento inclusive de entrave da sua própria dinâmica, fazendo do crédito, um item indispensável ao funcionamento.

Diante deste quadro que vai de encontro às teorias mais tradicionais sobre a escassez pecuniária na colônia, compreendemos ser necessário, pensar a questão do crédito, e, sobretudo, do meio circulante, não como algo estático, mas como um elemento de características conjunturais, que a exemplo da produção e da circulação, sofreram com as sazonalidades da economia. Deste modo, pensar a economia baiana no final do período colonial é compreender, que o contexto de retomada de economia de exportação, impulsionou a dinamização e a ampliação do setor creditício e promoveu maior liquidez na economia baiana.

Angelo Carrara (2020), fez uma revisão historiográfica sobre o crédito no Brasil colonial e questiona justamente a relação entre crédito e escassez monetária. O autor põe em dúvida a visão hegemônica utilizada de forma tácita por uma legião de historiadores, de que a falta de numerário na colônia, era o principal motivo da demanda por crédito. O autor vai na

concepção de moeda do período colonial e demonstrando que vários outros artigos funcionavam como moeda.

Diante do exposto, não tem consistência a premissa da escassez da moeda e do recurso ao crédito como uma de suas consequências. A rigor, dever-se-ia considerar a própria concepção de moeda no período colonial, ou melhor, a diversidade da sua manifestação concreta como meio de troca no império português: tangas, xerafins, pardaus, pardaus de ouro ou santomés, bazarucos e rúpias na Índia portuguesa; 15 patacas em Macau; zimbos e cauris em Angola. (CARRARA, 2020, p. 34).

Em consonância com a nossa perspectiva e a de Ângelo Carrara, Fernando Cerqueira Lima e Rita Martins de Sousa, (LIMA; SOUZA, 2017) consideraram que o crescimento da economia a partir do último quartel do século XVIII, resultou em uma ampliação da demanda por dinheiro e, por conseguinte, um incremento na oferta de moedas de ouro.

Pedro Puntoni, faz uma leitura muito interessante sobre a moeda no período colonial, onde coloca que problemas de ordem conjuntural, eram tomados pelos contemporâneos como estrutural. A escassez de moeda não era estrutural, mas era tratada como se fosse. Segundo o autor:

A percepção da falta de moeda está presente em situações delimitadas, de crises e de aumento das tensões estruturais entre os pólos do sistema colonial, e a historiografia que considera estrutural a escassez da moeda tomaria como argumentos uma leitura transversal da documentação — projetando situações conjunturais para um plano explicativo estrutural. (PUNTONI, 2013, p.274-275).

Ao que tudo indica, a historiografia mais tradicional sobre o tema, cometeu o mesmo equívoco identificado por Puntoni para os contemporâneos do período colonial. A escassez monetária, mesmo sendo um característica importante da economia colonial, não deve ser observada de modo estático, perene, indiferente às conjunturas econômicas, mas, pelo contrário, deve ser examinada, considerando as questões de sazonalidade que permeia qualquer economia inserida no tempo e no espaço, inclusive a economia baiana colonial. Quando a escassez pecuniária esteve acentuada, isso nem sempre ocorreu, por uma característica estática inerente ao sistema colonial e as práticas mercantilistas.⁸⁹

Concluimos esta seção afirmando que não houve uma grave escassez pecuniária na Bahia entre os anos de 1777 a 1808. Provando que o crédito e a liquidez da economia colonial, devem ser tratados em termos de conjuntura e, não em termos estruturais, seja pensando o Império português, seja refletindo o Brasil colonial como um todo.

É necessário pensar a temática da presença de numerário na colônia, de forma circunscrita. A liquidez variou em maior e em menor grau, diversas vezes durante o longo

⁸⁹ Estamos nos referindo neste caso, especificamente à prática do entesouramento.

período colonial, assim, como também variou nos diferentes espaços da colônia. De acordo com o que compreende José Jobson de Andrade Arruda (1980), haviam “regiões monetárias”, ou seja, aquelas onde se desenvolviam atividades econômicas voltadas para as trocas. Nestas regiões, se fazia necessário uma considerável monetização. Por outro lado, haviam regiões “não monetárias”, localizadas onde se desenvolviam atividades voltadas para a economia de subsistência. Nestes locais, as atividades econômicas funcionavam com ínfima monetização.

Além da variação no tempo e no espaço, o meio sonante na Bahia colonial, circulou em níveis diversos, nos distintos grupos sociais. Como pode ser visto ao longo do capítulo, tanto a moeda, quanto o crédito, foi acessado em níveis diferentes pelas várias camadas socioeconômicas da Bahia do final do período colonial.

6 RIQUEZA E CRÉDITO: A TRAJETÓRIA ECONÔMICA DE CUSTÓDIO FERREIRA DIAS

Esta última seção inspira-se teoricamente nas abordagens da micro-história italiana, nomeadamente, na lógica de excepcionalidade-normalidade apresentada pela primeira vez, por Carlo Ginzburg, na qual o historiador demonstra o quanto é fértil para a compreensão histórica o jogos de escalas, capaz de observar as especificidades de um objeto, sem limitar a percepção estrutural na qual este objeto está inserido. (GINZBURG, 2006; GINZBURG, CASTELNUOVO, PONI, 1989).

Metodologicamente, esta seção está apoiada nas concepções de trajetória histórica desenvolvida por François Dosse (2009) Em outras palavras, o que se fará neste espaço, é reconstituir a trajetória econômica de Custódio Ferreira Dias, sem perder de vista, a economia e a sociedade na qual ele estava inserido.

A escolha por este indivíduo se justifica por ter sido ele, um dos mais ricos negociantes e mais poderosos credores da Bahia no final do período colonial. As estratégias, atitudes, decisões e investimentos deste sujeito, embora traga consigo, as especificidades inerentes da vida de um indivíduo, desvelam, em boa medida, o comportamento social do seu grupo social, o dos homens de negócio da Bahia no final do período colonial.

Filho legítimo de Manoel Dias Monteiro e Luisa Ferreira Dias, Custódio Ferreira Dias nasceu na Província do Douro, região do Porto (Portugal) no ano de 1751. Veio para o Brasil ainda muito jovem, onde buscou a sorte como mercador. Em Salvador conheceu uma moça de família nobre, Joaquina Josefa de Santana Bandeira, doze anos mais nova, com quem se casou e teve quatro filhos: José Ferreira Bandeira, Joaquim Ferreira Bandeira, Ana Joaquina dos Prazeres Bandeira e Pedro Ferreira Bandeira.

Ferreira Dias, além do sucesso financeiro, buscou reconhecimento social de igual magnitude, através do ingresso em instituições religiosas como a Santa Casa de Misericórdia da Bahia, onde foi admitido como irmão de maior condição em 9 de abril de 1775, aos vinte e quatro anos de idade.⁹⁰ Faleceu vinte e seis anos depois, em 17 de agosto de 1801 na cidade da Bahia aos cinquenta anos de vida. Seu corpo foi sepultado na Igreja de São Pedro.

Custódio Ferreira Dias foi o indivíduo mais rico encontrado na Bahia entre os anos de 1777 e 1808, objeto desta tese, com fortuna avaliada em cerca de 304:000\$000 réis, era senhor de quatro engenhos, grande proprietário de terras, fazendeiro de gado e proeminente senhor de escravizados. Era, também, um poderoso homem de negócios, atuando no comércio transatlântico de mercadorias e no tráfico transoceânico de escravizados. Possuía dois

⁹⁰ ASCMB, Livro 5º, fl. 33 v. de Termos de Irmãos 09/04/1775 a 30/10/1797. Estante A, numeração 5.

armazéns e um trapiche próximo ao mar para facilitar os carregamentos do comércio de exportação. Era ainda um expressivo credor, pois possuía a segunda maior dívida ativa do período. Seus créditos a receber importavam em 125:000\$000 réis, equivalendo a 40% do seu patrimônio.

6.1 O PATRIMÔNIO

6.1.1 Propriedades urbanas

Custódio Ferreira Dias possuiu muitas propriedades urbanas localizadas em Salvador e em seu termo. A principal residência da família nessa urbe era uma casa nova, de sobrado e com lage, ampla, arejada e confortável, construída de pedra e cal na Conceição da Praia. Possuía também uma casa de descanso, lazer e veraneio, situada na Boa Viagem, extramuros da cidade do Salvador. Detinha ainda algumas moradas de casas térreas para aluguel que mediam duas braças e meia de largura, situadas na Rua Direita de Santo Antônio Além do Carmo que foram avaliadas em trezentos mil réis.

Além das propriedades residenciais para usufruto e aluguel, Custódio Ferreira Dias possuía algumas propriedades urbanas de cunho comercial, como um grande Trapiche na “pancada do mar”, e dois armazéns náuticos próximos a ele. Estes trapiches e armazéns ocupavam papel central nos negócios de carga do negociante. Era ali na Conceição da Praia que os açúcares produzidos nos engenhos de Custódio situados no termo da Vila de São Francisco do Conde, ao norte do Recôncavo, eram armazenados antes de serem enviados para a Europa ocidental. A soma das cifras das avaliações das propriedades urbanas do negociante atingiu a quantia de 18:300\$000 réis.

6.1.2 As propriedades rurais

O português que enriqueceu por meio do comércio de longa distância, do tráfico e da atividade creditícia, não se contentou em controlar uma relevante fatia do mercado de crédito e do comércio soteropolitano setecentista, como um dos homens mais ricos da Bahia no final do período colonial, buscou diversificar seus negócios, atuando também na produção do principal gênero de exportação: o açúcar.

Percebendo a conjuntura favorável de retomada da economia de exportação, não teve dúvidas e investiu na aquisição de terras valiosas do massapê no Recôncavo da Bahia. Em pouco tempo montou um engenho e adquiriu outros três em funcionamento. Algumas destas

aquisições tiveram sua negociação facilitada, pela insolvência dos antigos proprietários.⁹¹ Alguns deles tinham entre seus principais credores, justamente Custódio Ferreira Dias, quando já era um dos maiores prestamistas da Bahia colonial.

A pulverização dos negócios de Custódio Ferreira Dias não se deve unicamente a elementos econômicos. Embora não se negue a habilidade e a sua astúcia em perceber a conjuntura favorável da economia açucareira baiana, é relevante mencionar que deve ter pesado em sua decisão, a certeza de que, ao se tornar um grande senhor de engenho, de terras, e de escravizados, havia ele sedimentado um percurso sólido rumo ao topo da hierarquia social da Bahia colonial.

João Fragoso e Manolo Florentino apontam estas mesmas características para os homens de negócio da praça mercantil do Rio de Janeiro neste período. Segundo os autores, a migração dos grandes homens de negócio de setores mais lucrativos como o comércio, para setores menos rentáveis como a aquisição de imóveis para alugueis ou a aquisição de terras e escravizados, é resultado de um ideal aristocrático presente nestas elites econômicas.

Não é difícil demonstrar que essa reconversão implicava perdas substanciais...Tratava-se, enfim, de abandonar ramos cuja rentabilidade era das mais expressivas entre os negócios coloniais... a transformação do grande comerciante em rentista urbano e/ou senhor de homens e de terras denotava a presença de um forte ideal aristocratizante, identificado ao controle de homens e á afirmação de certa distância em face do mundo do trabalho. Nada mais natural, em se tratando de uma elite mercantil forjada em meio a um sistema no qual a realização da produção escravista pressupunha a contínua reiteração da hierarquização e exclusão dos outros agentes sociais. (FLORENTINO, FRAGOSO, 1998, p. 230-232).

O movimento observado por Fragoso e Florentino em relação aos negociantes da praça comercial do Rio de Janeiro no final do período colonial, pode ser constatado para a praça da cidade da Bahia no mesmo período. Não obstante, entendemos que tal perspectiva precisa de algumas ressalvas, pelo menos para o caso que acompanhamos de perto, a trajetória econômica de Custódio Ferreira Dias. Entendemos que este tipo de afirmação é perigosa por dois motivos: em primeiro lugar por transferir completamente as respostas da história econômica para o plano da história das ideias ou das mentalidades; e, em segundo lugar, por induzir a uma interpretação dos sujeitos do período colonial, como desprovidos de racionalidade econômica. Neste último aspecto, deve-se distinguir nitidamente a racionalidade econômica, muito forte no final do período colonial, com a racionalidade capitalista, esta última de fato não podia existir.

⁹¹ APEB. Seção Judiciária, nº de classificação 04/1741/2211/05, ano: 1801. Inventário *post-mortem* de Custódio Ferreira Dias.

Não enxergamos as mudanças nos comportamentos das elites mercantis coloniais no que tange às suas áreas de investimento, como uma migração de suas atividades, mas com uma diversificação destas. Portanto, a aquisição de terras, escravizados e engenhos, por Custódio Dias, por exemplo, não se constitui enquanto uma atitude paradoxal na ótica da acumulação de capitais haja vista que não houve um abandono das atividades anteriores (mercantis e usurárias), mas um incremento e ou diversificação dos setores de atuação deste(s) indivíduos.

Custódio Dias, com a aquisição de seus quatro engenhos, passou a controlar, não apenas boa parte do crédito e do comércio na soterópolis e em sua hinterlândia, como também, passou a comandar parte relevante da produção por meio da aquisição de engenhos de açúcar no Recôncavo. Ademais, produzir o principal produto de exportação e imobilizar capital em terras e escravizados, pode ter sido considerado pelo negociante, como um investimento mais seguro do que o comércio de longa distância e a agiotagem. Destarte, não há nenhuma incongruência no comportamento do negociante. O argumento em curso não tem o propósito de negar a existência nos membros da elite mercantil baiana do final do período colonial, de uma mentalidade arraigada numa cultura não capitalista. Apenas não concordamos com a ideia de que o “ideal aristocratizante” foi o principal fator determinante. Em outras palavras, não ignoramos o fato de que estes indivíduos tinham estratégias de ascensão social, entretanto, a diversificação das áreas de investimento/atuação não se dá em momento de crise da economia de exportação, mas pelo contrário, no auge da retomada da economia primário-exportadora, o que permite inferir que, mesmo que pautados por um suposto projeto de aristocratização, como afirmam Fragoso e Florentino (2001), os grandes homens de negócio da colônia não aplicaram este projeto a qualquer custo, realizando-o intempestivamente, em um momento de crise da economia colonial, por exemplo, mas, tal movimento foi implementado, sobretudo em um momento de bonança, onde havia maior margem para arrojos nos investimentos econômicos ou nos projetos de cunho social.

O que queremos afirmar, é que o final do período colonial, é o momento propício para as elites econômicas colocarem em prática seus ideais de cunho nobiliárquico, sem abrir mão dos ganhos materiais. Isto fica muito evidente, para o caso do negociante Custódio Ferreira Dias, que pautou suas decisões sobre áreas de atuação e investimentos pela esfera econômica.

A seguir trataremos com riqueza de detalhes a constituição da riqueza de Custódio Ferreira Dias invertida em propriedades rurais, destacando os seus quatro engenhos de açúcar localizados ao norte do Recôncavo.

a produção de açúcar de seus engenhos escoava para Salvador por percursos terrestres. Isso justifica, por exemplo, a baixa presença de escravizados marinheiros, sendo identificados apenas quatro marinheiros, em um universo de trezentos e trinta e seis escravizados, ou seja, 1,19% do total. E a grande quantidade de gado vacum e cavalariço, trezentos e dezoito reses da primeira espécie e cento e vinte da segunda.

As terras do Engenho Patrocínio de São José, “O Macaco”, foram avaliadas em 20:000\$000 réis. Além desta quantia, somou-se mais 1:500\$000 réis de pastagens. No engenho havia também muitas construções. Identificamos uma casa de vivenda, adaptada para ser uma pequena capela, com oratório de madeira com detalhes em prata que foi avaliada em 145\$000 réis.

Localizamos também algumas moradas de casas térreas em taipa cobertas com telhas ocupadas por agregados e lavradores. Encontramos quatro imóveis com estas características: a casa em que morava Pedro Antônio, avaliada em 60\$000 réis, a casa em que residia Manoel de Saldanha, avaliada em 80\$000 réis, a residência de João Batista Leitão, que por se encontrar numa condição de maior desgaste, foi avaliada em 46\$000 réis, e uma casa com portas e janelas danificadas, avaliada em 30\$000 réis.

As edificações com menor valor econômico dentre todas, foram as senzalas. Eram construções de taipa, cobertas com palhas de variados tipos, a exemplo da piaçava. Encontramos quarenta e quatro senzalas para abrigar negros, avaliadas a 4\$000 réis cada, totalizando 176\$000 réis. Por um lado, a senzala era a construção mais humilde do engenho, na outra ponta se situava a casa do engenho. Ela tinha a função de abrigar os equipamentos utilizados para o beneficiamento da cana.

A casa do engenho Macaco possuía dezoito pilares grossos de pedra e cal, fornalha, casa de caldeiras, casa de purgar com paredes de pedra e barro, casa de caixaria com três balcões de secar o açúcar, cercada de varanda por todos os lados e coberta por telhas. Esta edificação foi avaliada em 3:200\$000 réis.

As benfeitorias existentes no engenho em forma de edificações totalizaram o valor de 3:737\$000 réis. Além das benfeitorias do engenho, algo que possuía um valor econômico considerável, eram os equipamentos responsáveis pelas etapas do processo produtivo de beneficiamento da cana. A moenda, por exemplo, em qualquer engenho colonial possuiria estimado valor. No Engenho Macaco havia duas delas, que foram avaliadas juntas em 800\$000 réis.

Os equipamentos de cobre e ferro a exemplo de caldeiras, taxos e paróis, também possuíam valor econômico alto. Encontramos para este engenho duas caldeiras de cobre, uma

maior, que pesou quarenta e oito arrobas, avaliada em 768\$000 réis; e, outra, um pouco menor, pesando 40 arrobas, avaliada em 563\$200 réis. Entre os artigos de cobre, registramos ainda, a presença de quatro taxas com quarenta e seis arrobas cada, que juntos foram avaliados em 647\$680 réis e, mais quatro taxas, estes constituídos de ferro, que pesavam quarenta e cinco arrobas, e juntos foram avaliados em 233\$600 réis.

Encontramos também um parol de caldo quente em cobre, com o peso de nove arrobas e meia, que por se considerar a 16\$000 réis cada arroba, totalizou a cifra de 152\$000 réis. De cobre houve ainda duas bacias com sete arrobas cada, que consideraram os avaliadores por serem usadas, 14\$500 réis por arroba, totalizando o montante de 98\$560 réis. Os demais artigos em cobres eram objetos de baixo peso que somados totalizaram a cifra de 20\$240 réis.

Identificamos também no Engenho do Macaco um alambique em mal estado de conservação que possuía seis arrobas e meia de cobre. O equipamento completo foi avaliado em 66\$560 réis.

Por fim, deve-se trazer a quantidade de formas de ferro que acolhia o produto em fase final de preparação para purgação, formando os pães de açúcar. O quantitativo delas serve para estimar a capacidade produtiva do engenho. No Macaco havia trezentos e sessenta formas que foram avaliadas a \$400 réis cada, totalizando o valor de 120\$000 réis.

O Engenho do Macaco, além de receber cana de outras propriedades, gozava de um bom volume produtivo de plantação de cana. Havia uma quantidade considerável de roças de cana e, também, a presença de alguns lavradores de cana obrigada. Identificamos quatorze tabuleiros de canas, sendo quatro de canas a corte⁹², quatro de socas⁹³, um de cana com folha⁹⁴, dois tabuleiros de cana de rego⁹⁵ e três de canas velhas. As áreas destas plantações possuíam tamanho variado, de um até dezesseis tarefas.⁹⁶ As plantações com uma tarefa foram avaliadas em 8\$000 réis, já as que atingiram a extensão de dezesseis tarefas foram avaliadas em 224\$000 réis. Estas unidades de plantação de cana somadas, atingiram setenta e seis tarefas e meia em extensão e perfizeram o valor de 1:087\$000 réis.

A partir dos dados apresentados, podemos estimar o valor do Engenho do Macaco, considerando suas terras, pastos, matos, roças, construções, equipamentos e benfeitorias em 30:000\$000 réis.⁹⁷

⁹² Plantações de cana aptas a serem cortadas pela primeira vez.

⁹³ Era uma denominação dada para a cana que crescia após o primeiro corte.

⁹⁴ Canas muito novas para a colheita.

⁹⁵ A plantação se dá em terras mais altas e menos úmidas.

⁹⁶ A tarefa é uma terminologia utilizada na agricultura da cana-de-açúcar. Suas medidas variavam bastante nas diferentes capitânicas do Brasil colonial. Na Bahia uma tarefa corresponde a 4.356 m².

⁹⁷ Este valor exclui o preço dos escravizados que ganhou um tópico a parte na presente seção.

As terras do Engenho Nossa Senhora da Conceição, “o Buraco”, foram ainda mais valiosas do que o Engenho do Macaco já apresentadas. Somadas foram estimadas em 25:000\$000 réis, este valor desconsidera as pastagens para o gado e as benfeitorias, a exemplo, dos cercamentos que foram avaliados em 400\$000 réis.

A casa do engenho foi a edificação mais valiosa, considerada pelos avaliadores em bom estado de conservação, estimaram em 1:400\$000 réis. As demais construções existentes no Engenho do “Buraco” foram duas pequenas casas de taipa cobertas com palhas, habitadas por lavradores, que foram avaliadas juntas em 14\$000 réis. E mais dezoito senzalas de pretos avaliadas cada uma a 4\$000 réis, perfazendo o montante de 72\$000 réis.

A moenda do engenho foi avaliada em 600\$000 réis, além dela, havia uma caldeira de cobre que pesava setecentos e noventa e duas libras⁹⁸, cada libra foi estimada em \$500 réis, o que fez o montante de 396\$000 réis.

Identificamos o registro da existência de cinco taxos de cobre que juntos pesavam 1.808 libras, cada libra foi estimada em 480 réis e, a soma total dos referidos taxos em cobre montou em 867\$840 réis. Em cobres, identificamos ainda, uma bacia com o peso de cento e duas libras avaliada em 30\$600 réis, e demais cobres miúdos que juntos pesaram quarenta e quatro libras e foram estimados na cifra de 15\$840 réis.

O Engenho do Buraco produzia cana para moagem numa proporção consideravelmente menor do que o Engenho do Macaco. Identificamos cinco tabuleiros de canas, todas a corte. As áreas destas plantações possuíam tamanho variado, de dois até onze tarefas. As plantações com duas tarefas foram avaliadas em 16\$000 réis, já as que atingiram a extensão de onze tarefas foram avaliadas em 154\$000 réis. Somadas estas unidades de plantação de cana atingiram trinta e duas tarefas em extensão e perfizeram o valor de 414\$000 réis.

A partir dos dados apresentados, podemos estimar o valor do Engenho do Buraco, considerando suas terras, pastos, matos, roças, construções, equipamentos e benfeitorias em 29:210\$000 réis.

As “terras e matos” do Engenho Santíssima Trindade, “o Mamão”, foi avaliada em 21:000\$000 réis, acresce a este valor, 600\$000 réis referentes aos pastos, cercas e demais benfeitorias não especificadas.

A edificação mais valiosa do engenho Mamão foi a casa do engenho, avaliada em 2:300\$000 réis. Além desta, foi possível identificar duas casas de taipa cobertas de telha, cada

⁹⁸ Uma libra pesava o equivalente a 126,32 oitavas ou 453 gramas.

uma avaliada em 45\$000 réis, e mais vinte e duas senzalas, avaliadas cada uma a 4\$000 réis, o que fez o valor total de 88\$000 réis.

Dentre os instrumentos do engenho mais valiosos, destacam-se a moenda em bom estado de conservação, com todos os seus acessórios, avaliadas em 600\$000 réis, uma caldeira grande de cobre com mil cento e vinte libras de peso, avaliada a \$500 réis cada libra, o que somou 560\$000 réis, um parol com quatrocentas libras de peso, a \$400 réis cada libra, o que fez 160\$000 réis, além de cinco taxos de cobre, com o peso unitário de duas mil e vinte e seis libras, que por se considerar o valor da libra a \$400 réis, montou os referidos taxos no valor total de 810\$400 réis.

O Engenho Mamão produzia uma quantidade razoável de cana. Constatamos sete tabuleiros de canas, sendo quatro de canas de rego e três de canas de soca. As extensões destas unidades variaram de tamanho, entre um até oito tarefas, e os seus valores variaram entre 8\$000 réis e 120\$000 réis. Somadas, estas unidades de plantação de cana atingiram vinte e oito tarefas e meia em extensão e, foram avaliadas em 375\$000 réis.

As terras do Engenho São Francisco do Caruassú foram as mais valiosas dentre os quatro engenhos de Custódio Ferreira Dias. Situado entre o rio Joanes e o rio Maçóim (atualmente entre os municípios de São Francisco do Conde e São Sebastião do Passé), elas foram avaliadas em 30:000\$000 réis, dez contos a mais do que as terras do engenho do Macaco e, respectivamente, nove e cinco contos de réis mais valiosas do que as terras dos engenhos Mamão e o Buraco. As benfeitorias dos pastos, que eram examinadas a parte, montaram em mais 1:240\$000 réis.

Havia várias edificações no Engenho Caruassú. A principal delas era a casa do engenho, que fora avaliada em 1:200\$000 réis. Além desta, a unidade contava também, com uma morada de casas com estrebaria junto ao engenho, que foi avaliada em 300\$000 réis, mesmo valor da capela, que apesar de ter sido construída com tijolos, encontrava-se à época, bem deteriorada.

Além das edificações já mencionadas, o engenho contava com algumas casas de morada. Geralmente, estas casas de morada eram simples, na maioria das vezes, feitas de taipa. Não obstante, este não foi o caso da casa habitada pelo Alferes Manoel Alberto, cujo valor esteve muito acima dos valores médios das casas de morada construídas nas propriedades rurais de Custódio Ferreira Dias. A casa ocupada pelo Alferes, por ser uma casa de tijolos, cobertas com telhas, com sala assoalhada de taboado em bom estado de conservação, foi avaliada em 140\$000 réis.

Outras duas casas de morada foram de Félix Ferreira de Moura, e do lavrador de cana Pedro dos Mares Fiúza, ambas eram de taipa, cobertas com telhas e foram avaliadas respectivamente em 40\$000 e 50\$000 réis. Encontramos ainda, mais três casas de morada que não se pôde identificar o valor. Eram também habitadas por lavradores de cana, nomeadamente: Manoel Teixeira, Narciso Decarto e Dona Ana Maria da Silva.

A presença considerável de casas de morada e a constatação de que a maioria de seus ocupantes eram lavradores, demonstra a preocupação de Ferreira Dias com o fornecimento de cana para a moagem, bem como indica seu cabedal econômico e político, capaz de promover uma “argamassa humana” formada por homens livres que orbitavam em torno do engenho submetidos ao seu controle e proteção. (FERLINI, 2002, p. 26). Estes elementos conjuntamente indicam que o este negociante-senhor de engenho, elaborou estratégias para moer cana o ano inteiro, indo de encontro à sazonalidade típica da produção açucareira nos engenhos do Recôncavo da Bahia no período colonial.⁹⁹

Ainda sobre as construções, devem-se mencionar as dezessete senzalas cobertas de palha, que avaliadas em 4\$000 réis cada, totalizou 68\$000 réis.

Os equipamentos de cobre e ferro do Engenho Caruassú também atingiram valor considerável. Apenas a moenda foi avaliada em 500\$000 réis. Já a caldeira de cobre pesou trinta arrobas, avaliada a 12\$800 réis casa arroba, perfiz o montante de 384\$000 réis. Não menos valoroso, foram os demais equipamentos de cobre. Identificamos duas taxas que juntas pesaram vinte e três arrobas e vinte e nove libras, estimadas no mesmo valor de 12\$800 réis da caldeira, cada arroba, foi avaliada em 306\$000 réis. Outra taxa de cobre menor pesando duas arrobas a vinte e nove libras, considerando-se o mesmo valor por arroba, avaliaram em 165\$200 réis. Dois paróis de cobre denominados do norte, um maior, pesando dez arrobas e sete libras e outro menor, pesando cinco arrobas e dez libras, avaliaram em 178\$920 réis. Merece destaque também, “três taxas de ferro cuado todas com quarenta e quatro arrobas e vinte e nove libras a cinco mil cento e vinte réis a arroba e todas avaliadas em 229\$920”. E os fins artigos em cobre e ferro miúdos que somados atingiram a cifra de 12\$480 réis.

As canas do Engenho Caruassú foram as seguintes: cinco tabuleiros de canas, sendo um tabuleiro de cana de rego, um de canas velhas e três tabuleiros que não se pôde identificar a qualidade. As extensões destas unidades variaram de tamanho, entre um até dez tarefas, e os seus valores variaram entre 8\$000 réis e 150\$000 réis. Somadas estas unidades de plantação de cana atingiram vinte e sete tarefas em extensão e foram avaliadas em 366\$000 réis.

⁹⁹ O plantio da cana-de-açúcar no Recôncavo colonial se dava geralmente entre final de fevereiro ou início de março até final de agosto ou início de setembro, enquanto a colheita e o beneficiamento da cana ocorriam geralmente entre agosto e final de abril.

Abaixo, incluímos a Tabela nº 8 que sintetiza os valores e a quantidade dos principais bens existentes em cada engenho de Custódio Ferreira Dias.

Tabela 8
Bens existentes nos engenhos de Custódio Ferreira Dias

	Terras	Pastos	Edificações	Equipamentos de cobre e ferro	Roças de cana	Escravizados	Totais
Engenho Macaco	20:000\$000	1:500\$000	3:737\$000	3:403\$280	1:087\$000	107	30:447\$280
Engenho Mamão	21:000\$000	600\$000	2:478\$000	2:130\$400	375\$000	60	26:583\$400
Engenho Caruassú	30:000\$000	1:240\$000	2:098\$000	1:776\$520	366\$000	64	35:480\$520
Engenho Buraco	25:000\$000	400\$000	1:486\$000	1:910\$280	414\$000	59	29:210\$280

Fonte: APEB. Seção Judiciária, nº de classificação 04/1741/2211/05, ano: 1801. Inventário *post-mortem* de Custódio Ferreira Dias.

A referida Tabela nº 8, demonstra que o principal engenho de Custódio Ferreira Dias foi o Engenho Macaco. Embora, curiosamente, suas terras fossem a mais barata dentre as quatro unidades, o valor das edificações, dos pastos, dos equipamentos de ferros e cobres, as plantações de cana e a quantidade de escravizados, com cento e sete cativos, desvelam o grande poderio produtivo deste engenho. Entretanto, a pequena disparidade de valor entre eles, por outro lado, indica que em conjunto todos eram relevantes para as finanças do referido negociante-senhor.

6.1.3 Semoventes

Produzir uma história econômica do período colonial passa necessariamente por entender o valor dos principais bens da época. Desta forma, terras, escravizados, casas e gados se constituem enquanto elementos referenciais de valores e preços para uma melhor compreensão da economia e da sociedade colonial.

A quantidade total de gado vacum de Custódio Ferreira Dias fez o quantitativo de trezentos e dezoito reses e foi avaliada em 3:524\$000 réis. Apesar de ser uma cifra vultosa e um número muito acima da média da posse de gado vacum de seus contemporâneos, é necessário ressaltar que Ferreira Dias não era um grande pecuarista, seus animais serviam quase que exclusivamente para as atividades ligadas à plantação de cana e a produção do açúcar.

As fontes, além da quantidade, e do valor unitário, indicam também a função e as características dos animais. No presente estudo, a grande maioria do gado vacum foi descrito

como “bois mansos e de carro”, o que revela se tratar de animais utilizados no transporte de carga.

A outra descrição para o gado vacum era: “bois de roda”. Estes eram exceção, pois a função de moer a cana era destinada principalmente para o gado cavalariço. De fato, apenas dois bois foram descritos como “bois de roda ou de moenda.” Afinal quanto valia uma cabeça de gado vacum em Salvador e em seu termo no final do período colonial? Considerando apenas a espécie, e ignorando todas as variáveis como idade, peso, se macho ou fêmea, condição de saúde e função, tem-se que uma res de gado vacum valia em média 11\$081 réis. Se considerarmos apenas os bois mansos de carro, esta média sobe 14%, saltando para 12\$630 réis cada res. De fato, um boi manso de carro parece ter sido o mais valioso entre todos os tipos de gado vacum. Ele custava entre dez e vinte mil réis, enquanto um “boi magro posto a engorda e para amansar”, valia menos da metade, seis mil réis em média.

As vacas que tinham a função de procriar e fornecer leite como alimento para a Casa Grande, possuíam um valor médio de 25% menor ao da média geral, avaliadas 8\$352 réis cada. Já as “crias”, ou seja, os bezerros e as novilhas valiam um pouco mais de um terço do que a média geral do gado vacum na Salvador do final do período colonial, 3\$703 réis cada, em média.

Como dissemos Custódio Dias não era um pecuarista, não criava animais para a venda, seus mais de quatrocentos animais tinham a função de transportar mercadorias e pessoas entre os seus quatro engenhos no Recôncavo e Salvador, onde possuía seus demais negócios, auxiliar na moagem da cana e atuar em demais atividades agrícolas.

A função do gado cavalariço era principalmente como força motriz para moagem da cana-de-açúcar. Ao todo Ferreira Dias, possuiu cento e vinte cabeças de gado cavalariço, que, somadas, atingiram o montante de 1:870\$000 réis. Utilizando a propriedade semovente de gado cavalariço de Custódio Ferreira Dias, podemos afirmar que um cavalo em Salvador e em seu termo no final do período colonial valia em média 15\$583 réis, valor 40% superior ao gado vacum.

Encontramos três tipologias distintas de descrição acerca do gado cavalariço: Gado de moenda ou de roda, cavalos do serviço do engenho e cavalos de passeio e transporte. A partir destas características buscamos estabelecer o valor médio de cada um, separadamente. Os mais valorizados eram os cavalos de “roda ou de moenda”, chegaram a valer 25\$000 réis, sendo sua média de 18\$500 réis. Seguidos pelos cavalos de passeio ou transporte que foram avaliados em 16\$000 réis em média. E, por fim, os cavalos ditos comuns, do serviço rural e do engenho, avaliados 12\$000 réis em média.

6.2 OS ESCRAVIZADOS

Custódio Ferreira Dias era proprietário de um vasto contingente de escravizados. Ao todo, contabilizamos um total de trezentos e trinta e seis almas escravizadas que somadas foram avaliadas na vultosa cifra de 35:018\$000 réis. Para se ter uma ideia do alto valor que esta soma representava, considerando apenas o ativo “escravo”, o valor mencionado já colocaria Ferreira Dias entre os vinte homens mais ricos da Bahia entre fins do século XVIII e início do século XIX. (MASCARENHAS, 1998, p. 245-248).

Numa sociedade escravista, não é de se espantar que um dos homens mais ricos da Bahia no final do período colonial, fosse também, o maior senhor de escravizados de sua época. Confrontando os dados com as informações de Maria José Rapassi Mascarenhas (MASCARENHAS, 1998, p. 189), confirma-se que ninguém possuiu mais escravizados do que Custódio Ferreira Dias em Salvador, entre os anos de 1777 e 1808. O único senhor de escravizados que se aproximou do quantitativo de Ferreira Dias, foi José Pires de Carvalho e Albuquerque, com trezentos e dez almas. Os demais grandes senhores da época não conseguiram ultrapassar a barreira dos trezentos cativos. (MASCARENHAS, 1998).

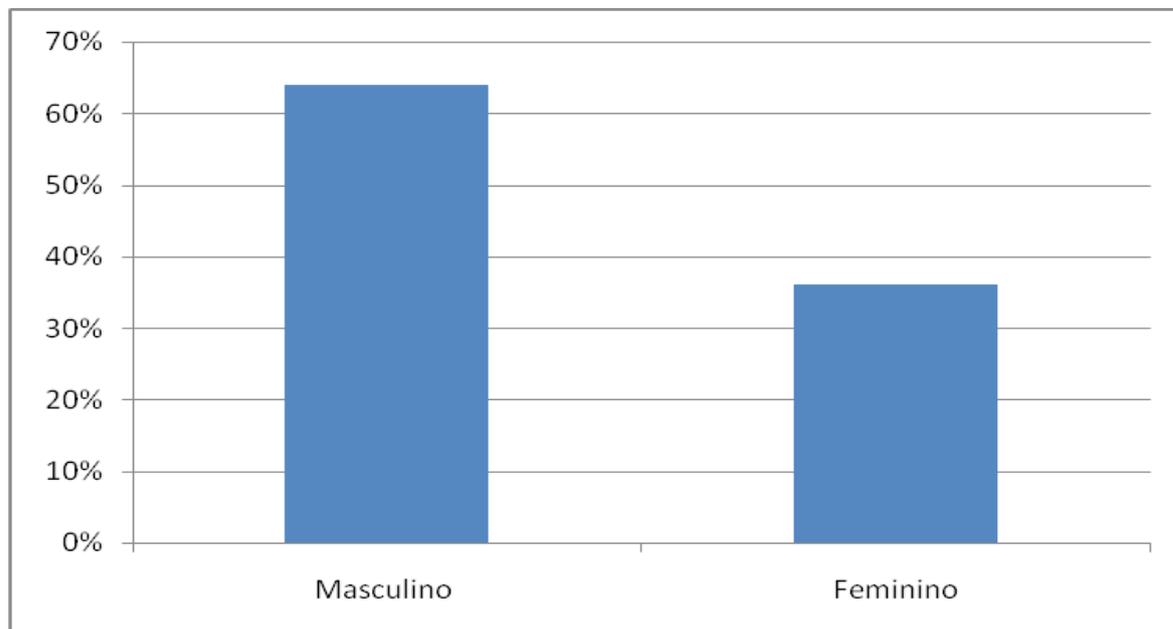
Para cuidar do vasto e variado patrimônio de Custódio Ferreira Dias, formado por casas urbanas, casas de lazer, trapiches, armazéns, roças, muito gado vacum e cavalar, além de quatro engenhos, era de fato, necessário um grande volume de mão de obra.¹⁰⁰

6.2.1 Sexo, faixa etária e origem étnica

O Gráfico nº 11 demonstra que Custódio Ferreira Dias, assim como a grande maioria dos senhores de engenho da Bahia no final do período colonial, optaram por adquirir muito mais homens do que mulheres como força de trabalho. Dos trezentos e trinta e seis escravizados contabilizados, duzentos e quinze eram do sexo masculino e cento e vinte e um, eram do sexo feminino, como se pode verificar no gráfico a seguir:

¹⁰⁰ Em anexo, traremos uma tabela detalhada com o nome, a origem étnica e a faixa etária de todos os escravizados pertencentes aos herdeiros de Custódio Ferreira Dias.

Gráfico 11
Divisão dos escravizados por gênero



Fonte: APEB. Seção Judiciária, nº de classificação 04/1741/2211/05, ano: 1801. Inventário *post-mortem* de Custódio Ferreira Dias.

A quantidade de homens em relação a de mulheres escravizadas foi significativa. Em termos percentuais, 64% dos escravizados de Ferreira eram do sexo masculino, contra 36% do sexo feminino. Schwartz (1988, p. 286) considera que a predominância masculina pode ter sido causada pela preferência dos senhores de engenho pela força de trabalho de homens, pela pouca atenção que se deu à capacidade reprodutiva das mulheres no período colonial e pela menor disposição dos fornecedores africanos em fornecer mulheres e crianças para os europeus.

Antes de apresentarmos os dados sobre a faixa etária dos cativos, cabe uma nota prévia sobre a nomenclatura adotada resultante de uma análise criteriosa das fontes. Após esta, adotamos as definições estabelecidas por Kátia Mattoso (2003), com modificações. Segundo a qual molequinho/molequinha eram indivíduos com idade que variavam entre zero e sete anos. Moleque/moleca era o termo adotado para se referir a crianças escravizadas com idade entre oito e quatorze anos. Molecão/molecona seriam os escravizados com idade entre quinze e dezoito anos.

Os termos negro/negra e moço/moça eram empregados para designar os escravizados em fase adulta, com idades que variavam entre os dezenove e os trinta e cinco anos. A nomenclatura velho/velha foi utilizada pela autora quando se tratava de escravizados com trinta e cinco anos ou mais. (MATTOSO, 2003, p. 86).

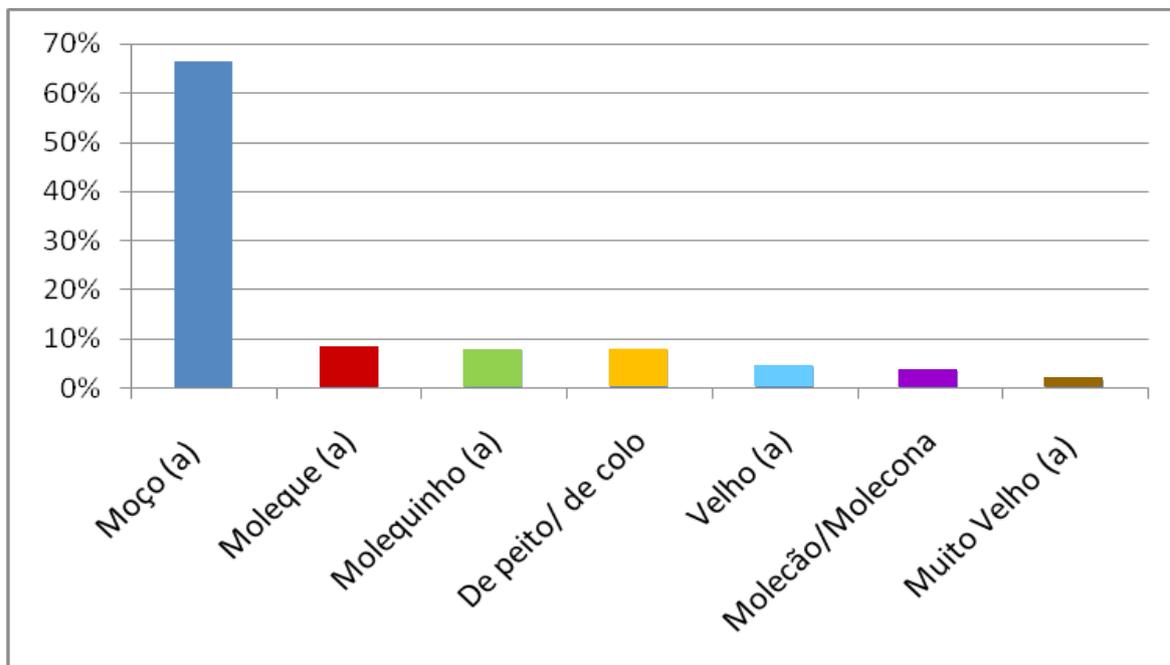
Além destas classificações, incluímos mais duas categorias etárias, a primeira relacionada aos escravizados muito jovens, “os molequinhos”. Entendemos que o termo molequinho adotado por Mattoso (2003), não dá conta das complexas variações dentro da tenra idade. O que fizemos foi desdobrar o termo molequinho em dois grupos menores, criando um subgrupo para a primeira fase da vida. Denominamos esta nova categoria de “escravizados de peito/de colo”, se tratava de escravizados com faixa etária de zero aos três anos de idade.

Já a terminologia “molequinho, foi mantida e utilizada para representar os escravizados entre quatro e sete anos de idade. Esta definição permite um olhar mais aprofundado por temáticas importantes da escravidão no período colonial, tais como taxa de natalidade, crescimento vegetativo da população escrava, e taxa de mortalidade. Ademais, a variação de preço entre os escravizados “de peito/ de colo” e os “molequinhos ou crioulinhos”, negros que já sabiam andar e falar, era significativa, aspecto que não deve ser negligenciado, haja vista que é um elemento que está intimamente relacionado ao exame das taxas de mortalidade infantil no período colonial, índice que deve ter sido muito alto, sobretudo quando envolveu a população escravizada.

O outro aperfeiçoamento que fizemos a partir das definições de Mattoso (2003), estão relacionados aos “velhos”. Para a autora, a partir dos trinta e cinco anos, um escravo na Bahia do século XIX, já poderia ser considerado velho, até aí nenhuma objeção, mas, assim como os muito jovens, tal conceito relacionado ao “escravo velho”, é demasiadamente vago e não dá conta das especificidades endógenas a esta categoria. Por isto, também neste caso, criamos outro subgrupo, que denominamos “muito velhos”. Este termo, fornecido pela própria documentação, permite perceber com maior profundidade a taxa de depreciação ao longo do tempo no preço do cativo na Salvador colonial, além de se aproximar com mais exatidão da expectativa de vida da população escrava na Bahia no final do período colonial.

Consideramos como “muito velhos”, os escravizados que possuíam idade igual ou maior que cinquenta anos. O termo “muito velho” aparece algumas vezes na documentação e tem um padrão que permite distingui-los dos demais, sobretudo quando comparado à categoria “velhos”, esta distinção fica patente. Enquanto os “velhos”, possuíam valor econômico, ainda que reduzido, os considerados “muito velhos”, apesar de definidos e classificados no inventário, eram considerados uma propriedade sem nenhum valor econômico.

Gráfico 12
Divisão dos escravizados por faixa etária



Fonte: APEB. Seção Judiciária, nº de classificação 04/1741/2211/05, ano: 1801. Inventário *post-mortem* de Custódio Ferreira Dias.

O Gráfico nº 12 que representa a divisão dos escravizados de Custódio Ferreira Dias por faixa etária demonstra a forte presença do escravizado adulto em relação às demais faixas etárias, que, em nenhum caso, atingiu sequer os 10%. A estrutura etária dos engenhos da Bahia colonial era de fato formada por poucas crianças. Schwartz (1988) analisando seis engenhos baianos em 1816 encontrou apenas 14% dos cativos com idade inferior a oito anos. Segundo o autor, mesmo com a ampliação da faixa etária para quatorze anos, este número não chegaria a 20%. (SCHWARTZ, 1988, p. 289).

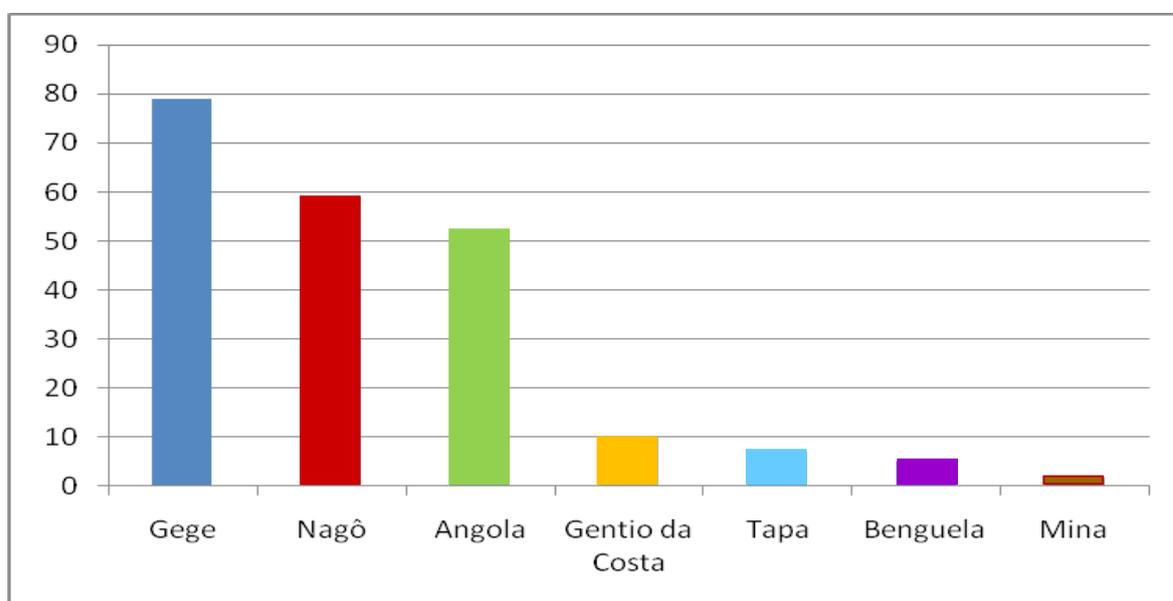
As crianças escravizadas abaixo dos oito anos de idade representaram 16% do total de escravizados de Ferreira Dias. Quando ampliamos para a faixa denominada “moleques”, ou seja, escravizados com idade até os quatorze anos, este percentual sobe para 24%. Apesar de a Bahia ter se constituído ao longo de todo o período colonial como um dos terminais mais relevantes do tráfico transoceânico de escravizados, e apesar de Custódio Ferreira Dias, não estar alheio a esta conjuntura, mas pelo contrário, atuou intensamente tanto no tráfico, quanto na utilização da mão de obra cativa em seus engenhos de açúcar. O fato é que a taxa de fecundidade em suas propriedades rurais esteve acima da média dos dados apresentados por Schwartz (1988).

Acerca da origem étnica, podemos perceber que dos trezentos e trinta e seis escravizados pertencentes à fortuna de Custódio Ferreira Dias, pelo menos, duzentos e

quatorze deles, ou seja, 63,7% do total nasceram no continente africano e foram trazidos para o Brasil por meio do tráfico transatlântico. Schwartz afirma que “a população escrava na Bahia sempre foi composta por grande parcela de estrangeiros, provavelmente possuindo em média 70% de africanos desde 1600 até o fim da era colonial.” (SCHWARTZ, 1988, p. 289).

O percentual um pouco menor de escravizados importados da África no inventário de Ferreira Dias deve ter sido coberto pela taxa de natalidade ligeiramente superior a amostra de Schwartz. A seguir, traremos o Gráfico nº 13 que evidencia a diversificação étnica destes indivíduos. Foram identificados sete grupos étnicos distintos, como veremos a seguir:

Gráfico 13
Diversificação étnica dos escravizados nascidos na África



Fonte: APEB. Seção Judiciária, nº de classificação 04/1741/2211/05, ano: 1801. Inventário *post-mortem* de Custódio Ferreira Dias -

Como se pode verificar a partir do Gráfico nº 13, havia predominância de escravizados Geges, Nagôs e Angolas, respectivamente, sendo que a presença Gege foi mais destacada em relação a todos os demais grupos étnicos. Ao todo foram identificados setenta e nove escravizados Geges. Os Nagôs vieram em seguida totalizando cinquenta e nove escravizados, número muito próximo ao de escravizados angola, cinquenta e dois dos escravizados pertencentes ao sujeito histórico desta seção, eram desta origem étnica.

Os demais grupos étnicos tiveram participação pequena em relação aos três grupos já apresentados. Foram identificados dez indivíduos como do Gentio da Costa, sete escravizados de nação Tapa, cinco Benguelas e dois Minas.

O Gráfico nº 13 está inserido naquilo que se convencionou chamar na historiografia da Bahia, de “ciclo da Baía do Benin”. Ou, seja, um forte período de chegada de africanos na Bahia vindos da África Ocidental, mais especificamente, da parte setentrional do Golfo da Guiné. Este ciclo teve início por volta das últimas décadas do setecentos e no limiar do século XIX quando: “sob a pressão da Inglaterra o tráfico é declarado ilegal ao norte do Equador, e sobretudo após 1830, quando se torna inteiramente ilícito, o tráfico brasileiro desloca-se para África Oriental...” (MATTOSO, 2003, p. 37). Por este motivo, há uma grande quantidade de etnias Iorubás oriundas desta região ocidental da África, a exemplo dos Geges e Nagôs. A também relevante presença escrava de angolas na Bahia do final do período colonial aponta que a ideia cíclica de tráfico pode deturpar a realidade.

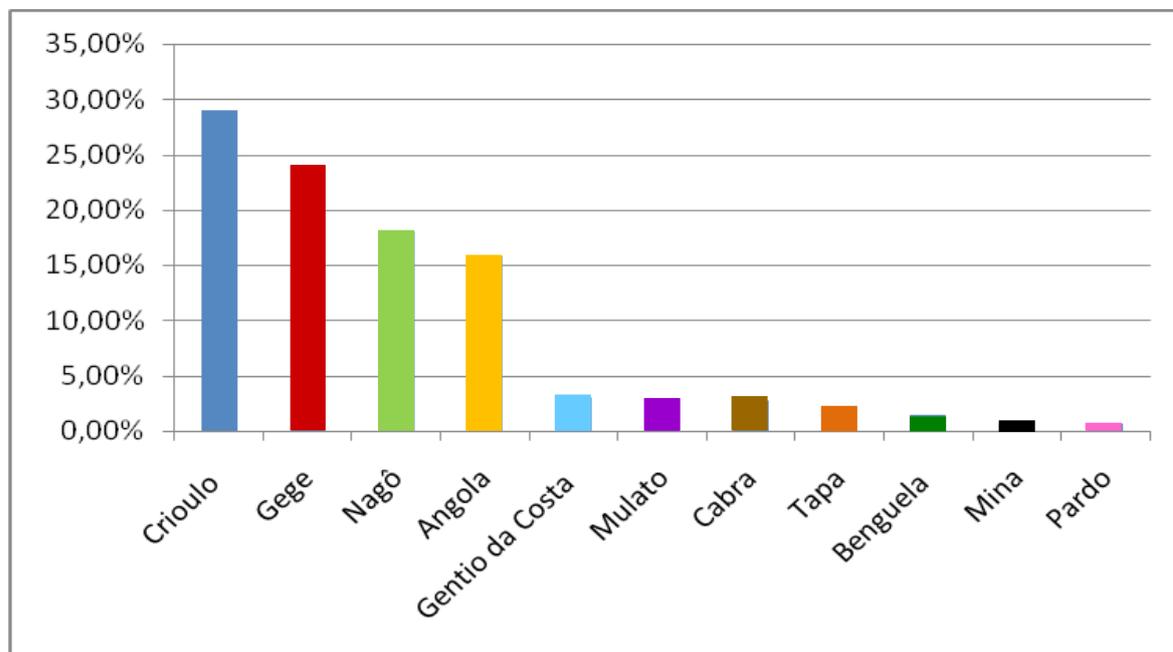
Embora se saiba que o porto de São Paulo de Luanda se constituiu neste período como principal fornecedora de escravizados para as capitânicas do sul: Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, respectivamente, (MATTOSO, 2003, p. 36) isto não impedia que a Bahia recebesse um relevante afluxo de escravizados angola. (XIMENES, 2013)

Sobre este aspecto Cristiana Lyrio Ximenes se valendo de uma intervenção de Mariza Soares sobre a importância de estudar as rotas minoritárias diz:

O interesse pelas rotas majoritárias e a importância das pesquisas realizadas sobre elas terminou por provocar uma desatenção sobre as rotas minoritárias. Com isso, por exemplo, uma investigação mais acurada deixava de ser realizada tanto sobre os contratos comerciais, diretos ou indiretos, entre o Rio de Janeiro e a Baía do Benim, quanto às ligações entre Bahia e Pernambuco e Angola. (XIMENES, 2013, p. 16).

O Gráfico nº 14, a seguir, traz a etnia dos escravizados sem distinguir os nascidos na África, dos nascidos no Brasil. Somam-se às sete etnias africanas já mencionadas no Gráfico nº 13 mais quatro terminologias, a saber: crioulo, mulato, cabra e pardo. Incluindo estas quatro últimas nomenclaturas relacionadas à miscigenação, temos no próximo gráfico, um quadro bastante representativo do perfil étnico da escravidão na Bahia do final do período colonial. Tivemos o privilégio de conseguir identificar a origem étnica de 97,9% dos trezentos e trinta e seis escravizados presentes no inventário de Custódio Ferreira Dias.

Gráfico 14
Diversificação étnica dos escravizados de Custódio Ferreira Dias



Fonte: APEB. Seção Judiciária, nº de classificação 04/1741/2211/05, ano: 1801. Inventário *post-mortem* de Custódio Ferreira Dias.

Como se verifica no Gráfico nº 14, os escravizados considerados crioulos, foi o grupo com maior representatividade dentro do universo total dos escravizados de Custódio Ferreira Dias, representou 29% do total, (noventa e cinco escravizados), seguidos dos escravizados de nação Gege que representou 24% ou (setenta e nove escravizados do computo total. Em terceiro lugar, os escravizados nagôs que significaram 18% do total ou (cinquenta e nove cativos). Na quarta posição tem-se os escravizados angola com representatividade de 15,8% do total, o que em termos absolutos significou cinquenta e dois cativos. Na quinta colocação, os cativos classificados como do gentio da Costa representaram 3% do montante ou dez escravizados. Na sexta posição, empataram os escravizados considerados mulatos, juntamente com cabras, ambos representaram 2,7 % do computo geral, ou nove escravizados cada. Os escravizados de origem Tapa, com 2,1 %, com sete almas, vieram logo em seguida na sétima posição. Na oitava colocação, os benguela, com participação ainda menor, representaram apenas 1,5% (cinco cativos), superior apenas aos escravizados Mina e os pardos, que empatados na última colocação, representaram 0,6% dos escravizados cada, o que significa dois escravizados para cada etnia.

Ao somarmos crioulos, mulatos, cabras e pardos, temos que cento e quinze ou 35% dos escravizados pertencentes ao inventário de Custódio Ferreira Dias que nasceram em terras brasileiras. Esta relativamente alta quantidade de escravizados nascidos no Brasil demonstra

como a escravidão estava sendo mantida não apenas pelo tráfico transatlântico de escravizados, mas, também, pela reprodução natural. O exemplo destes crioulos nascidos nas terras de Custódio Dias ou adquiridos por meio da compra de outras regiões da colônia, permitem inferir que havia uma preocupação de alguns senhores em reduzir custos, evitando ao máximo, repor sua força de trabalho por meio da compra de novos cativos, estimulando a ampliação da população escravizada, por meio do aumento da taxa de fecundidade.

A amostragem estudada não é suficiente para transformar esta hipótese em afirmação, seja por atitude deliberada ou como mero acaso, causado pelo resultado do grande volume de cativos pertencentes a um dos maiores senhores de escravizados da Bahia no final da era colonial, o fato é que, o bom índice de reprodução natural em terras de Custódio Ferreira Dias, se assemelhou ao de algumas instituições religiosas, que estimulavam a fecundidade entre seus escravizados. Schwartz afirma que alguns jesuítas e, principalmente, os beneditinos, adotaram:

...uma política em favor de proporções mais equilibradas entre os sexos, casamentos e condições propícias à reprodução... Ao contrário de muitos senhores de escravos no Brasil colônia, os beneditinos parecem ter incentivado a formação de unidades familiares...Dados da Bahia indicam que havia algo de verdade nessa crença. Um exame das propriedades beneditinas entre 1652 e 1710 revela números relativamente altos de crianças, variando de 20 a 24% de uma a outra propriedade. (SCHWARTZ, 1988, p. 292-3).

O autor afirma que os engenhos administrados por algumas instituições religiosas eram mais propensos a permitir o casamento entre escravizados e que, este casamento tinha como consequência estimular as taxas de natalidade dentro da unidade produtiva. A nossa pesquisa diverge dos resultados obtidos pelo autor, quando este considera que os engenhos laicos possuíam baixa taxa de natalidade entre escravizados. O número de crianças nas propriedades de Custódio Ferreira Dias foi igualmente proporcional ao dos engenhos beneditinos apresentados pelo autor. Considerando-se o contexto, sua afirmativa é ainda mais questionável. Os dados expostos por Schwartz estão circunscritos a uma fase desfavorável da economia açucareira, o que permite deduzir que seus números podem estar superestimados quando analisados na longa duração. Em outras palavras, sua análise sobre a presença de crianças nos engenhos beneditinos se insere entre meados do século XVII e início do setecentos, período quase todo marcado pela crise da economia açucareira, o que estimularia os produtores de açúcar a buscar medidas alternativas para a reposição da escravaria que não pelos meios tradicionais do tráfico transatlântico. O inverso tenderia a predominar em épocas positivas da economia de exportação, como em quase todo o período de vida do negociante Custódio Dias, a segunda metade do século XVIII. Nesta conjuntura de retomada da

economia de exportação do açúcar, a confiança dos produtores se restabelecia, permitindo investir mais na reposição de mão de obra cativa por meio do tráfico.

Custódio Dias, sendo o maior credor e um dos mais importantes traficantes e senhores de engenho da Bahia no final do período colonial, vivendo em um momento áureo da economia açucareira baiana após 1792, com a Revolução em São Domingos, lucrava duplamente com o ativo escravo, seja utilizando-o como mão de obra nos seus engenhos e lavouras, seja como mercadoria, na condição de traficante, abastecendo parte da praça comercial da Bahia no período. Não parece ter tido motivos aparentes para estimular a taxa de fecundidade entre escravizados. Mas assim o fez. Seria uma exceção? Ou a premissa de que os engenhos seculares tinham taxa de natalidade escrava muito maior do que os engenhos laicos é uma falácia? Outra questão: Seria a taxa de natalidade entre escravizados na Bahia colonial maior do que a apontada pela historiografia sobre a Bahia? Schwartz (1988, p. 291-299), ao buscar relacionar diretamente os casamentos entre escravizados chancelados pela Igreja e o aumento da taxa de natalidade cativa preteriu as diversas e variadas outras formas de arranjos familiares entre escravizados que igualmente poderiam contribuir para o aumento da fecundidade cativa. (SCHWARTZ, 1988,). As modalidades de família escrava foram várias como nos ensina Robert Slenes para o caso da região de Campinas no século XIX, (SLENES, 1999) e Isabel Reis para a Bahia do mesmo período. (REIS, 2007).

Kátia Mattoso (1992), afirma que, por pior que fosse a conjuntura, jamais o número de escravizados nascidos no Brasil ultrapassou a barreira dos 40%. De todo modo, ter 35% do total de escravizados nascidos em terras brasílicas consiste em um número nada desprezível. Assim como o número de crianças escravas, que atingiu 24% do total da escravaria do senhor Ferreira Dias.

6.2.2 Atividades e ofícios

Antes de apresentar a divisão dos escravizados por qualificação, dividimos estes em três grandes grupos: os que realizavam atividades rurais, os que desempenhavam atividades domésticas e os que detinham algum tipo de função especializada ou ofício. Em um universo de vinte e oito terminologias distintas, a divisão inter-categorias foi a seguinte:

Quadro 3

Divisão dos escravizados por tipo de ocupação

ATIVIDADES RURAIS	11
ATIVIDADES DOMÉSTICAS	7
FUNÇÕES E OFÍCIOS	10
TOTAL	28

Fonte: APEB. Seção Judiciária, nº de classificação 04/1741/2211/05, ano: 1801. Inventário *post-mortem* de Custódio Ferreira Dias.

No total foi possível identificar a ocupação/função/especialização em duzentos e trinta e oito casos, o que representou 70,8% do total de escravizados presentes no inventário de Custódio Ferreira Dias. Destas, as atividades rurais dos escravizados e a quantidade deles ocupados em cada uma destas atividades foram as seguintes:

Tabela 9

Quantidade de escravizados por tipo de atividade rural

TIPO DE ATIVIDADE RURAL	QUANTIDADE DE ESCRAVIZADOS
Serviço de enxada	126
Serviço do Machado	6
Serviço da roça	5
De todo serviço	4
Tangedor de Cavalos	3
Serviço do Engenho	3
Caldeireiro	12
Taxeiro	8
Carreiro	15
Moendeira	13
Purgadeira	4
TOTAL	199

Fonte: APEB. Seção Judiciária, nº de classificação 04/1741/2211/05, ano: 1801. Inventário *post-mortem* de Custódio Ferreira Dias.

Foram onze funções consideradas rurais. Destas, três atividades estavam relacionadas à agricultura, seja da cana-de-açúcar e de demais gêneros alimentícios, a saber: do serviço de enxada, do serviço de machado e do serviço de roça. Identificamos também, escravizados vinculados à agricultura, seja para a plantação da cana, seja para a plantação de demais alimentos para o abastecimento interno das unidades produtivas. Nestes casos, podemos

mencionar: o serviço de enxada, o serviço do machado, o serviço da roça e a função de tangedor de cavalos.

Escravizados do serviço de enxada foram os mais comuns, com esta designação, registrou-se a quantidade de cento e vinte seis cativos, representando 63,1% de toda a população escravizada de Custódio Dias que desempenhavam atividades rurais, e 37,5% do universo total de escravizados. Estes números indicam uma forte produção agrícola, predominantemente voltada para a lavoura canavieira.

Escravizados do serviço de machado, perfizeram o computo total de seis indivíduos. Apesar da proximidade entre as funções, elas não são idênticas, os escravizados do serviço do machado, diferentemente dos do serviço da enxada, que tinham seu trabalho voltado para a agricultura da cana-de-açúcar, possuíam a função principal de fornecer lenhas para o engenho, além de serem responsáveis pelo corte de madeira, seja desmatando áreas para a ampliação da área cultivada, seja fornecendo madeiras para as obras de construção, para a confecção de mobiliário doméstico ou para instrumentos e ferramentas necessárias ao funcionamento da unidade produtiva.

Os escravizados do serviço de roça, por sua vez, constituíam-se enquanto mão de obra especializada na agricultura de subsistência, produzindo alimentos para o suprimento da demanda da propriedade. Não obstante, estas três categorias não eram estanques, o que implica que estes escravizados poderiam ser deslocados entre o machado, a enxada e a roça, conforme a vontade do senhor ou a necessidade da unidade produtiva, que pode estar relacionada a vários fatores, a exemplo da sazonalidade, do clima, da conjuntura econômica e de demandas excepcionais, isto, no entanto, não anula a percepção de uma relativa organização social do trabalho nas propriedades rurais de Custódio Ferreira Dias.

Por fim, mencionamos mais uma função importante desempenhada por escravizados relacionados ao âmbito rural, trata-se dos tangedores de cavalos. Foram localizados três escravizados nesta categoria. O que denota a relevância do gado cavalariço, tanto como força motriz na moagem da cana e, também, como um eficiente meio de transporte terrestre.

A terminologia “de todo o serviço”, apesar de ser uma nomenclatura demasiadamente genérica, permite inferir que se tratava de escravizados com várias habilidades, que poderiam desempenhar múltiplas funções ou que poderiam atuar na função de mando, coordenando algumas atividades e ou grupos de escravizados ou, ainda, auxiliando em diversas funções, atuando como elo entre setores distintos.

Seis funções estavam intimamente relacionadas à produção do açúcar. Eram atividades que representam as várias etapas do processo produtivo do engenho, a saber: serviço do engenho, caldeireiro, taxeiro, carreiro, moendeiro e purgadeira.

Nas propriedades de Custódio Ferreira Dias, as atividades domésticas foram realizadas exclusivamente por mulheres. A tabela nº 10 traz a quantidade de escravizadas por tipo de atividade doméstica.

Tabela 10
Quantidade de escravizadas por tipo de atividade doméstica

TIPO DE ATIVIDADE DOMÉSTICA	NÚMERO DE ESCRAVIZADAS
Costureira	4
Cozinheira	2
Lavadeira	1
Rendeira	1
Bordadeira	1
Que trata das crianças	1
Serviço de casa	7
TOTAL	17

Fonte: APEB. Seção Judiciária, nº de classificação 04/1741/2211/05, ano: 1801. Inventário *post-mortem* de Custódio Ferreira Dias.

A Tabela nº 10 demonstra que foi sete o número de qualificações das escravizadas relacionadas às atividades domésticas, tais como: cozinheira, lavadeira, costureira, rendeira, bordadeira, que trata das crias e do serviço de casa. Estas funções raramente traziam retorno econômico, pois não se tratava de nenhum tipo de investimento nas principais atividades econômicas de Custódio Ferreira Dias, pelo contrário, elas representavam do ponto de vista estritamente econômico, em custo ou despesa à Casa do negociante.

Como se pode observar dezessete escravizadas, ou 7,6% do total da população escrava adulta de Ferreira Dias, estavam deslocadas para o desempenho de funções domésticas relacionadas ao cotidiano, ao conforto, ao requinte, ao luxo, à pompa, à suntuosidade, ao *status* e ao prestígio do dito senhor e de seus familiares.

A grande quantidade de escravizadas domésticas pode ser explicada dentre várias coisas, pelo grande contingente humano que pertencia à Casa do senhor Custódio Ferreira Dias, formado por: esposa, filhos, genros, noras, demais parentes e agregados, o que promovia uma robusta demanda nos cuidados com a saúde, alimentação, conforto e estética.

Tabela 11

Quantidade de escravizados por tipo de ofício

TIPOLOGIA DAS ATIVIDADES E DOS OFÍCIOS	QUANTIDADE DE ESCRAVIZADOS
Carregador de cadeira	7
Marinheiro	4
Carpinteiro	2
Serralheiro	2
Barbeiro	2
Cabeleleiro	1
Alfaiate	1
Pedreiro	1
Ferreiro	1
Sangrador	1
TOTAL	22

Fonte: APEB. Seção Judiciária, nº de classificação 04/1741/2211/05, ano: 1801. Inventário *post-mortem* de Custódio Ferreira Dias.

Mais uma vez, há uma gama variada de ocupações no caso da categoria funções e ofícios, consistindo em dez no total. A escolha desta nomenclatura se deve ao fato de que se tratava de escravizados com um alto nível de qualificação que deveria trazer retorno financeiro seja de forma direta, através do desempenho de suas funções para o seu senhor, ou de forma indireta, através da prestação de serviços a outrem por meio do aluguel da mão de obra.

Encontramos dentre estes escravizados, dois barbeiros, um cabeleireiro e um alfaiate. Certamente, quando não estavam a serviço do senhor e de sua família, estes escravizados vendiam seus serviços nas principais ruas comerciais de Salvador. Do mesmo modo, os escravizados com qualificações para obras de construção, como: carpinteiro, ferreiro, pedreiro e serrador, quando estavam ociosos e não desempenhavam nenhuma função em obras de manutenção, ampliação e aperfeiçoamento do patrimônio imóvel de Custódio Ferreira Dias, certamente atuavam como escravizados de ganho na urbe baiana setecentista. (ANDRADE, 1988)

Já os quatro escravizados marinheiros encontrados, apesar de terem função altamente especializada para a época, quase nunca deveriam estar disponíveis para prestar serviços remunerados a outrem, pois, sendo o seu senhor proprietário de quatro engenhos no Recôncavo, dono de trapiches em Salvador e traficante de escravizados da costa africana para

a Bahia, dificilmente estes marinheiros que faziam as viagens de cabotagem entre Salvador e o Recôncavo, e de longa distância, sobretudo para a África estariam ociosos.

Os carregadores de cadeira, apesar de ser dentre as funções apresentadas, aquela que exigisse o menor nível de qualificação, nem por isso, era uma função menos importante. Pelo contrário, sua forte demanda social, talvez justifique ter sido a ocupação com maior quantidade de escravizados dentro da categoria (atividades e ofícios) da Tabela nº 11.

Utilizada principalmente por mulheres da alta sociedade baiana, as cadeiras de arruar, indubitavelmente constituíram-se como o principal meio de transporte urbano de curta distância utilizada pelas elites coloniais. A família Ferreira Dias, não ficava alheia a esta demanda e utilizava com frequência este meio de transporte. Isso é revelado, não apenas pela quantidade de escravizados que desempenhavam a função de carregador de cadeira, como também, pela quantidade destes veículos. Custódio Dias possuía quatro cadeiras de arruar. É provável que devido a esta quantidade acima da média, parte destas, pelo menos, uma ou duas, ficassem exclusivas para uso da família, enquanto as demais fossem disponibilizadas para auferir rendimentos diários através da prestação de serviços dos seus escravizados nas ruas da capital da Bahia.

A considerável quantidade de carregadores de cadeiras de arruar, além de demonstrar que, de fato, a família vivia com grande conforto, pompa e luxo, indica, ainda, que, o dito senhor, possivelmente lucrava com o serviço de aluguel de seus carregadores e cadeiras. Nenhuma moça ou senhora da nobreza da terra, andava sem ser acompanhada por serviçais ou transitava se expondo ao sol ou ao olhar da gente comum no cotidiano da soterópolis. Portanto, as cadeiras de arruar, além de denotar conforto e luxo, através de seus adornos, prevenia as mulheres das elites locais de boatos, burburinhos e comentários indesejados, algo que se encaixava perfeitamente com a lógica patriarcal. Certamente, Custódio não gostaria que sua filha e sua mulher estivessem sendo vistas, cobiçadas ou desejadas.

Mesmo, os homens, da alta sociedade baiana, quando não estavam a cavalo ou em charretes, apelavam para os serviços dos carregadores de cadeira, sobretudo para se deslocar entre a área comercial da cidade (cidade baixa) até a parte residencial da cidade, concentrada na parte alta da urbe, evitando assim o desgaste físico de subidas a pé por ladeiras íngremes.

Existia algumas características específicas que eram consideradas para se designar um escravizado para o desempenho da função de carregador de cadeira. Ao que tudo indica os escolhidos para o desempenho desta função, eram: escravizados adultos, saudáveis e fortes, conhecedor dos principais percursos da cidade, além de não possuir um comportamento hostil, sendo necessariamente “dócil”, ou seja, no prisma do senhor, além dos atributos físicos

já elencados, ser gentil, cortez e discreto, eram características necessárias para ser um bom carregador de cadeira, a fim de evitar insatisfações e aborrecimentos do passageiro ao longo da viagem.

Por conta do grande contingente humano que pertencia à Casa do senhor Custódio Ferreira Dias, o que já se constituía numa robusta demanda nos cuidados com a estética, as vestimentas, o status, o prestígio e a pompa no ato de se deslocar de um lugar a outro bem vestido, bem penteado e, ou bem barbeado em luxuosas cadeiras de arruar, entendemos que alguns escravizados tais como, cabeleireiro, barbeiro, alfaiate e carregadores de cadeira dividiam seu tempo, atuando a ganho no desempenho de suas funções nas ruas de Salvador ou suprimindo a demanda interna da Casa grande através de seus serviços.

Por fim, dentre os escravizados especializados mencionados na Tabela nº 11, menciona-se o sangrador. Diante da escassez de médicos especializados na Bahia colonial, a figura do sangrador possuía uma relevância fulcral nesta sociedade. (PIMENTA, T. S.; DANTAS, R. A., 2014). A importância desta função altamente especializada, principalmente entre os escravizados, revela-se no alto valor econômico que o cativo com esta especialidade atingia.

O escravizado mais valioso encontrado no inventário de Custódio Ferreira Dias no final do século XVIII foi um sangrador, estimado em 300\$000 réis. Este indivíduo deveria realizar sua função de forma itinerante, circulando entre as diversas propriedades, localizadas tanto na capital, quanto no Recôncavo baiano. Acreditamos, no entanto, que seu trabalho concentrava-se na maior parte do tempo, no âmbito rural, pela grande quantidade de escravizados localizados nas zonas de *plantation*.

6.2.3 Os números absolutos

Considerando um dos maiores senhores de escravizados da Bahia no final do período colonial e ignorando variáveis como: idade, sexo, estado de saúde e nível de especialização, temos que o preço médio geral do cativo na Bahia no período foi de 111\$522 réis. Nas páginas seguintes, buscaremos apresentar o valor da mão de obra escravizada a partir de cada uma das especificidades já mencionadas anteriormente.

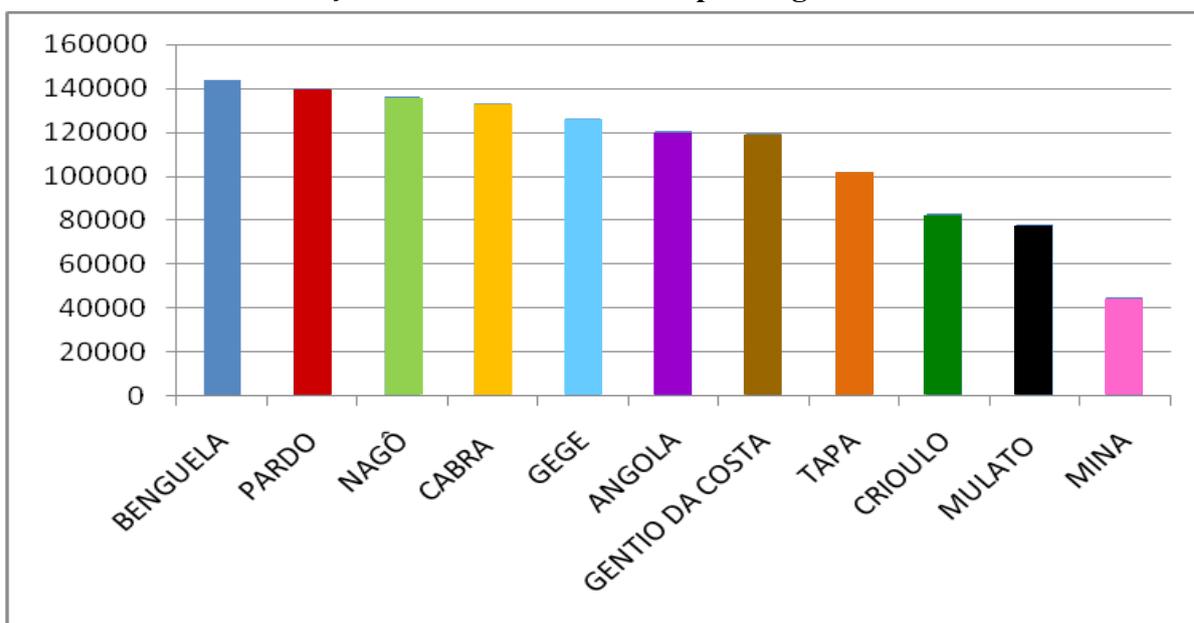
Quadro 4
Preço médio da mão de obra por sexo

SEXO	PREÇO MÉDIO
FEMININO	93\$642
MASCULINO	121\$029

Fonte: APEB. Seção Judiciária, nº de classificação 04/1741/2211/05, ano: 1801. Inventário *post-mortem* de Custódio Ferreira Dias.

Como se pode observar do Quadro nº 4 o valor do cativo masculino foi superior ao da mulher escravizada em terras brasílicas. Isso fica evidente no preço, sendo a mulher escravizada em média 30% menos valiosa do que o homem escravizado. Esta valorização da mão de obra masculina em relação à feminina tem relação com a opção dos senhores colonial, em considerar os homens como mais aptos ao trabalho pesado da grande lavoura açucareira. Como vimos em páginas anteriores, dentre os cativos de Custódio Ferreira Dias, 64% era formado por escravizados do sexo masculino.

Gráfico 15
Preço médio dos escravizados por origem étnica



Fonte: APEB. Seção Judiciária, nº de classificação 04/1741/2211/05, ano: 1801. Inventário *post-mortem* de Custódio Ferreira Dias.

Como se pode observar a partir do Gráfico nº 15, não houve tanta oscilação no valor do cativo quando o critério foi a origem étnica. A maioria das etnias tiveram preço que variaram dos 120\$000 réis, como são os casos dos escravizados com denominação angola e do gentio da Costa, a 140\$000 réis aproximadamente, como foram os casos dos nagô, cabra e pardo. Esta pequena variação tem como uma das principais explicações a regularidade da

oferta de africanos vindos da África Ocidental entre fins do século XVIII e princípio do século XIX. (VERGER, 1988, p. 53-210).

O alto valor econômico dos escravizados de denominação angola e benguela, demonstra que apesar da presença cada vez maior de navios negreiros portugueses na Costa da Mina, o tráfico com a África Centro-Ocidental continuou ativo na fase do ciclo da Baía do Benim (VERGER, 1988, p. 53-210).

Outro aspecto que se observa no Gráfico nº 15 é o alto valor dos cabras e pardos, com preços semelhantes ao dos escravizados nascidos no continente africano. Parte da historiografia tende a afirmar que isto tem relação com o fato de que os escravizados nascidos no Brasil, por já estarem adaptados com o idioma e a cultura local, seriam menos resistentes em aprender as atividades a serem realizadas. (VERSIANI, VERGOLINO, NOGUERÓL E RESENDE, 2013, p. 9).

O inverso acontecia com os escravizados nascidos em África que “...chegam ao Brasil muito rudes e muito fechados e assim continuam por toda a vida.” (ANTONIL, 2007, p.98). Mas, então como explicar os valores bem mais baixos dos crioulos e mulatos, na faixa dos 80\$000 réis? Sabe-se que a quantidade de homens escravizados na Bahia sempre foi muita alta e tem haver com a preferência dos senhores de escravizados, pela mão de obra masculina. Schwartz analisando “1913 escravos arrolados em inventários de engenhos e fazendas de cana mostrou uma proporção global de 185 homens para cem mulheres, variando de 123 em 1710-50 a 233 durante a expansão da atividade açucareira após 1793” (SCHWARTZ, 1988, p. 288).

É justamente durante a expansão do setor açucareiro na Bahia, que boa parte desta tese esta assentada, não coincidentemente, a quantidade de escravizados encontrados no inventário de Custódio Ferreira Dias foi bastante considerável, de 178 homens para 100 mulheres. Terminologias que se refiram a escravizados com forte possibilidade de terem nascidos no Brasil, tais como: pardo, cabra e crioulo e mulato, como nos casos mencionados no Gráfico nº 15, tinham uma tendência de ter uma quantidade maior de escravizados do sexo feminino, o que pressionou o preço médio destes grupos para baixo, já que o valor de mercado da mulher escravizada foi, via de regra, mais baixo do que o do escravo.

Quadro 5
Preço médio dos escravizados por faixa etária

FAIXA ETÁRIA	VALOR MÉDIO (réis)
DE PEITO/DE COLO	27\$038
MOLEQUINHO (A)	85\$517

MOLEQUE (CA)	122\$500
MOLECÃO (CONA)	126\$666
MOÇO (A)	131\$325
VELHO (A)	64\$285
MUITO VELHO (A)	\$0

Fonte: APEB. Seção Judiciária, nº de classificação 04/1741/2211/05, ano: 1801. Inventário *post-mortem* de Custódio Ferreira Dias.

O Quadro nº 5 reflete o preço médio do escravizado considerando como variável determinante a faixa etária dos cativos. Como se pode observar, o valor médio do escravizado de peito ou de colo (do zero aos três anos), foi de 27\$038 réis. Quando molequinho, ou seja, a partir dos quatro até os sete anos, com o risco de mortalidade infantil consideravelmente menor, o valor aumentava substancialmente, para 85\$517 réis em média, valor 216% maior.

Quando moleque, a partir dos oito anos de idade, já em fase parcialmente produtiva, mas ainda não em idade reprodutiva, o valor médio sobe numa proporção menor, mas, ainda significativa, aumentando cerca de 43%, com valor médio de 122\$500 réis.

A partir dos quinze anos, já em idade produtiva e reprodutiva, a margem para a valorização do preço do escravo é muito reduzida, faltando detalhes para o alcance da vida adulta. O valor médio dos escravizados entre os quinze e os dezoito anos de idade foi de 126\$666 réis, valorização ínfima de 3,4% em relação à categoria anterior.

A partir dos dezoito anos aproximadamente, segundo a nossa classificação, o escravizado na Bahia colonial chegava ao ponto mais alto de valorização, seu valor médio atingia em média 131\$325 réis. Após este pico de valorização, a tendência da curva é se tornar descendente, refletindo a desvalorização gradual que acompanha o preço do cativo até ele ser considerado velho no contexto da economia baiana colonial, por volta dos trinta e cinco anos de idade. Nesta fase, produzindo cada vez menos, o valor de mercado do cativo acompanhava a sua queda de produtividade, sua depreciação nesta faixa etária ultrapassava os 50%. O valor médio encontrado para os escravizados entre os trinta e cinco e os cinquenta anos de idade foi de 64\$285 réis.

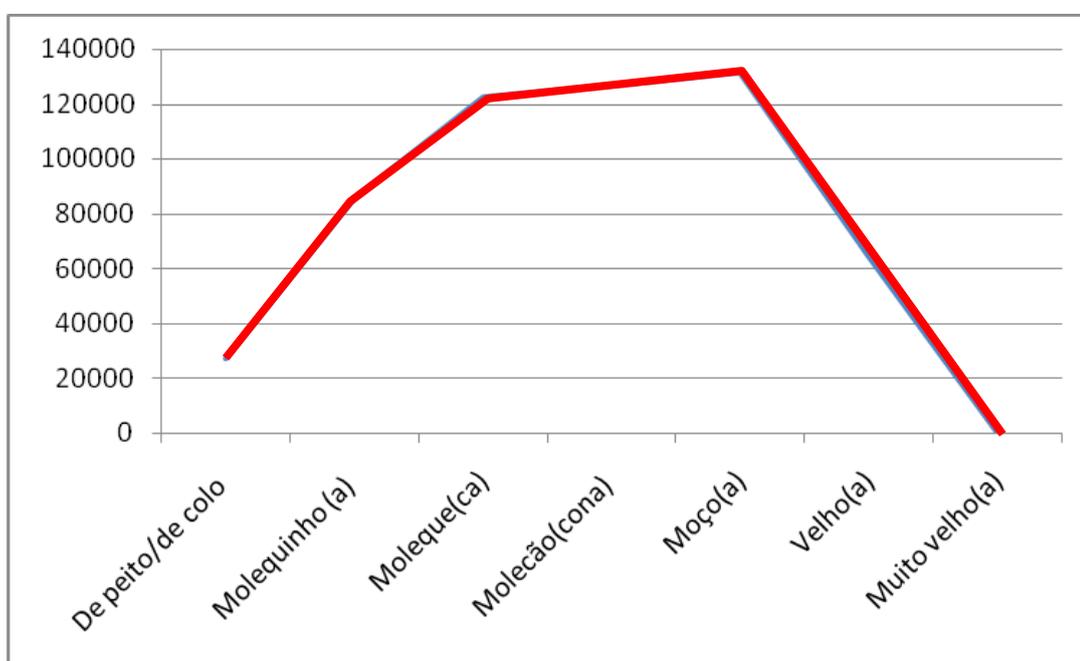
Sua desvalorização paulatina era constante até se tornar “muito velho”, por volta dos cinquenta anos de idade. Nesta faixa etária, um escravizado na Bahia colonial não possuía nenhum valor de troca (valor de mercado) e, em alguns casos, apenas valor de uso, desempenhando alguma atividade leve que não exigisse grande esforço físico.

Considerando as péssimas condições de vida na qual se assentou a escravidão moderna nos trópicos, com alta insalubridade e baixíssima expectativa de vida, a partir dos

cinquenta anos de idade, o escravizado que ainda insistia em existir, já se encontrava enfermo e debilitado. Não encontramos um escravizado “muito velho” sequer no inventário de Custódio Ferreira Dias, considerados pelos avaliadores como possuidor de algum valor econômico. Não obstante, para a segunda metade do século XIX, estas características parecem ter começado a mudar, conforme as evidências em contrário observadas por Kátia Jane Bernardo, (2010).

A seguir, tem-se uma disposição gráfica que traz uma amostra do preço médio dos escravizados na Bahia do final do período colonial a partir dos dados do inventário de Custódio Ferreira Dias.

Gráfico 16
Preço médio dos escravizados por faixa etária (mil réis)



Fonte: APEB. Seção Judiciária, nº de classificação 04/1741/2211/05, ano: 1801. Inventário *post-mortem* de Custódio Ferreira Dias.

Note-se que o Gráfico nº 16 tem o formato de U invertido, representando o baixo valor do escravizado quando ainda muito pequeno, a sua valorização que acompanha o seu desenvolvimento físico e o seu acúmulo de experiência para o desempenho das principais atividades, e a desvalorização, a partir da diminuição do vigor físico tão necessário à maioria dos trabalhos existentes para a utilização da mão de obra cativa na Bahia do final do período colonial, até se chegar ao valor zero, ou sem valor econômico, quando fisicamente já se é incapaz.

Sobre os gráficos que ilustram a variação do preço do escravizado por faixa etária no Brasil dos séculos XVI ao XIX, Flávio Versiani em trabalho coletivo com José Raimundo

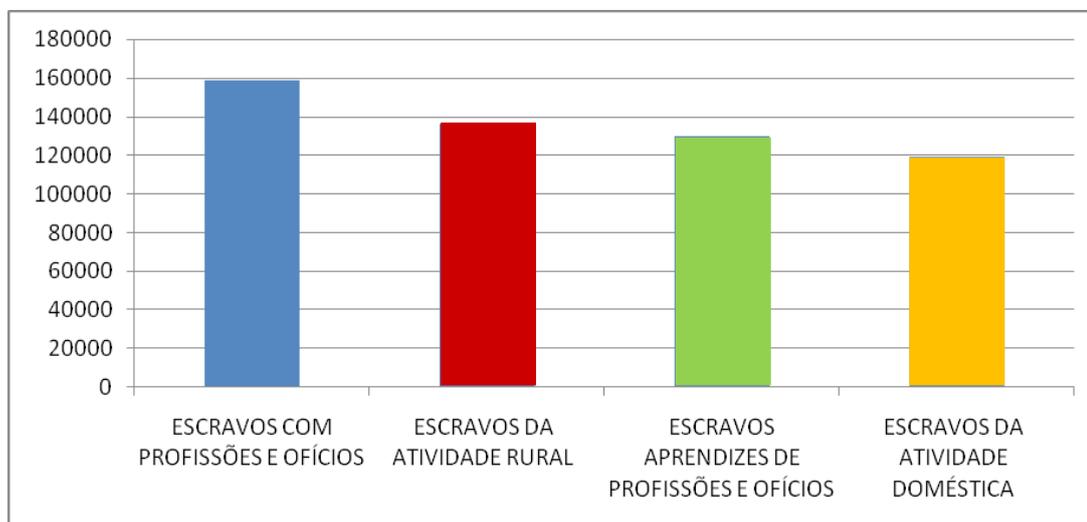
Vergolino, Luis Paulo Noguéról e Guilherme Resende (VERSIANI, VERGOLINO, NOGUERÓL E RESENDE, 2013, p. 10), afirmam que:

Esse resultado é coerente com a ideia de que a acumulação de experiência aumenta a produtividade do trabalhador cativo até uma certa idade, a partir da qual a redução do vigor físico — crucial para a maioria dos escravos, os da lavoura — marca uma tendência no sentido contrário. Estudos sobre preços de escravos mostram, tipicamente, como já mencionado, uma relação entre o preço e a idade em forma de U invertido e assimétrico, com o pico de valor de mercado ao redor de 25–30 anos, no sexo masculino, e mais próximo de 20 anos, no sexo feminino. (VERSIANI, VERGOLINO, NOGUERÓL E RESENDE, 2013, p. 10).

Além da faixa etária, uma variável também muito importante para condicionar o preço do escravizado na Bahia colonial era o nível de qualificação do cativo, como veremos a seguir.

Antes de apresentar os preços dos escravizados por qualificação/ocupação, calculamos a média do valor dos escravizados dividindo-os entre quatro categorias: os escravizados de atividades rurais, os de atividades domésticas, os escravizados com ofícios e os aprendizes, como se vê na disposição gráfica nº 17:

Gráfico 17
Valor médio do escravizado por setor de atuação (em mil réis)



Fonte: APEB. Seção Judiciária, nº de classificação 04/1741/2211/05, ano: 1801. Inventário *post-mortem* de Custódio Ferreira Dias.

Como se pode observar no Gráfico nº 17, o escravizado mais valioso era aquele que possuía algum tipo de ocupação com alto grau de especialização ou qualificação. Estes, além de reduzir os custos operacionais dos negócios, ao dispensar a contratação de mão de obra externa, ainda, poderiam oferecer ganhos adicionais ao senhor, oferecendo seus serviços a outrem. Nossa amostragem avaliou que um escravizado com este perfil valia em média 158\$677 réis.

O segundo tipo de escravizado mais valioso, eram aqueles que desempenhavam atividades rurais. Embora haja funções no âmbito rural, sobretudo nos engenhos de açúcar, que requeriam um alto nível de qualificação, como nos casos do mestre de açúcar, banqueiro e do caldeireiro, a maioria dos escravizados rurais não possuíam uma mão de obra tão valorizada. (FERLINI, 1988.) Mas, por se tratar de indivíduos que atuam nos negócios do açúcar, principal atividade da economia colonial baiana, este foi o segundo tipo de escravizado mais valioso, seu valor médio foi de 136\$361 réis.

Em terceiro lugar ficaram os escravizados aprendizes de ofícios. Estes tiveram um valor médio muito próximo ao dos escravizados rurais, valendo em média apenas 5% a menos do que a categoria anterior. O perfil deste terceiro tipo de escravizado era formado em sua grande maioria por moleques e molecões, indivíduos até os dezoito anos de idade aproximadamente. A pouca idade destes escravizados, além de significar vitalidade, simbolizava a capacidade e o potencial de aprendizado. Atuando ao lado de mestres de ofício, estes jovens, garantiam ao senhor que, na morte do mestre, teria peças de reposição mediante o treinamento destes indivíduos. Diferentemente da maioria das funções rurais, que eram realizadas por homens feitos, os aprendizes de ofício eram formados por escravizados adolescentes ou por jovens adultos. O preço médio de um escravo aprendiz na Bahia do final do período colonial girou em torno dos 130\$000 réis.

Em quarto ou último lugar, segundo nossa distribuição, ficaram os escravizados domésticos. Sua média de valor foi segundo nossa pesquisa, de 119\$166 réis, 7% a menos do que um escravo aprendiz de um ofício mecânico. O valor econômico menor se deve ao fato de que, apesar de desempenhar funções importantes, o escravo doméstico geralmente, representava apenas custos. Estes escravizados domésticos, em alguma medida, eram formados por indivíduos com média de idade mais alta, ou com limitações físicas. Estes escravizados com valor depreciado eram deslocados para atividades que teriam condições físicas de realizar.

Agora que temos noção do valor da mão de obra escrava relacionada ao âmbito de atuação, desdobraremos a questão do valor dos escravizados por tipo de função, dentre as trinta e duas atividades diferentes encontradas entre os escravizados pertencentes à Custódio Ferreira Dias. Vejamos a Tabela nº 12:

Tabela 12
Valor dos escravizados por tipo de função

ATIVIDADE DO ESCRAVIZADO	VALOR MÉDIO DO ESCRAVIZADO POR ATIVIDADE (MIL RÉIS)
FERREIRO	300\$000
BARBEIRO	180\$000
CARREIRO	179\$166
CALDEIREIRO	175\$454
SERRALHEIRO	170\$000
COSTUREIRA	165\$000
TAXEIRO	162\$500
SANGRADORA	160\$000
APRENDIZ DE FERREIRO	150\$000
CARREGADOR DE CADEIRA	146\$428
SERVIÇO DO MACHADO	146\$250
SERVIÇO DO ENGENHO	145\$000
CABELELEIRO	130\$000
BORDADEIRO	130\$000
DE TODO O SERVIÇO	126\$666
RENDEIRA	130\$000
SERVIÇO DA ENXADA	123\$852
PEDREIRO	120\$000
APRENDIZ DE CARPINA	120\$000
APRENDIZ DE BARBEIRO	120\$000
COZINHEIRA	120\$000
LAVADEIRA	120\$000
APRENDIZ DE COSTUREIRA	120\$000
MOENDEIRA	119\$090
ALFAIATE	115\$000
TANGEDOR DE CAVALOS	115\$000
SERVIÇO DE ROÇA	112\$000
MARINHEIRO	106\$666
SERVIÇO DE CASA	100\$000
PURGADEIRA	95\$000
TRATA DAS CRIAS	80\$000

Fonte: APEB. Seção Judiciária, nº de classificação 04/1741/2211/05, ano: 1801. Inventário *post-mortem* de Custódio Ferreira Dias.

A Tabela nº 12 traz o valor médio dos escravizados de Custódio Ferreira Dias por tipo de atividade. Confirma-se que quanto maior o nível de especialização, maior era o valor do cativo. O valor médio do ferreiro chegou a 300\$000 réis. Barbeiros, caldeireiros, serralheiros, costureiras e sangradores também eram funções que possuíam alto valor econômico.

Os aprendizes, considerando que a grande maioria não eram adultos, possuíam valor significativo se compararmos, por exemplo, com escravizados adultos sem especialização do âmbito rural, ou do âmbito doméstico. A maioria dos aprendizes possuiu valor na faixa dos 120\$000 réis, exceção feita ao aprendiz de ferreiro, que assim como o mestre ferreiro tiveram valor bem destacado, indicando que o cuidado com as peças de ferro e cobre eram fundamentais para o bom funcionamento dos engenhos.

Os escravizados do serviço rural sem especialização e, sobretudo, aqueles dos serviços domésticos, eram os menos valiosos, por vezes, não atingiam sequer a barreira dos 100\$000 réis.

Outra variável relevante é a oscilação do preço do escravizado por condição de saúde. Como se pode observar no Quadro nº 6, um escravizado doente na Salvador do final do período colonial chegava a valer menos da metade de um escravizado saudável.

Quadro 6

Valor médio do escravizado por condição de saúde

ESTADO DE SAÚDE	PREÇO MÉDIO
Saudável	118\$310
Doente	50\$500

Fonte: APEB. Seção Judiciária, nº de classificação 04/1741/2211/05, ano: 1801. Inventário *post-mortem* de Custódio Ferreira Dias.

O preço médio do cativo saudável foi de 118\$310 réis, enquanto o valor médio do escravizado doente foi de apenas 50\$500 réis. A diferença de valor entre ambos chama atenção pela desproporção, sendo o escravizado saudável, 130% em média, mais valioso do que um escravizado enfermo.

Kátia Mattoso afirmou que o senhor possuía um alto custo de manutenção com os escravizados enfermos. (MATTOSO, 2003, p. 87). Em linhas gerais e salvo possíveis exceções, não concordamos com a autora, pelo menos para o período colonial, pois os dados que possuímos demonstram que dos trezentos e trinta e seis escravizados de Custódio Ferreira Dias, apenas trinta e dois deles, ou seja, 9,5% do total possuíam alguma doença ou deficiência física. Este baixo índice de escravizados doentes não indica que eles eram saudáveis, mas que a mortalidade entre os escravizados deve ter sido muito alta.

Os senhores não estavam preocupados em despender recursos no tratamento ou recuperação de cativos doentes. O escravizado na ótica dos senhores constituía-se como valiosa mercadoria e principal mão de obra do Brasil, enxergar um excessivo gasto com escravizados doentes, é ressaltar equivocadamente o lado piedoso e caridoso dos senhores, e minimizar a violência e a brutalidade da escravidão moderna.

A escravidão negra no Brasil foi viabilizada economicamente mediante a constituição de um mercado de seres humanos com o continente africano. A escravidão não teria a proporção e a força que teve se dependesse da reprodução natural dos escravizados e de uma alta expectativa de vida. Salvo raras exceções, qualquer raciocínio que caminhe na direção de uma interpretação sobre taxas de natalidade e consideráveis índices de expectativas de vida do escravizado em terras brasileiras, parece-nos um argumento equivocado, pois são incompatíveis com a própria natureza do trabalho escravo no Brasil, com suas péssimas e insalubres condições de trabalho. Em suma, foi a força do tráfico transatlântico de escravizados que permitiu a existência da escravidão de forma sólida e perene ao longo dos mais de três séculos de escravidão africana em territórios ultramarinos. (SOARES; SILVA JR.; DOMINGUES, 2017) e (REIS; SILVA JR., 2016).

O senhor dificilmente optaria em alocar recursos na tentativa de tratar escravizados doentes, ao invés de adquirir novos, sobretudo diante do quadro de relativa estabilidade no preço do escravo na Praça comercial da Bahia no final do período colonial, e da conjuntura favorável de retomada da economia baiana de exportação, tendo entre seus principais produtos justamente o fumo, que consistiu desde o século XVII, em uma importante moeda de troca por cativos na África.

6.3 UM POUCO DA HISTÓRIA DA CULTURA MATERIAL DAS ELITES DA BAHIA

Custódio Ferreira Dias possuía muito ativos em jóias e demais objetos valiosos como ouro, prata, bronze, estanho e marfim.

6.3.1 Ouro

O metal precioso mais cobiçado pelos povos europeus do período moderno esteve presente no inventário de Custódio Ferreira Dias na forma de vinte e cinco objetos, que somados, totalizaram 67\$350 réis. A maioria destas peças de ouro eram: jóias, acessórios de roupas ou partes de imagens sacras.

Vejamos a seguir, na Tabela nº 13 a descrição e o valor unitário de cada peça de ouro.

Tabela 13
Peças de ouro de Custódio Ferreira Dias

QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR
1	Um Relicário de ouro de um só vidro avaliado em doze mil réis	12\$000
1	Um par de fivelas de ligar calção de ouro pesa nove oitavas e um quarto, avaliadas cada oitava em mil duzentos e oitenta réis, importando onze mil oitocentos e quarenta réis	11\$840
4	Quatro voltas de dito mais grossa pesa oito oitavas e um quarto a mil e quatrocentos réis cada oitava, importando em dez mil oitocentos e cinquenta réis	10\$850
1	Uma fivela de pescocinho de ouro com xarneira do mesmo peso pesando sete oitavas a mil duzentos e oitenta réis cada oitava, importando em oito mil novecentos e sessenta réis	8\$960
1	Um frontal de telha com sua franga de ouro com sua toalha de renda já velha que avaliaram em oito mil réis	8\$000
4	Quatro voltas de cordão fino de ouro pesando cinco oitavas e meia a mil e quatrocentos réis cada oitava, importando em sete mil e setecentos réis	7\$700
1	Um feitio de uma imagem de Nossa Senhora da Conceição de Marfim com estatura de um palmo e sua coroa de ouro tudo importando em cinco mil e cento e vinte réis	5\$120
12	Doze pares de botões de ouro lavrado pesando duas oitavas e um quarto a mil duzentos e oitenta réis cada oitava importando em dois mil oitocentos e oitenta réis	2\$880
TOTAL 25		67\$350

Fonte: APEB. Seção Judiciária, nº de classificação 04/1741/2211/05, ano: 1801. Inventário *post-mortem* de Custódio Ferreira Dias.

Observando a Tabela nº 13, percebe-se que um dos objetos descritos se tratou de uma coroa de ouro. Esta coroa representava apenas uma parte de um objeto maior, no caso, uma imagem em marfim de Nossa Senhora da Conceição. O marfim africano, oriundo das presas do elefante, era utilizado como matéria-prima na elaboração de diversos tipos de objetos que compuseram a mobília doméstica dos membros das elites brancas coloniais. A maioria destes objetos era de cunho religioso, a exemplo de crucifixos e imagens de santos.

As peças em marfim tiveram um valor médio de 2\$071 réis. (FAGUNDES, 2020, p. 11). O marfim não possuía tanto valor econômico na Salvador colonial, o mesmo não se pode dizer do seu valor social e religioso, pois foi um objeto quase que plenamente consumido

pelos grupos mais abastados da urbe baiana, denotando que sua posse significava prestígio e distinção social.

Há raros registros deste tipo de artigo em inventários de indivíduos de condição socioeconômica inferior, corroborando a ideia de que estes grupos mais abastados da Salvador colonial estavam atentos às tendências de consumo da nobreza européia ocidental. O perfil dos proprietários de objetos de marfim na Salvador colonial era o seguinte: homens ricos e brancos de origem portuguesa. Este mesmo perfil de indivíduo foi identificado por Eduardo França Paiva para Minas setecentista.

Na amostragem, há apenas dois casos de objetos em marfim pertencentes a um homem e a uma mulher possivelmente não brancos nascidos livres. Ele, um padre, procedente da vila de Caeté, nas Minas, que declarava ser “filho natural”, e ela, que apenas indicou ser originária da vila de Cachoeira, na Bahia, como se verá à frente. Assim, parece que os objetos em marfim tinham um caráter mais exclusivo e não chegaram a ser largamente possuídos por ex-escravos e por seus descendentes livres, que ascenderam econômica e socialmente, grupo bastante numerosos nas Minas Gerais e, de resto, nas áreas mais urbanizadas da América portuguesa, como indicado anteriormente. (PAIVA, 2017, p. 240).

A presença dos objetos de marfim em Salvador deve ter sido escassa até o início do século XIX. (GOMES e CHAVES, 2017, p. 132-173). Havia grande quantidade de marfim que aportava em Salvador para o controle fiscal da Coroa portuguesa no século XVIII (SANTOS, 2017, p. 21), mas parece que grandes parcelas destes objetos não permaneceram na Bahia durante o período colonial.

6.3.2 Prata

“Nem só de ouro vivia o homem de elite colonial”. Houve uma forte presença de prata na Bahia colonial (ROSA, 2007). Identificamos a presença de oitenta e seis objetos, desde artigos devocionais, como imagens de santos, acessórios para montaria, como esporas, até objetos domésticos, como bacias e jarros, e de cozinha, como: talheres, cafeteira, leiteira e bule. Estes objetos somados totalizaram o valor de 499\$350 réis. A seguir, apresentaremos a Tabela nº 14 com a descrição minuciosa de todos os objetos de prata encontrados, e o respectivo valor unitário.

Tal constatação da presença significativa de objetos de prata no inventário de Custódio Ferreira Dias vai ao encontro do diagnóstico feito por Maria José Rapassi Mascarenhas sobre a forte presença de prata na Bahia colonial. (MASCARENHAS, 1998, p.184). A autora refuta Stuart Schwartz, quando este afirma que a escassez monetária na Bahia era causada pela

ausência de prata. (SCHWARTZ, 1988, p.?). A escassez de moeda metálica de fato existia, mas sem dúvidas, não era pela baixa presença de prata. Como bem demonstrou Rapassi Mascarenhas:

A escassez da moeda estaria relacionada apenas com a falta de prata, como explica S. Schwartz? De qualquer modo, como havia carência de prata na colônia, se existia tanta prata transformada em utensílios domésticos e objetos de uso pessoal, como expressam os inventários estudados? Poucas eram as pessoas que não possuíam, pelo menos, uma peça de prata em casa. (MASCARENHAS, 1998, p. 184).

A seguir, a Tabela nº 14 com a quantidade, a descrição e o valor dos objetos em prata presente no inventário de um dos homens mais ricos da Bahia no final do século XVIII.

Tabela 14
Peças de prata de Custódio Ferreira Dias

QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR
37	Doze colheres, doze garfos, doze cabos de faca, e uma colher de sopa, tudo de prata com seu lavor e peso de setecentos e sete oitavas avaliadas a cento e vinte réis cada oitava, importando oitenta e quatro mil oitocentos e quarenta réis	84\$840
2	Uma bacia e um jarro de prata lavrada com peso de seiscentos e trinta e nove oitavas, avaliada a cento e vinte réis cada oitava, importando em setenta e seis mil seiscentos e oitenta réis	76\$680
1	Uma cafeteira de prata com sua asa de Evam com o peso de trezentos setenta e três oitavas, avaliada cada oitava em cento e vinte réis, importando em quarenta e cinco mil réis.	45\$000
5	Cinco (?) e um (?) de prata das ditas imagens e uma (ambula?) de prata dourada tudo com duzentos e noventa e oito oitavas que importam em trinta e dois mil setecentos e oitenta réis	32\$780
1	Um bule de prata com sua asa de Evam com o peso de duzentos e cinqüenta e seis oitavas, avaliada cada oitava em cento e vinte réis, importando tudo em trinta mil setecentos e vinte réis	30\$720
1	Uma salva de pés baixos de prata lavrada com o peso de duzentos e quarenta e cinco oitavas, avaliada cada oitava a cento e vinte réis, importando em vinte e nove mil e quatrocentos réis	29\$400
1	Uma leiteira de prata com asa de evam com o peso de duzentos e treze oitavas, avaliada cada oitava em cento e vinte réis, importando tudo em vinte e cinco mil quinhentos e sessenta réis	25\$560
12	Doze colheres de prata lisa com o peso de duzentos e	25\$200

QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR
	dez oitavas, avaliada cada oitava em cento e vinte réis, importando tudo em vinte e cinco mil e duzentos réis	
8	Oito pares de fivelas de apertar sapatos de prata lavrada e um deles com xarneiras do mesmo com o peso de duzentos e oito oitavas, avaliada cada oitava a cem réis, importando tudo em vinte mil e oitocentos réis	20\$800
1	Um calis de prata com sua patena de prata que tudo estimaram os ditos avaliadores em vinte mil réis	20\$000
1	Uma salva menor de pés baixos de prata lavrada com o peso de cento e setenta e três oitavas avaliada cada oitava a cento e vinte réis, importando tudo em dezenove mil quinhentos e sessenta réis	19\$560
1	Uma imagem de santo cristo com sua cruz dourada de jacarandá com seu dilema de prata que tudo estimaram juntamente com três (?) de prata em doze mil e oitocentos réis	12\$800
1	Uma salva pequena de pés baixos de mais peso de prata com seu lavor e peso de cento e três oitavas, avaliada cada oitava a cento e vinte réis, importando tudo em doze mil trezentos e sessenta réis	12\$360
1	Uma salva pequena de pés baixos de prata lavrada com o peso de noventa e oito oitavas, avaliada cada oitava a cento e vinte réis, importando tudo em onze mil setecentos e sessenta réis	11\$760
1	Uma guarnição de espadim de prata lavrada e dourada com seus bocais e ponteira com o punho de pau coberto de filhete e fio de prata com o peso de sessenta e oito oitavas, avaliada cada oitava a cem réis, importando tudo em seis mil e oitocentos réis	6\$800
1	Uma sineta pequena que avaliaram os ditos avaliadores em seis mil e quatrocentos réis.	6\$400
1	Um calis de prata muito pequeno com sua patena e colher avaliado em seis mil e quatrocentos réis	6\$400
1	Uma guarnição de espadim de prata lavrada e dourada com seus bocais e ponteira tudo com o peso de cinquenta e nove oitavas, avaliada cada oitava a cem réis, importando tudo em cinco mil e novecentos réis	5\$900
1	Um par de galhetos com seu pratinho e peso de quarenta oitavas que a cem réis importam quatro mil réis	4\$000
1	Uma resfriadeira de prata lisa com peso de trinta e três oitavas, avaliada cada oitava a cem réis, importando tudo em três mil e trezentos réis.	3\$300
2	Dois castiçais de casquinha de prata que os estimaram em dois mil réis	2\$000

QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR
4	Duas esporas e duas fivelinhas das ditas tudo de prata (?) de ferro com o peso de vinte e duas oitavas, avaliada cada oitava a cem réis, importando tudo em dois mil e duzentos réis	2\$200
1	Um atanos? De prata com o peso de cento e vinte réis cada uma e todas a mil novecentos e vinte réis	1\$920
1	(?) de prata com o peso de dezesseis oitavas avaliada a cento e vinte réis cada oitava, importando em mil e novecentos e vinte réis	1\$920
1	Um par de xarneiras de prata das ditas pesa três oitavas a noventa réis cada oitava, importando tudo em duzentos e setenta reis	\$270
TOTAL		TOTAL
88 objetos		499\$350 réis

Fonte: APEB. Seção Judiciária, nº de classificação 04/1741/2211/05, ano: 1801. Inventário *post-mortem* de Custódio Ferreira Dias.

O hábito de entesourar a prata, transformando-a em objetos variados para uso doméstico não foi uma prática restrita das elites baianas coloniais, pelo contrário foi um hábito que atingiu a quase todos os níveis sociais. (MASCARENHAS, 1998, p. 169). Esta questão, no entanto, não responde inteiramente sobre a escassez pecuniária na Bahia colonial. A análise histórico-econômica da colônia está muito estruturada em torno desta questão. É preciso avançar neste debate, distinguindo a conjuntura econômica da circulação monetária, investigar a sazonalidade do crédito, e pensar a circulação monetária por estrato social.

6.3.3 Bronze

A quantidade de objetos de bronze foi infinitamente menor do que as peças de ouro e de prata. Foram encontradas apenas três peças de bronze, todas se referiam a pesos para balança. Um peso para balança de duas arrobas avaliado em 40\$000 réis e mais dois pesos, sendo um de meia arroba, e outro de duas libras, que juntos foram avaliados em 11\$000 réis.

6.4 Dívidas Ativas

Em 1800, Custódio Ferreira Dias morreu deixando firmado 410 créditos a receber que somados perfizeram o montante de 106:868\$304 réis. Estas dívidas ativas representaram mais de 35% de seu patrimônio. A concessão destes créditos tiveram como devedores, duzentos e oitenta e cinco indivíduos. Em anexo, apresentaremos uma tabela contendo a relação completa dos devedores de Custódio Dias com o somatório de suas respectivas dívidas.

6.4.1 Região dos devedores

Além dos indivíduos e suas dívidas, buscamos rastrear as suas respectivas regiões. Esta informação é muito relevante para se identificar quais atividades e quais produtos estavam demandando crédito. Fizemos o mapeamento do volume de crédito concedido por região, bem como do número de créditos por região, conforme se observa a seguir na Tabela nº 15.

Tabela 15
Principais regiões devedoras por número de contratos de crédito

	LOCALIDADE	Nº DE CRÉDITOS	%
1	Divino Espírito Santo do Inhambupe	59	23,3%
2	Salvador	30	11,8%
3	São Francisco da Barra de Sergipe do Conde	25	9,9%
4	Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira	19	7,5%
5	São João Batista da Vila da Água Fria	14	5,5%
6	Santo Antônio do Paramirim	13	5,1%
7	Nossa Senhora da Purificação e Santo Amaro	9	3,5%
8	Candeal	8	3,1%
9	Sertão do Rio São Francisco	7	2,8%
10	Santo Antônio das Alagoinhas	6	2,4%
11	Senhor do Bonfim da Mata de São João	5	1,9%
12	Santana da Mata do Catu	4	1,6%
13	Santana dos Olhos d'água	4	1,6%
14	Ouriçangas	4	1,6%
15	Sertãozinho	4	1,6%
16	Nossa Senhora da Vitória de Sergipe d'El-Rei (SE)	3	1,2%
17	Santo Antonio e Almas da Vila de Itabaiana (SE)	3	1,2%
18	São José das Itapororocas	3	1,2%
19	Tocantins	3	1,2%
20	São Félix	3	1,2%
21	Gangá	3	1,2%
22	Mata de Pojuca	2	0,8%
23	Nossa Senhora da Conceição do Murici	2	0,8%
24	Nossa Senhora de Nazaré do Itapicuru	2	0,8%
25	Bom Jesus da Lapa	2	0,8%
26	Nossa Senhora de Nazaré do Jaguaripe	1	0,4%
27	Brejão	1	0,4%
28	Minas Gerais	1	0,4%
29	Campos da Cachoeira (São Gonçalo dos Campos)	1	0,4%
30	Cedro	1	0,4%
31	Nossa Senhora de Oliveira dos Campinhos	1	0,4%
32	Lagoa do Frade	1	0,4%
33	Minas Novas	1	0,4%
34	Embira	1	0,4%

	LOCALIDADE	Nº DE CRÉDITOS	%
35	São Félix de Minas	1	0,4%
36	Nossa Senhora da Abadia	1	0,4%
37	Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba (SE)	1	0,4%
38	Jesus, Maria, José e São Gonçalo do Pé do Banco (SE)	1	0,4%
39	Santo Antonio da Vila da Jacobina	1	0,4%
40	São Pedro do Rio Fundo	1	0,4%
41	Goiás	1	0,4%
	Total	253	100%

Fonte: APEB. Seção Judiciária, nº de classificação 04/1741/2211/05, ano: 1801. Inventário *post-mortem* de Custódio Ferreira Dias.

A Tabela nº 15 demonstra as regiões devedoras considerando como critério o número de contratos de crédito fornecido por localidade pelo negociante. Pode-se observar que apenas seis regiões ultrapassaram a barreira dos dez contratos de crédito, foram respectivamente, estas: Divino Espírito Santo do Inhambupe, Salvador, São Francisco da Barra de Sergipe do Conde, Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, São João Batista da Vila da Água Fria e Santo Antônio do Paramirim. Estas juntas tiveram cento e sessenta contratos de crédito, ou seja, 63,9% do total de contratos de crédito que tiveram suas regiões identificadas.

O que estas localidades tinham em comum? Excetuando-se Salvador, que se justifica por ser capital da Capitania, cidade mercantil e sede dos principais negócios do credor Custódio Ferreira Dias, as demais vilas e freguesias, tinham entre si, a similaridade no fato de que eram produtoras dos três principais produtos de exportação, açúcar, fumo e algodão.

Assim, a Vila de São Francisco do Conde, grande produtora de açúcar, a Vila da Cachoeira, grande produtora de açúcar, mas principalmente fumo, e as freguesias de Inhambupe, Água Fria e Paramirim, produziam açúcar, mas se destacavam como importantes regiões produtoras de algodão, no contexto de retomada da economia baiana de exportação entre fins do século XVIII e início do século XIX.

Evidencia-se ainda mais a importância de cada região na composição das dívidas ativas do financista, é o volume de capital fornecido para cada uma delas no mesmo período. A Tabela nº 16, a seguir, traz justamente a classificação das regiões considerando como critério o volume financeiro disponibilizado a crédito pelo financista.

Tabela 16
Principais regiões devedoras por volume de crédito (contos de réis)

1	Divino Espírito Santo do Inhambupe	14:207\$056	21,8%
2	Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira	6:386\$366	9,8%
3	Salvador	6:226\$899	9,6%
4	Tocantins	5:500\$537	8,4%
5	São Francisco da Barra de Sergipe do Conde	3:662\$348	5,6%
6	Santo Antônio do Paramirim	3:004\$668	4,6%
7	Minas Novas	2:342\$185	3,6%
8	Nossa Senhora da Purificação e Santo Amaro	1:967\$755	3%
9	Santo Antônio e Almas da Vila de Itabaiana	1:805\$277	2,8%
10	Santo Antônio das Alagoinhas	1:787\$945	2,7%
11	São João Batista da Vila da Água Fria	1:697\$117	2,6%
12	Minas Gerais	1:687\$335	2,59%
13	Sertão do Rio São Francisco	1:600\$163	2,45%
14	Nossa Senhora da Vitória de Sergipe d'El-Rei	1:562\$096	2,4%
15	São Félix de Minas	809\$214	1,24%
16	Candeal	806\$796	1,23%
17	Gangá	795\$596	1,22%
18	São Félix	780\$480	1,2%
19	Sertãozinho	758\$555	1,1%
20	Ouriçangas	705\$108	1,08%
21	Goiás	585\$700	0,9%
22	São José das Itapororocas	516\$705	0,8%
23	Santo Antônio da Vila da Jacobina	513\$052	0,78%

24	Santana dos Olhos d'água	459\$572	0,71%
25	Socorro	456\$887	0,70%
26	Jesus, Maria, José e São Gonçalo do Pé do Banco	453\$164	0,69%
27	Santana da Mata do Catu	406\$988	0,63%
28	Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba	404\$770	0,62%
29	Brejão	279\$859	0,43%
30	Senhor do Bonfim da Mata de São João	277\$548	0,42%
31	Nossa Senhora da Conceição do Murici	260\$000	0,4%
32	Nossa Senhora de Oliveira dos Campinhos	254\$657	0,39%
33	Nossa Senhora de Nazaré do Itapicuru	219\$836	0,34%
34	Bom Jesus da Lapa	219\$569	0,33%
35	Mata de Pojuca	200\$496	0,3%
36	Nossa Senhora da Abadia	176\$373	0,27%
37	São Pedro do Rio Fundo	148\$204	0,23%
38	Campos da Cachoeira (São Gonçalo dos Campos)	147\$283	0,22%
39	Nossa Senhora de Nazaré do Jaguaripe	138\$564	0,21%
40	Lagoa do Frade	82\$000	0,12%
41	Cedro	65\$488	0,1%
	Total	65:085\$941	100%

Fonte: APEB. Seção Judiciária, nº de classificação 04/1741/2211/05, ano: 1801. Inventário *post-mortem* de Custódio Ferreira Dias.

A Tabela nº 16 demonstra que apesar de possuir créditos espalhados por várias regiões da colônia, as dívidas ativas de Custódio Ferreira Dias, assim como aconteceu em relação ao número de contratos de crédito, estavam concentradas em algumas regiões. Das seis regiões com maior número de contratos de crédito recebidos, cinco aparecem entre as seis com maior volume de crédito recebido. Divino Espírito Santo do Inhambupe mais uma vez aparece em primeiro lugar. Cachoeira sai da quarta posição em número de contratos, para ocupar a

segunda posição em volume de crédito recebido, demonstrando que o valor médio para a região açucareira e fumageira foi bastante alto. Salvador caiu do segundo para o terceiro lugar, quando o critério deixou de ser o número de contratos de empréstimo e, passou a ser o volume de capital envolvido em cada contrato, permitindo inferir que a média por contrato em Salvador não foi tão elevada como em regiões de produtos de exportação.

Nossa hipótese é de que o volume médio menor de crédito em Salvador é resultado da sua característica econômica no período, de cidade mercantil, portanto o dinheiro de Custódio Dias financiou em Salvador muito mais o consumo e o comércio de pequeno e médio porte, por isto o número de empréstimos alto, mas o valor envolvido nestes contratos era mais baixo.

A única região que não figurou entre as seis localidades com maior número de contratos de crédito recebidos foi a localidade denominada Tocantins, no século XVIII, esta região pertencia aos Campos dos Goiazes. Sua participação foi discreta, com apenas três contratos no total. Não obstante, subiu para a terceira posição quando o critério foi o volume de capital por contrato. Foram 5:500\$537 réis fornecidos a crédito para esta localidade, ou 8,4% do total. Esta alta cifra revela a importância que regiões afastadas do litoral possuíam para os negócios de Ferreira Dias, além do mais, reforça uma característica do comércio de longa distância, que só possui viabilidade econômica quando envolve vultosas somas de capital.

São Francisco do Conde teve uma ligeira queda de terceiro para quinto lugar considerando o volume de crédito concedido. Estar posicionada entre as cinco primeiras regiões receptoras de crédito, não é de modo algum surpreendente, por se tratar da maior região produtora de açúcar da Bahia colonial, além de ser a sede produtiva dos negócios do referido senhor. Era nesta localidade que Ferreira Dias possuía 75% de seus engenhos de açúcar.

Porque o valor médio dos empréstimos na região do principal produto de exportação seria menor do que em regiões cultivadoras de outros produtos? Acreditamos que esta explicação reside no fato de se tratara de um tipo de crédito específico, ou seja, um crédito que emana de um único indivíduo. Neste caso, um grande senhor de engenho, que deve ter tido ressalvas ao emprestar capital a juros a outros senhores de engenho a fim de evitar o fortalecimento da concorrência. Portanto, há de se suspeitar que o perfil socioeconômico dos devedores de Custódio Ferreira Dias na região açucareira foi mais heterogêneo, devendo ele ter dado prioridade a indivíduos com perfil socioeconômico inferior ao seu, fortalecendo seu cabedal político e econômico na região e evitando, como já exposto, a concorrência. Em outras palavras, Custódio Ferreira Dias, deve ter evitado financiar por meio do crédito a juros

a produção de açúcar de terceiros no Recôncavo, concentrando esforços e capitais na sua própria produção, já que possuía quatro engenhos de açúcar nesta região.

De modo distinto, percebendo a conjuntura econômica positiva no cenário mundial e a alta demanda pelos produtos de exportação injetou bastante capital, na forma de créditos nas regiões produtoras de outras culturas como o fumo e, sobretudo, o algodão, setor que crescia significativamente pelo forte aumento da demanda causado pela revolução industrial inglesa e pela redução da oferta do produto pela América do Norte durante e, em seguida, a Guerra de Independência a partir de 1776.

Completa a lista das seis maiores regiões devedoras de Ferreira Dias, Santo Antônio de Paramirim, localizada no alto sertão da Bahia. A alta soma envolvida nos créditos para esta região se justifica por ser grande produtora de algodão, e estar localizada muito distante da Cidade do Salvador. Mais uma vez, fica patente que a região algodoeira na conjuntura de retomada da economia de exportação demandava crédito numa proporção extraordinária.

As regiões primeiras colocadas em volume de crédito recebido somaram 60% de todo o capital disponibilizado a crédito por Custódio Ferreira Dias no final do período colonial. Houve uma significativa demanda por crédito pela região algodoeira no período analisado, Custódio Ferreira Dias não hesitou em obter ganhos fornecendo crédito para a produção de “ouro branco” na Bahia, seja para as grandes plantações de algodão das freguesias do alto sertão da Bahia, tais como Paramirim, Lapa e Jacobina, seja nas produções menos expressivas das freguesias mais próximas de seus negócios, localizados a nordeste da Baía de Todos os Santos, a exemplo de Inhambupe, Alagoinhas, Água Fria, Candeal e Ouriçangas.

As freguesias algodoeiras do alto sertão da Bahia identificadas na documentação tomaram a crédito cerca de 3:700\$000 réis, o que corresponde a 5,7% do volume total identificado por região fornecido a crédito por Ferreira Dias. Já na cotonicultura mais jovem do nordeste baiano, o volume de crédito foi bem maior, mais de dezenove contos de réis fornecido pelo negociante, o que representou 29,5% do volume transacionado total.

O que explicaria uma região mais tradicional na produção de uma cultura receber menos investimentos em créditos do que uma região mais recente? Em primeiro lugar, diferentemente da sessão anterior onde analisamos as linhas gerais do mercado de crédito em Salvador e seu termo, nesta sessão, por se tratar de um estudo de trajetória, onde buscamos traçar o perfil econômico do homem mais rico da Bahia no final do período colonial, o crédito fornecido tem uma única origem, o prestamista Custódio Ferreira Dias, neste caso específico, deve-se considerar além das características e conjuntura econômica do período, também os interesses envolvidos nas ações de investimento do credor.

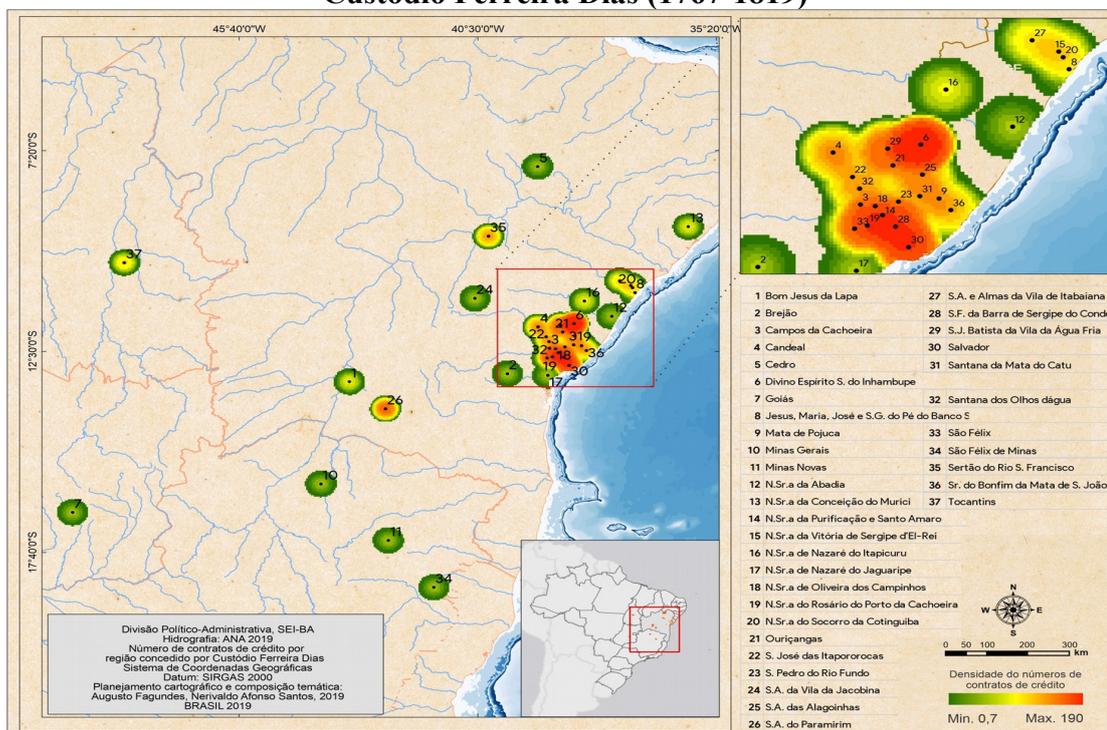
Além do exposto no parágrafo anterior, um dos principais entraves ao maior desenvolvimento da cotonicultura do alto sertão da Bahia era o escoamento da produção. Esta dificuldade em escoar o algodão, sobretudo quando o destino final era o porto de Salvador, onde o produto saía no lombo de gado muar desde o sertão de cima até o porto de São Félix e Cachoeira, aumentava demasiadamente o custo da produção, tirando-lhe competitividade em relação às lavouras mais novas, porém promissoras do centro-norte da Bahia.

A produção algodoeira do alto sertão baiano foi muito forte não apenas no final do período colonial, como também em boa parte do século XIX, não obstante, os fatores exógenos, nomeadamente a Revolução Industrial que aumentou a demanda pela matéria-prima extraordinariamente e a Guerra de Independência dos Estados Unidos, que desorganizou temporariamente a produção na América do Norte, promovendo uma drástica redução da oferta, permitiram a ampliação da produção algodoeira na Bahia em regiões mais próximas do porto de Salvador.

Desta forma, analisando especificamente o período de retomada da economia de exportação, o cenário era de ampliação da área cultivada na Bahia. Isto não pode ser confundido com a queda da produção sertaneja, pelo contrário, àquela altura, Caetité e adjacências, mantinha uma forte relação comercial com as Minas Gerais, o que indicava o escoamento da produção de algodão também para o sudeste da colônia rumo ao porto do Rio de Janeiro. Destarte, subentendemos que Custódio Ferreira Dias pode ter invertido mais capitais na produção de algodão do nordeste da Bahia pela proximidade com o porto de Salvador rumo à Grã-Bretanha. (DUQUE, 2014, p. 182).

Embora existam indícios, o inventário não evidencia o envolvimento direto de Ferreira Dias na cotonicultura. Não obstante, o prestamista parece ter compreendido bem a conjuntura econômica positiva para este produto na Bahia do final do período colonial. Isto explica a estreita relação econômica com regiões como Inhambupe, Alagoinhas e Água Fria através das vendas fiadas e do empréstimo de dinheiro a juros.

Mapa 5 Densidade com o número de contratos de crédito concedido por região por Custódio Ferreira Dias (1767-1819)



Fonte: APEB. Seção Judiciária, nº de classificação 04/1741/2211/05, ano: 1801. Inventário *post-mortem* de Custódio Ferreira Dias.

Através de técnicas de georreferenciamento, elaboramos o Mapa nº 5 considerando a densidade do número de contratos de crédito por região concedido por Custódio Ferreira Dias desde o ano de 1767 até 1819, quando ainda se cobravam alguns devedores para a conclusão do espólio.

As regiões com forte tom alaranjado são aquelas com forte concentração do número de créditos. Seguidas pelas regiões de cor amarela. A tonalidade verde indica baixa densidade do número de contratos de crédito fornecido pelo negociante. O Mapa nº 5 demonstra que os devedores de Custódio Ferreira Dias estavam espalhados por diversas regiões da colônia. A urbe soteropolitana concentrava grande número de devedores, o que é justificado por ser Salvador a sede das principais atividades comerciais de Ferreira Dias, conforme já afirmado, Salvador ocupou a segunda posição em número de contratos de crédito, vinte e nove ou 11,4% do total, e a terceira colocação em volume de crédito, foram 6:226\$899 réis, 9,6% do volume total de crédito concedido por Ferreira Dias.

Um dos indivíduos que recorreram ao crédito do negociante na soterópolis foi o morador do Campo Grande, Manoel de Souza do Nascimento. Encontramos três registros de dívida em seu nome, nos valores de 20\$000, 21\$370 e 191\$519 réis.

As freguesias rurais do termo de Salvador também apareceram com certa frequência entre as localidades onde residiam alguns de seus devedores, a exemplo de Mata de São João, Santana da Mata do Catu e a freguesia da Mata de Pojuca.

A freguesia de Mata de São João, apesar de sua baixa relevância em termos de valor adquirido, ocupando apenas a trigésima posição em termos de volume de crédito, com 277\$548 réis, ou 0,42% de todo o crédito concedido, foi a que mais adquiriu créditos, cinco passivos no total, 1,9% do total de créditos fornecidos por Ferreira Dias. Um destes devedores foi Francisco de Souza Menezes que, em onze de abril de 1788, devia a importância de 146\$950 réis.

Santana da Mata do Catu, apesar de figurar atrás de Mata de São João em termos de quantidade de contratos, vindo logo em seguida à Mata de São João, com a presença de quatro créditos concedidos, ou seja, 1,6% do total ficou na vigésima sétima posição quando o assunto foi volume de dinheiro, com 406\$988 réis, ou 0,63% do total. O maior devedor residente na Mata do Catu foi Manoel Rodrigues da Silva, possuidor de três dívidas com Custódio Dias, nos valores de 20\$600, 235\$108 e 135\$980 réis, esta última, datada de vinte de maio de 1788.

A Freguesia da Mata de Pojuca recebeu 200\$496 réis em créditos, o que a fez ocupar a 35ª posição. Foram apenas dois créditos destinados a esta localidade, 0,8% do total, ambos pertencentes à Domingos Rodrigues Ferreira, um no valor de 95\$000 réis datado de vinte e três de abril de 1788, e outro de 105\$496 réis, que não foi possível identificar a data.

Além de Salvador e seu termo, Custódio Ferreira Dias possuía muitos haveres em várias partes do Recôncavo baiano. O norte do Recôncavo, onde estavam localizados seus quatro engenhos: Engenho Patrocínio de São José - o Macaco (Freguesia de São Gonçalo, termo da Vila de São Francisco da Barra do Sergipe do Conde); Engenho Nossa Senhora Conceição- o Buraco (Freguesia de São Pedro do Rio Fundo, termo da Vila de São Francisco da Barra do Sergipe do Conde; Engenho São Francisco do Caruassú (Freguesia de Nossa Senhora do Monte, termo da Vila de São Francisco da Barra do Sergipe do Conde) e Engenho Santíssima Trindade- o Mamão (Freguesia de São Sebastião das Cabaceiras do Passé, termo da vila de Nossa Senhora da Purificação e Santo Amaro), indubitavelmente se situavam em uma das microrregiões do Recôncavo onde o negociante possuía importantes somas de ativos em créditos.

As relações econômicas superavitárias constituídas com os lavradores de cana e com alguns senhores de engenho em dificuldades financeiras, certamente, explica em alguma medida o êxito financeiro do financista nesta região. São Francisco da Barra de Sergipe do Conde, onde estavam localizados três dos seus quatro engenhos, foi a sua terceira maior

região devedora, quando o critério foi o número de contratos de crédito e o quinto lugar quando consideramos o volume de dinheiro envolvido nas transações. Registramos a presença de vinte e quatro dívidas ativas em nome do magnata na Vila de Sergipe do Conde, este número representou 9,5% do total de empréstimos de Ferreira Dias, estes contratos somados atingiram o montante de 3:662\$348 réis, representando 5,6% de toda a importância fornecida a juros e a prazo pelo negociante.

Um destes devedores foi Antônio Garcia Pinto, residente na freguesia de São Gonçalo, que em um intervalo de menos de um ano, contraiu duas dívidas de significativas quantias, em dezenove de abril de 1779 devia à Ferreira Dias 104\$220 réis e em dezessete de março de 1780, passara a dever 814\$160 réis. O curto intervalo de tempo entre as dívidas e o alto valor envolvido na transação, indica que o devedor se tratava de um indivíduo com alto poder aquisitivo. É de se supor que Garcia Pinto ou era um senhor de engenho ou um proeminente lavrador de canas.

Em suas propriedades, numa característica clássica apontada pela historiografia (FERLINI, SCHWARTZ, 1988), Custódio estabeleceu uma relação de dependência com muitos lavradores. São muitos os casos, em que fica evidente a dependência econômica de alguns indivíduos com o senhor. No Engenho Macaco, podemos mencionar os lavradores devedores, Alexandre de Souza, devedor da quantia de 30\$000 réis e Antônio Segundo de Vasconcelos, devedor de dois créditos, um de 15\$000 réis e outro no valor de 28\$450 réis, datado de 5 de dezembro de 1787. No engenho Caruassú, o maior devedor foi Francisco Dias do Amaral, este contraiu quatro dívidas entre maio de 1786 e março de 1792 que, somadas atingiram a cifra de 1:261\$779 réis.

Custódio Dias também possuía muitos haveres no Recôncavo baiano, fora de suas propriedades, mantendo contas correntes abertas com outros senhores de engenho da região. Registramos dívidas ativas do negociante nos engenhos Pitinga e no Engenho do Patrocínio. No primeiro, a dívida de 96\$980 réis, estava registrada em nome de João de Almeida Cardozo, já no segundo, o responsável pelo débito era Manoel Ferreira da Mota, com dívida bem superior ao primeiro, no valor de 220\$000 réis.

Além das localidades supramencionadas, é relevante informar que o negociante atuou de forma muito intensa ao longo de todo o Recôncavo açucareiro. Foram inúmeros os contratos de crédito que Ferreira Dias firmou em outras freguesias próximas de suas propriedades. São vários os casos em que os devedores residiam em localidades pertencentes às Vilas de Nossa Senhora da Purificação e Santo Amaro. Esta localidade ocupou a sétima colocação entre as regiões com maior quantidade de empréstimos e a 8ª colocação em volume

de crédito recebido. Foram nove concessões de crédito, o que representou 3,5% do total de contratos. O valor destes contratos somados atingiu a cifra de 1:967\$755 réis, ou 3% do volume de ativos fornecido a crédito.

Seguindo os devedores moradores em freguesias situadas ao norte do Recôncavo, em terras exógenas às propriedades do credor Custódio Dias, mencionamos as Freguesias de Oliveira dos Campinhos e de São Pedro do Rio Fundo, ambas receberam um crédito cada, juntas, elas representaram apenas 0,8% do total de créditos concedidos. Em Oliveira, o tomador foi João de Almeida Barboza que, em onze de maio de 1807 contraiu o passivo de 254\$657 réis. Não muito distante dali, em São Pedro do Rio Fundo, vivia Theotônio Rodrigues de Oliveira, que contraiu o passivo de 148\$204 réis, em vinte de abril de 1779.

Contudo, não era apenas no norte do Recôncavo, onde se localizavam os devedores de Ferreira Dias, eles foram identificados também em outras regiões ao redor da Baía de Todos os Santos. “Mais para dentro” do Recôncavo, a oeste, onde estava localizada a Vila de Nossa Senhora do Rosário da Cachoeira, importante entreposto comercial entre os sertões e a Cidade da Bahia, foram registrados dezenove créditos em nome de Custódio Dias. Este número deu a esta região a quarta posição entre as principais regiões devedoras em número de contratos, 7,5% do total, e a segunda posição em volume de crédito recebido, foram exatos 6:386\$366 réis tomados junto à Ferreira Dias pelos moradores desta Vila, este montante representou 9,8% do total concedido pelo magnata. Dentre os devedores destes créditos, estava Domingos Pereira dos Santos, que, entre março de 1779 e junho de 1781, contraiu quatro dívidas junto à Casa Ferreira Dias, que somadas ultrapassaram a barreira dos 1:000\$000 réis.

Junto à Cachoeira, na freguesia vizinha de São Félix, foram identificados alguns devedores. Registramos três dívidas ativas pertencentes à Dias nesta localidade, esta quantidade representou 1,2% do total e colocou esta freguesia entre as dezesseis maiores regiões com maior quantidade de contratos de crédito e na décima oitava colocação em volume de crédito recebido, foram 780\$480 réis concedidos a crédito para São Félix, 1,2% do total. O mais relevante devedor de São Félix foi José Felix de Santana, devedor da importância de 493\$040 réis.

Ainda nos “Campos da Cachoeira”, mais especificamente, na Freguesia de São Gonçalo dos Campos, encontramos uma única dívida ativa no valor de 147\$283 réis, tendo como devedor Ignácio Rodrigues Barboza. Ao sul do Recôncavo, na freguesia de Nossa Senhora de Nazaré do Jaguaripe, também só houve uma dívida em nome de Antônio José Pereira, detentor de um passivo de 65\$448 réis.

Adentrando o sertão, o nosso personagem mantinha relações de crédito superavitárias em freguesias como São José das Itapororocas e Santana dos Olhos D'água. Nas Itapororocas localizamos três créditos, dois deles em nome de José Garcia Sobral, um no valor de 360\$549 réis e outro no valor de 116\$276 réis firmado em dezessete de março de 1780. Estes valores somados colocaram esta freguesia na 22ª posição em um universo de quarenta e uma localidades devedoras, com 0,8% do total de volume de crédito fornecido pelo prestamista.

Já Santana dos Olhos D'água dividiu com mais três localidades a décima segunda posição em número de créditos, foram quatro o número de créditos recebidos por esta freguesia, 1,6% do total de contratos. Em volume de dinheiro recebido, esta freguesia ocupou apenas a vigésima quarta posição com créditos adquiridos somados montando em 459\$572 réis, 0,7% do total. Um de seus devedores em Santana dos Olhos D'água foi Luciano Soares de Mello, portador de duas obrigações, uma de 147\$859 réis e outra no valor de 81\$209 réis, datada de quatorze de maio de 1789.

Foi em uma freguesia do nordeste da Bahia, todavia, onde registramos a maior quantidade de ativos em créditos do negociante, estamos nos referindo à Freguesia do Divino Espírito Santo do Inhambupe, produtora de açúcar, e de uma economia de subsistência, mas principalmente, importante produtora de algodão da Bahia no final do período colonial. Esta localidade recebeu mais de quatorze contos de réis em créditos de Custódio Ferreira Dias, este montante representou quase 22% de todo o crédito fornecido pelo magnata no período. Valor muito superior ao que recebeu Cachoeira, que na condição de segunda maior região devedora, recebeu cerca de 6:300\$000 réis.

Em número de contratos, Inhambupe também ocupou a primeira posição, foram cinquenta e oito contratos de créditos destinados a esta localidade, o que representou 22,9% da quantidade de créditos fornecidos por Custódio Dias identificados em nossa amostragem. O dobro do que foi fornecido para Salvador, segunda colocada em número de empréstimos, os moradores de Salvador receberam vinte e nove créditos, ou seja, 11,4% do total.

Mais adiante, ainda nesta seção, voltaremos a mencionar com maior profundidade, os motivos da alta concentração de crédito de Custódio Ferreira Dias na Freguesia de Inhambupe, por enquanto, seguiremos com a apresentação dos dados da disposição do fornecimento de crédito de Dias por região.

Em localidades próximas a Inhambupe, apesar da participação mais modesta, houve significativos investimentos em créditos do negociante. As freguesias de São João Batista da Vila da Água Fria, Candéal e Santo Antônio das Alagoinhas em conjunto, constituíram-se enquanto localidades importantes na recepção do crédito da Casa Ferreira Dias. Água Fria,

por exemplo, dentre quarenta e quatro localidades, foi a quinta com maior número de contratos de crédito, quatorze, ou seja, 5,5% do total e, a décima primeira em volume de crédito em cifras. O maior devedor de Custódio Ferreira Dias em Água Fria foi Florêncio Paes de Vasconcellos, este indivíduo contraiu ao menos oito dívidas com valores que variaram entre 96\$830 e 309\$363 réis. O total das dívidas de Vasconcellos atingiu a cifra de 974\$610 réis.

Já o Candéal foi o oitavo com maior número de contratos, foram oito contratos de crédito, 3,1% do total e o décimo sexto em volume de dinheiro emprestado, com 1,23% do montante total fornecido. O maior devedor da Casa Ferreira Dias nesta localidade foi José de Queiroz, este indivíduo possuía duas dívidas, sendo uma no valor de 226\$200 réis e outra no valor de 116\$000 réis.

A Freguesia de Santo Antônio das Alagoinhas ficou na décima colocação tanto em quantidade de créditos, quanto em volume de crédito concedido, foram seis contratos, 2,4% do total e 1:7874945 réis, o que representa 2,74% do volume de dinheiro total concedido a crédito. Dentre os vários tomadores das Alagoinhas, estiveram Manoel da Silva Ribeiro, devedor de duas cifras que somadas importavam em 331\$610 réis, e o Tenente e Alferes Pedro Caetano da Silva, devedor de três letras, nos valores respectivos de 146\$125, 440\$600 e 760\$000 réis.

Apesar da distância, as relações de crédito de Custódio Ferreira Dias, se mantiveram intensas em regiões como Itapicuru e Abadia. O maior tomador de crédito em Itapicuru foi Manoel Barboza Vidal, devedor de três letras de crédito, nos valores de 15\$050, 75\$581 e 159\$896 réis. Para a Vila de Abadia, identificamos José Gomes Rabello, devedor da quantia de 176\$373 réis.

Rumo ao sertão, mas em outra direção, a sudoeste da cidade da Bahia, havia também uma relevante quantidade de ativos em créditos, sobretudo em Paramirim. Identificamos créditos de Ferreira Dias também em Bom Jesus da Lapa e Jacobina. Nesta última, encontramos a existência de apenas um devedor, Manoel Caetano do Lago, portador de um passivo de 513\$052 réis, contraído em seis de julho de 1780.

Em Bom Jesus da Lapa, termo de Santo Antônio do Urubu de Cima, registrou-se dois devedores: João de Almeida Barboza que contraiu dívida no valor de 145\$789 em onze de maio de 1795 e Antônio de Souza da Silva, portador da dívida de 73\$780 réis. Jacobina ocupou a vigésima quarta posição dentre as principais regiões devedoras, enquanto Bom Jesus da Lapa ocupou a modesta trigésima quinta colocação dentre quarenta e uma localidades, situação bem diferente pode ser percebida em Paramirim. Esta localidade do sertão de cima,

próxima de Caetité, possuiu muitos ativos de Custódio Ferreira Dias. Relacionados a esta localidade, identificamos a existência de treze dívidas e de onze devedores. Os valores das dívidas somados perfizeram o montante de 3:138\$408 réis, esta cifra colocou Paramirim na quinta colocação dentre as maiores regiões devedoras em volume de dinheiro e na sexta colocação em relação aos números de créditos tomados. Dentre os devedores da referida freguesia, merece destaque Francisco Borges Pacheco, este indivíduo contraiu junto à Custódio Dias, três passivos nos valores de 437\$368, 265\$233 e 174\$015 réis.

Assim, como no caso dos “Campos da Cachoeira”, na região dos “sertões de cima”, também nos deparamos com a dificuldade de constatar com precisão, as freguesias de alguns devedores. Esta dificuldade de especificar o lugar surgiu por conta dos limites impostos pela documentação que, por várias vezes, remontou de forma genérica ao que se compreende atualmente como sudoeste da Bahia, através de termos como: “sertão”, “sertões” e ainda, sertões do Rio São Francisco. Com estas nomenclaturas, identificamos sete dívidas, o que colocou os sertões do rio São Francisco com a nona posição dentre as regiões com o maior número de créditos adquiridos e com a décima quarta posição em volume de crédito dentre as maiores regiões devedoras. Ferreira Dias possuía nas terras do Rio São Francisco o montante de 1:600\$163 réis, cerca de 2% do volume total de crédito concedido.

Seguindo para o nordeste da Cidade da Bahia, encontramos créditos em nome de Custódio Ferreira Dias em várias Freguesias da Capitania de Sergipe Del Rey, nas freguesias de Itabaiana, Cotinguiba e Jesus, Maria, José. Nesta última, havia uma dívida no valor de 453\$164 réis em nome de Jozé Rodrigues Pereira. Na Contiguiba, os maiores devedores foram os sócios José Patrício Ferreira e Félix Ferreira de Santa Clara. Em vinte e sete de novembro de 1774, eles compraram mercadorias junto à Custódio no valor de 404\$770 réis.

Em Itabaiana identificamos três dívidas, duas delas em nome de Francisco Antônio de Carvalho, este indivíduo devia a Custódio a importância de 1:421\$148 réis em quatro de junho de 1785. Em seis de março do ano seguinte, o devedor contraiu nova dívida, desta vez, bem mais modesta, no valor de 80\$123 réis. Itabaiana, apesar do baixo número de contratos de dívidas, ocupando apenas a décima sétima posição neste quesito, se constituiu enquanto a décima região devedora mais importante com um passivo de 1:805\$277 réis, demonstrando que o valor médio por dívida foi consideravelmente mais alto.

Houve outros devedores descritos na documentação como moradores de Sergipe. Este foi o caso de José Goes de Vasconcelos que, em seis de junho de 1782, contraiu dívida avaliada em 357\$470 réis. Quase dois anos depois, em trinta e um de maio de 1784, o referido devedor recorreu mais uma vez à Custódio Dias, desta vez por crédito no valor de 218\$144

réis. Passaram-se quase quatro décadas, e já numa fase avançada da partilha dos bens do finado Custódio Ferreira Dias, os Vasconcelos de Sergipe Del Rey, ainda deviam aos herdeiros de Ferreira Dias, o que foi motivo de execução judicial contra Francisco Barreto de Vasconcelos e Menezes, filho e herdeiro de José Goes de Vasconcelos, que se tornou responsável pelo passivo no valor atualizado na época, após “correr juros” de quase quarenta anos, do valor de aproximadamente um conto de réis.

Nossa Senhora da Vitória de Sergipe d'EL Rei foi a décima quinta região com o maior montante devedor, com um passivo de 1:562\$096 réis, cerca de 2% do total emprestado.

Em Nossa Senhora da Conceição do Murici, nas Alagoas Custódio também possuía ativos creditícios. Murici foi a trigésima segunda colocada em relação ao volume de crédito tomado, com a cifra de 260\$000 réis. Este passivo é a soma pertencente a um único indivíduo, Mathias Pereira de Almeida que, em vinte e dois de novembro de 1780, tomou 200\$000 réis e, em sete de janeiro de 1781, contraiu mais uma dívida no valor de 60\$000 réis.

No sentido norte da colônia, encontraremos créditos do referido prestamista, até o Tocantins. Uma peculiaridade desta localidade enquanto região devedora era que as cifras envolvidas nas transações de Custódio naquela localidade, eram sempre muito altas, nenhum crédito se configurou em cifras abaixo dos 690\$000 réis. Estes altos valores, além de indicar a força econômica do negociante em áreas mais afastadas do litoral, explica-se também, pelo fato de que, em regiões mais distantes do centro dos negócios do credor, os acertos de contas poderiam demorar mais tempo para serem realizados. Por isso a média por contrato de dívida foi tão alta. Ou seja, apesar de possuir apenas três contratos de dívidas com Custódio, o Tocantins foi a quarta maior região devedora, ficando atrás apenas de Salvador, Cachoeira e Inhambupe respectivamente. Foram mais de 5:500\$000 réis em créditos disponibilizados por Ferreira Dias a esta região. O menor crédito que Ferreira Dias possuía no Tocantins foi de 694\$155 réis, em nome de Domingos Luis de Sá. Já o maior crédito, tinha como responsável Antônio Luís Pereira, com dívida de aproximadamente 4:000\$000 réis.

Os ativos em créditos de Custódio Ferreira Dias, apesar da grande distância, não ficaram restritos apenas à Capitania da Bahia, pois o prestamista engendrou capitais com alguma significância em várias regiões interioranas da colônia. Além das regiões já mencionadas, Dias possuía créditos também nas Minas Gerais e em Goiás. Nas Gerais, considerando-se as cifras encontradas em regiões com as terminologias Minas Gerais e São Félix de Minas, foi concedido valor próximo dos 2:500\$000 réis, quase 4% de todo o seu crédito concedido no período analisado. Constituiu-se enquanto o maior devedor das Minas, Francisco Fernandes Chaves, responsável pela obrigação de 1:687\$335 réis.

Nos Campos dos Goiazes, considerando as somas das cifras encontradas para as localidades com a terminologias Goiás, Goiazes, Campos dos Goiazes e Minas Novas de Goiás, somamos o montante de quase 3:000\$000 de réis, 4,5% de todo o crédito concedido no período. O principal devedor desta localidade foi João do Rego Baldaya, portador do passivo de 2:342\$185 réis, datado de dezesseis de fevereiro de 1771.

Inhambupe não ficava para trás quando o assunto era a presença de devedores de Custódio Ferreira Dias, pelo contrário, se constituiu enquanto a principal região devedora do negociante. Esta posição não se sustentou apenas quando comparada com as duas localidades mencionadas no parágrafo anterior, mas entre todas as regiões identificadas onde o negociante possuía dívidas ativas.

Seja no número de contratos de dívidas, seja no número de devedores e, ainda, no volume de dinheiro transacionado, Inhambupe foi a principal região devedora de Custódio Ferreira Dias. Foram cinquenta e oito créditos fornecidos que totalizaram 14:207\$056 réis, este montante representou 21,8% de todo o volume transacionado a crédito pelo negociante.

Os mais importantes devedores da referida freguesia foram: Antônio Pedro da Silva, responsável por uma grande dívida no valor de 1:488\$583 réis; Elias Correa da Costa, devedor de 735\$683 réis; Francisco de Lacerda Seabra, devedor de seis créditos, entre compras fiadas e dinheiro emprestado a juros, nos valores de 29\$800, 50\$000, 205\$490, 238\$957, 1:000\$000 e 400\$000 réis, sendo este último valor, o único que foi possível identificar a data, tratou-se de dinheiro emprestado a razão de juros em quatorze de abril 1779. Além destes, destacaram-se também, Leandro Pereira de Souza, que, em um curto período de dois anos e cinco meses, entre quinze de junho de 1780 a trinta de novembro de 1782, contraiu seis dívidas que somadas montaram em 1:180\$093 réis.

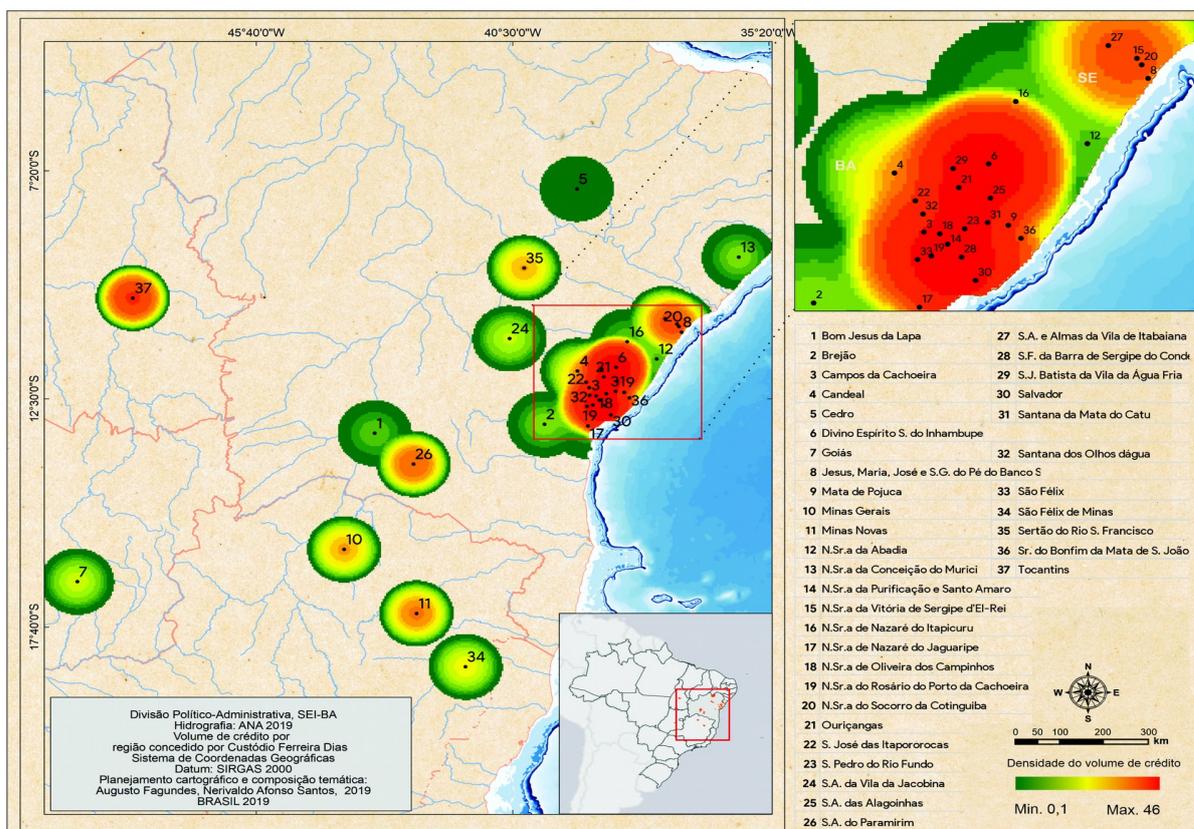
Com valores mais modestos, mas, com mais assiduidade e longevidade nos registros contábeis de Custódio Dias, identificamos Luís Pacheco da Costa, detentor de sete dívidas passivas, este morador do Inhambupe, contraiu dívidas entre vinte e quatro de março de 1776 a vinte e três de outubro de 1782, e estas variaram entre ínfimos 5\$000 réis e 250\$800 réis.

Entre os mais relevantes devedores de Inhambupe, citamos Thomé Álvares Barboza e Manoel de Castro Lobo, sendo o primeiro, portador de um passivo, com cifra de dívida significativa, próxima dos 1:500\$000 réis. Já o caso do segundo é distinto, por se tratar de um indivíduo que possuía várias dívidas com valores menores. Lobo possuía oito passivos com Custódio Ferreira Dias nos valores de 14\$680, 40\$000, 109\$610, 120\$311, 143\$880, 146\$920, 158\$260 e 639\$680 réis. Lobo não era um devedor qualquer. Além da importância das cifras devedoras, e da quantidade delas, oito contratos no total, Manoel de

Casto Lobo, possuía uma significativa quantidade de bens de raiz que extrapolavam os limites da freguesia de Inhambupe, pois era proprietário de terras também em Alagoinhas e Mata de São João.

A seguir, no Mapa nº 6, é possível perceber a concentração do crédito fornecido por Custódio Ferreira Dias por região. Nele é possível perceber a relevância da freguesia de Inhambupe e adjacências na recepção do capital do negociante.

Mapa 6
Densidade com o volume de crédito concedido por região por Custódio Ferreira Dias (1767-1819)



Fonte: APEB. Seção Judiciária, nº de classificação 04/1741/2211/05, ano: 1801. Inventário *post-mortem* de Custódio Ferreira Dias.

Utilizando as mesmas técnicas de georreferenciamento do Mapa nº 5, o presente o Mapa nº 6 ilustra o volume de capital concedido em cada operação a crédito do negociante Custódio Ferreira Dias. O que se observa é justamente aquilo que vimos discutindo ao longo das últimas páginas. O capital de Custódio Dias abastecia a crédito tanto Salvador quanto o seu termo. Além das freguesias rurais do termo de Salvador, o financista possuía muitos haveres em várias partes do Recôncavo baiano, tanto ao norte, onde estavam localizados seus quatro engenhos, mas também em outras localidades desta região a exemplo do oeste, onde se

localizava Cachoeira. Ao sul do Recôncavo, em localidades como Jaguaripe, a concentração de capital também não foi desprezível.

Adentrando o sertão, Custódio Dias possuía haveres em freguesias como São José das Itaporocas e Santana dos olhos D'água. Rumo aos sertões de cima, havia também uma relevante quantidade de ativos em créditos, sobretudo em Paramirim. Seguindo para o nordeste da Cidade da Bahia, encontramos créditos em nome de Custódio Ferreira Dias em várias Freguesias de Sergipe Del Rey e em Nossa Senhora da Conceição do Murici, nas Alagoas. Rastreando o capital do financista, percebe-se pelo mapa, que ele possuía uma grande concentração de capital a juros no Tocantins. Além desta localidade, registra-se concentração de capital relevante em regiões afastadas do litoral como Minas Gerais, Goiás, sertões do Rio São Francisco.

Fechando a subseção sobre as regiões devedoras, o que se pode concluir é que o capital fornecido a juros pelo negociante Custódio Ferreira Dias, esteve concentrado em Salvador e nas suas freguesias rurais, em quase todo o recôncavo, no litoral norte até as capitanias das Alagoas e no sudoeste da Bahia, sertões do Rio São Francisco, Tocantins, Minas Gerais e Goiás.

A concessão de crédito do negociante Custódio Ferreira Dias, além de diversificar as regiões de investimento do seu capital, também diversificou as áreas de atuação onde invertia seus capitais. Dias, não restringiu sua atuação apenas ao principal produto de exportação colonial, demonstrando ser, assim como a maioria dos grandes homens de negócios coloniais,¹⁰¹ extremamente versátil e atento as conjunturas do mercado internacional.

Sua versatilidade e astúcia ficaram evidenciadas não só pela pulverização dos investimentos em vários setores, financiando não apenas, a sua própria produção açucareira, e de demais produtores, como também, financiando a atividade comercial e o consumo de um modo geral. Esta versatilidade nos investimentos fica patente, quando percebemos o negociante financiando a produção de outros produtos que não o açúcar.

O açúcar, além de principal produto de exportação da economia baiana colonial, era também para Custódio Ferreira Dias, o seu “carro-chefe”, ou seja, o açúcar era,

¹⁰¹ Diversificação de investimentos encontramos nas trajetórias de João Gomes Barroso e Antônio Gomes Barroso, negociantes da Praça carioca entre fins do século XVIII e início do século XIX. Cf: **FAGUNDES, Augusto**. Poder, prestígio e riqueza: A trajetória de ascensão social do negociante João Gomes Barroso na cidade da Corte. In: Ana Paula Medici; Maria José Rapassi Mascarenhas; Marcelo Pereira Lima;. (Org.). Veredas da História Política. 1ed.Salvador: Edufba, 2018, v. , p. 73-91. **FAGUNDES, Augusto**. A elite mercantil carioca no final do período colonial: a trajetória do negociante Antonio Gomes Barroso. In: VI Encontro Internacional de História Colonial, 2017, Salvador. Encontro Internacional de História Colonial Cidade da Bahia: mundos coloniais comparados: poder, fronteiras e identidades. Salvador: EDUNEB, 2016. v. 6. p. 289-306.

indubitavelmente, o produto que o negociante mais conhecia, tanto por produzi-lo em grossos cabedais, através de seus quatro engenhos, quanto por ter se tornado um dos maiores negociantes de açúcar da Praça da Bahia, arrematando o produto de outros produtores e o transportando por seu risco, através dos seus negócios de carregação no comércio transatlântico.

Apesar de haver “uma íntima rela o econômica entre Custódio e o a ugar”, o fumo e o algodão ocuparam relevantes papéis no processo de constitui o de riqueza do português. Com o fumo, Custódio manteve intensa rela o comercial e financeira, atestado pelos seus empréstimos e vendas fiadas a lavradores dos “Campos da cachoeira”. O recebimento de d vidas dos moradores de Cachoeira, São Félix e São Gonçalo dos Campos pagos em espécie, seja através fumo de corda ou do rap , assegurava ao negociante, acessar a um baixo custo, o mais importante produto na estrutura o do tráfico transatlântico de escravizados da costa africana para a Bahia no final do período colonial.

Apesar de a produ o fumageira situar-se mais próxima geograficamente da localiza o dos negócios de Custódio Ferreira Dias, o maior investimento creditício nas regiões algodoeiras, demonstra aten o do negociante com as possibilidades de ganho com o “ouro branco” no final do período colonial. O ativo circuito comercial e financeiro que o negociante manteve com regiões de climas mais secos produtoras de algodão, tais como: Inhambupe, Itapicuru e Abadia, e também, com centros mais avançados da lavoura algodoeira, a exemplo de: Jacobina, Rio de Contas, Paramirim (Caetit ) e Bom Jesus da Lapa evidenciam a apurada visão do negociante.

O circuito comercial e financeiro que o financista manteve com regiões algodoeiras, se intensificou justamente no auge da produ o e exporta o algodoeira na Bahia colonial, demonstrando que o negociante estava atento às mudanças conjunturais do mercado europeu que possibilitaram o aumento da demanda pelo algodão colonial bras lico.

O capital investido muito mais na cotonicultura do nordeste da Bahia, do que na produ o algodoeira dos sertões de cima, se deve a questão da logística e do transporte. Como bem observou Paulo Duque Santos, por vezes era mais barato comprar algodão de Sergipe e Alagoas, do que o próprio algodão dos sertões da Bahia, que escoavam por Minas Gerais até o Porto do Rio de Janeiro, onde era enviado para Londres, seu principal mercado consumidor. Dali irradiava para Manchester e Liverpool, maiores produtores têxteis do mundo no final do século XVIII e início do século XIX. (DUQUE, 2014, p. 187).

6.4.2 Apólices da dívida da Real Fazenda

As práticas de Custódio Ferreira Dias quanto aos investimentos financeiros, não se encerrou na concessão de crédito aos particulares, identificamos para o ano de 1800, a existência de quatro apólices da Real Fazenda que somadas valiam 3:200\$000 réis, pertencentes ao seu casal.

João Fragoso analisou as mudanças nas formas de investimento das elites econômicas do Rio de Janeiro entre o período colonial e imperial Brasileiro. Segundo ele:

Talvez um dos melhores indicadores de mudanças na economia do Oitocentos seja o crescimento das apólices e ações como opções econômicas. Segundo os inventários *post mortem* da Corte, a soma desses dois investimentos, em 1820, era de 1 % e, em 1870, passava para 18,6%. Mais do que isso, acompanhando tal movimento, observa-se uma redução relativa das aplicações no capital mercantil em geral: comércio e dívidas ativas. Estas, no mesmo período, diminuíram de 25% para cerca de 19%...Apesar de os inventários de 1860-70 indicarem uma queda do capital mercantil em favor de um outro tipo de investimento, eram as apólices públicas da dívida interna, e não as ações, que consistiam na principal opção da época. Tais apólices representavam um dos principais papéis negociados nesse mercado. (FRAGOSO, 2002, p.15).

As mudanças nas formas de investimento das elites econômicas do Rio de Janeiro ao longo do século XIX reduziu moderadamente suas aplicações nos setores convencionais do capital mercantil (comércio e crédito), e ampliou consideravelmente, novos tipos de investimentos, tais como: ações e apólices, sendo as apólices públicas da dívida interna, a forma de investimento financeiro preferida pelas elites econômicas cariocas no período. Enquanto os investimentos em comércio e concessão de crédito diminuíram em apenas 6% entre 1820 e 1870, o investimento em ações e, principalmente, em apólices cresceram 17,6% na praça carioca no mesmo período.

O fragmento de texto de Fragoso deixa patente que o centro cronológico da metamorfose dos investimentos da elite econômica carioca foi o período imperial brasileiro.

Maria Bárbara Levy considerou que as mudanças nos padrões de investimento da elite econômica carioca estão concentradas no avançar da centúria oitocentista, já na sua segunda metade. (LEVY, 1994, p. 71-92).

Embora seja impossível afirmar, a partir do presente estudo de caso, que as mudanças nos padrões de investimento na Bahia tenham ocorrido anteriormente ao Rio de Janeiro, é no mínimo relevante mencionar que o período de retomada da economia de exportação parece ter sido o período embrionário destas modificações.

Custódio Ferreira Dias demonstrou ser um investidor “moderno”, atento às mudanças conjunturais, o que ficou evidenciado nos ativos presentes em seu inventário, onde se percebe o investimento pulverizado em vários setores, desde ativos mais ortodoxos como bens de raiz, até ações e apólices da dívida da Real Fazenda.

6.5 DINHEIRO DE CONTADO

A escassez de meio circulante não foi uma característica econômica da Bahia no final do período colonial. Ao contrário de parte da historiografia econômica que se utilizando de inventários *post-mortem*, considerou que havia falta de liquidez na Bahia deste período, compreendemos que fontes como os inventários, por oferecer uma informação estática não são as mais indicadas para mensurar o nível de liquidez da economia colonial, pois sendo o dinheiro um dos ativos mais fáceis de ocultar entre os bens inventariados da época, compreendemos que a quantidade de meio sonante foi subdeclarada pelos inventariantes.

Para o estudo do crédito e da liquidez monetária na colônia, o mais pertinente é o cruzamento de inventários com escrituras, pois estas permitem perceber a movimentação financeira cotidianamente de uma localidade. Sendo Custódio Ferreira Dias um dos homens mais ricos da Bahia, negociante de grosso trato, prestamista, traficante de escravizados, senhor de vários engenhos, e, sobretudo, proprietário de comércio a retalho, modalidade econômica que pressupunha um fluxo monetário assíduo, pois envolve pagamentos correntes cotidianos de menor monta, é de se duvidar sobre a ausência de numerário em seu inventário.

A ausência de dinheiro de contado na relação de bens do inventário de Custódio Ferreira Dias não se caracteriza, portanto, em uma contradição, pois sendo ele um dos maiores credores da Bahia no final do século XVIII, seu dinheiro deve ser entendido enquanto uma mercadoria pronta para ser vendida. Ademais, na referida conjuntura de retomada da economia baiana de exportação, a mercadoria-dinheiro estava muito demandada e valorizada.

Como nos ensinou Marx, diferentemente do entesourador que busca salvar o seu dinheiro dos perigos da circulação, o capitalista é aquele que sempre entrega novamente o seu dinheiro à circulação:

Como portador consciente desse movimento, o possuidor do dinheiro torna-se capitalista. Sua pessoa, ou melhor, seu bolso, é o ponto de partida. O conteúdo objetivo daquela circulação — a valorização do valor — é sua meta subjetiva, e só enquanto a apropriação crescente da riqueza abstrata é o único motivo indutor de suas operações, ele funciona como capitalista ou capital personificado, dotado de vontade e consciência. O valor de uso nunca deve ser tratado, portanto, como meta imediata do capitalismo. Tampouco o lucro isolado, mas apenas o incessante movimento do ganho. Esse impulso absoluto de enriquecimento, essa caça apaixonada do valor é comum ao capitalista e ao entesourador, mas enquanto o entesourador é apenas o capitalista demente, o capitalista é o entesourador racional. A multiplicação incessante do valor, pretendida pelo entesourador ao procurar salvar o

dinheiro da circulação, é alcançada pelo capitalista mais esperto ao entregá-lo sempre de novo à circulação. (MARX, Tomo I, Capítulo IV, p.273).

Certamente Ferreira Dias, não era o entesourador, mas uma figura próxima a do capitalista referido por Marx, seus ágios dependiam da circulação do dinheiro e não de seu entesouramento, o que justifica a ausência de dinheiro de contado entre os seus bens inventariados. Como vimos ao longo desta seção, Dias possuía na data de falecimento, quatrocentos e dez contratos de dívidas ativas e um cartel com duzentos e oitante e cinco devedores. Os valores de seus haveres somados equivaleram a 106:868\$304 réis, ou seja, mais de 35% do seu patrimônio total de mais de 304:000\$000 réis foi constituído de dívidas a receber.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre finais do século XVIII e princípio do século XIX, o crédito na Bahia havia passado por consideráveis modificações. A principal delas foi a consolidação do mesmo sob o controle dos principais negociantes da Praça comercial da Bahia e a simultânea redução da atividade creditícia desempenhada pelas principais instituições religiosas.

Como já mencionado, vimos que o capital mercantil privado não apenas preencheu uma lacuna existente causada pelo arrefecimento do crédito institucional. Tal circunstância foi constituída de modo deliberado pelos principais negociantes da Bahia. Para além do prestígio social, estes indivíduos ocuparam os principais cargos destas instituições a fim de reduzir a concorrência delas no mercado creditício da Bahia do final do período colonial. Tais estratégias adotadas por estes negociantes permitiram ampliar seus investimentos creditícios, atuando com bastante liberdade no grosso trato da atividade creditícia local. A dianteira dos negócios creditícios na Bahia do final do período colonial liderada pelos negociantes foi um dos principais fatores para a retomada da produção açucareira e do impulsionamento de demais culturas de exportação.

Um dos efeitos de tal movimento foi a concentração do crédito e, sobretudo, da moeda em poucas mãos. Como vimos ao longo da tese, não houve escassez monetária na Bahia do final do período colonial. Os resultados empíricos extraídos das 1.530 escrituras indicam que 33% de todo o valor que circulou nos cartórios de Salvador entre 1777 e 1808, foi de dinheiro líquido, isto equivaleu a 769:562\$869 réis. Esta cifra é significativa, principalmente se considerarmos que se refere a uma economia que foi caracterizada pela historiografia tradicional como escassa monetariamente e dependente do crédito. Se somarmos as vendas a vista aos empréstimos de dinheiro a juros, tem-se que 44,2% da riqueza dos baianos registradas nos cartórios, entre os anos mencionados, circularam em forma de dinheiro.

A historiografia econômica sobre a Bahia colonial durante muito tempo, se apoiou apenas nas fontes oficiais e nos relatos de cronistas e viajantes, como vimos no capítulo dois. Tal perspectiva impediu-a de visualizar a atividade creditícia dissociando-a do discurso da escassez monetária, levando-os a tratar equivocadamente a exiguidade monetária como um problema estrutural da colônia. Portanto, a falta de meio sonante, não ocorreu em todas as Capitanias e períodos do Brasil colonial. O que houve na Bahia do final do período colonial, não foi falta de liquidez, mas uma crescente manipulação artificial da escassez monetária,

beneficiando um grupo cada vez mais seletivo de credores, em detrimento dos mutuários. Tal prática foi largamente utilizada pelos negociantes da Bahia neste período.

Um dos mecanismos de retenção deste metal, e da manipulação de sua escassez, foi justamente o controle político das instituições religiosas por estes agentes, drenando para si e para seus pares o dinheiro destas instituições e redirecionando a política de investimentos destas entidades, migrando paulatinamente da atividade creditícia para a atividade rentista (aluguel de imóveis). Como vimos, no final do período colonial, a maioria dos provedores da Misericórdia da Bahia eram homens de negócio.

O desdobramento desta política bem sucedida empreendida pelos grandes credores foi a concentração da moeda sob seu controle, dando a sensação para os contemporâneos, da falta de metal. A moeda existia, ela apenas não estava à disposição da maioria da sociedade, estava concentrada sob a posse de poucos indivíduos. Controlando a moeda, os negociantes da Bahia controlavam também o crédito, obtendo taxas de juros cada vez maiores, diferentemente das taxas oficiais geralmente cobradas pelas instituições.

Por isto, a outra conclusão a que esta tese chegou é de que o crédito e a moeda circularam de forma bem distinta nos diferentes grupos sociais. Deste modo, o que houve foi uma concentração vertical de meio sonante e de acesso ao crédito no topo da hierarquia socioeconômica da Bahia no final do período colonial.

Semelhante ao que aconteceu com os diferentes grupos sociais de uma mesma localidade, ocorreu com os diferentes espaços da colônia. Assim, lugares com dinâmica econômica mais efetiva, diretamente vinculados ao setor exportador, demandaram mais moeda e crédito, a exemplo da cidade da Bahia e seu Recôncavo. De modo diverso, localidades que desenvolviam uma economia de subsistência, demandaram menos crédito e menor volume monetário. (CARRARA, 2020; ARRUDA, 1981).

A presença de meio sonante na Bahia, não representou um mercado creditício frágil, muito pelo contrário, a vigorosidade desta economia no contexto de retomada das exportações refletiu-se não apenas na presença de moeda, como também, na ampliação dos investimentos, o que significou um alargamento do setor creditício. Dos 2.329:997\$892 réis identificados em nossa amostragem que representa a movimentação financeira da Bahia entre 1777 e 1808, 67% ou 1.560:435\$023 réis foram decorrentes de transações que envolveram alguma modalidade de crédito. Como os empréstimos de dinheiro a juros não foram tão significativos em relação ao todo da amostra, representando apenas 16,6% ou 259:457\$255 réis do volume total de créditos, outras modalidades de crédito que não envolveram o componente monetário

se sobressaíram. 84,4% do volume transacionado a crédito na Bahia do período examinado foram de vendas a prazo.

De fato, na Bahia colonial, o crédito foi largamente utilizado. Além da moeda escritural, ou seja, créditos passados em favor do prestador ou vendedor houve uma forte movimentação de pagamentos em “moedas da terra”, em outras palavras, pagamentos em espécie. Neste aspecto, o açúcar sempre foi o maior referencial da Bahia colonial, mas, no contexto de final do período colonial, outros produtos foram aceitos como moeda, principalmente aqueles que possuíam altos preços no mercado externo, como o algodão e o tabaco.

Já conhecemos o perfil dos principais credores da Bahia no final do período colonial, os negociantes, que representaram 33,2% de todo o dinheiro concedido a juros entre 1777 a 1808. Os demais credores foram respectivamente: as instituições (32,5%); os negociantes-senhores de engenho (11,9%); os comerciantes (6,9%); os senhores de engenho (5,3%). E na nona e décima colocação, respectivamente estiveram os lavradores de cana (0,9%) e os lavradores de outras culturas (0,4%).

Os principais mutuários também tiveram estreita relação com a economia de exportação. Os mais endividados foram os senhores de engenho, representando quase metade (47,6%) de todos os passivos identificados. E a segunda categoria mais endividada foram os lavradores de cana, estes em conjunto, significaram 19,7% do volume devedor no período.

Estes dados indicam que mais de 60% do volume de dinheiro concedido a juros por estas categorias entre 1777 e 1808, foram disponibilizados por agentes diretamente vinculados ao setor exportador, evidenciando a grande importância destes agentes na dinamização da economia da Bahia do final do período colonial.

De fato a relação entre o crédito e a economia de exportação foi estreita. A tese apresentou que o mercado creditício tendeu a acompanhar os movimentos da economia baiana de exportação, demonstrando como o crédito foi um elemento fundamental para a retomada da economia de exportação no final do período colonial. O crédito estimulava o crescimento da produção e do comércio, e quando estes cresciam economicamente, retroalimentavam o próprio setor creditício, numa íntima relação.

Os produtos de exportação eram os que mais demandavam crédito. Quando estes se encontravam em conjunturas econômicas desfavoráveis, imediatamente, o setor creditício retraía-se como reflexo de um maior conservadorismo dos investidores do setor exportador. Esta é a prova empírica da importância do crédito para a retomada da economia baiana de exportação no final do período colonial.

Apesar da forte presença do setor creditício, os principais credores do período não se limitaram a esta atividade. Mas, pelo contrário, vimos através da trajetória de Custódio Ferreira Dias, que uma das principais características destes sujeitos era a diversificação dos investimentos. Custódio Ferreira Dias além de suas quatrocentos e dez dívidas ativas, que somadas alcançaram 106:868\$304 réis, 35% de todo o seu patrimônio, possuía também, lojas, armazéns, trapiches, quatro engenhos de fazer açúcar, uma imensa escravaria (336 escravizados), além de várias propriedades urbanas para aluguel. Vimos também, que Ferreira Dias deu atenção especial a uma região crescente na produção algodoeira. Havia uma forte concentração de seu capital em forma de créditos nas regiões de Inhambupe e Alagoinhas, localidades que despontaram naquele contexto, como importantes produtoras de algodão. Embora menos produtiva do que a região do alto sertão da Bahia, a região a nordeste da cidade da Bahia, se mostrou viável para alguns negociantes, pela logística menos onerosa até o porto de Salvador. O investimento nesta região indicou como os negociantes estavam atentos a outras possibilidades de lucro fora do circuito convencional do açúcar e do tráfico.

A documentação permitiu também observar os tipos e os valores das mercadorias comercializadas na Praça comercial da Bahia. Verificou-se que as moradas de casas, as terras e as embarcações constituíram-se nos mais relevantes ativos comercializados na Bahia do final do período colonial. A análise dos bens de raiz, principalmente, das moradas de casas, se mostraram importantes indicadores para demonstrar a estrutura habitacional de Salvador na época. Através do tipo de habitação, conseguiu-se verificar a condição social dos indivíduos que nelas viviam, percebendo a forte heterogeneidade econômica da Bahia, marcada pela concentração do crédito e pela forte desigualdade social.

8 FONTES

Arquivo Público do Estado da Bahia- APEB

Escrituras Públicas

Livro de Notas nº 117 A. 02/01/1777 a 23/06/1777. Tabelião Manoel Antonio Campelo, 497 folhas.

Livro de Notas nº 118. 26/06/1777 a 30/10/1778. Tabelião Bernardino de Sena Araújo, 346 folhas.

Livro de Notas nº 119. 17/11/1777 a 16/08/1779. Tabelião Vicente José de Avilar, 372 folhas.

Livro de notas nº 120. 07/07/1778 a 02/01/1780. Tabelião Manoel Antonio Campelo, 497 folhas.

Livro de notas 120 A. 12/02/1779 a 22/02/1780. Tabelião Bernardino de Sena Araújo, 274 folhas.

Livro de Notas nº 122. 20/08/1779 a 26/12/1780. Tabelião Vicente José de Avilar, 406 folhas.

Livro de notas nº 123. 14/01/1782 a 20/12/1783. Tabelião Bernardino de Sena Araújo, 390 folhas.

Livro de Notas nº 124. 05/12/1783 a 07/01/1784. Tabelião Manoel Antonio Campelo, 389 folhas.

Livro de notas nº 125. 23/01/1784 a 05/11/1785. Tabelião Bernardino de Sena Araújo, 388 folhas.

Livro de Notas nº 126. 11/05/1785 a 15/12/1785. Tabelião Manoel Antonio Campelo, 235 folhas.

Livro de Notas nº 126 A. 13/11/1785 a 26/12/1785. Tabelião João Damázio José, 119 folhas.

Livro de Notas nº 130. 07/04/1791 a 02/06/1792. Tabelião João Damásio José, 410 folhas.

Livro de Notas nº 132. 20/03/1792 a 19/12/1793. Tabelião Bernardino de Sena Araújo, 450 folhas.

Livro de Notas nº 140. 08/09/1799 a 13/11/1800. Tabelião Joaquim José B. de Almeida, 496 folhas.

Livro de Notas nº 141. 10/09/1799 a 24/12/1800. Tabelião Joaquim Tavares de M. Silva, 492 folhas.

Livro de Notas nº 143. 15/11/1800 a 23/05/1801. Tabelião Joaquim José B. de Almeida, 146 folhas.

Livro de Notas nº 144. 27/11/1800 a 13/04/1802. Tabelião Joaquim Tavares de M. Silva, 516 folhas.

Livro de Notas nº 145. 14/04/1802 a 25/01/1803. Tabelião Joaquim Tavares de M. Silva, 299 folhas.

Livro de Notas nº 146. 25/11/1803 a 12/01/1804. Tabelião Joaquim Tavares de M. Silva, 296 folhas.

Livro de Notas nº 147. 01/10/1801 a 19/11/1803. Tabelião Valetim Rodrigues Ferreira, 461 folhas.

Livro de Notas nº 148. 19/11/1803 a 23/08/1804. Tabelião Joaquim Tavares de M. Silva, 298 folhas.

Livro de Notas nº 149. 27/07/1804 a 18/10/1804. Tabelião Luiz de V. da Silva Campelo, 100 folhas

Livro de Notas nº 150. 20/11/1803 a 22/11/1804. Tabelião Valetim Rodrigues Ferreira, 213 folhas.

Livro de Notas nº 151. 28/08/1804 a 02/09/1805. Tabelião Manuel Ribeiro Carvalho, 220 folhas.

Livro de Notas nº 152. 06/11/1804 a 20/05/1805. Tabelião Jozé Álvares Quintas, 100 folhas.

Livro de Notas nº 153. 09/03/1805 a 02/11/1805. Tabela João Joaquim Tavares de M. Silva, 318 folhas.

Livro de Notas nº 154. 09/08/1805 a 09/10/1806. Tabela Valetim Rodrigues Ferreira, 300 folhas.

Livro de Notas nº 155. 05/11/1805 a 15/12/1805. Tabela João Joaquim Tavares de M. Silva, 349 folhas.

Livro de Notas nº 156. 16/12/1806 a 19/06/1807. Tabela João Joaquim Tavares de M. Silva, 156 folhas.

Livro de Notas nº 157. 25/06/1807 a 11/07/1808. Tabela João Joaquim Tavares de M. Silva, 356 folhas.

Livro de Notas nº 158. 11/07/1807 a 10/09/1808. Tabela José Alvares Quintas, 224 folhas.

Livro de Notas nº 160. 27/03/1808 a 29/07/1809. Tabela Francisco Alvares Albergaria, 301 folhas.

Inventários

Inventário de Custódio Ferreira Dias. Arquivo público do Estado da Bahia- APEB, Salvador, ano 1801. Seção: Judiciário. Nº de classificação 4/1741/221/5.

Inventário de José Duarte Santos. Arquivo público do Estado da Bahia- APEB, Salvador, ano: 1801, nº classificação: 04/1760/2230/01.

Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia – ASCMB

Livro 3º das eleições dos provedores e irmãos da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 07/07/1727 a 15/06/1791. Estante A, nº 35.

Livro 4º das eleições dos provedores e irmãos da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 02/07/1791 a 28/03/1860. Estante A, nº 36.

Livro 5º, fl. 33 v. de Termos de Irmãos 09/04/1775 a 30/10/1797. Estante A, nº 5.

Arquivo Histórico Ultramarino - AHU

Avulsos da Capitania da Bahia. Requerimento de João Fernandes de Almeida e Sousa à rainha D. Maria I solicitando a restituição de um engenho de açúcar que foi penhorado para pagamento de suas dívidas. 23 de Julho de 1788, caixa 190, documento 13953.

Avulsos da Capitania da Bahia. Carta de José da Silva Lisboa para Domingos Vandelli. 18 de outubro de 1781, caixa, doc. 10.907

Fontes Impressas

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e Minas em 1711..** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogos das Grandezas do Brasil.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 1997.

CALDAS, José Antônio. **Notícia Geral de toda essa Capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759.** Salvador: Tipografia Beneditina, 1951.

GANDAVO, Pero de Magalhães. **Tratado da Terra do Brasil: história da província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

LINDLEY, Thomas. **Narrativa de uma viagem ao Brasil.** São Paulo: Nacional, 1969.

ROCHA PITTA, Sebastião da. **História da América Portuguesa**. Salvador: Progresso, 1950.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo: Nacional, 1971.

TOLLENARE, Louis François de. **Notas Dominicais**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

VILHENA, Luís dos Santos. **A Bahia no século XVIII**. 3 vols. Salvador: Itapoã, 1969.

Obras de Referência

BLUTEAU, D. Raphael. **Vocabulário Português & Latino**. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Abreviaturas: documentos manuscritos dos séculos XVI ao XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1989.

9 REFERÊNCIAS

Artigos e periódicos

ALMEIDA, Rômulo. Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. **Planejamento**, Salvador, v. 5, n. 4, out./dez. 1977, p. 19-54.

AMORIM, Inês. Patrimônio e crédito: Misericórdia e Carmelitas de Aveiro (séculos XVII e XVIII). **Anál. Social**, Lisboa, n. 180, 2006.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. Superlucros: a prova empírica do exclusivo colonial. **Topoi** (Online): revista de história, v. 15, p. 706-718, 2014.

BARROS, José D'Assunção. História Econômica: considerações sobre um campo disciplinar. **Revista de Economia Política e História Econômica**, nº11, 2008.

BICALHO, M. F. B. Centro e Periferia: pacto e negociação política na administração do Brasil colonial. **Leituras**, Lisboa, v. 6, p. 17-39, 2000.

BICALHO, M. F. B. Conquista, Mercês e Poder Local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. **Almanack Braziliense**, v. 2, p. 21-34, 2005.

BLANC, Jérôme. La variété des monnaies citoyennes et leur place dans l'économie sociale et solidaire. **Economie et Management**, 2013, p.45-50.

BLANC, Jérôme. Les monnaies parallèles: évaluation du phénomène et enjeux théoriques. **Revue d'économie financière, Association d'économie financière**, 1998, p.81-102.

BLANC, Jérôme. Les monnaies sociales en tant que dispositifs innovants: une évaluation. **Innovations: cahiers d'économie de l'innovation**, 2012, p.67-84.

BLANC, Jérôme. Une théorie pour l'économie sociale et solidaire?. **Revue Internationale de l'Economie Sociale**, Institut de l'économie sociale, 2014, p.118-125.

CARRARA, Angelo Alves. Amoeção e oferta monetária em Minas Gerais: as Casas de Fundação e Moeda de Vila Rica. **Varia História** (UFMG. Impresso), v. 26, p. 217-238, 2010.

CARRARA, Angelo Alves. O crédito no Brasil no período colonial: Uma revisão historiográfica. **VARIA HISTORIA**, v. 36, p. 15-51, 2020.

CARRARA, Angelo Alves. O reformismo fiscal pombalino no Brasil. **Revista História Caribe**, v. 11, 2016, p. 1-21.

CARRARA, Angelo Alves. Para uma história dos preços do período colonial: questões de método. **Locus** (Juiz de Fora), v. 14, p. 187-217, 2008.

CASTRO, Bruno Martins. Negócios negreiros e mercado de crédito em São João Del Rei (1802-1806). In: **Anais do SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA**, 16, Diamantina: UFMG, 2014.

DIAS, Marcelo Henrique; SANTOS, Leandro Dias dos; SANTOS, Zildemar Alves. Mecanismo de acesso ao crédito na Vila de Ilhéus na primeira metade do século XIX: o caso Joaquim José da Costa Seabra. **Heera**. Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada, v.7, n.12, 2012.

ESPÍRITO SANTO, Cláudia Coimbra do. O endividamento em Minas colonial: estratégias socioeconômicas cotidianas em Vila Rica no decorrer do século XVIII. **Anais do XI Seminário de Economia Mineira**, Diamantina, 2004.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Para que serve história econômica? Notas sobre a história da exclusão social no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 29, 2002, p. 3- 28.

GIL, T. L.; PESAVENTO, F. 'Por ser público e notório?': notas sobre informação na economia da América Lusa (séculos XVIII e XIX). **Locus** (UFJF), v. 20, p. 13-33, 2014.

LIMA, Fernando Carlos G. de Cerqueira. Uma análise crítica da literatura sobre a oferta e a circulação de moeda metálica no Brasil nos séculos XVI e XVII. **Estudos Econômicos**, vol. 35, p. 169-201, São Paulo, 2005.

MENDES, Claudinei Magno Magre. Crédito e Usura na época Colonial: Autores Coloniais e Historiografia. **Mirandum** 18. CEMOrOc Feusp – IJI Univ. do Porto – pp. 31-48, 2007.

MINTZ, S. W. **Caribbean Transformations**. Chicago: Aldine, 1974, p.146-56.

OSÓRIO, Helen. Comerciantes do Rio Grande de São Pedro: formação, recrutamento e negócios de um grupo mercantil da América Portuguesa. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v 20, nº 39, p.115-134. 2000.

PIMENTA, T. S.; DANTAS, R.A. Barbeiros-Sangradores no Rio de Janeiro Oitocentista: Transformações de um ofício. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as)** - ABPN, v. 6, p. 6-24, 2014.

ROCHA, Maria Manuela Ferreira Marques. Atividade creditícia em Lisboa (1770-1830). **Análise Social**, vol. xxxi (136-137), 1996 (2.º-3.º), p. 579-598.

ROSENTHAL, Jean-Laurent. Credit markets and economic change in Southeastern France 1630-1788. In: **Explorations in Economic History**, n.º 30, 1993, p. 129-157.

SÁ, Isabel dos G. As Misericórdias nas sociedades portuguesas do Período Moderno. **Cadernos do Noroeste**. Série História, Lisboa, v.15, 1-2: 2001, p. 337 - 358.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. Crédito e Circulação Monetária na Colônia: o caso Fluminense, 1650-1750. **Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica**, Caxambu: ABPHE, 2003.

SANTOS, Fabricio Lyrio. A expulsão dos jesuítas da Bahia: aspectos econômicos. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 28, n. 55, p. 171-195, 2008.

SANTOS, R. F. A Formação de um corpo de negociantes na Bahia. **Afro-Ásia**, v. 51, p. 9-35, 2015.

SANTOS, R. F. Considerações sobre as atividades creditícias na sociedade mineira setecentista. In: **Anais do XII Seminário sobre a economia mineira**, 2006, Diamantina. XII Seminário sobre a economia mineira, 2006.

SANTOS, R. F. Vendas fiadas e outras práticas creditícias na economia colonial - Minas Gerais, século XVIII. **Revista Angelus Novus**, v. 04, p. 04-21, 2012.

SANTOS, Raphael. Trânsito material e práticas creditícias na América Portuguesa – Comarca do Rio das Velhas, Minas Gerais, século XVIII. In: **Jornada Setecentista**, 5., 2006, Curitiba, Anais, 2003.

SERENI, Emilio. La Categoría de “Formación económica y social. In: LUPORINI, Cesare & SERENI. El concepto de formación económico-social. México, **Cuadernos do Pasado y Presente** (39), 1978.

SZMERECSÁNIY, Tamás. Fundamentos teóricos e metodológicos do estudo da história econômica. **Revista história econômica e história de empresas** XI. 2008, p. 31-48.

VERSIANI, F.R. ; NOGUERÓL, L. P. F. ; VERGOLINO, J. R. O. ; RESENDE, G. . Preços de Escravos e Produtividade do Trabalho Cativo: Pernambuco e Rio Grande do Sul, século XIX. In: **Anais do XLI Encontro Nacional de Economia**, 2013, Foz do Iguaçu.

Livros e Capítulos

AGUIAR, Pinto de. **Aspectos da economia colonial**. Salvador: Progresso, 1957.

ALDEN, Dauril. **Aspectos econômicos da expulsão dos jesuítas do Brasil.** In KEITH & EDWARDS. Conflito e continuidade na sociedade brasileira. São Paulo: Civilização Brasileira, 1970.

ALENCASTRO, Luiz Filipe de. **O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico sul.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALGRANTI, Leila Mezan. **O Feitor Ausente. Estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1808-1821.** Petrópolis: Vozes, 1988.

ALMICO, Rita C. S. **Em nome da Palavra e da Lei: Relações de Crédito em Minas Gerais no Oitocentos.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.

ANDERSON, Perry. **Linhagens do estado absolutista.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

ARAÚJO, L. A. S. **Tratos e contratos nas Minas Setecentista.** In: Ângelo Alves Carrara. (Org.). *À Vista ou a Prazo: comércio e crédito nas Minas Setecentistas.* Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010, p. 119-154.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. **Exploração colonial e capital mercantil.** In: História Econômica do período colonial. São Paulo: Hucitec- FAPESP, 1996.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. **O Brasil no comércio colonial.** São Paulo: Ática, 1980.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. **O sentido da Colônia. Revisitando a crise do antigo sistema colonial no Brasil (1780-1830).** In: José Tengarrinha. (Org.). História de Portugal. Bauru: Editora Unesp/Edusc, 2000, p. 167-186.

AZEVEDO, Thales de. **Povoação da Cidade do Salvador.** Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2009.

BARICKMAM, B. J. **Um Contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1789-1860.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BICALHO, Maria Fernanda, FRAGOSO, João Luiz R, & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BLANC, Jérôme. **Les monnaies parallèles. Unité et diversité du fait monétaire.** Paris: L'Harmattan, 2000.

BLANC, Jérôme. **Une économie sans argent: les systèmes d'échange local (SEL).** (Seuil, 1999, dirigé par J.-M. Servet) et dirigé Monnaies sociales: Exclusion et liens financiers, rapport 2005-2006, (Economica, 2006).

BORDIEAU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 1974.

_____. **Questões de Sociologia.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. O Capital Social – notas provisórias. In: CATANI, A. & NOGUEIRA, M.A. (Orgs.) *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOXER, Charles R. **A Idade de Ouro do Brasil (dores de crescimento de uma sociedade colonial)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BOXER, Charles R. **O Império Marítimo Português, 1415-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo. Séculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1995, 3 vols.

CARDOSO, C.F.S. **A Afro-América: a escravidão no Novo Mundo**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

CARDOSO, C.F.S. **Agricultura, Escravidão e Capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979.

CARDOSO, C.F.S. **Escravo Ou Camponês? O Proto-Campesinato Negro Nas Américas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARDOSO, C.F.S. **O trabalho na América Latina Colonial**. São Paulo: Ática, 1985.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: O Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul**. São Paulo: DIFEL, 1962.

CARRARA, Angelo Alves. À vista ou a prazo: comércio e crédito nas Minas setecentistas. In: Angelo Alves Carrara. (Org.). **À vista ou a prazo: comércio e crédito nas Minas setecentistas**. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2010, v. 1, p. 7-19.

CARRARA, Angelo Alves. **Fontes quantitativas para a história de Minas Gerais no Setecentos**. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 2008.

CARRARA, Angelo Alves. **Minas e currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais, 1674-1807**. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2007.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de Corte**. Lisboa: Estampa, 1995.

FALCON, Francisco Calazans. **Pombal e o Brasil**. In: TENGARRINHA, José (org). *História de Portugal*. Bauru: Edusc; São Paulo: UNESP, 2000, p. 149-166.

FALCON, Francisco e RODRIGUES, Claudia (orgs.). **A “Época Pombalina” no mundo luso-brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

FALCON, Francisco. **A Época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada**. São Paulo: Ática, 1993.

FARIA, S. S. C. **A Colônia em Movimento, Fortuna e Família no Cotidiano Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. Pobres do açúcar: Estrutura Produtiva e Relações de Poder no Nordeste Colonial. In: **História Econômica do período colonial**. Tamás Szmerecsányi. (org.) São Paulo: Hucitec/ABPHE/Edusp/Imprensa Oficial, 2002.

FERLINI, Vera. **Terra, Trabalho e Poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FERNANDES, Florestan. **Circuito Fechado: Quatro ensaios sobre o Poder Institucional**. São Paulo: HUCITEC, 1976.

FERREIRA, Antônio Fonseca. **A acumulação capitalista em Portugal. Das origens da nacionalidade aos inícios do século XIX**. Porto: Afrontamento, 1977.

FLORENTINO, Manolo e FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Arcaísmo como Projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em economia colonial tardia, Rio de Janeiro, c. 1790 –c. 1840**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FLORENTINO, Manolo e FRAGOSO, João Luís Ribeiro. História Econômica. In: CARDOSO, C. F; VAIFAS, R. (Orgs). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 53- 75.

FRAGOSO, J. L. R. **Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia Na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790 -1830)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **À espera das frotas: micro-história tapuia e a nobreza principal da terra (Rio de Janeiro, c. 1600- c. 1750)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. (Tese apresentada ao concurso para professor titular).

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Rio de Janeiro: Record, 1992.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1975.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Homens de Negócio: A Interiorização da Metrópole e do Comércio nas Minas Setecentistas**. São Paulo: Hucitec, 1999.

GAMA, Lana Lage. **Rebeldia negra e abolicionismo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

GIL, T. L. **Os Infiéis transgressores: elites e contrabandistas nas fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo (1760-1810)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

GIL, Thiago Luís. **Coisas do Caminho: tropeiros e seus negócios do Viamão à Sorocaba, 1780-1810**. Tese de Doutorado, UFRJ, 2009.

GIL, Tiago. Práticas creditícias e o cofre dos órfãos na vila de Curitiba (1780-1810). In: GUIMARÃES, Carlos Gabriel e SARAIVA; Luíz Fernando (Orgs.). **Crédito e Descrédito. Relações sociais de empréstimos na América- séculos XVIII ao XX.** Niterói: EDUFF, 2018, p. 56-79.

GODELIER, Maurice. **Horizontes da Antropologia.** Lisboa: Edições 70, s/d.

GODINHO, Vitorino Magalhães. **A estrutura da antiga sociedade portuguesa.** Lisboa: Arcadia, 1971.

GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial.** São Paulo: Ática, 1992.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel e SARAIVA, Luíz Fernando. **Crédito e Descrédito. Relações sociais de empréstimos na América- séculos XVIII ao XX.** Niterói: EDUFF, 2018.

HESPANHA, Antônio Manuel & XAVIER, Ângela Barreto. **As redes clientelares** In: MATTOSO, José (dir.) & HESPANHA, Antônio Manuel. **História de Portugal, volume IV: O Antigo Regime (1620-1807).** Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 381-393.

HESPANHA, Antônio Manuel. **Às vésperas do Leviathan. Instituições e poder político em Portugal - XVII.** Porto: Almedina, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira.** Tomo I, 2º vol., livro quarto, capítulo VI, Metais e Pedras Preciosas. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.

IANNI, Octávio **As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional.** São Paulo: DIFEL, 1962.

JANCSÓ, István. **Na Bahia, contra o império: história do ensaio de sedição de 1798.** São Paulo/Salvador: HUCITEC: EDUFBA, 1996.

KANTOR, Iris. Novas expressões da soberania portuguesa na América do Sul: impasses e repercussões do reformismo pombalino na segunda metade do século XVIII. In: FRAGOSO J.L. R; GOUVÊA, Maria de Fátima. (Orgs.). **O Brasil Colonial.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 463-482.

[KELMER MATHIAS, C. L.](#) **As múltiplas faces da escravidão: o espaço econômico do ouro e sua elite pluriocupacional na formação da sociedade mineira setecentista, c. 1711 - c. 1756.** Rio de Janeiro: Mauad X : FAPERJ, 2012.

LABROUSSE, Ernest. **Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France du XVIII siècle.** 2 vol. Paris: s/ed, 1932.

LAPA, José R. do Amaral. **A Bahia e a carreira da Índia.** São Paulo: Nacional, 1968.

LAPA, José R. do Amaral. **Economia Colonial.** São Paulo: Perspectiva, 1973.

LAPA, José R. do Amaral. O interior da estrutura. In: **História Econômica do período colonial SZMRECSÁNYI, Tamás. (org).** São Paulo: Hucitec- FAPESP, 1996, p. 163-171.

- LAPA, José R. do Amaral. **O sistema colonial**. São Paulo: Ática, 1991.
- LAPA, José Roberto do Amaral. **Economia Colonial**. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- LAPA, José Roberto do Amaral. **O Antigo Sistema Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- LARA, Silvia Hunold. **Campos de violência: Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LEITE, Serafim. **Breve História da Companhia de Jesus no Brasil (1549-1760)**. Braga: Apostolado da Imprensa, 1993.
- LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1938-1950, vol. 1.
- LEPKOWSKI, Tadeusz. **Haiti**. Tomo I. Havana: Casa de las Américas, 1968.
- LEVY, Maria Bárbara. **História Financeira do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: IBMEC, 1979.
- [LINHARES, Maria Yedda Leite](#) e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História da Agricultura Brasileira - Combates e Controvérsias**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- [LINHARES, Maria Yedda Leite](#) e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História Política do Abastecimento (1918-1974)**. Brasília: Biblioteca Nacional de Agricultura, 1979.
- [LINHARES, Maria Yedda Leite](#). **História do Abastecimento - uma problemática em questão, 1530-1918**. Brasília: Biblioteca Nacional de Agricultura, 1979.
- MACEDO, Jorge Borges de. **A situação econômica no tempo de Pombal**. Lisboa: Gradiva, 1951.
- MACHADO, Alcântara. **Vida e morte de um bandeirante**. São Paulo: Martins, 1972.
- MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Crime e escravidão. Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MARTINS, J. S. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- MARX, Karl. **A Chamada Acumulação Primitiva**. In: O Capital. Tomo II, Capítulo XXIV. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MARX, Karl. **Transformação do Dinheiro em Capital**. In: O Capital. Tomo I, Capítulo IV. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MARX, Karl. **Contribuição a crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MATTOS, Hebe. **Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Bahia, século XIX: uma Província do Império.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX.** São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.

MAURO, Frédéric. **Le Portugal et l'Atlantique au XVIIIe siècle, 1570-1670.** Paris: S.E.V.P.E.N, 1960.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O Capitalismo Tardio.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

MINTZ, S. W. **O poder amargo do Açúcar.** Recife: Editoria Universitária, 2003.

MINTZ, S. W. **Slavery, Colonialism and Racism.** New York: W.W. Norton, 1996.

MINTZ, S. W. **Sweetness and Power: The Place of Sugar in Modern History.** New York: Viking-Penguin, 1985.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas. As reformas na monarquia pluricontinental portuguesa: de Pombal a dom Rodrigo de Sousa Coutinho. In: FRAGOSO J.L. R; GOUVÊA, Maria de Fátima. (Orgs). **O Brasil Colonial.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 111-148.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas. **O crepúsculo dos grandes: a casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832).** Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **D. José: Na sombra de Pombal.** Lisboa: Temas e Debates, 2008.

NASCIMENTO, Ana Amélia Vieira. **Dez freguesias da cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX.** Salvador: EDUFBA, 2007.

NASCIMENTO, Ana Amélia Vieira. **Patriarcado e religião: as enclausuradas Clarissas do Convento do Desterro da Bahia (1977-1890).** Salvador/Bahia, Conselho Estadual de Cultura, 1994.

NEVES, Erivaldo F. & MIGUEL, Antonieta (orgs.). **Caminhos do sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia.** Salvador, Arcadia, 2007.

NEVES, E. F. **Escravidão, pecuária e policultura: Alto Sertão da Bahia, século XIX.** Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

NEVES, E. F. **Estrutura Fundiária e Dinâmica Mercantil: Alto Sertão da Bahia, Séculos XVIII e XIX.** Salvador e Feira de Santana: Edufba e UEFS, 2005.

_____. **Sertões da Bahia: Formação Social, Desenvolvimento Econômico, Evolução Política e Diversidade Cultural.** Salvador: Arcádia, 2011.

_____. **Uma Comunidade Sertaneja: da Sesmaria ao Minifúndio (um Estudo de História Regional e Local)** Salvador e Feira de Santana: EDUFBA e UEFS Editora, 2008.

NOVAIS, Fernando A. **Aproximações: estudos de história e historiografia**. São Paulo: Cosacnaify, 2005.

NOVAIS, Fernando Antonio. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial**. São Paulo: Hucitec, 1989.

OLIVAL, Fernanda. **As ordens militares e o Estado Moderno. Honra, Mercê e Venalidade em Portugal (1641-1789)**. Lisboa: Estar Editora, 2001.

OTT, Carlos. **A Santa Casa de Misericórdia da Cidade do Salvador**. Publicações da diretoria do IPHAN. Ministério da Educação e Cultura. Rio de Janeiro, 1960.

PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. A economia política do sistema colonial. In: FRAGOSO J.L. R.; GOUVÊA, Maria de Fátima. (Orgs). **O Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 419-460.

PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. **Estrutura industrial e mercado colonial: Portugal e Brasil (1780-1830)**. Lisboa: DIFEL, 1994.

PEREIRA, Alexandra Maria. Uma loja de Vila Rica. In: CARRARA, Angelo Alves (org.). **À vista ou a prazo: comércio e crédito nas Minas setecentistas**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010, p. 34-35.

PESAVENTO, Fábio. Até que a confiança nos separe: as redes transimperiais e o mercado de crédito do Rio de Janeiro durante a segunda metade do século XVIII. In: GUIMARÃES, Carlos Gabriel e SARAIVA, Luíz Fernando (Orgs.). **Crédito e Descrédito**. Relações sociais de empréstimos na América- séculos XVIII ao XX. Niterói: EDUFF, 2018, p. 18-55.

PESAVENTO, Fábio. **Um pouco antes da Corte: a economia do Rio de Janeiro na segunda metade do setecentos**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

PIRES, Maria de Fátima Novais. **Fios da vida: Tráfico Interprovincial e Alforrias nos Sertões de Sima, 1860-1920**. São Paulo: Annablume, 2009.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1970.

PUNTONI, Pedro. **O Estado do Brasil: poder e política na Bahia colonial (1548-1700)**. São Paulo: Alameda, 2013.

QUEIRÓS, Suelly Robles Reis de. **Escravidão negra em São Paulo: um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos malês (1835)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

REIS, João José & SILVA JR., Carlos (Orgs.). **Atlântico de dor: faces do tráfico de escravos**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

RICUPERO, Rodrigo. Governo-geral e a formação da elite colonial baiana no século XVI. *In: Modos de Governar: idéias e práticas políticas no império português, séculos XVI-XIX/organizadoras*. Maria Fernanda Bicalho, Vera Lúcia Amaral Ferlini. São Paulo: Alameda, 2005.

RUSSELL-WOOD, Anthony John R. **Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)**. Lisboa: DIFEL, 1998.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755**. Brasília: Editora da UnB, 1981.

RUSSELL-WOOD, A.; MOURA, D.; DOMINGUES, ÂNGELA (Orgs.). **Histórias do Atlântico Português**. 1. ed. São Paulo: UNESP, 2014.

RUY, Affonso. **História da Câmara Municipal da cidade do Salvador**. Salvador: Câmara Municipal, 1996.

RUY, Affonso. **História política e administrativa da cidade de Salvador**. Salvador: Tipografia Beneditina, 1949.

SÁ, Isabel G. As Misericórdias no Império Português (1500-1800). *In: 500 Anos das Misericórdias Portuguesas*, ed. Maria Natália Correia Guedes. Lisboa: Comissão para as Comemorações dos 500 Anos das Misericórdias, 2000, p. 101 - 132.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. A curva do tempo: as transformações na economia e na sociedade do Estado do Brasil no século XVIII. *In: FRAGOSO J.L. R; GOUVÊA, Maria de Fátima. (Orgs). O Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 307- 338.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. A economia do império português no período pombalino. *In: Francisco Falcon e Claudia Rodrigues (Orgs.). A “Época Pombalina” no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, 31-58.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Na encruzilhada do império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650 - c.1750)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

SANTOS, Augusto Fagundes da Silva dos. **História Financeira da Santa Casa de Misericórdia da Bahia no século XVIII**. Salvador: Quarteto, 2015.

SANTOS, Raphael Freitas. O ouro e a palavra: endividamento e práticas creditícias na economia mineira setecentista. *In: CARRARA, Angelo Alves (org.). À vista ou a prazo: comércio e crédito nas Minas setecentistas*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010.

SCHWARTZ, Stuart. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial: a Suprema Corte da Bahia e seus juizes (1609-1751)**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos Internos: Engenhos e Escravos na sociedade Colonial, 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Cândido da Costa. **Os Segadores e a Messe. O clero oitocentista na Bahia**. Salvador: Edufba, 2000.

SIMONSEN, Roberto. **História econômica do Brasil, 1500-1820**. São Paulo: Nacional, 1937.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano; SILVA JR., Carlos,; DOMINGUES, Cândido (Orgs). **Africanos na Cidade da Bahia: tráfico negreiro, escravidão e identidade africana - Século XVIII**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2017.

SLENES, Robert Wayne Andrew. **Na Senzala, Uma Flor: Esperanças e Recordações Na Formação da Família Escrava (Brasil Sudeste, Século XIX)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOMBRA, Severino. **História Monetária do Brasil colonial: repertório cronológico com introdução, notas e carta monetária**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1938.

SOUSA, Avanete Pereira. **A Bahia no século XVIII: poder político local e atividades econômicas**. São Paulo: Alameda, 2012.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SOUZA, Laura de Melo e. **O Sol e a Sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SUBTIL, José. **O terremoto político (1755-1759): memória e poder**. Lisboa: Edial, 2007.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. Salvador/São Paulo, Edufba/Ed. Unesp, 2001.

VERGER, Pierre. **Fluxo e Refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de todos os Santos: século XVII ao XIX**. São Paulo, Corrupio, 1987.

VILAR, Pierre. **Ouro e moeda na história, 1450-1920**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

Dissertações e Teses

BORGES, Eduardo José Santos. **Viver sob as leis da nobreza: A casa dos Pires de Carvalho e Albuquerque e as estratégias de ascensão social na Bahia do século XVIII**. (Tese de Doutorado), FFCH/UFBA- Salvador, 2015.

FLORY, Rae Jean Dell. **Bahia Society in the Mid. Colonial Period: The Sugar Planters, Tobacco Growers, Merchantes, and Artisans of Salvador and the Recôncavo, 1680-1725**. Tese PhD. University of Texas, 1978.

JESUS, Gabriel Silva. **Tanto negócio e tantos negociantes: A cidade de Salvador, uma cidade comercial, (1750-1808)**. (Dissertação de Mestrado), FFCH/UFBA- Salvador, 2019.

LUGAR, Catherine. **The merchant community of Salvador, Bahia 1780-1830**. Stony Brook: State University of New York, 1980. (Ph. D. Diss.).

MASCARENHAS, Maria José Rapassi. **Fortunas coloniais - Elite e riqueza em Salvador 1760 – 1808**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999. (Tese de Doutorado).

PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. **Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social**. Universidade Nova Lisboa, Lisboa, 1995, Tese de doutorado.

RIBEIRO, Alexandre Vieira. **A Cidade de Salvador: estrutura econômica, comércio de escravos, grupo mercantil (c. 1750 - c. 1800)**. 2009. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ROCHA, Maria Manuela Ferreira Marques. **Crédito privado num contexto urbano. Lisboa, 1770-1830**. Tese de Doutorado. Florença. Instituto Universitário Europeu, 1996.

SANTOS, Ana Maria Carvalho. **Recôncavo Sul: terras, homens, economia e poder no século XIX**. Dissertação de Mestrado em História. Salvador: UFBA, 2000.

SANTOS, P. H. D. **Léguas tiranas: sociedade e economia no alto sertão da Bahia. Caetité, 1890-1930**. 2014. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014. (Tese de Doutorado).

SANTOS, Raphael Freitas. **Devo que pagarei: sociedade, mercado e práticas creditícias na comarca do Rio da Velhas, 1713-1773**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

SANTOS, Raphael Freitas. **Minas com Bahia: mercados e negócios em um circuito mercantil setecentista**. Niterói: Universidade Federal Fluminense / Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013. (Tese de Doutorado).

SOUZA, Cândido Eugênio Domingues de. **Perseguidores da espécie humana: capitães negreiros da Cidade da Bahia na primeira metade do século XVIII**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2011. (Dissertação de Mestrado).

STUMPF, Roberta G. **Cavaleiros do ouro e outras trajetórias nobilitantes: As solicitações de Hábitos das Ordens Militares nas Minas setecentistas**. Tese de Doutorado em História. Universidade de Brasília, 2009.

XIMENES, Cristiana Ferreira Lyrio. **Bahia e Angola: redes comerciais e o tráfico de escravos (1750-1808)**. Niterói: Universidade Federal Fluminense / Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013. (Tese de Doutorado).

ANEXO 1

Relação completa dos escravizados pertencente ao inventário de Custódio Ferreira Dias

	NOME	ETNIA	FAIXA ETÁRIA
1	Vicente	Cabra	Moço
2	Antonio	Mulato	Moço
3	Manoel	Angola	Moço
4	Caetano	Benguela	Moço
5	Joaquim	Benguela	Moço
6	João	Benguela	Moço
7	Pedro	Benguela	Moço
8	Manoel	Benguela	Moço
9	Baltazar	Gentio da Costa	Moço
10	Florêncio	Gentio da Costa	Moço
11	Jozé Marinheiro	Gentio da Costa	Moço
12	Jozé	Angola	Moço
13	José	Angola	Moleque
14	Caetano	Angola	Moleque
15	Lourenço	Angola	Moleque
16	Paulo	Angola	Moleque
17	Eitanislao	Crioulo	Molequinho
18	Geraldo	Crioulo	Molequinho
19	Apolinaria	Parda	Moça
20	Feliciana	Mulata	Molequinha
21	Victorina	Mulata	Moça
22	Luis	Mulato	Molequinho
23	Efigenia	Mulata	Molequinha
24	Romão	Mulato	Molequinho
25	Mônica	Crioula	Moça
26	Severiano	Mulato	De peito/colo
27	Francisca	Gentio da Costa	Moça
28	Marcelina	Crioula	Molequinha
29	Ignacia	Gentio da Costa	Moça
30	Vivência	Gentio da Costa	Moça
31	Feliciana	Gentio da Costa	Moça
32	Maria	Angola	Moça
33	Bernardina	Gentio da Costa	Moça
34	Josefa	Crioula	Moça
35	Elena	Crioula	Molequinha
36	Veríssima	Gentio da Costa	Moça
37	Joanna	Angola	Moça
38	Francisco Feliz	Cabra	Moço
39	Autópio	Angola	Moço
40	Jozé	Angola	Moço
41	Jozé Bento	Gentio da Costa	Moço
42	Pascoal	Angola	Moço
43	Marcos	Crioulo	Moço

	NOME	ETNIA	FAIXA ETÁRIA
44	Manoel Bonfim	Angola	Moço
45	Manoel	Angola	Moço
46	Francisco	Nagô	Moço
47	Luciano	Gege	Moço
48	Clemente	Nagô	Moço
49	Domingos	Nagô	Moço
50	Damião	Nagô	Moço
51	Bruno	Crioulo	Molequinha
52	Jozé	Crioulo	Moço
53	Bernardo	Angola	Moço
54	Fernando	Não identificado	Moço
55	Domingos	Não identificado	Moço
56	Manoel	Nagô	Moço
57	Afonso	Gege	Moço
58	Severino	Não identificado	Moço
59	Francisco Xavier	Angola	Moço
60	Portácio	Gege	Moleque
61	Ilário	Angola	Moço
62	Pedro	Angola	Moço
63	João de Barros	Angola	Velho
64	Adão	Gege	Moço
65	João	Gege	Moço
66	João	Tapa	Moço
67	Jozé	Tapa	Muito velho
68	Manoel	Crioulo	Moço
69	Felis	Crioulo	Moço
70	Jozé	Tapa	Moço
71	Jozé	Nagô	Moço
72	Matias	Gege	Moço
73	Benedito	Não identificado	Moço
74	Manoel Victório	Angola	Moço
75	Bento	Gege	Velho
76	Faustino	Gege	Muito velho
77	Caetana	Gege	Velha
78	Esperança	Gege	Muito velha
79	Rita	Gege	Muito velha
80	Josefa	Gege	Moça
81	Silvéria	Crioula	Molequinha
82	Florência	Tapa	Moça
83	Inês	Crioula	Molequinha
84	Claudina	Crioula	Moça
85	Maria Custódia	Crioula	Moça
86	Joana	Cabra	Moça
87	Francisca	Gege	Moça
88	Rufo	Crioulo	Moleque
89	Isabel	Crioula	Molequinha
90	Gervaro	Crioulo	De peito/de colo

	NOME	ETNIA	FAIXA ETÁRIA
91	Maria do Carmo	Crioula	Moça
92	Águida	Crioula	De peito/de colo
93	Brizida	Gege	Moça
94	Maria	Crioula	Moça
95	Paulo	Crioulo	Moleque
96	Justa	Crioula	De peito/de colo
97	Bernardo	Nagô	Velho
98	Izidoria	Tapa	Moça
99	Victória	Gege	Moça
100	Gregório	Crioulo	Moleque
101	Libério	Crioulo	Moleque
102	Theodória	Gege	Moça
103	Henrique	Crioulo	Moleque
104	Albano	Crioulo	Moleque
105	Madalena	Crioula	Moleca
106	Leandra	Crioula	Moleca
107	Maria Gege	Crioula	Moça
108	Maria	Angola	Moça
109	Feliciana	Gege	Moça
110	Luciana	Crioula	De peito/de colo
111	Roncana	Gege	Moça
112	Esperança	Gege	Velha
113	Maurícia	Crioula	Moleca
114	Honorato	Crioulo	Molecão
115	Sabino	Crioulo	Moleque
116	Elena	Crioulo	De peito/de colo
117	Custódia	Gege	Velha
118	Quitéria	Crioula	Moça
119	Benedita	Gege	Moça
120	Prucina	Crioula	De peito/de colo
121	Bonifácia	Crioula	De peito/de colo
122	Tereza	Gege	Velha
123	Antônia	Gege	Velha
124	Rodrigo	Cabra	Moço
125	Maria	Crioula	Moleca
126	Joana	Gege	Moça
127	Leonor	Crioula	Moleca
128	Feliciano	Crioulo	Moleque
129	Benta	Gege	Moça
130	Victório	Crioulo	Molecão
131	Ludovina	Crioula	De peito/de colo
132	Ana	Crioula	Moça
133	Clara	Crioula	Moleca
134	Cazário	Crioulo	De peito/de colo
135	Felicidade	Crioula	Molecona
136	Agostinho	Crioulo	Molecão
137	Carlos	Crioulo	Moça

	NOME	ETNIA	FAIXA ETÁRIA
138	Suzana	Angola	Velha
139	Roza	Mina	Velha
140	Manoel	Angola	Moço
141	Rafael	Gege	Moço
142	Belchior	Gege	Moço
143	Caetano	Gege	Moço
144	Serafim	Gege	Moço
145	Sutério	Gege	Moço
146	Malaquias	Angola	Molecão
147	Domingos	Angola	Moço
148	Thomás	Gege	Moço
149	Severo	Nagô	Moço
150	Lino	Nagô	Moço
151	Benedito	Nagô	Moço
152	Romão	Nagô	Moço
153	Damázia	Gege	Moça
154	Agostinha	Gege	Moça
155	Rufina	Crioula	De peito/de colo
156	Margarida	Gege	Moça
157	Maria	Gege	Moça
158	Jozé	Crioulo	Moleque
159	Sutéria	Angola	Moça
160	Francisca	Angola	Velha
161	João Pedro	Angola	Velho
162	Francisco	Gege	Moço
163	Lourenço	Angola	Velho
164	Jozé	Crioulo	Moleque
165	Manoel	Crioulo	Velho
166	Pedro	Gege	Moço
167	Antônio	Gege	Moço
168	Antônio	Nagô	Moço
169	Gregório	Não identificado	Moço
170	Romeu	Nagô	Moço
171	Gaspar	Nagô	Moço
172	Felis	Crioulo	Moço
173	Miguel	Mina	Moço
174	João Tutu	Angola	Moço
175	João Macoto	Angola	Moço
176	Feliz cabeça	Crioulo	Muito Velho
177	Pedro	Gege	Molecão
178	Geraldo	Gege	Moço
179	Felipe	Gege	Moço
180	Damázio	Gege	Moço
181	Jozé	Nagô	Moço
182	Domingos	Nagô	Moço
183	Veríssimo	Angola	Moço
184	Jerônimo	Nagô	Moço

	NOME	ETNIA	FAIXA ETÁRIA
185	Simplício	Crioulo	Moço
186	Manoel	Gege	Moço
187	Maxmiano	Gege	Moço
188	Cipriano	Gege	Moço
189	Braz	Gege	Moço
190	Ventura	Nagô	Moço
191	João	Angola	Moço
192	Elias	Nagô	Moço
193	Joaquim	Nagô	Moço
194	Lucas	Nagô	Moço
195	Gurcino	Nagô	Moço
196	Luzia	Gege	Moça
197	Angela	Gege	Muita Velha
198	Quitéria	Nagô	Moça
199	Tereza	Gege	Moça
200	Tereza	Nagô	Molecona
201	Thomázia	Nagô	Moça
202	Inácia	Crioula	Moça
203	Joana	Crioula	Moça
204	Apolônia	Nagô	Moça
205	Constância	Nagô	Moça
206	Juliana	Crioula	Moça
207	Francisca	Cabra	Moça
208	Euzébia	Crioula	Moleca
209	Amatildes	Mulata	Molequinha
210	Theodora	Mulata	De peito/de colo
211	Marcelino	Crioulo	Moleque
212	Felipe	Crioulo	De peito/de colo
213	Jozé	Crioulo	De peito/de colo
214	Dezidério	Crioulo	De peito/de colo
215	Felizarda	Crioula	De peito/de colo
216	Luciano	Nagô	Moço
217	Pacífico	Nagô	Moço
218	Estevão	Nagô	Moço
219	Marcial	Nagô	Molecão
220	Amaro	Nagô	Moço
221	Paulo	Angola	Moço
222	Joaquim	Angola	Moço
223	Jozé	Angola	Moço
224	Alexandre	Nagô	Moço
225	João Segano	Angola	Moço
226	Manoel	Gege	Moço
227	João tatu	Angola	Moço
228	Damião	Nagô	Moço
229	Elautério	Nagô	Moço
230	Claudio	Gege	Molecão
231	Bartolomeu	Gege	Moço

	NOME	ETNIA	FAIXA ETÁRIA
232	Germano	Gege	Moço
233	Ivo	Gege	Moço
234	José	Gege	Moço
235	Bernabé	Gege	Moço
236	Sérgio	Gege	Moleção
237	Gervásio	Gege	Moço
238	Inácio	Gege	Velho
239	André	Gege	Moço
240	Antônio	Gege	Moço
241	João	Angola	Moço
242	Pedro	Crioulo	Moleque
243	João	Crioulo	Moleção
244	Constantino	Nagô	Moleque
245	Joaquim	Cabra	Moleque
246	João	Cabra	Moleque
247	Dorotea	Nagô	Moça
248	Rita	Angola	Moça
249	Sutéria	Gege	Moça
250	Efigênia	Nagô	Moça
251	Felicidade	Nagô	Moça
252	Mariana	Angola	Moça
253	Ursula	Nagô	Moça
254	Marcela	Gege	Moça
255	Domingas	Gege	Moça
256	Luiza	Cabra	Moça
257	Ana	Não identificado	Moça
258	Josefa	Gege	Moça
259	Thomás	Crioulo	Molequinho
260	Maximiano	Crioulo	De peito/de colo
261	Izidoro	Crioulo	De peito/de colo
262	Julião	Crioulo	De peito/de colo
263	Maria	Crioula	Molequinha
264	Simplício	Crioulo	De peito/de colo
265	Opito	Crioulo	De peito/de colo
266	Inácio	Nagô	Moço
267	Lucas	Nagô	Moço
268	Cipriano	Tapa	Moço
269	Manoel	Angola	Moço
270	Duarte	Gege	Moleção
271	Luís	Gege	Moço
272	João	Gege	Moço
273	Apolinário	Gege	Moço
274	Francisco	Nagô	Moço
275	Domingos	Nagô	Moço
276	Miguel	Gege	Moço
277	Frutuoso	Gege	Moço
278	Fortunato	Nagô	Moço

	NOME	ETNIA	FAIXA ETÁRIA
279	Angelo	Nagô	Moço
280	Pedro	Angola	Moço
281	Teodósio	Angola	Moço
282	Calisto	Gege	Moço
283	Joaquim	Angola	Moço
284	Ventura	Gege	Moço
285	Bernardo	Gege	Moço
286	Clemente	Angola	Moço
287	Simão	Angola	Moço
288	Marcelino	Angola	Moço
289	Nicolau	Nagô	Moço
290	Antônio	Nagô	Moço
291	Manoel	Gege	Moço
292	Antônio	Nagô	Moço
293	Joaquim	Angola	Moço
294	Jacinto	Nagô	Moço
295	Amaro	Nagô	Moço
296	Bento	Nagô	Moço
297	Patrício	Nagô	Moço
298	Joaquim	Nagô	Moço
299	Gertrudes	Gege	Moça
300	Catharina	Angola	Moça
301	Roza	Angola	Moça
302	Joana	Angola	Moça
303	Quitéria	Nagô	Moça
304	Feliciana	Nagô	Moça
305	Perpétua	Nagô	Moça
306	Germana	Nagô	Moça
307	Micaela	Parda	Moça
308	Bernarda	Crioula	Moleca
309	Ricardo	Crioulo	De peito/de colo
310	Braz	Crioulo	Molequinho
311	Luís	Crioulo	Molequinho
312	Valério	Crioulo	De peito/de colo
313	Rafael	Crioulo	Molequinho
314	Jozé	Crioulo	De peito/de colo
315	Cristina	Crioula	De peito/de colo
316	Maria	Crioula	De peito/de colo
317	Francisco	Cabra	Moço
318	João	Gege	Moço
319	Leonor	Crioula	Molequinha
320	Angela	Crioula	Molequinha
321	Paula	Crioula	Molequinha
322	Ignácio	Crioulo	Molequinho
323	Jozé	Crioulo	Molequinho
324	Amaro	Crioulo	Molequinho
325	Julia	Crioula	Molequinha

	NOME	ETNIA	FAIXA ETÁRIA
326	Lauriana	Crioula	Molequinha
327	Afonso	Crioulo	Moço
328	Jozé	Tapa	Moço
329	Bento	Crioulo	Moço
330	Caetano	Crioulo	Moço
331	Justa	Crioula	Moça
332	Romana Quitéria	Gege	Moça
333	Quirina	Nagô	Moça
334	Tereza	Gege	Moça
335	Romão	Não identificado	Moço
336	Rufina	Angola	Moça

Fonte: APEB. Seção Judiciária. nº de classificação 4/1741/221/5. Inventário de Custódio Ferreira Dias, 1801.

ANEXO 2

Relação completa dos devedores de Custódio Ferreira Dias

Nº	NOME DO DEVEDOR	VALOR DA DÍVIDA (réis)
1	Afonso Álvares Adorno	47\$269
2	Agostinho Paes de Almeida	226\$412
3	Alexandre de Souza	30\$000
4	Amaro Sutil de Menezes	60\$000
5	Ana Maria de Jesus	15\$300
6	André Corsino Coelho	266\$870
7	Anna Maria Ferreira	116\$473
8	Antonia Joaquina	1\$074
9	Antonia Pereira Assunção	45\$266
10	Antonio da Silva Pimentel de Cantanheda	430\$950
11	Antonio de Brito	60\$000
12	Antonio de Souza da Silva	73\$780
13	Antonio Ferreira Pinto	127\$780
14	Antonio Frutuoso da Rocha Dória	6\$120
15	Antonio Garcia Pinto	918\$380
16	Antonio Gomes Ferreira	1:437\$217
17	Antonio Ignácio	27\$080
18	Antonio José de Abreu Souto Maior	507\$102
19	Antonio José de Sousa Portugal	110\$440
20	Antonio José Pereira	65\$488
21	Antonio Jozé da Mota	279\$850
22	Antonio Lourenço da Motta	382\$820
23	Antonio Luís Pereira	3:831\$222
24	Antonio Manoel da Cruz	63\$978
25	Antonio Pedro da Silva	1:488\$583
26	Antonio Pinto da Rocha	400\$000
27	Antonio Pinto dos Reis	332\$359
28	Antonio Ribeiro Álvares	76\$687
29	Antonio Ribeiro de Souza	13\$620
30	Antonio Rodrigues Correa	64\$263
31	Antonio Rodrigues Pinheiro	658\$190
32	Antonio Segundo de Vasconcellos	43\$450
33	Antonio Teixeira da Costa	477\$899
34	Bento Coelho de Araújo	35\$730
35	Bernardino Dornelles Paim	90\$000
36	Bernardino José Pereira de Araújo	371\$222

Nº	NOME DO DEVEDOR	VALOR DA DÍVIDA (réis)
37	Bernardo Pereira de Azevedo	12\$000
38	Braz Ribeiro e Thomaz Gonçalves	63\$880
39	Crispim Vieira	116\$950
40	Custódio Pacheco de Oliveira	422\$900
41	Damázio da Silva	17\$567
42	Damázio de Souza	18\$080
43	Dionízio de Mello Moura	31\$650
44	Domingos Álvares Teixeira	12\$000
45	Domingos de Lima Passos	1\$900
46	Domingos Esteves Chaves	272\$586
47	Domingos Ferreira Duarte	50\$000
48	Domingos Luis de Sá	694\$155
49	Domingos Martins Caldas	18\$520
50	Domingos Mathias	53\$200
51	Domingos Moreira da Silva	20\$000
52	Domingos Pereira dos Santos	1:055\$069
53	Domingos Ribeiro de Souza	55\$220
54	Domingos Rodrigues Ferreira	200\$496
55	Elias Correa da Costa	735\$683
56	Estevão Álvares Pereira	467\$974
57	Fazenda Nacional	3:200\$000
58	Felipe Barboza da Cruz	155\$816
59	Felix Pereira da Piedade	734\$981
60	Filipe Vieira de Souza	11\$126
61	Florêncio Gomes Ferreira	1:782\$875
62	Florêncio Paes de Vasconcellos	974\$610
63	Francisco Álvares Pereira	26\$601
64	Francisco Antonio de Carvalho	1:501\$271
65	Francisco Barreto de Vasconcellos e Menezes	986\$482
66	Francisco Borges Pacheco	876\$416
67	Francisco C. da Costa	25\$900
68	Francisco da Costa Nogueira	53\$932
69	Francisco de Araújo Bacellar	686\$546
70	Francisco de Castro Viana	720\$631
71	Francisco de Lacerda Seabra	1:929\$330
72	Francisco de Mello Correa	152\$050
73	Francisco de Souza Menezes	146\$950
74	Francisco Dias do Amaral	1:261\$779
75	Francisco Dias Fagundes	3\$827

Nº	NOME DO DEVEDOR	VALOR DA DÍVIDA (réis)
76	Francisco Dias Pereira	100\$230
77	Francisco Felix Cardoso	447\$795
78	Francisco Felix da Conceição	717\$720
79	Francisco Fernandes Chaves	1:687\$335
80	Francisco Fernandes Vieira Guimarães	79\$287
81	Francisco Gonçalves dos Reis	184\$425
82	Francisco Jerônimo de Oliveira	39\$880
83	Francisco José dos Santos	109\$860
84	Francisco Leitão de Mello	7\$920
85	Francisco Leonardo da Rocha e Menezes	3\$200
86	Francisco Rodrigues Franco	42\$115
87	Francisco Varella Brandão	978\$864
88	Francisco Xavier da Fonseca	51\$940
89	Gonçalo Coelho de Brito	311\$936
90	Gonçalo da Cunha Teixeira	172\$734
91	Gonçalo Ferreira de Souza	456\$887
92	Gonçalo José Telles de Menezes	82\$000
93	Gonçalo Pereira de Borba	24\$000
94	Gonçalo Ribeiro Lima	217\$059
95	Heitor da Costa	108\$249
96	Ignácio Caetano Demondes	54\$640
97	Ignácio Álvares Pereira	60\$000
98	Ignácio Correa Picanço	179\$496
99	Ignácio da Silva Cardoso	325\$373
100	Ignácio Domingues	10\$000
101	Ignácio Ferreira da Silva	58\$206
102	Ignácio Manoel de Souza	69\$982
103	Ignácio Rodrigues Barboza	147\$283
104	Jerônimo Pereira de Magalhães	1:348\$890
105	João Álvares Jardim	78\$530
106	João Álvares Pimenta	20\$000
107	João Antonio da Silva	45\$413
108	João Burgos Campos	46\$540
109	João Coelho de Escobar	512\$476
110	João Coelho Rodrigues	5:343\$999
111	João de Almeida Barboza (morador na Lapa)	145\$789
112	João de Almeida Barboza (morador em Oliveira)	254\$657
113	João de Almeida Cardozo	96\$980
114	João de Araújo Dantas	631\$391

Nº	NOME DO DEVEDOR	VALOR DA DÍVIDA (réis)
115	João de Barcellos Paim	534\$538
116	João de Deus Queiroz	100\$900
117	João de Souza Pereira	71\$723
118	João do Rego Baldaia	2:342\$185
119	João Ferreira de Araújo	505\$754
120	João Gonçalves Pitta	65\$610
121	João Lopes do Valle	28\$383
122	João Marcos de Menezes	60\$062
123	João Marques da Cruz	989\$310
124	João Mendes Cardozo	47\$695
125	João Navarro de Moura	59\$940
126	João Nunes Álvares Ferreira	250\$040
127	João Pereira	95\$149
128	João Pereira de Mendonça	3\$560
129	João Pereira de Souza	137\$160
130	João Pereira, José Coelho e Miguel Pereira	86\$458
131	João Pinto da Fonseca	90\$080
132	João Silvano da Costa	247\$654
133	João Teixeira Adorno	116\$900
134	Joaquim Barboza de Almeida	32\$000
135	Joaquim Vieira do Rego	25\$985
136	José Álvares de Souza	114\$431
137	José Álvares Pinheiro	1:381\$839
138	José Barbalho	248\$000
139	José Bazílio Ferreira	51\$025
140	José Caetano de Souza	433\$411
141	José Callisto	287\$440
142	José Cardozo da Torre	13\$210
143	José Carlos de Aragão e Souza	30\$587
144	José Correia de Figueiredo Mascarenhas	15\$480
145	José da Costa Coelho	138\$564
146	José da Rocha de Magalhães	112\$465
147	José da Silva Caldeira	17\$478
148	José da Silva Coutinho	2:446\$728
149	José de Argolo de Menezes	36\$419
150	José de Castro Lobo	666\$000
151	José de Goes de Vasconcelos	575\$614
152	José de Mello e Albuquerque	33\$810
153	José de Oliveira Moura	362\$611

Nº	NOME DO DEVEDOR	VALOR DA DÍVIDA (réis)
154	José de Queiroz	342\$200
155	José de Souza e Faria	22\$000
156	José Dias da Costa	137\$815
157	José Dias da Silva	1:244\$995
158	José Felix de Mattos	46\$189
159	José Felix de Santa Ana	1:302\$254
160	José Fidelis da Ressurreição	115\$252
161	José Garcia Sobral	476\$825
162	José Gomes de Almeida	20\$000
163	José Gomes de Oliveira e Ávila	41\$200
164	José Gomes Jardim	24\$000
165	José Gomes Pereira	123\$464
166	José Gonçalves Tinoco	428\$325
167	José Joaquim Fiuza	50\$000
168	José Lopes Lima	681\$165
169	José Moreira da Silva	359\$770
170	José Patrício Ferreira e Felix Ferreira Santa Clara	404\$770
171	José Pereira Brandão	6:939\$016
172	José Pereira Pires	42\$620
173	José Ricardo da Costa	38\$400
174	José Rodrigues de Vasconcelos	32\$180
175	José Rodrigues do Valle	574\$642
176	José Rodrigues Maia	79\$764
177	José Rodrigues Paes	54\$640
178	José Tavares Simas	204\$921
179	Josefa Luíza Telles	70\$000
180	Josefa Maria da Conceição	1:208\$079
181	Jozé Cardoso da Torre	56\$736
182	Jozé Carlos de Aragão Souza	30\$587
183	Jozé da Costa Coelho	119\$084
184	Jozé da Cunha Nunes	250\$230
185	Jozé da Silva Guilherme	444\$476
186	Jozé de Freitas de Araújo	48\$416
187	Jozé Fidelis da Ressurreição	115\$252
188	Jozé Gomes Rabello	176\$373
189	Jozé Rodrigues da Fonseca	80\$040
190	Jozé Rodrigues Pereira	453\$164
191	Julião Pereira Arnau	27\$580
192	Lauriano de Brito Sodré	110\$000

Nº	NOME DO DEVEDOR	VALOR DA DÍVIDA (réis)
193	Leandro Pereira de Souza	1:180\$093
194	Lourenço Jose Monteiro de Lucas	108\$500
195	Lourenço Monteiro de Lemos	200\$197
196	Lourenço Pereira de Araújo	68\$745
197	Lourenço Sutil de Siqueira	324\$361
198	Luciano Soares Borges	104\$508
199	Luciano Soares de Mello	229\$068
200	Luís Álvares do Sacramento	91\$200
201	Luís Coelho da Silva	40\$835
202	Luís da Costa Correa	290\$710
203	Luís da Costa Moreira	52\$720
204	Luís de Coelho de Queiroz	570\$615
205	Luís de Queiroz da Conceição	1:884\$325
206	Luís Gonçalves de Oliveira	161\$185
207	Luís Pacheco da Costa	502\$756
208	Luiz Antonio Borges de Barros	424\$437
209	Luiz de Souza Rolim	304\$006
210	Luzia de Oliveira Ávila	60\$240
211	Manoel Álvares Barboza	238\$478
212	Manoel Álvares da Cruz	78\$297
213	Manoel Barboza Vidal	250\$527
214	Manoel Caetano da Silva	205\$492
215	Manoel Caetano do Lago	513\$052
216	Manoel Coelho Ferreira	19\$185
217	Manoel Correa Dos Santos	470\$000
218	Manoel Correa Macieira	940\$247
219	Manoel da Silva Passos	38\$400
220	Manoel da Silva Ribeiro	331\$610
221	Manoel de Abreu e Mello	186\$939
222	Manoel de Araújo Ferreira	100\$000
223	Manoel de Barros Telles	50\$000
224	Manoel de Castro Lobo	1:373\$341
225	Manoel de Souza	140\$640
226	Manoel de Souza do Nascimento	232\$889
227	Manoel de Vargas Queiroga	975\$160
228	Manoel de Vasconcellos Cavalcante	103\$995
229	Manoel do Bonfim	28\$010
230	Manoel Ferreira da Mota	220\$000
231	Manoel Ferreira dos Santos	27\$256

Nº	NOME DO DEVEDOR	VALOR DA DÍVIDA (réis)
232	Manoel Ferreira dos Santos Reis	120\$240
233	Manoel Francisco	41\$000
234	Manoel Gomes dos Santos	25\$000
235	Manoel Gonçalves Santiago	126\$334
236	Manoel José Teixeira Chaves	149\$115
237	Manoel Luís Ferreira	489\$880
238	Manoel Malheiro da Costa	30\$258
239	Manoel Martins da Costa	2:665\$964
240	Manoel Martins da Fonseca	740\$738
241	Manoel Martins da Rocha	154\$908
242	Manoel Mendes da Silva Guimarães	100\$980
243	Manoel Pereira Arnau	12\$660
244	Manoel Ribeiro Bessa	201\$460
245	Manoel Rodrigues da Conceição	18\$870
246	Manoel Rodrigues da Silva	391\$688
247	Manoel Rodrigues Lamenha	336\$678
248	Manoel Rodrigues Pacheco	58\$846
249	Manoel Soares Pereira de Castro	466\$637
250	Manoel Teixeira Maia	24\$440
251	Manoel Teixeira Rodrigues	59\$190
252	Maria Feliciano de Araújo	1:246\$199
253	Maria Magdalena de Jesus	39\$600
254	Martinho Ferreira Coelho	33\$025
255	Mathias do Rego Baldaia	39\$503
256	Mathias Ferreira de Athaide	48\$000
257	Mathias Pereira de Almeida	260\$000
258	Miguel Cardozo e Roza de tal	422\$230
259	Miguel da Silva Maia	14\$000
260	Miguel Rodrigues de Deus Siqueira	50\$000
261	Nicolau Gonçalves Tinoco	270\$800
262	Pascoal Affonso Pereira	1:044\$111
263	Paulo Francisco de Esquivel	130\$736
264	Paulo Vieira da Silva	16\$000
265	Pedro Alexandrino Soares	24\$408
266	Pedro Caetano da Silva	1:346\$725
267	Pedro da Silveira Correa	187\$712
268	Pedro Gomes Ferrão	100\$000
269	Pedro Máximo de Carvalho	22\$160
270	Pedro Pereira Arnau	12\$100

Nº	NOME DO DEVEDOR	VALOR DA DÍVIDA (réis)
271	Pedro Teixeira de Souza	236\$326
272	Roque Vaz Teixeira Guimarães	100\$000
273	Salvador de Moura	603\$138
274	Salvador Pereira de Azevedo	81\$000
275	Sebastião José Pereira de Mattos	265\$851
276	Simão Brandão de Melo	321\$881
277	Theodózio Brandão de Candonia e Mello	226\$450
278	Theotônio Manoel de Queiroz	10\$000
279	Theotônio Rodrigues de Oliveira	148\$204
280	Thomaz Álvares Barboza	1:677\$441
281	Thomé Pinheiro	11\$520
282	Valentim de Souza	16\$000
283	Valentim Pereira	31\$400
284	Vicente da Cunha Rego	585\$700
285	Wenceslau Miguel Pereira	90\$000
	TOTAL	106:868\$304 RÉIS

Fonte: APEB. Seção Judiciária. nº de classificação 4/1741/221/5. Inventário de Custódio Ferreira Dias, 1801.